Tractebel Energia

GDF SUEZ

ENERGIA

MOVIMENTO

MUDANÇA

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

2011

Tractebel Energia

www.tractebelenergia.com.br



Usina Eólica Pedra do Sal

Índice

	Destaques 2011	5
	Principais Indicadores	7
	Mensagem da Administração	13
	Sobre o Relatório de Sustentabilidade	17
01.	Perfil Corporativo	19
02.	Governança Corporativa	31
03.	Objetivos e Diferenciais	43
04.	Ativos Intangíveis	51
05.	Gestão de Riscos Empresariais	59
06.	Gestão Econômica	63
07.	Gestão da Operação	89
08.	Premiações e Reconhecimentos	151
	Balanço Social Consolidado	155
	Índice GRI	159
	Parecer da Auditoria	181
	Informações Corporativas	185
	Demonstrações Contábeis	188

Energia, Movimento, Mudança.



Mudanças estão associadas ao binômio energia-movimento, sejam elas físicas, geográficas, culturais, científicas ou civilizatórias.

Energia e movimento provocam mudanças em um ciclo iniciado em cada ação, por exemplo, desde o movimento das águas nas pás de uma turbina para gerar energia, dos nossos músculos para acionar um interruptor, dos elétrons da corrente elétrica que se estabelece, até a liberação dos fótons que emitem luz em uma lâmpada.

A Tractebel Energia canaliza suas ações para um movimento de mudança pautado pelo respeito ao meio ambiente, em sintonia com o desenvolvimento socioeconômico. Gerencia seus impactos, se empenha em maximizar benefícios e contribuir para formar uma sociedade mais ética e sustentável.

Este relatório remete a diferentes circunstâncias do vínculo entre movimento e energia gerando mudanças no ano de 2011, tanto na esfera de atuação da Companhia como no contexto global, com o olhar para o futuro que a atividade da Tractebel Energia exige.



Usina Hidrelétrica Itá



» Missão

Gerar energia para a vida.

» Visão

Ser, de modo sustentável, a melhor empresa de energia do Brasil.

» Valores

Profissionalismo, cooperação, espírito de equipe, criação de valor, respeito ao meio ambiente, ética.

Destaques 2011

1. Lucro líquido anual recorde, o oitavo consecutivo, no valor de R$ 1.448,1 milhões (R$ 2,2185 por ação), 19,5% superior ao de 2010.

2. Total de dividendos e juros sobre o capital próprio de R$ 1.429,3 milhões, equivalente a R$ 2,1898 por ação ou 100% do lucro líquido distribuível ajustado.

3. EBITDA de R$ 2.909,7 milhões, um crescimento de 11,4% frente ao ano anterior. A margem EBITDA do ano foi de 67,2%, um incremento de 3,5 % em relação à registrada em 2010.

4. Receita líquida de vendas consolidada de R$ 4.327,0 milhões, um crescimento de 5,5% em 2011.

5. Vendas consolidadas de 3.879 MW médios, valor 0,4% superior ao de 2010.

6. Preço médio dos contratos de venda de energia, líquido de impostos e exportações, de R$ 122,68/MWh, 9,0% acima do registrado em 2010.

7. Acréscimo de 30 unidades industriais do mercado livre e 12 grupos empresariais à carteira de clientes, totalizando o atendimento a 195 unidades pertencentes a 85 grupos.

8. Disponibilidade das usinas de 98,3%, desconsiderando-se as paradas programadas, sendo 98,6% na geração hidrelétrica, 97,2% na termelétrica e 93,4% nas usinas complementares.

9. Capacidade instalada própria ampliada em 3,4% em relação a 2010, atingindo, ao final de 2011, 6.690 MW, correspondente a cerca de 6% da total do Brasil.

10. Início de operação da Usina Hidrelétrica Estreito, de 1.087 MW, dos quais 40,07% pertencem à Companhia. Em 31 de dezembro, quatro das oito unidades geradoras já se encontravam em pleno funcionamento, representando 75% da energia assegurada total da Usina.

11. Início da implantação de cinco novos parques eólicos.

12. Permanência no Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da BM&FBovespa, do qual faz parte desde a primeira edição, em 2005.

13. Primeiro investment grade da história da Companhia (BBB- pela Fitch Ratings), que obteve também o rating brAA+ com viés positivo pela Standard & Poor's.

14. Eleita uma das 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil pelo Guia Você S/A – Exame, da Editora Abril.

15. Consolidação da combinação de ativos entre International Power e GDF SUEZ.

16. Destaque do 15º Troféu Transparência Anefac – Fipecafi – Serasa Experian, pela qualidade das demonstrações contábeis de 2010.

17. Eleita a melhor empresa em relações com investidores, categoria setor elétrico e outras utilities, na avaliação Latin America Executive Team, promovida pela revista Institutional Investor.

18. Lançamento da Política Tractebel Energia sobre as Mudanças Climáticas e realização do primeiro inventário de emissões.

19. Inauguração da nova sede em Florianópolis (SC).

20. Inauguração do Centro de Cultura de Entre Rios do Sul (RS), na área de abrangência da Usina Hidrelétrica Passo Fundo.

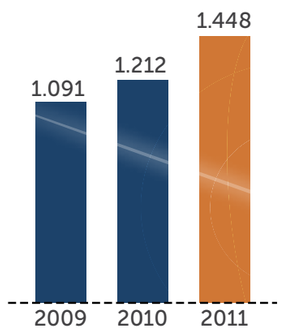
Principais Indicadores

Dimensão Econômica

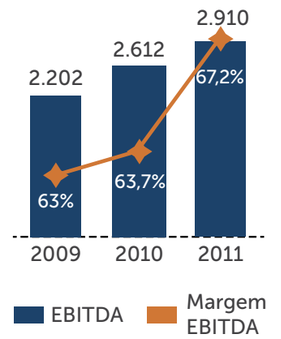
Indicadores	2009	2010	2011	Variação 2011/2010
Indicadores econômicos (R$ milhões)				
Receita líquida de vendas	3.496,7	4.100,4	4.327,0	5,5%
EBITDA[2]	2.201,7[1]	2.611,5	2909,7	11,4%
Margem EBITDA (%)	63,0[1]	63,7	67,2	3,5 p.p.
Resultado de serviço – EBIT[3]	1.777,0[1]	2.150,2	2.408,6	12,0%
Resultado financeiro	(239,8)	(428,8)	(373,8)	-12,8%
Lucro líquido	1.090,9[3]	1.211,6[4]	1.448,1	19,5%
Indicadores financeiros (R$ milhões)				
Ativo total	10.934,4[1]	12.850,3	12.371,2	-3,7%
Patrimônio líquido	4.449,0[1]	5.072,7	5.450,3	7,4%
Investimentos[5]	323,6	2.208,0	320,0	-85,0%
Dívida líquida ajustada[6]	2.160,0	3.361,3	2.867,4	-14,7%
Ações				
Número de ações (mil)	652.742	652.742	652.742	0,0%
Lucro líquido por ação (R$)	1, 6712	1, 8562	2,2185	19,5%
Preço médio da ação (R$)[7]	19,33	22,78	29,96	31,5%
Distribuição de dividendos (R$ milhões)	623,9	664,4	1.429,3	115,1%
Mercado				
Vendas contratadas de energia (GWh)	30.911	33.838	33.984	0,4%
Vendas contratadas de energia (MW médios)	3.529	3.863	3.879	0,4%
Corpo funcional				
Número de empregados	990	1.033	1.084	4,9%

[1] Considera ajuste ou reclassificação contábil.
[2] EBITDA representa: lucro operacional + resultado financeiro + depreciação e amortização.
[3] EBIT representa: lucro operacional + resultado financeiro.
[4] Considera ajuste ou reclassificação contábil. Se calculado pelo BRGAAP, vigente anteriormente a 2010, o lucro líquido seria R$ 1.134,4, conforme reportado à época. Veja nota explicativa nº 2 das Demonstrações Financeiras
[5] Não considera juros incorridos sobre a construção.
[6] Dívida líquida ajustada = dívida bruta – caixa e equivalentes de caixa.
[7] Média simples dos preços de fechamento.

Lucro Líquido
(R$ milhões)



EBITDA[8] (R$ milhões)
e Margem EBITDA (%)

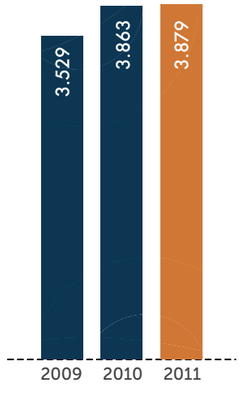


[8] EBITDA representa:
lucro operacional + resultado financeiro
+ depreciação e amortização.

Receita Líquida de Vendas
(R$ milhões)



Volume de Vendas
(MW médios)



Dimensão Ambiental

Indicadores	2009	2010	2011	Variação 2011/2010
Mudas de espécies nativas plantadas e doadas (milhares)	429	396	540	36,4%
Resíduos não perigosos reciclados (%)	95,8	97,6	99,9	2,3 p.p.
Energia consumida por GJ gerado (GJ)	0,014	0,012	0,018	N/A[9]
Consumo de água (milhões de m^3)	10,4	4,6	5,4	17,4%
Emissão de CO_2 por MWh gerado (t de CO_2/MWh)	1,27	1,23	1,15	-6,5%
Investimento em melhorias para proteção ambiental (R$ milhões)[10]	76,5	48,6	24,7	-49%

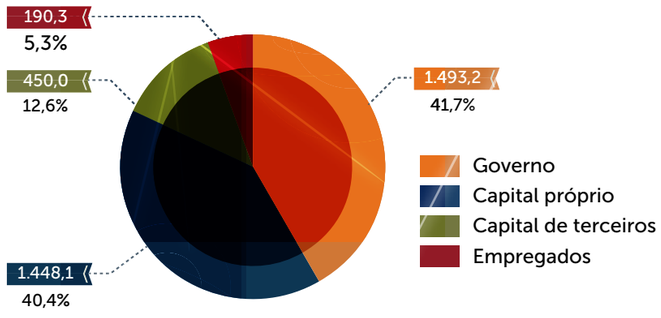
[9] Em 2011, a Companhia, por orientação de seu controlador, alterou a metodologia de medição da energia consumida, impedindo a comparação direta com o consumo dos anos anteriores.
[10] A queda do total investido nos anos subsequentes a 2009 se deve ao substancial investimento realizado naquele ano em melhorias para proteção ambiental.

Dimensão Social

Indicadores	2009	2010	2011	Variação 2011/2010
Recursos aplicados em Responsabilidade Social (R$ milhões)				
Investimentos voluntários em projetos sociais (R$ milhões)	5,9	9,8	10,2	4,1%
Visitantes às usinas	37.708	45.400	41.931	-7,6%
Indicadores do corpo de empregados				
Número de empregos diretos	990	1.033	1.084	4,9%
Número de profissionais de empresas contratadas	729	680	907	33,4%
Investimento em treinamento e desenvolvimento profissional (R$ milhões)	2,4	3,7	3,3	-10,8%
Média de horas de treinamento por empregado no ano	32.690	91.523	80.445	-12,1%
Número de acidentes de trabalho e trajeto - empregados	12	9	7	-22,2%

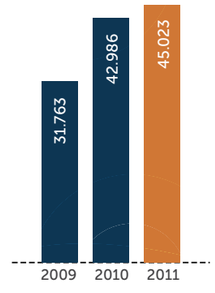
Distribuição do Valor Adicionado

(R$ milhões e %)



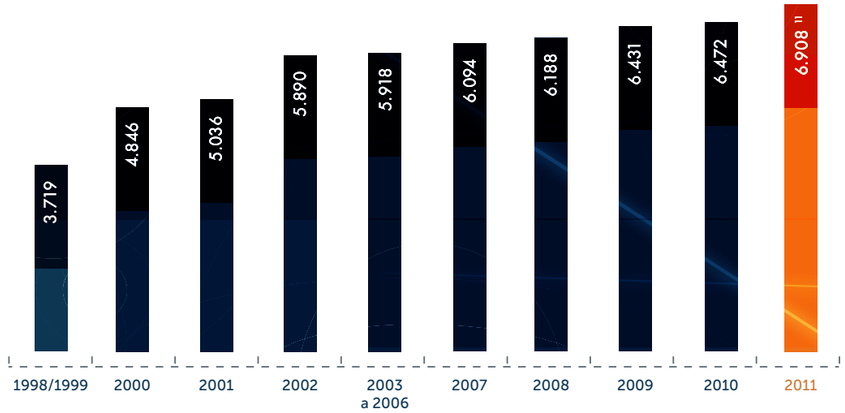
Produção de Energia

(GW/h)



Capacidade Própria de Fornecimento

(MW)



[11] Considera a motorização completa da UHE Estreito, esperada para 2012.

O lucro líquido em 2011 bateu novo recorde, totalizando R$ 1.488,1 milhões, crescimento acumulado de 32,7% nos últimos 2 anos.

2011

1.448

R$ (milhões)

2010 | 1.212

2009 | 1.091

Complexo Termelétrico Jorge Lacerda

Mensagem da Administração

Histórico de superação de resultados

Em 2011, a Tractebel Energia manteve seu histórico de superação de resultados, mesmo diante de um cenário global de crises, mudanças e incertezas político-econômicas. A Companhia alcançou um lucro líquido de R$ 1,45 bilhão, 19,5% maior que o obtido em 2010, e seu EBITDA, sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, apresentou um aumento de 11,4%, uma vez mais demonstrando sua eficiência operacional. Em meio à volatilidade que caracterizou as bolsas de valores no ano, o retorno das ações da Tractebel Energia alcançou 16,2%, frente a um recuo de 18,1% do Ibovespa.

A consolidação da combinação de ativos entre International Power e GDF SUEZ ampliou a projeção internacional do Grupo e da Tractebel Energia e trouxe aprimoramentos para nossos sistemas e controles internos.

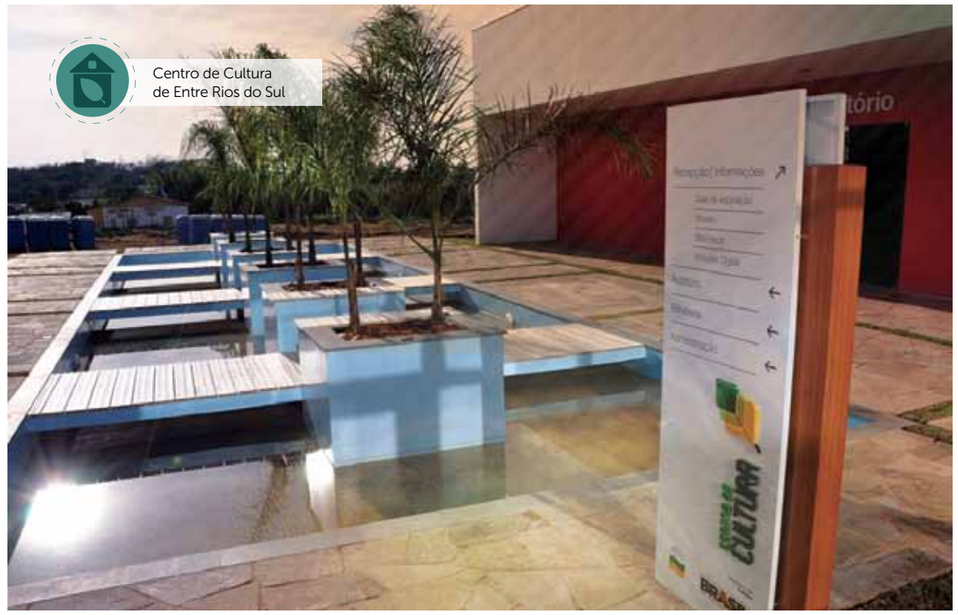
Operamos hoje 22 usinas em 12 estados das cinco regiões do país. Obtivemos em 2011 uma disponibilidade global de 98,3% nas plantas que operamos, descontadas as manutenções programadas. Em dezembro, com a entrada em operação da quarta unidade geradora da Usina Hidrelétrica Estreito, nossa capacidade instalada própria total já alcançava 6.690 MW, dos quais 82% provenientes de fontes renováveis: água, vento e biomassa. Permanecemos, pelo 14º ano consecutivo, como a maior geradora privada do país, respondendo por cerca de 7% do consumo brasileiro de energia elétrica.

Mais de 90% da capacidade instalada que operamos têm sua gestão certificada segundo as normas NBR ISO 9001, NBR ISO 14001 e OHSAS 18001, respectivamente da Qualidade, do Meio Ambiente e da Saúde e Segurança no Trabalho. Para fortalecer ainda mais nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável, foi lançada, em 2011, a Política Tractebel Energia sobre as Mudanças Climáticas, que reúne compromissos de ações efetivas contra o avanço dessas mudanças e seus efeitos.

O foco na sustentabilidade, o porte alcançado pela Companhia e suas perspectivas de crescimento foram responsáveis por outro fato importante de 2011: mudamos para uma nova sede, que, como a anterior, fica em Florianópolis, em Santa Catarina. Moderna e dotada de mais tecnologia, a nova sede obedece aos princípios de uma construção sustentável, racionalizando o uso de recursos naturais.

Relativamente à nossa atuação comercial, é importante destacar que o volume de chuvas de 2011 foi um dos maiores já registrados no país, o que aumentou a oferta de energia, ao mesmo tempo em que a crise mundial causou a redução do consumo. Esses dois fatores somados acarretaram preços do mercado de curto prazo bem abaixo dos verificados nos anos anteriores. Entretanto, a estratégia de manter elevados níveis de contratação no médio prazo permitiu à Tractebel Energia proteger suas receitas no ano.

No que se refere ao relacionamento com as comunidades das quais fazemos parte por meio de nossas usinas e sede, 2011 foi especial para a Companhia, em função de uma obra que materializa nossas práticas de responsabilidade social. Em 7 de julho de 2011, inauguramos o Centro de Cultura de Entre Rios do Sul, município-sede da Usina Hidrelétrica Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Construído com o apoio da Tractebel Energia, o Centro, administrado de forma autônoma por uma associação comunitária, oferece auditório para 150 pessoas, biblioteca, sala de inclusão digital, espaço para exposições e oficinas de capacitação profissional. A expectativa é de que o empreendimento represente um marco para o desenvolvimento cultural da região.



A exemplo dos anteriores, 2011 foi um ano de importantes reconhecimentos. Participando pela primeira vez do ranking promovido pelas revistas Você S.A. e Exame, a Tractebel Energia foi eleita uma das melhores 150 empresas para se trabalhar no Brasil. As demonstrações contábeis e o relacionamento com investidores mais uma vez receberam prêmios por sua transparência e qualidade diferenciadas. E, pelo sétimo ano consecutivo, a Companhia se manteve na carteira do ISE – o Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa.

Dentre os desafios do setor elétrico brasileiro em 2012, a renovação de concessões a expirar nos próximos anos é uma questão que requer responsabilidade. Será primordial uma definição que leve em conta a necessidade de expansão do mercado e seu equilíbrio no longo prazo. Faz-se também necessário garantir uma competição responsável nos leilões de novos empreendimentos que seja capaz de viabilizar a sustentabilidade do setor elétrico, principalmente na sua dimensão econômica, sem prejuízo das dimensões social e ambiental.

O ano de 2012 trará muitas oportunidades. O Brasil é rico em recursos hídricos e possui uma experiência inquestionável na implantação e operação de empreendimentos hidrelétricos. Contar com uma base hídrica na matriz energética possibilita uma incomparável flexibilidade operacional por meio de fontes renováveis. Esse fato nos leva a recomendar que volte a ser considerada, em complemento às hidrelétricas a fio d'água, a implantação de usinas com reservatórios, o que possibilitaria reduzir a entrada em operação de plantas a combustíveis fósseis. São também privilégios do país a grande disponibilidade de biomassa, ventos e raios solares, e a complementaridade que essas fontes também renováveis representam para a hidreletricidade. Eventos como a Rio+20 e o Fórum Mundial da Água, que ocorrerão em 2012, são oportunidades para o Brasil explorar esses temas e demonstrar que planeja, implanta e opera sua matriz energética de forma sustentável.

No que a tange à Tractebel Energia, pretendemos continuar ampliando nosso parque gerador majoritariamente por meio dessas fontes. A matriz da Companhia possui diversificação e complementaridade semelhantes à da brasileira, o que nos permite inovar também na estratégia comercial. Está em nossos planos ampliar a carteira de clientes especiais e intensificar nossa presença como comercializadora.

Na implantação dos empreendimentos que já fazem parte da carteira da Companhia, 2012 traz dois desafios principais. Um deles é a conclusão dos novos parques eólicos no Piauí e no Ceará, com potência total de 145,4 MW, que trazem uma importante inovação: sua energia será ofertada ao promissor mercado de clientes especiais – aqueles com demanda superior a 500 kW. O outro é a operação da totalidade das unidades geradoras da hidrelétrica Estreito. Ambos incluem iniciativas em prol do desenvolvimento regional sustentável adicionais aos compromissos de licenciamento.

Além disso, três novos centros de cultura estão em implantação, com o apoio da Tractebel Energia: um em Quedas do Iguaçu, no Paraná, sede da Usina Hidrelétrica Salto Osório, outro em Alto Bela Vista, em Santa Catarina, região da Usina Hidrelétrica Itá e o terceiro em Capivari de Baixo, também em Santa Catarina. Este último faz parte do Parque Ambiental Jorge Lacerda, que conta com uma área de 50 hectares e que, além do centro de cultura, inclui ciclovias, trilhas, museu e concha acústica, dentre outros atrativos de lazer, cultura e educação ambiental para a região.

Por princípio e como em todos os anos, fazemos questão de dividir com nossos públicos o mérito dos êxitos alcançados em 2011. Concluímos esta mensagem expressando nosso otimismo para a superação de desafios e o compromisso do nosso empenho para que 2012 seja mais um ano de sucesso para a Tractebel Energia.

Maurício Stolle Bähr
Presidente do Conselho de Administração

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor-Presidente

Sobre o Relatório de Sustentabilidade

Este Relatório de Sustentabilidade foi elaborado de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), pelo quinto ano consecutivo, e aborda a gestão e o desempenho da Companhia durante o ano de 2011, sob os aspectos de governança corporativa, econômico, social e ambiental, bem como descreve o perfil da Tractebel Energia.

A publicação tem como objetivo prestar contas de maneira completa e transparente sobre o período, além de ser um canal de diálogo entre a Companhia e seus stakeholders.

Para identificar os principais temas sob o ponto de vista da Companhia e apresentar informações completas sobre cada um deles, o Relatório foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, de diferentes áreas da Tractebel Energia, incluindo o Comitê de Sustentabilidade.

Adicionalmente, a Tractebel Energia consulta seus públicos antes da elaboração do Relatório, por meio de formulário eletrônico, sobre quais temas eles consideram mais representativos e que devem ser abordados com maior profundidade na publicação.

As diretrizes GRI são um padrão internacional para a produção de relatórios de sustentabilidade, que busca estimular a apresentação de informações transparentes e comparáveis internacionalmente sobre o desempenho da sustentabilidade no decorrer dos anos e entre organizações de todos os setores de atividade. Para saber mais sobre a GRI, acesse www.globalreporting.org.

Pelo quarto ano consecutivo, o Relatório de Sustentabilidade da Tractebel Energia foi classificado como A+, o que significa que a publicação alcançou o nível mais abrangente de adesão às diretrizes GRI (A) e passou por verificação externa, realizada por auditores independentes (+).

Nível de aplicação das diretrizes GRI

		C	C+	B	B+	A	A+
Obrigatório	Auto declarado		Com verificação externa		Com verificação externa		Com verificação externa
Opcional	Examinado por terceiros		Com verificação externa		Com verificação externa		Com verificação externa
	Examinado pela GRI		Com verificação externa		Com verificação externa		

Os dados reportados abrangem a Tractebel Energia, todas as suas controladas e suas participações em consórcios.

Temas de maior interesse dos stakeholders segundo consulta:

- Desempenho econômico;
- Gestão ambiental geral;
- Saúde e Segurança no Trabalho;
- Adequação às leis e regulamentos federais, estaduais e municipais; e
- Comunidade.

STAKEHOLDERS CONSULTADOS



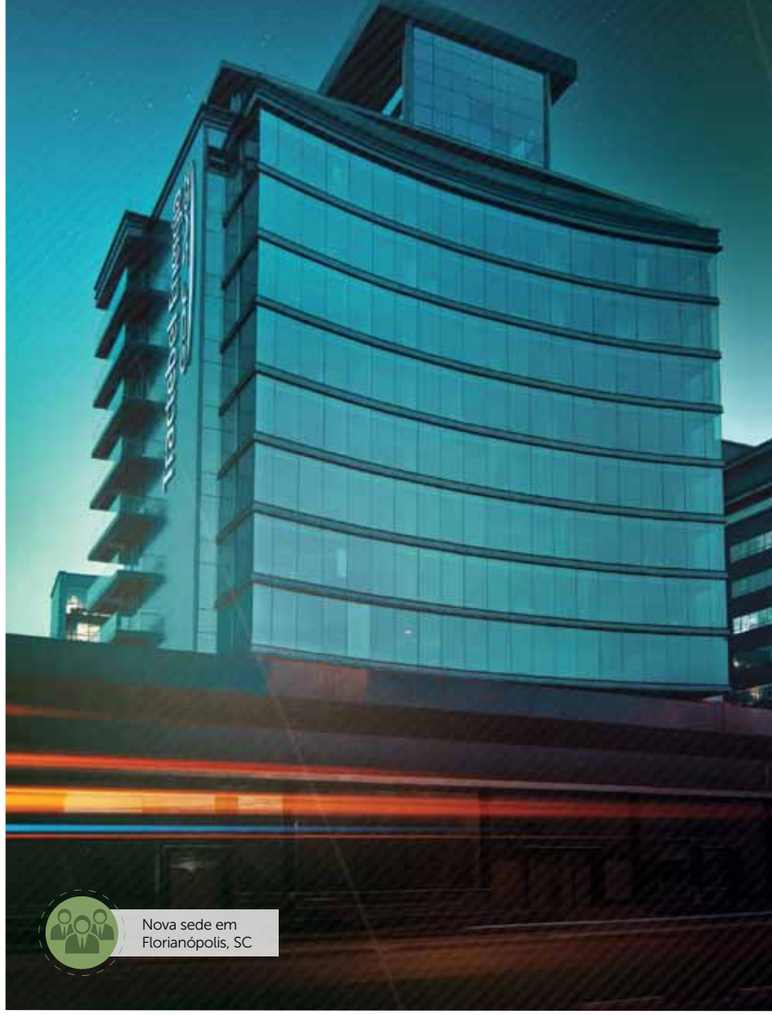
1

Perfil Corporativo

1. Perfil Corporativo

A Tractebel Energia

Maior geradora privada do país, sediada em Florianópolis (SC), a Tractebel Energia está presente em 12 estados, nas cinco regiões do Brasil. Suas 22 usinas são operadas segundo a Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável, sendo que 15 são certificadas segundo as normas NBR ISO 9001, NBR ISO 14001 e OHSAS 18001 – fatores decisivos para que seu índice de disponibilidade total se mantenha em patamares próximos a 100%. Em 2011, descontadas as paradas programadas, esse índice se manteve em 98,3%, o mesmo alcançado em 2010. Com uma força de trabalho de 1.084 empregados e 3.451 prestadores de serviços, a Companhia alcançou, ao final de 2011, um valor de mercado de R$ 19,6 bilhões. Seus clientes são distribuidoras, comercializadoras e consumidores do mercado livre. Controlada pela International Power, que, por sua vez, é controlada pela GDF SUEZ, a Tractebel Energia faz parte do Novo Mercado e integra o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa desde a sua criação.



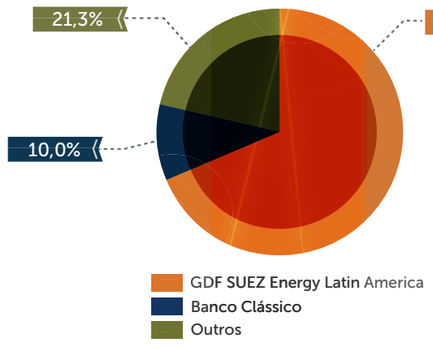
Estrutura acionária, societária e organizacional

CONTROLE

Em 2011, foi consolidada a combinação de ativos entre International Power (IPR) e GDF SUEZ. Por meio dessa combinação, a GDF SUEZ se tornou a maior produtora independente de energia do mundo, com uma capacidade total instalada que atingia 114,5 GW ao final do ano – sendo parte dos planos da GDF SUEZ expandi-la nos próximos anos. A IPR passou a ser a responsável por uma das seis linhas de negócios da GDF SUEZ: a de Energia Internacional, que inclui a América Latina, por meio da GDF SUEZ Latin America Participações, a qual detém 68,71% do capital social da Tractebel Energia. As outras cinco linhas de negócios da GDF SUEZ são: Energia Europa, Gás, Infraestruturas, Serviços de Energia e Meio Ambiente.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia totalizou R$ 2.445,8 milhões, composto por 652.742.192 ações ordinárias. A Tractebel Energia possui mais de 15 mil acionistas, de 39 países. Suas ações são listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa S.A., sob o código TBLE3, e na Bolsa de Nova York – NYSE Euronext – , por meio de um programa de ADRs Nível I, negociados sob o código TBLEY. Um ADR, ou American Depositary Receipt, corresponde a uma ação ordinária.

Controle Acionário
(em 31.12.2011)





SUBSIDIÁRIAS

A Tractebel Energia detém o controle de quatro subsidiárias: Companhia Energética São Salvador, Lages Bioenergética Ltda., Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. e Tractebel Comercializadora Ltda.
A primeira é juridicamente responsável pela Usina Hidrelétrica São Salvador, a segunda pela Unidade de Cogeração Lages e a terceira pelo conjunto formado pelas usinas eólicas Beberibe e Pedra do Sal, a usina a biomassa de cana de açúcar Ibitiúva Bioenergética – na qual participa em consórcio com 87,99% -, e por três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). São elas: PCH Areia Branca, PCH José Gelazio da Rocha e PCH Rondonópolis – sendo que as duas últimas por meio das empresas de propósito específico Hidropower e Tupan, respectivamente.

A Tractebel Energia Comercializadora Ltda. é a subsidiária responsável por intermediar e operar compras, vendas, importações e exportações de energia elétrica no mercado de livre negociação.

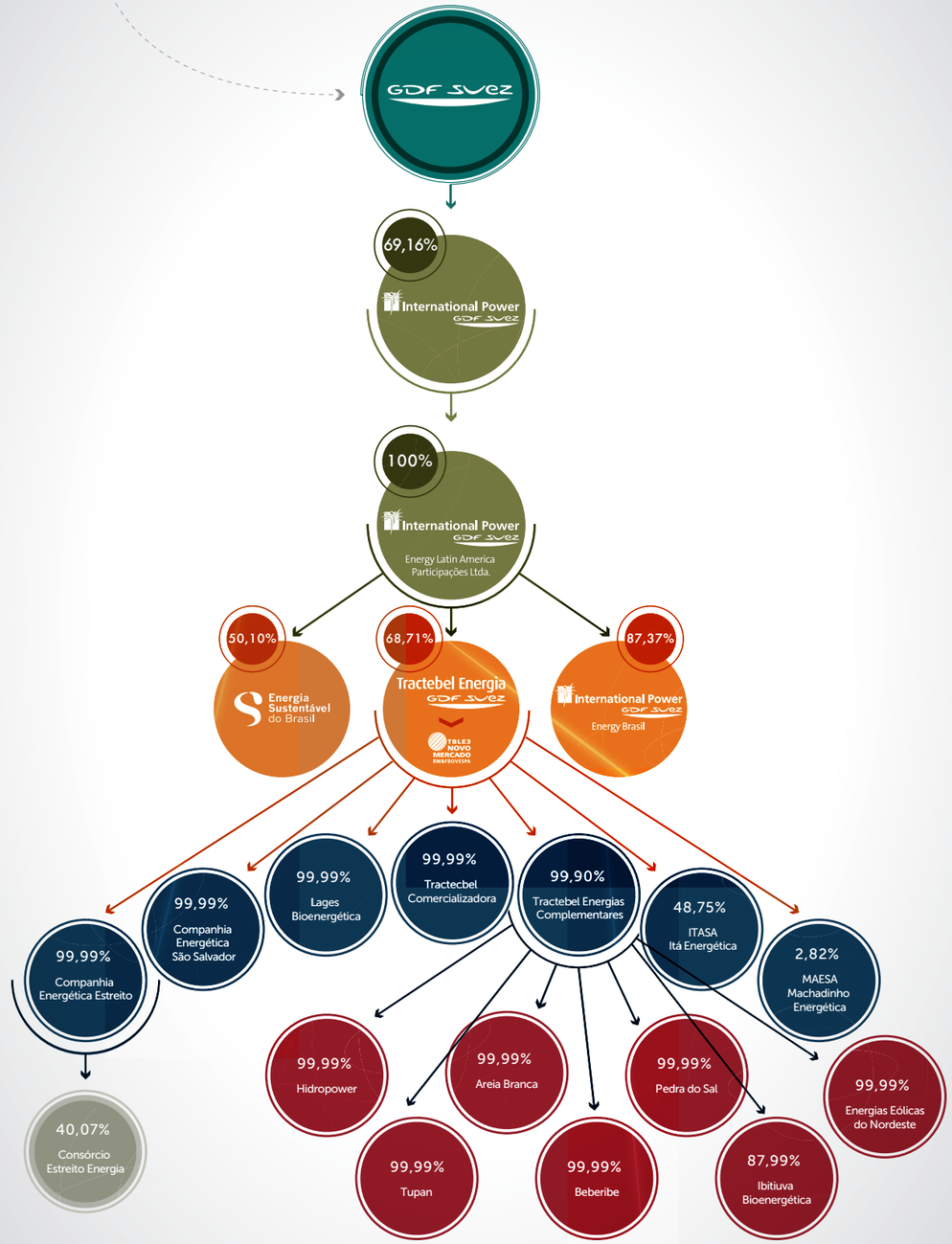
A Companhia também participa com 2,82% na Machadinho Energética S.A. (Maesa), 19,28% no Consórcio Machadinho S.A., e 48,75% no controle compartilhado da Itá Energética S.A. (Itasa). A Itasa, por sua vez, possui 60,5% do Consórcio Itá, o qual detém a concessão da Usina Hidrelétrica Itá, e, neste, a Tractebel Energia tem participação direta de 39,5%. Somando-se sua participação na Itasa e no Consórcio, a Companhia detém 68,99% da Usina Hidrelétrica Itá.

O controle compartilhado da Itasa é regido por acordo de acionistas, enquanto que as deliberações de interesse comum do Consórcio Itá são tomadas, conforme o Contrato de Constituição do Consórcio, por um comitê gestor composto por quatro membros, sendo dois representantes da Tractebel Energia.

Na Usina Hidrelétrica Estreito, por meio da Companhia Energética Estreito, a Tractebel Energia participa com 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste).

Organograma Societário[12]

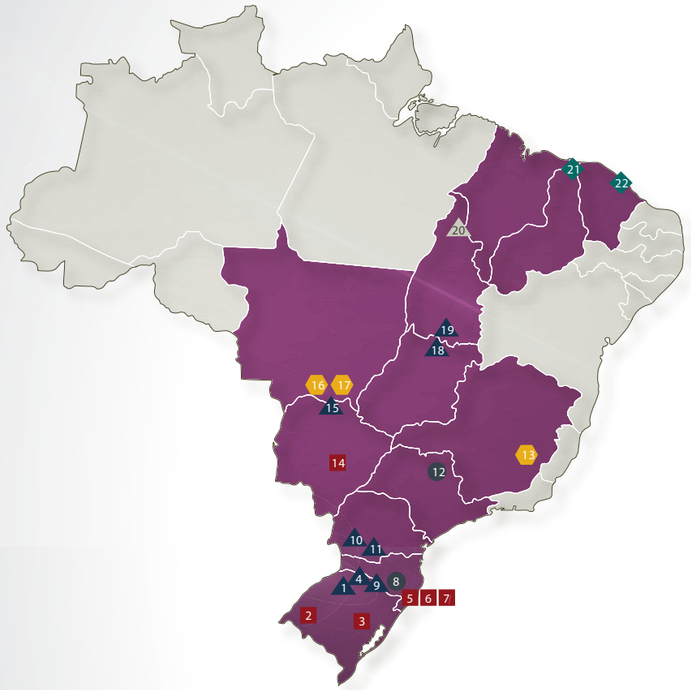
(em 31.12.2011)



[12] Estrutura simplificada.

Parque Gerador e Capacidade Instalada

(em 31.12.2011)



1. Passo Fundo: 226,0 MW
2. Alegrete: 66,0 MW
3. Charqueadas: 72,0 MW
4. Itá[13]: 1.450,0 MW
5, 6, 7. Complexo Jorge Lacerda[14]: 857,0 MW
8. Lages: 28,0 MW
9. Machadinho[15]: 1.140,0 MW
10. Salto Osório: 1.078,0 MW
11. Salto Santiago: 1.420,0 MW
12. Ibitiúva Bioenergética[16]: 33 MW
13. Areia Branca: 19,8 MW
14. William Arjona: 190,0 MW
15. Ponte de Pedra: 176,1 MW
16. Rondonópolis: 26,6 MW
17. José Gelazio da Rocha: 23,7 MW
18. Cana Brava: 450,0 MW
19. São Salvador: 243,2 MW
20. Estreito[17]: 1.087,0 MW
21. Pedra do Sal: 18,0 MW
22. Beberibe: 25,6 MW

- Usina Hidrelétrica
- Usina Termelétrica
- Usina a Biomassa
- Usina Eólica
- Pequena Central Hidrelétrica
- Usina Hidrelétrica em Construção

[13] A capacidade instalada da Tractebel Energia corresponde a 1.126,9 MW.
[14] Complexo composto por três usinas.
[15] A capacidade instalada da Tractebel Energia corresponde a 403,9 MW.
[16] A capacidade instalada da Tractebel Energia corresponde a 18,3 MW.
[17] A capacidade instalada da Tractebel Energia corresponde a 435,6 MW.

Parque Gerador[18]

Com uma capacidade instalada própria de 6.690 MW, equivalente a cerca de 6% da total do Brasil, o parque gerador da Tractebel Energia é composto por 22 usinas, sendo nove hidrelétricas (UHEs), seis termelétricas (UTEs) convencionais e sete de fontes complementares: duas a biomassa, duas eólicas e três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Em 2011, as quatro primeiras máquinas da UHE Estreito entraram em operação. Assim, a capacidade instalada total operada pela Tractebel Energia passou a ser de 8.087 MW, valor que considera a participação da Companhia como consorciada em algumas usinas.

Após a motorização completa da UHE Estreito, prevista para 2012, a Tractebel Energia possuirá capacidade instalada própria de 6.908 MW, operando um parque gerador com capacidade total de 8.630 MW. Somando-se esses valores aos 145 MW dos cinco novos parques eólicos em implantação, a capacidade instalada própria da Companhia passará a 7.053 MW, enquanto o total operado será de 8.775 MW.

Também em 2012 deverá ser iniciada a avaliação da viabilidade de transferência para a Companhia da participação de 50,1% que a IPR detém na Usina Hidrelétrica Jirau, a qual está em construção e terá potência total de 3.750 MW. Essa avaliação será feita pelo Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas, formado em sua maioria por membros independentes do Conselho de Administração da Tractebel Energia.

[18] Conforme configuração de 31 de dezembro de 2011.

Em 29 de abril, 2 de julho, 30 de setembro e 23 de dezembro de 2011, entraram em operação as quatro primeiras das oito unidades geradoras da UHE Estreito, agregando 218 MW à capacidade instalada própria da Tractebel Energia. A meta de operação plena da Usina em 2012, constante do Relatório de Sustentabilidade 2010 da Companhia, permanece válida - tendo havido, porém, um reescalonamento do cronograma inicial. Tanto as datas de entrada em operação das quatro primeiras unidades quanto o cronograma em vigor atendem rigorosamente aos compromissos assumidos com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Após a motorização completa da UHE Estreito, a Tractebel Energia possuirá capacidade instalada própria de 6.908 MW, operando um parque gerador com capacidade total de 8.630 MW.

22 Usinas presentes em todas as regiões do Brasil

PARQUE GERADOR – REGIÃO SUL

1 – USINA HIDRELÉTRICA PASSO FUNDO

Início das operações: 1973
Localização: Entre Rios do Sul (RS) – Rio Passo Fundo
Capacidade instalada: 226,0 MW – duas unidades geradoras de 113,0 MW
Capacidade comercial: 119,0 MW médios
Validade da concessão: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e 14001 e OHSAS 18001

2 - USINA TERMELÉTRICA ALEGRETE

Início das operações: 1968
Localização: Alegrete (RS)
Fonte de energia: óleo diesel
Capacidade instalada: 66,0 MW – duas unidades geradoras de 33,0 MW
Capacidade comercial: 21,1 MW médios
Validade da autorização: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e 14001 e OHSAS 18001


Usina Hidrelétrica Cana Brava

3 - USINA TERMELÉTRICA CHARQUEADAS

Início das operações: 1962
Localização: Charqueadas (RS)
Fonte de energia: carvão mineral
Capacidade instalada: 72,0 MW – quatro unidades geradoras de 18,0 MW
Capacidade comercial: 45,7 MW médios
Validade da autorização: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e 14001 e OHSAS 18001

4 - USINA HIDRELÉTRICA ITÁ

Início das operações: 2000
Localização: entre os municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS) - Rio Uruguai
Capacidade instalada total: 1.450,0 MW – cinco unidades geradoras de 290,0 MW
Capacidade instalada Tractebel Energia: 1.126,9 MW
Capacidade comercial Tractebel Energia: 544,2 MW médios
Validade da concessão: 2030 – concedida ao Consórcio Itá, formado por Tractebel Energia (69,0%), Companhia Siderúrgica Nacional (29,5%) e Cimento Itambé (1,5%)
Certificações: NBR ISO 9001 e 14001 e OHSAS 18001

5, 6 E 7 - USINAS DO COMPLEXO TERMELÉTRICO JORGE LACERDA (UTLA, UTLB E UTLC)

Início das operações: 1965
Localização: Capivari de Baixo (SC)
Fonte de energia: carvão mineral
Capacidade instalada: 857,0 MW em três usinas – Jorge Lacerda A, com duas unidades geradoras de 50,0 MW e duas de 66,0 MW; Jorge Lacerda B, com duas unidades de 131,0 MW; e Jorge Lacerda C, com uma de 363,0 MW
Capacidade comercial: 649,9 MW médios
Validade da autorização: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e 14001 e OHSAS 18001

8 - UNIDADE DE COGERAÇÃO LAGES

Início das operações: 2003
Localização: Lages (SC)
Fonte de energia: Biomassa – cavaco de madeira (proveniente de refugo de madeireiras)
Capacidade instalada: 28,0 MW – uma unidade geradora
Capacidade comercial: 25,0 MW médios
Autorização para operação: 2032
Certificações: NBR ISO 9001 e 14001 e OHSAS 18001


Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca

9 - USINA HIDRELÉTRICA MACHADINHO

Início das operações: 2002
Localização: entre os municípios de Piratuba (SC) e Maximiliano de Almeida (RS) – Rio Pelotas
Capacidade instalada total: 1.140,0 MW – três unidades geradoras de 380,0 MW
Capacidade instalada Tractebel Energia: 403,9 MW
Capacidade comercial Tractebel Energia: 147,2 MW médios
Validade da concessão: 2032 – concedida ao Consórcio Machadinho, formado pela Machadinho Energética S.A. (80,72%) e pela Tractebel Energia (19,28%)
Certificações: NBR ISO 9001 e 14001 e OHSAS 18001

10 - USINA HIDRELÉTRICA SALTO OSÓRIO

Início das operações: 1975
Localização: entre os municípios de Quedas do Iguaçu (PR) e São Jorge d'Oeste (PR) – Rio Iguaçu
Capacidade instalada: 1.078,0 MW – quatro unidades geradoras de 182,0 MW e duas de 175,0 MW
Capacidade comercial: 522,0 MW médios
Validade da concessão: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e 14001 e OHSAS 18001

11 - USINA HIDRELÉTRICA SALTO SANTIAGO

Início das operações: 1980
Localização: entre os municípios de Saudade do Iguaçu (PR) e Rio Bonito do Iguaçu (PR) – Rio Iguaçu
Capacidade instalada: 1.420,0 MW – quatro unidades geradoras de 355,0 MW
Capacidade comercial: 723,0 MW médios
Validade da concessão: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e 14001 e OHSAS 18001

PARQUE GERADOR – REGIÃO SUDESTE

12 - USINA TERMELÉTRICA IBITIÚVA BIOENERGÉTICA

Início da operação: 2010
Localização: Pitangueiras (SP)
Fonte de energia: Biomassa – bagaço da cana-de-açúcar
Capacidade instalada total: 33,0 MW – uma unidade geradora
Capacidade instalada Tractebel Energia: 18,3 MW
Capacidade comercial Tractebel Energia: 11,1 MW
Validade da autorização: 2030, concedida ao Consórcio Andrade, formado pela Ibitiúva Bioenergética S.A. (empresa controlada pela Tractebel Energia, com 88,0%), que detém 72,9%, e pela Andrade Açúcar e Álcool S.A. (controlada pela Açúcar Guarani S.A.), com 27,1% do capital. Dessa forma, a Companhia detém 64,1% do projeto.

13 PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA AREIA BRANCA

Início da operação: 2010
Localização: entre os municípios de Caratinga (MG) e Ipanema (MG) – Rio Manhuaçu
Capacidade instalada: 19,8 MW – duas unidades geradoras de 9,9 MW
Capacidade comercial: 11,1 MW médios
Validade da autorização: 2030

PARQUE GERADOR – REGIÃO CENTRO-OESTE

14 - USINA TERMELÉTRICA WILLIAM ARJONA

Início da operação: 1999
Localização: Campo Grande (MS)
Fonte de energia: gás natural e óleo combustível
Capacidade instalada: 190,0 MW – três unidades geradoras de 40,0 MW e duas de 35,0 MW
Capacidade comercial: 136,1 MW médios
Validade da autorização: 2029
Certificações: NBR ISO 9001 e 14001 e OHSAS 18001

15 - USINA HIDRELÉTRICA PONTE DE PEDRA

Início da operação: 2005
Localização: entre os municípios de Sonora (MS) e Itiquira (MT) – Rio Correntes
Capacidade instalada: 176,1 MW – três unidades geradoras de 58,7 MW
Capacidade comercial: 131,6 MW médios
Validade da concessão: 2035
Certificações: NBR ISO 9001 e 14001 e OHSAS 18001

16 - PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA RONDONÓPOLIS

Início da operação: 2007
Localização: Rondonópolis (MT) – Ribeirão Ponte de Pedra
Capacidade instalada: 26,6 MW – três unidades geradoras de 8,9 MW
Capacidade comercial: 14,0 MW médios
Validade da autorização: 2032

17 - PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA JOSÉ GELAZIO DA ROCHA

Início da operação: 2007
Localização: Rondonópolis (MT) - Ribeirão Ponte de Pedra
Capacidade instalada: 23,7 MW - três unidades geradoras de 7,9 MW
Capacidade comercial: 11,9MW médios
Validade da autorização: 2032

18 - USINA HIDRELÉTRICA CANA BRAVA

Início da operação: 2002
Localização: entre os municípios de Cavalcante (GO), Minaçu (GO) e Colinas do Sul (GO) – Rio Tocantins
Capacidade instalada: 450,0 MW – três unidades geradoras de 150,0 MW
Capacidade comercial: 273,5 MW médios
Validade da concessão: 2033
Certificações: NBR ISO 9001 e 14001 e OHSAS 18001



Usina Termelétrica William Arjona

PARQUE GERADOR – REGIÃO NORTE

19 - USINA HIDRELÉTRICA SÃO SALVADOR

Início da operação: 2009
Localização: entre os municípios de São Salvador (TO) e Paranã (TO) – Rio Tocantins
Capacidade instalada: 243,2 MW – duas unidades geradoras de 121,6 MW
Capacidade comercial: 148,5 MW médios
Validade da concessão: 2037
Certificações: NBR ISO 9001 e 14001 e OHSAS 18001

PARQUE GERADOR – REGIÃO NORDESTE

20 - USINA HIDRELÉTRICA ESTREITO

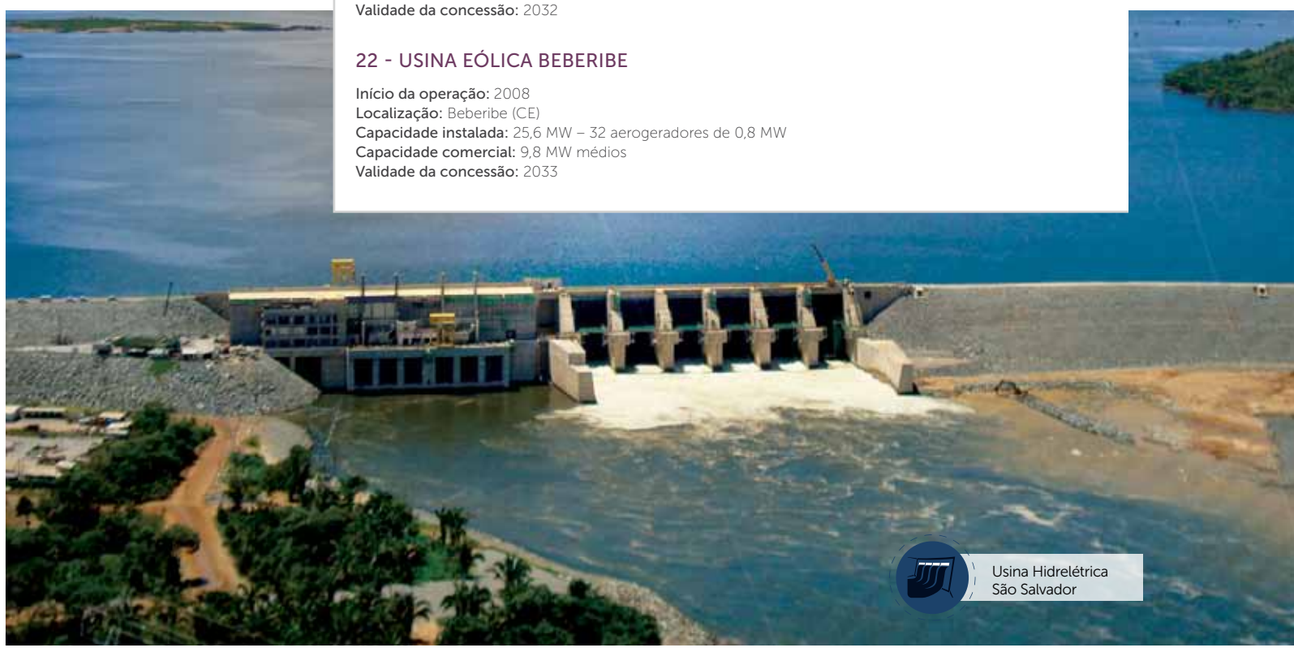
Início da operação: 2011 (quatro primeiras unidades geradoras – em 29 de abril, 2 de julho, 30 de setembro e 23 de dezembro)
Localização: entre os municípios de Estreito (MA), Palmeiras do Tocantins (TO) e Aguiarnópolis (TO) – Rio Tocantins
Capacidade instalada total: 1.087,0 MW – oito unidades geradoras de 135,9 MW
Capacidade instalada Tractebel Energia: 435,6 MW
Capacidade comercial Tractebel Energia: 256,9 MW médios
Validade da concessão: 2037, para o Consórcio Estreito Energia (Ceste), composto pela SUEZ Energia Renovável S.A. (SER) (40,1%), Vale (30,0%), Alcoa Alumínio (25,5%) e Camargo Corrêa (4,4%)

21 - USINA EÓLICA PEDRA DO SAL

Início da operação: 2008
Localização: Parnaíba (PI)
Capacidade instalada: 18,0 MW – 20 aerogeradores de 0,9 MW
Capacidade comercial: 7,8 MW médios
Validade da concessão: 2032

22 - USINA EÓLICA BEBERIBE

Início da operação: 2008
Localização: Beberibe (CE)
Capacidade instalada: 25,6 MW – 32 aerogeradores de 0,8 MW
Capacidade comercial: 9,8 MW médios
Validade da concessão: 2033


Usina Hidrelétrica São Salvador

2

Governança Corporativa

2. Governança Corporativa

Novo Mercado

A Tractebel Energia está listada no Novo Mercado da BM&FBovespa, composto por companhias que voluntariamente se comprometem a adotar práticas de governança corporativa que ultrapassam as obrigações legais. Entre as condições para se alcançar esse nível de governança corporativa, destacam-se a composição exclusiva do capital por ações ordinárias com direito a voto, a manutenção de um Conselho de Administração formado por no mínimo cinco membros - dos quais pelo menos 20% devem ser independentes –, a aplicação de *tag along* de 100% em caso de alienação do controle, a fixação do *free float* mínimo de 25% e a divulgação de dados financeiros mais completos, com relatórios financeiros revisados por um auditor independente e apresentados anualmente em um padrão internacionalmente aceito. Além disso, é preciso divulgar mensalmente as negociações com valores mobiliários da companhia pelos diretores, executivos e acionistas controladores.

Princípios de Governança Corporativa

Além de respeitar as regras do Novo Mercado, a governança corporativa da Tractebel Energia é regida pelos seguintes princípios:

Princípios de Governança Corporativa



CONTROLE

Desde 2006, a Companhia adota um Sistema de Controles Internos nos moldes da lei Sarbanes-Oxley (SOX). A partir da consolidação da combinação de ativos entre IPR e a GDF SUEZ, aprimoramentos de controle foram adicionados a esse sistema, que anualmente é testado e certificado pela Administração e tem seus resultados auditados pela Deloitte Touche Tohmatsu.

ÉTICA

Em 2011, o Código de Ética da Tractebel Energia teve sua terceira versão publicada, reafirmando os valores da Companhia e explicitando que a ética conduz suas atividades e acompanha sua visão de desenvolvimento sustentável. O Código, divulgado na intranet e no website da Companhia, é parte integrante do contrato padrão firmado entre a Tractebel Energia e seus fornecedores. Todos os empregados recebem um exemplar do Código de Ética em sua versão completa, além do Guia de Práticas Éticas.

Entre fevereiro e abril de 2011, representantes do Comitê de Ética da Companhia realizaram palestras sobre o assunto para os membros do Conselho Fiscal e também para todos os empregados da sede, do escritório de vendas em São Paulo e da maioria das usinas - entre elas, todas as que desempenham funções de centros regionais. As palestras apresentavam conceitos, casos práticos para reflexão e a versão atualizada do Código.

GESTÃO

A gestão da Tractebel Energia é norteada pelos valores profissionalismo, cooperação, espírito de equipe, criação de valor, respeito ao meio ambiente e ética. Todos os empregados são orientados quanto às políticas e diretrizes de gestão, as quais se encontram disponíveis na intranet e são apresentadas no diagrama a seguir:

Políticas e Diretrizes de Gestão



O Guia de Práticas Éticas da Tractebel Energia orienta o leitor quanto à conduta a ser adotada diante de um dilema ético, sugerindo que a decisão seja tomada de acordo com as seguintes perguntas:

- Essa ação é legal?
- Está em conformidade com o Código de Ética e os valores da Companhia?
- Estou consciente de que a minha decisão pode implicar em outras pessoas além de mim?
- Sinto-me confortável com a minha decisão?
- O que a minha família, meus colegas e meus amigos poderiam pensar?
- E se fosse publicado num jornal?
- E se todos fizessem isso?
- E se eu fosse questionado pelo meu gerente ou Comitê de Ética?

TRANSPARÊNCIA

Compromisso básico com todos os seus públicos de interesse, a Tractebel Energia publica constantemente informações relevantes sobre seu desempenho e gestão. O website contém disponíveis os relatórios de sustentabilidade, os comunicados ao mercado, os releases e as apresentações de resultados trimestrais, além de códigos, políticas e práticas da Companhia, entre os quais se destacam:

- Política de Investimentos e Derivativos;
- Código de Ética, incluindo versão em áudio;
- Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável – que explicita os endereços para contato com os Comitês de Sustentabilidade e Ética, inclusive de forma anônima;
- Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Ações;
- Código de Meio Ambiente; e
- Política Tractebel Energia sobre as Mudanças Climáticas.

O Regimento Interno do Conselho de Administração, também disponível no website, possui cláusula específica referente a conflitos de interesses.

As demonstrações financeiras, além de disponíveis no website, são anualmente publicadas em jornais de ampla circulação. A política de divulgação observa e cumpre o determinado pelas regras de transparência e exigências dos órgãos reguladores do mercado financeiro, como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a BM&FBovespa.

Outros veículos de comunicação das informações corporativas são o jornal Boas Novas, para o público externo e também encaminhado a todos os empregados, o informativo interno Conexão e boletins eletrônicos, veiculados pela área de recursos humanos.

A Tractebel Energia integra o ISE desde a criação do Índice, em 2005

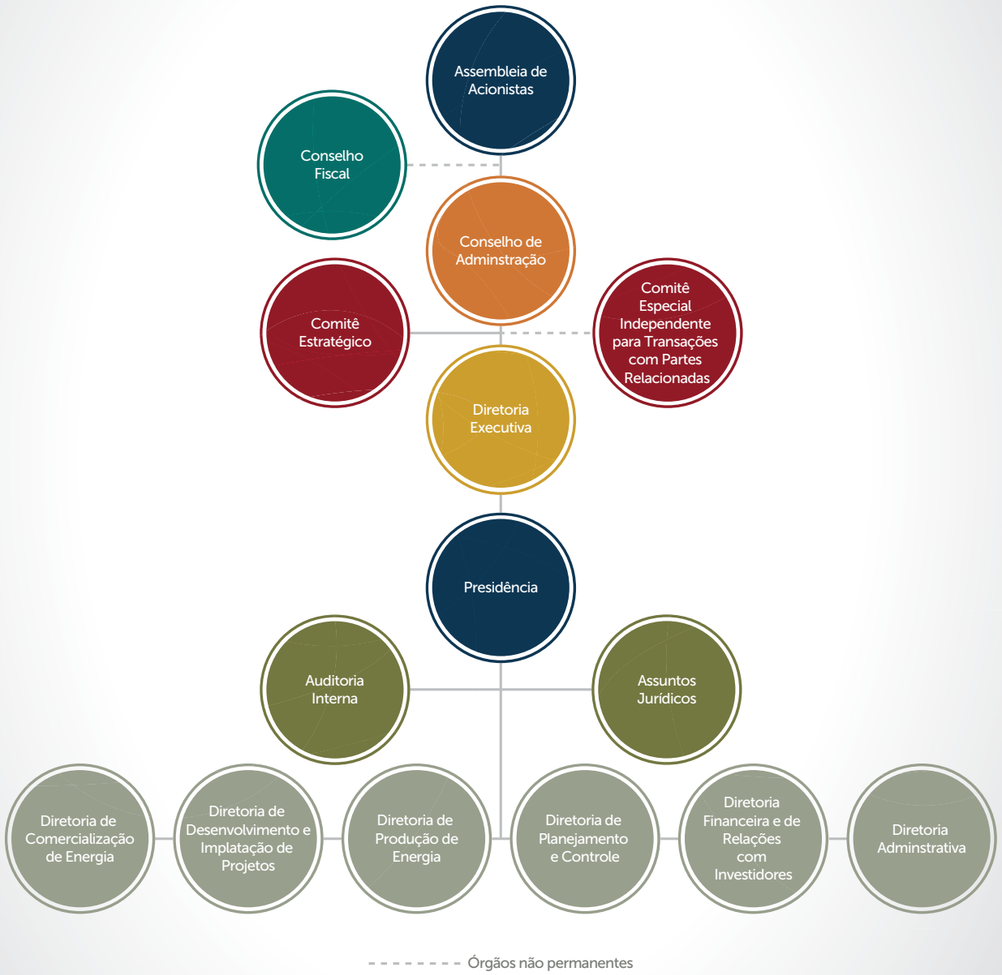
ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Índice de Sustentabilidade Empresarial ISE 2012

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) é composto por um conjunto de ações de companhias com compromisso diferenciado em relação à sustentabilidade. Para integrar a carteira de ações do ISE, a BM&FBovespa submete às empresas interessadas um amplo questionário, sendo que todas as respostas são passíveis de comprovação. A Tractebel Energia integra o ISE desde a criação do Índice, em 2005.

Administração

Estrutura da Administração



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Responsável pela orientação geral dos negócios da Companhia, o Conselho de Administração da Tractebel Energia é composto por nove membros efetivos, dos quais dois são representantes dos acionistas minoritários e um dos empregados– há suplentes eleitos para todos os cargos. O mandato dos conselheiros é de dois anos, sendo permitida a reeleição.

Entre as principais atribuições do Conselho, estabelecidas pelo Estatuto Social da Tractebel Energia, destacam-se a convocação da Assembleia Geral, a aprovação do orçamento anual e a avaliação do Relatório de Administração e das contas apresentadas pela Diretoria.

COMPOSIÇÃO ATUAL

Eleitos em abril de 2010, os membros do atual Conselho de Administração da Companhia cumprem mandato até abril de 2012.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA TRACTEBEL ENERGIA:

Cargo	Titular
Presidente	Maurício Stolle Bähr
Vice-Presidente	Jan Franciscus María Flachet
Conselheiro e Diretor-Presidente	Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro	Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos
Conselheiro	Luiz Antônio Barbosa[19]
Conselheiro	Dirk Beeuwsaert
Conselheiro	José Pais Rangel[20]
Conselheiro	Antonio Alberto Gouvêa Vieira[20]
Conselheiro	Philip Gotsall Cox[21]

[19] Representante dos empregados.
[20] Representante dos minoritários.
[21] A partir de 22 de agosto de 2011, em substituição a Alain François Marie Louise Janssens, que renunciou.

DIRETORIA EXECUTIVA

As atribuições e poderes dos membros da Diretoria Executiva são fixados pelo Conselho de Administração, o qual, obrigatoriamente, designa o Diretor-Presidente e o Diretor de Relações com Investidores. A posse dos membros da Diretoria é condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores conforme o Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento aos requisitos legais aplicáveis.

Entre outras atribuições, cabe à Diretoria Executiva elaborar as demonstrações financeiras, o Relatório da Administração, o regulamento interno e o orçamento anual da Companhia. Conforme o Estatuto Social da Companhia, é composta por sete membros eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, sendo permitida a reeleição.

COMPOSIÇÃO ATUAL

Em outubro de 2011, a composição da Diretoria Executiva da Tractebel Energia foi alterada, em função do falecimento do Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos, Miroel Makiolke Wolowski, que cumpriu uma trajetória vitoriosa na Companhia. Até que o Conselho de Administração se reunisse para eleger novos diretores, a Diretoria antes ocupada por Wolowski foi acumulada pelo então Diretor de Comercialização de Energia, José Luiz Jansson Laydner.

Em 4 de novembro de 2011, o Conselho de Administração decidiu pela nova composição da Diretoria Executiva, mantendo Laydner na Diretoria de Desenvolvimento e Implantação de Projetos. Para a Diretoria de Planejamento e Controle, foi eleito Edson Luiz da Silva, que exercia o cargo de Gerente de Assuntos Regulatórios e de Mercado. Por fim, Marco Antônio Amaral Sureck passou a responder pela Diretoria de Comercialização de Energia. Os demais diretores foram mantidos nas mesmas posições. A atual composição da Diretoria Executiva da Tractebel Energia cumpre mandato até abril de 2013.

DIRETORIA EXECUTIVA DA TRACTEBEL ENERGIA:

Cargo	Titular
Diretor-Presidente	Manoel Arlindo Zaroni Torres (1)
Diretor de Produção de Energia	José Carlos Cauduro Minuzzo (2)
Diretor Administrativo	Luciano Flávio Andriani (3)
Diretor de Comercialização de Energia	Marco Antônio Amaral Sureck (4)
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos	José Luiz Jansson Laydner (5)
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Eduardo Antonio Gori Sattamini (6)
Diretor de Planejamento e Controle	Edson Luiz da Silva (7)



REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA EXECUTIVA

A política de remuneração para o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal da Tractebel Energia é baseada nas práticas de mercado, buscando atrair e reter profissionais compatíveis com as necessidades da Companhia. Assim, considera os conhecimentos exigidos, a complexidade das atividades e os resultados esperados de cada cargo. O valor da remuneração global anual dos administradores (membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal) é definido anualmente pela Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia.
A composição da remuneração obedece aos seguintes critérios:

(A) CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O valor anual estabelecido para cada Conselheiro é pago em 13 parcelas mensais, e eventuais parcelas variáveis podem ser consideradas no montante global aprovado pela Assembleia Geral. O presidente do Conselho recebe remuneração maior que os demais membros e, tal como os demais, pode receber uma parcela variável, baseada em indicadores financeiros, metas e resultados operacionais. Já o membro eleito pelos empregados recebe um bônus calculado com base no número de remunerações mensais pagas aos empregados como Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

(B) DIRETORIA EXECUTIVA

A remuneração dos membros da Diretoria é composta por uma parcela fixa e outra variável (bônus), e seu valor anual é estabelecido pela Assembleia Geral dos Acionistas. Os benefícios oferecidos pela Companhia compõem a remuneração indireta, como assistência à saúde, seguro de vida e previdência complementar.

A remuneração fixa da Diretoria Executiva é estabelecida com base no mercado, e seu valor é pago em 13 parcelas mensais. A parcela variável oscila de 20% a 60% da remuneração anual fixa e considera:

- Indicadores financeiros do ano (evolução do EBITDA, geração de caixa livre e resultado líquido da Companhia, e solidariedade com os resultados do controlador, dentre outros), que representam em média 40% do valor do bônus anual;
- Indicadores individuais e operacionais (cumprimento de metas, resultados operacionais e/ou financeiros), que representam em média 40% do valor do bônus anual; e
- Questões comportamentais e gerenciais, que representam em média 20% do valor do bônus anual.

O valor do bônus pode variar entre 25% e 90% da remuneração anual total, de acordo com o cargo do executivo, seus desafios e metas estabelecidas. O pagamento ocorre no primeiro semestre do ano seguinte, após o fechamento do exercício-base.

(C) REMUNERAÇÃO TOTAL EM 2011

A remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva somou, aproximadamente, R$ 15 milhões em 2011, dos quais cerca de 85% correspondem à remuneração fixa.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Tractebel Energia é responsável pela fiscalização dos atos dos administradores, bem como por analisar as Demonstrações Financeiras da Companhia. Não tem funcionamento permanente, instalando-se a pedido dos acionistas, conforme prevê a legislação. É constituído por três a cinco membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato de um ano, que podem ser reeleitos.

A atual composição do Conselho Fiscal foi eleita em abril de 2011.

CONSELHO FISCAL DA TRACTEBEL ENERGIA

Cargo	Titular
Conselheiro-Presidente	Paulo de Resende Salgado
Conselheiro	Manoel Eduardo Lima Lopes[22]
Conselheiro	Carlos Guerreiro Pinto

[22] Representante dos acionistas minoritários.

REMUNERAÇÃO

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixa em sua totalidade, paga em forma de pró-labore. É estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas, que elege os conselheiros, e não pode ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da média da remuneração mensal dos Diretores, sem considerar benefícios e remuneração variável.

COMITÊS

A estrutura de governança da Tractebel Energia inclui comitês que participam direta ou indiretamente de seus processos decisórios. São eles:

» **Comitê Estratégico:** de caráter consultivo, tem a função de orientar o Conselho de Administração e a Diretoria a respeito de assuntos estratégicos, como a seleção e o acompanhamento dos projetos de expansão do parque gerador e as tendências do setor elétrico.

» **Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas:** subordinado ao Conselho de Administração e com caráter não permanente, é instalado sempre que ocorre uma transação envolvendo partes relacionadas à Companhia. É composto por três ou cinco membros, em sua maioria por membros independentes do Conselho de Administração, com a função de negociar os termos da transação e apresentar suas recomendações ao Conselho, para garantir a defesa dos interesses da Companhia e de seus acionistas.

» **Comitês internos:** tratam de assuntos também estratégicos para o negócio e cuja análise alcance maior eficácia de modo matricial, integrando profissionais de diferentes áreas. Em 2011, a Tractebel Energia contava com sete comitês internos:

- **Comitê de Energia:** avalia os negócios e a situação do mercado de energia elétrica; aprova a Política de Comercialização e Administração do Risco de Mercado; define os preços de transferência a serem usados nas operações; e valida a estratégia para participação em leilões de energia e os contratos de venda.
- **Comitê de Gerenciamento de Riscos:** define metas e diretrizes para o processo de gerenciamento de risco empresarial; promove e sugere melhorias no processo de avaliação de riscos gerenciados pelas Unidades Organizacionais; classifica e define os procedimentos de controle dos riscos da Companhia.
- **Comitê Financeiro:** avalia as condições macroeconômicas e seus impactos na conduta financeira da Companhia; recomenda as políticas de captação, aplicação de recursos e derivativos, de antecipação de pagamentos, de antecipação ou postergação de recebimentos e a contratação de operações de reestruturação de passivo; aprova o ranking de bancos com os quais a Companhia irá trabalhar; identifica riscos de descasamentos nas operações ativas e passivas; e, se e quando pertinente, propõe operações de hedge.
- **Comitê de Planejamento Tributário:** discute e interpreta a aplicação da legislação tributária; analisa riscos relativos ao seu escopo de atuação; debate e recomenda ações no curso de contestações administrativas e judiciais; apresenta sugestões para obtenção de possíveis benefícios fiscais legais nas operações da Tractebel Energia; e participa das decisões sobre novos projetos, identificando as oportunidades de economia fiscal.
- **Comitê de Ética:** avalia permanentemente a atualidade e pertinência do Código de Ética da Tractebel Energia; divulga, conscientiza, aplica e atualiza o Código; delibera sobre as dúvidas de interpretação do seu conteúdo e julga os possíveis casos de violação.
- **Comitê de Inovação:** tem como objetivo criar um ambiente propício para que novas ideias surjam e possam ser exploradas com sucesso, agregando valor para a Companhia; recebe e avalia as propostas encaminhadas pelos empregados e recomenda à Diretoria Executiva a alocação de recursos para a adoção das ideias selecionadas, assim como ações para reconhecimento dos autores; e estimula a participação da Tractebel Energia no concurso GDF SUEZ Innovation Trophies.
- **Comitê de Sustentabilidade:** tem como meta permanente criar um sistema proativo de atuação da Companhia em questões sociais e ambientais nas comunidades onde está inserida. Apresenta e aprova, junto à Diretoria Executiva, as Metas Tractebel Energia de Sustentabilidade anuais, articulando as Unidades Organizacionais para seu alcance; realiza estudos e identifica parcerias para iniciativas em prol do desenvolvimento sustentável; e promove a conscientização para o tema junto a seus stakeholders.

3

Objetivos e Diferenciais

3. Objetivos e Diferenciais

Estratégia

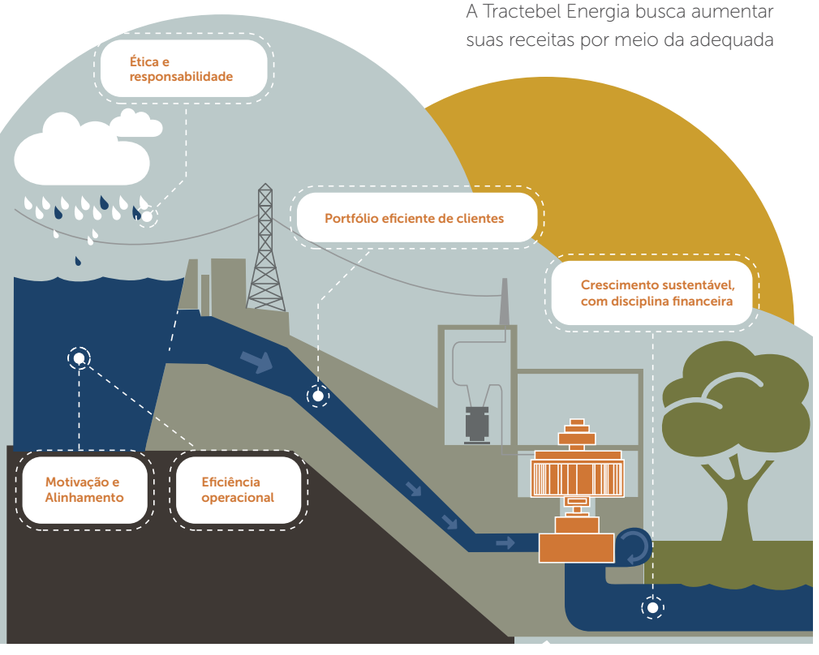
A Tractebel Energia busca consolidar-se como referência de sustentabilidade no setor elétrico e manter sua posição de maior geradora privada do Brasil. Essa estratégia tem os seguintes pilares:

MOTIVAÇÃO E ALINHAMENTO

A Companhia se empenha em disseminar uma cultura de confiança, coesão e capacitação, para que suas equipes sintam-se motivadas a vivenciar novos aprendizados e desafios, alinhadas aos objetivos empresariais.

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL, COM DISCIPLINA FINANCEIRA

A Tractebel Energia busca aumentar suas receitas por meio da adequada comercialização de energia e da expansão criteriosa, que pondera o binômio retorno-risco dos novos empreendimentos e as dimensões social e ambiental associadas.



ÉTICA E RESPONSABILIDADE

A Companhia busca disseminar para todos os públicos com os quais se relaciona os princípios éticos que norteiam sua conduta para a perenidade do negócio.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

A Companhia se mantém preparada para atender a demandas e novas oportunidades de mercado, incluindo operações de exportação para países vizinhos. Nos últimos anos, o índice de disponibilidade das usinas operadas pela Tractebel Energia, descontadas as paradas programadas conforme os planos de manutenção preventiva, vem se mantendo superior a 97%, tendo alcançado 98,3% em 2011 e 2010.

PORTFÓLIO EFICIENTE DE CLIENTES

Esse pilar da estratégia se baseia em quatro ações: diversificação do portfólio, análise de crédito, flexibilidade de negociação e fidelização de clientes.


Usina Eólica Pedra do Sal

DIVERSIFICAÇÃO DO PORTFÓLIO

A diversificação da carteira de clientes tem como objetivo principal a diluição de riscos e se dá entre os diferentes mercados: regulado, composto por distribuidoras, e livre, formado por:

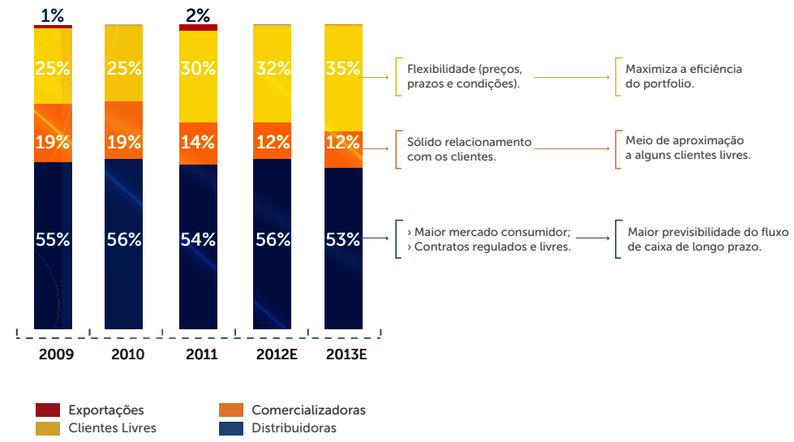
- Comercializadoras;
- Consumidores livres (clientes cujas demandas de energia elétrica os desobrigam de adquiri-la de distribuidoras – superiores a 3,0 MW); e
- Clientes especiais (clientes com demandas superiores a 0,5 MW).

A diversificação também é realizada em diferentes setores industriais em que atuam os consumidores livres (químico, automobilístico, mineração, gases industriais, papel e celulose, por exemplo) e consumidores especiais (supermercados, hospitais e outros).

Pioneira na prospecção sistemática de clientes livres, em 2011 a Companhia conquistou 12 novos grupos empresariais e 30 novas unidades industriais[23]. Além disso, renovou contratos com outros clientes, totalizando uma carteira de atendimento de 195 unidades consumidoras livres pertencentes a 85 grupos empresariais.

Ao final de 2011, a participação dos clientes livres nas vendas físicas alcançou o patamar de 29,8%, um incremento de 4,8 p.p. em relação a 2010. A participação desses clientes na receita líquida relativa às vendas contratadas foi de 26,7%, o que representa acréscimo de 5,3 p.p. em relação ao ano anterior.

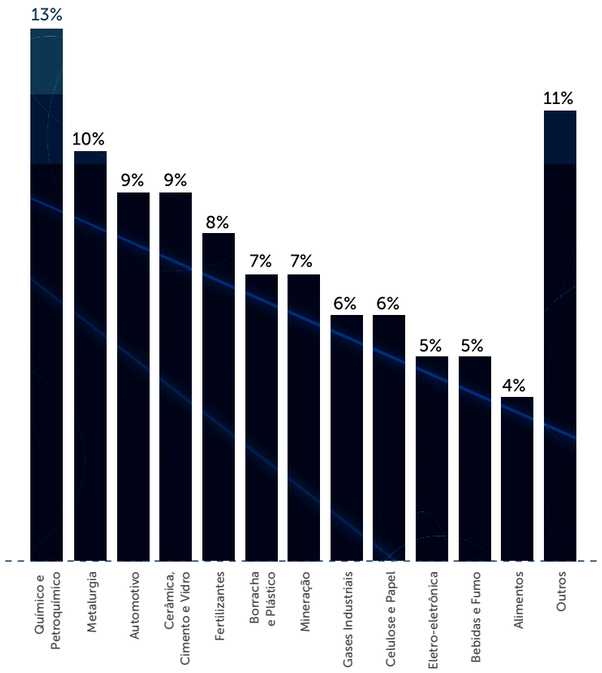
Energia Contratada por Tipo de Cliente



[23] Dessas 30 novas unidades industriais, 14 pertencem aos 12 grupos empresariais acrescentados à carteira em 2011.

Volume Total de Venda para Clientes Livres para 2012

(1.253 MW médios)



ANÁLISE DE CRÉDITO

Uma criteriosa análise de crédito de seus clientes permite à Tractebel Energia manter elevados índices de adimplência, muito próximos a 100%.

FLEXIBILIDADE DE NEGOCIAÇÃO

A diversificação da matriz do parque gerador, a alta disponibilidade das usinas, a forte geração de caixa, a solidez econômico-financeira, o domínio dos aspectos regulatórios e a experiência de mercado são alguns dos fatores capazes de permitir grande flexibilidade na negociação dos contratos de compra e venda de energia firmados pela Companhia.

FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES

A Tractebel Energia busca estabelecer relacionamentos de longo prazo, em alinhamento com seus valores, missão e visão. Ações e programas são voltados à fidelização, entre eles o Programa de Diagnóstico de Eficiência Energética para Clientes Industriais.

Vantagens competitivas

PESSOAS E GESTÃO

Os empregados da Tractebel Energia possuem expressiva vivência no setor elétrico e em particular na geração de energia. Para manter o nível de excelência requerido em suas operações, a Companhia realiza ações contínuas de atualização e desenvolvimento, e procura complementar e renovar seu quadro por meio da seleção de profissionais com visão técnica, gerencial e de negócios.

Em complemento, a Administração da Tractebel Energia é composta por executivos experientes e comprometidos com as melhores práticas de governança corporativa, conforme exigências do Novo Mercado da BM&FBovespa – nível máximo de governança da instituição, no qual as ações da Companhia são negociadas.



SINERGIA E TRADIÇÃO CORPORATIVA

O controle acionário da Tractebel Energia pertence a grupos empresariais tradicionais, reconhecidos por sua atuação em todo o mundo. A combinação de ativos entre a GDF SUEZ, que possui mais de 50 anos de atuação no Brasil e figura como liderança global no tratamento de água e resíduos, e a International Power (IPR) resultou na criação do maior produtor independente de energia do mundo, que tem no Brasil uma de suas prioridades de investimento.

POTENCIAL DE CRESCIMENTO

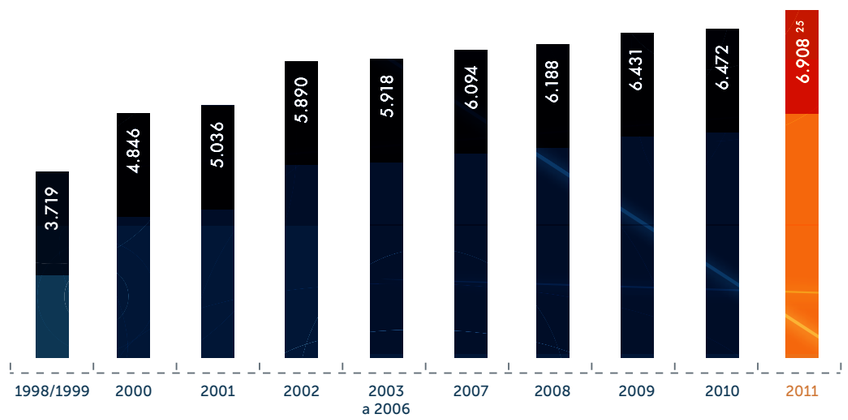
Em 13 anos, a Tractebel Energia ampliou em 86% sua capacidade instalada, adicionando 3.189 MW ao seu parque gerador, com investimentos que somam R$ 9,5 bilhões[24] somente em expansão.

Grande parte desse crescimento se deu com base no modelo de negócios adotado entre o controlador e a Companhia, o qual prevê que o desenvolvimento de novos projetos hidrelétricos de médio e grande porte seja feito inicialmente pelo controlador. Após a mitigação dos principais riscos de implantação – e a avaliação do Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas –, os projetos podem ser transferidos para a Tractebel Energia.

[24] Valores reajustados pelo IGP-M.

Capacidade Própria de Fornecimento

(MW)



[25] Considera a motorização completa da UHE Estreito, esperada para 2012.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A Administração da Companhia tem como compromisso o pagamento mínimo equivalente a 55% do lucro líquido ajustado no ano, que é superior aos 30% previstos em seu Estatuto Social, já acima dos 25% previstos na Lei das S.A. A definição do valor a ser distribuído depende da condição financeira da Tractebel Energia e de suas perspectivas de investimento, além das condições macroeconômicas. O gráfico ao lado demonstra o payout[26] definido desde 2005, quando a Companhia realizou a oferta secundária de ações que resultou no seu ingresso no Novo Mercado da BM&FBovespa.

Evolução do Payout



FOCO NA GERAÇÃO

Por não atuar na distribuição ou na transmissão de energia, estando, portanto, focada somente no segmento de geração, a Companhia evita possíveis sobreposições de interesses. Maximiza, assim, o potencial de seu capital humano na busca, avaliação e desenvolvimento de oportunidades.

[26] Relação entre proventos distribuídos e lucro líquido ajustado em um determinado ano fiscal.



4

Ativos Intangíveis

4. Ativos Intangíveis

Capital humano

A geração de energia elétrica exige investimentos e políticas que garantam uma qualificação técnico-gerencial diferenciada, especialmente em um ambiente competitivo como o que se configura atualmente no Brasil. A gestão de recursos humanos praticada pela Tractebel Energia a levou, em 2011, a ser eleita uma das 150 melhores empresas para se trabalhar no país. Foi a primeira vez que a Companhia participou da pesquisa que origina o ranking, promovida pelas revistas Você S.A. e Exame, da Editora Abril.



Inovação

A inovação é um fator chave para o sucesso de uma organização, especialmente quando se é líder em seu setor. Para a Tractebel Energia, inovar é, mais que uma busca, uma prática.

Para fortalecê-la, a Companhia desenvolve, desde 2007, o Programa Inove, que tem como objetivo incentivar e reconhecer os empregados que se destacarem pela postura inovadora, em ações relacionadas a melhorias em processos de trabalho, solução de problemas, redução de custos, racionalização do uso de recursos e criação de diferenciais de mercado.

Em 2011, o regulamento do Inove foi aprimorado, com o objetivo de aproximar suas regras às utilizadas no concurso GDF SUEZ Innovation Trophies. Assim, o Inove passou a premiar os melhores projetos ou ações implantados em cinco categorias: Operação e Manutenção, Pesquisa e Desenvolvimento, Comercial e Negócios, Socioambiental e Gestão.

Podem participar do Inove todos os empregados da Tractebel Energia, exceto gerentes de unidades organizacionais e membros do Comitê de Inovação. Os projetos são avaliados segundo os critérios de originalidade, aplicabilidade, relevância e impactos financeiros, entre outros aspectos. Em 2011, oito projetos foram premiados, distribuindo R$ 3 mil para cada um dos 25 empregados vencedores.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Outro recurso utilizado pela Companhia para a inovação tem origem em um dispositivo legal de incentivo às atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). A Lei nº 9991/2010 estabelece que as empresas de geração, transmissão e distribuição de energia apliquem 1% da sua receita líquida anual em P&D.

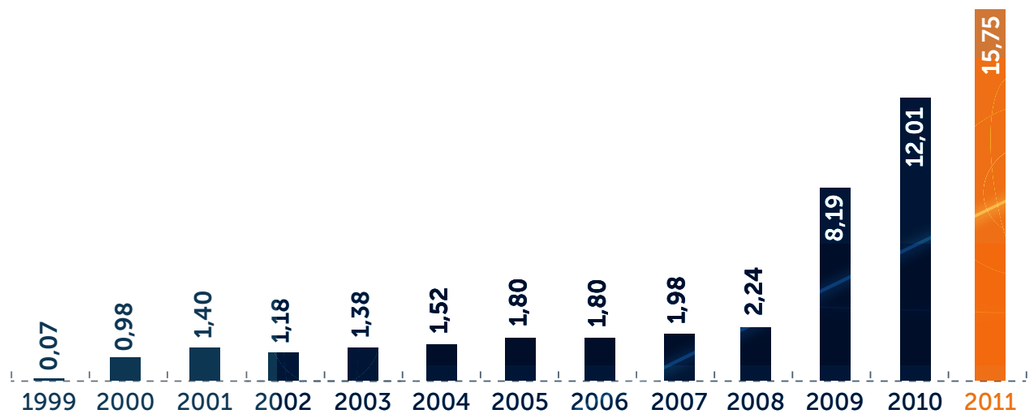
Assim, o Programa de P&D da Tractebel Energia tem como principais objetivos:

- Capacitação e desenvolvimento de competências para pesquisa e inovação tecnológica nas regiões onde a Companhia está presente;
- Desenvolvimento de tecnologias inovadoras que agreguem valor ao produto e serviços da Companhia;
- Aplicação e difusão dos resultados dos projetos de P&D, para gerar desenvolvimento;
- Redução de impactos ambientais, controle e redução das emissões atmosféricas e pesquisa da biodiversidade; e
- Desenvolvimento de novas fontes de geração de energia renovável.

Em 2011, a Tractebel Energia destinou R$ 34,8 milhões em recursos para P&D, dos quais R$ 6,4 milhões foram direcionados ao Ministério de Minas e Energia (MME) para custeio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), R$ 12,7 milhões ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e R$ 15,8 milhões diretamente em projetos de P&D.

Evolução dos Investimentos em Projetos de P&D

(R$ milhões)



Entre os projetos de P&D iniciados, em andamento e concluídos em 2011, destacam-se:

PROJETOS INICIADOS EM 2011

TÍTULO	INFORMAÇÕES GERAIS
Sistema elétrico de propulsão para barcos de pequeno porte empregando baterias e energia solar	**Objetivo:** estudo, projeto e construção de barcos de pequeno porte com sistema de propulsão elétrica e captação de energia solar fotovoltaica. **Entidade cooperada:** Itá Energética **Entidades executoras envolvidas:** Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Cebra **Prazo:** 30 meses **Investimento:** R$ 1,7 milhão
Elevação do pH da água de sistemas de resfriamento em usinas hidrelétricas	**Objetivo:** desenvolvimento de técnica de controle de espécies invasoras incrustantes, elevando o pH da água por meio de injeção de hidróxido de sódio (NaOH). **Entidade envolvida:** Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (Lactec) **Prazo:** 36 meses; investimento: R$ 1,0 milhão
Desenvolvimento de boia instrumentada para monitoramento de qualidade da água - Boia Yara	**Objetivo:** protótipo de boia para medição da qualidade da água em reservatórios, com telemetria e sensores inteligentes para rastreabilidade, amparo legal, redução de custos de manutenção e transmissão de dados. **Entidade cooperada:** Itá Energética **Entidade executora envolvida:** Fundação Certi **Prazo:** 18 meses investimento: R$ 1,0 milhão
Desenvolvimento de um sistema de monitoramento online da grade de adução da tomada d'água de usinas hidrelétricas	**Objetivo:** sistema de monitoramento para supervisão da integridade física da grade de proteção instalada na adução da tomada d'água da turbina da UHE Itá. **Entidade cooperada:** Itá Energética **Entidade executora envolvida:** Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD) **Prazo:** 24 meses; **Investimento:** R$ 1,6 milhão

PROJETOS INICIADOS EM 2011 (continuação)

TÍTULO	INFORMAÇÕES GERAIS
Utilização da cinza pesada das termelétricas da Tractebel Energia como meio de cultura para produção "in vitro" e produção de substrato para desenvolvimento de plantas nativas florestais e ornamentais	**Objetivo:** criar meio de cultura alternativo para a produção de plantas "in vitro" como orquídeas, bromélias e outras plantas nativas , bem como substrato para plantas ornamentais e florestais a partir do uso da cinza pesada proveniente das usinas do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda. **Entidade envolvida:** Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) **Prazo:** 30 meses; **Investimento:** R$ 616 mil
Desenvolvimento de metodologia para avaliar a correlação entre a composição química das cinzas do carvão mineral e sua temperatura de fusão	**Objetivo:** desenvolvimento de metodologia para a determinação da temperatura de fusão das cinzas do carvão mineral, a partir de sua composição química, e avaliação da temperatura de fusão das cinzas dos diversos tipos de carvão da região carbonífera de Santa Catarina. **Entidade envolvida:** Unisul **Prazo:** 18 meses; **Investimento:** R$ 500 mil
Desenvolvimento de tecnologias de previsão de geração de energia elétrica para parques eólicos em operação	**Objetivo:** desenvolvimento de software de previsão de geração eólica baseado nas previsões do modelo ARPS-Advanced Regional Prediction System. O algoritmo será testado e validado a partir de dados de vento e de geração registrados nos parques eólicos da Tractebel Energia. **Entidade envolvida:** UFSC **Prazo:** 36 meses; **Investimento:** R$ 3 milhões
Nacionalização de um relé de proteção completo para pequenas centrais	**Objetivo:** desenvolvimento de um relé de proteção nacional para gerador, a fim de atender a demanda de pequenas centrais, sejam elas hidrelétricas, termelétricas ou eólicas, com capacidade de proteção diferencial e de controle e automação. **Entidade envolvida:** Reason Tecnologia S.A. **Prazo:** 24 meses; **Investimento:** R$ 3 milhões

PROJETOS CONCLUÍDOS EM 2011

TÍTULO	INFORMAÇÕES GERAIS
Sistema robótico de quatro graus de liberdade para o revestimento e fabricação por soldagem de tubos de caldeiras e tecnologias de soldagem associadas – cabeça-de-série	**Objetivo:** aperfeiçoar os protótipos, desenvolvidos em projetos anteriores, do manipulador robótico com quatro eixos de deslocamento automatizados, fonte de soldagem compacta e tecnologias de soldagem associadas para uso em caldeiras de usinas termelétricas. **Prazo de execução:** 24 meses, com início em 2009 **Entidades envolvidas:** UFSC e Soluções para Soldagem Ltda (SPS).
Utilização de cinzas volante e pesada na produção de concreto auto-adensável de elevado desempenho para uso na construção e manutenção de obras civis	**Objetivo:** obter um material de alto desempenho a partir da utilização de cinzas pesadas e leves residuais produzidas em usinas termelétricas, para utilização na construção e manutenção de obras civis. **Prazo de execução:** 24 meses, com início em 2009 **Entidades envolvidas:** UFSC.

PROJETOS EM ANDAMENTO EM 2011

TÍTULO	INFORMAÇÕES GERAIS
Implantação de protótipo de conversor de ondas onshore nas condições de mar do Nordeste do Brasil	**Objetivo:** implantar o primeiro protótipo da América do Sul capaz de converter a energia das ondas do mar em energia elétrica. **Prazo de execução:** 52 meses, com início em 2009 **Entidades envolvidas:** Coppe-UFRJ, Ceará Portos
Utilização da palha de arroz em processo de co-firing com carvão pulverizado	**Objetivo:** utilizar palha de arroz como combustível complementar ao carvão nas usinas termelétricas da Tractebel Energia, identificando as condições operacionais para utilização da tecnologia de co-firing (duplo combustível), além da logística para a coleta e transporte da biomassa. **Prazo de execução:** 40 meses, com início em 2009 **Entidades envolvidas:** UFSC

Imagem

A Tractebel Energia se empenha em ser reconhecida não apenas pela qualidade de suas operações, mas também por princípios fundamentais à conduta das suas atividades, como ética, profissionalismo, respeito ao meio ambiente e às pessoas.

Assim, a Companhia valoriza o diálogo permanente com seus stakeholders, com a finalidade de informar sobre suas atividades e aferir a percepção que os diversos públicos com os quais interage têm a seu respeito. Além de manter canais de comunicação permanentes com a sociedade, a Companhia realiza consultas e pesquisas junto a esses públicos, com o objetivo de identificar e analisar demandas relacionadas à sua atuação.

Usina Hidrelétrica Machadinho

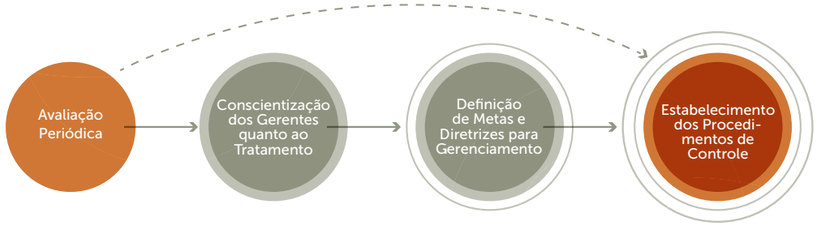


5 Gestão de Riscos Empresariais

5. Gestão de Riscos Empresariais

Na Tractebel Energia, o processo de gestão de riscos observa o princípio da precaução e tem início na identificação dos principais riscos do negócio, para depois passar por uma análise de probabilidade de ocorrência, significância (ou severidade) e grau de controle. Um plano de ação é estabelecido para cada risco identificado e avaliado, sendo apontadas também as oportunidades associadas aos riscos. Assim, é gerada a Matriz de Riscos e Oportunidades Empresariais, que inclui a descrição de cada risco, o responsável pelo seu gerenciamento, as estratégias para sua gestão e mitigação e a evolução do risco. Essa matriz é submetida à aprovação da Diretoria Executiva e enviada ao controlador e ao Conselho de Administração.

Processo de Gestão de Riscos



Tipicamente, os principais riscos do negócio da Tractebel Energia são:

» **Mercado:** é necessário monitorar permanentemente o comportamento de oferta e demanda de energia elétrica em termos de volume e preços praticados, orientando o planejamento de negócios, da expansão do parque gerador, de segmentação de clientes e de comercialização, dentre outros.

» **Regulatório:** a regulação do setor elétrico pode ser afetada por diferentes esferas da legislação. A atuação da Companhia é fundamental para antever e minimizar os efeitos de situações adversas.

» **Tributário:** a Tractebel Energia analisa permanentemente a legislação tributária, para garantir sua atuação em estrita conformidade legal.

» **Fatores econômicos:** a administração do negócio da Companhia requer a criteriosa análise da macroeconomia e suas variáveis, como juros, câmbio, preço das commodities, crescimento econômico e inflação.

» **Quebra de contrato:** contratos de compra e venda de energia estão sujeitos a descumprimentos e exigem proatividade para, por exemplo, evitar inadimplências.

» **Socioambiental:** risco presente tanto na regulação setorial quanto na atuação de movimentos contrários às atividades da Companhia e que requer atuar junto às devidas esferas e com o adequado diálogo.

» **Desenvolvimento e implantação de projetos:** representado por eventos que possam causar atrasos e/ou custos adicionais e afetem a rentabilidade de um projeto, exigindo competência para mitigá-los ou revertê-los e, sempre que possível, evitá-los.

» **Indisponibilidade de energia:** decorrente de desequilíbrio de oferta e demanda, indisponibilidade da energia das usinas da Tractebel Energia ou da adquirida para revenda. Exige eficiência operacional e avaliação permanente do mercado.

» **Sinistro de grandes proporções:** oriunda de causas naturais, humanas e de operação, requer que a Companhia contrate seguros.

» **Recursos humanos:** a escassez de capital humano pode decorrer em função da expansão da Tractebel Energia, do aumento de custos por razões de mercado e de acidentes de trabalho. A Companhia oferece aos empregados um conjunto de remuneração compatível com o mercado mais um diferenciado plano de benefícios e, demonstrando a prioridade que dedica à Saúde e Segurança no Trabalho, tem 15 das 22 usinas certificadas segundo a norma OHSAS 18001.

» **Tecnologia de informação:** presente pela eventual indisponibilidade de recursos ou possíveis falhas de segurança. Para evitá-lo, a área de TI da Tractebel Energia atua tanto na melhoria contínua dos nossos sistemas quanto na constante orientação aos empregados para que sejam tomados os devidos cuidados.

6

Gestão Econômica

6. Gestão Econômica

Cenário macroeconômico e setorial

ECONOMIA BRASILEIRA

Os indicadores macroeconômicos brasileiros sofreram forte influência do agravamento da crise financeira da zona do euro em 2011. Após um cenário de retomada do crescimento, em 2010, o comportamento dos mercados globais voltou a frear a expansão da economia brasileira no ano de 2011.

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) alcançou 2,7% em 2011, forte desaceleração de 4,8 pontos percentuais (p.p.) em relação ao valor anterior, que foi de 7,5%.

Durante o período, além das perspectivas de piora do cenário macroeconômico devido à turbulência internacional, a grande oferta de crédito e baixo desemprego no Brasil ao final de 2010 causaram pressões inflacionárias, que se refletiram na alta dos preços no decorrer de 2011.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), alcançou o teto da meta do Governo de 4,5%, totalizando 6,5% ao ano, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 0,6 ponto percentual acima da taxa registrada em 2010, de 5,9%.

Esse cenário também foi decisivo para a definição da taxa Selic, que fechou 2011 com o juro básico a 11,0% ao ano, após consecutivos cortes do Governo Federal visando estimular a economia afetada pela crise internacional, se mantendo praticamente estável em relação a 2010, quando encerrou em 10,75% ao ano.

Apesar da queda do ritmo de crescimento, a economia brasileira se mostrou forte. Esse ambiente intensificou a entrada da moeda norte-americana no Brasil e o resultado do fluxo cambial brasileiro foi positivo em US$ 65,27 bilhões em 2011, segundo o BC. Esse resultado foi aproximadamente 170% maior do que o obtido em 2010 e o segundo maior superávit observado no país, atrás apenas do resultado positivo de US$ 87,45 milhões em 2007.

Ainda assim, apesar de o dólar atingir a cotação mínima desde 1999, em julho de 2011, o aumento da aversão a risco internacional fez a cotação disparar no último semestre do período, fechando 2011 a R$ 1,8758, uma valorização de 12,6%. Essa mesma aversão ao risco decorrente da crise europeia e norte-americana fez com que o Índice Bovespa (Ibovespa), depois de apresentar ligeira alta de 1,0% em 2010, registrasse queda de 18,1% no ano.



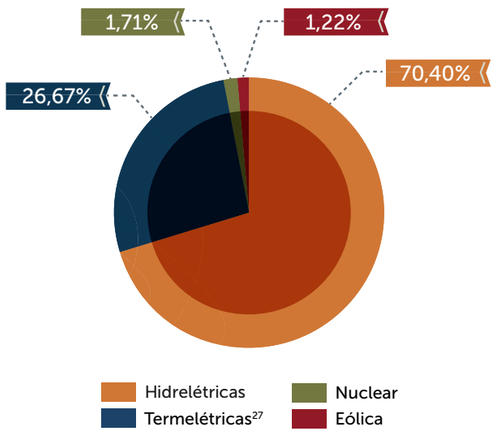
Canal de adução da Pequena Central Hidrelétrica Rondonópolis

SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

CAPACIDADE DE GERAÇÃO

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), ao final de 2011 estavam em operação no Brasil 2.608 usinas de geração de energia, totalizando uma capacidade instalada superior a 117 mil MW, um aumento de 4,2% em relação ao ano anterior.

Capacidade Instalada do Brasil – 117 GW
(em 31.12.2011)



[27] Inclui as usinas a biomassa.

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

O consumo de energia elétrica no Brasil em 2011 aumentou em 3,6%, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), passando dos 415,2 mil GWh de eletricidade na rede em 2010 para 430,1 mil GWh em 2011. O montante representa a maior carga já demandada do Sistema Interligado Nacional (SIN) na história do Brasil.

Essa evolução foi observada em todas as classes, sendo que o crescimento do setor comercial foi de 6,3%, do residencial de 4,6%, do industrial de 2,3% e dos demais setores de 2,4%. No ano, todas as regiões do país apresentaram aumento no consumo em relação a 2010, sendo que o Sudeste acumulou alta de 3,5%, o Nordeste de 0,8%, o Norte de 5,4% e o Sul de 4,2%. A maior alta, de 8,3%, foi registrada no Centro Oeste, impulsionada pela entrada em operação de indústria extrativa mineral e, em menor medida, pelo reaquecimento das atividades dos frigoríficos.

LEILÕES DE ENERGIA

Em 17 de fevereiro de 2011, foi realizado o 10º Leilão de Ajuste, tendo sido comercializados 310,5 MW médios distribuídos em dois produtos: quatro meses e dez meses de duração. O preço médio ponderado dos lotes comercializados para o produto de quatro meses foi de R$ 106,06/MWh, enquanto o de dez meses foi de R$ 111,29/MWh.

Realizou-se no dia 17 de agosto de 2011 o 12º Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração (categoria A-3). Foram negociados 1.334,5 MW médios em contratos por disponibilidade ao preço médio de R$ 102,10/MWh, sendo 65% do volume associados a empreendimentos a gás natural, 31% a plantas eólicas e 4% a usinas a biomassa. Nesse leilão foi também viabilizada a ampliação da Usina Hidrelétrica Jirau, por meio de um contrato de quantidade de 209,3 MW médios, ao preço de R$ 102,00/MWh.

O 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva, realizado em 18 de agosto de 2011, resultou na contratação de 589,3 MW médios, ao preço médio de R$ 99,61/MWh. Os parques eólicos representaram a maior parte da energia contratada no leilão: 460 MW médios, provenientes de empreendimentos localizados nas regiões Nordeste e Sul. Apenas 8% da energia contratada, 38,3 MW médios, foram provenientes de usinas a biomassa, situadas nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

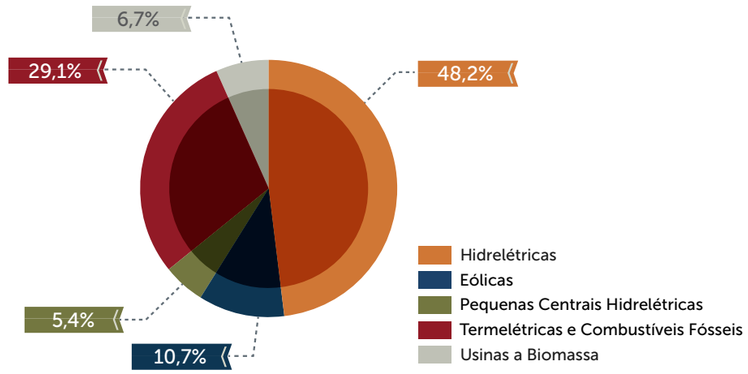
No dia 30 de novembro de 2011, foi realizado o 10º Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existente, sendo comercializados 195 MW médios para um período de três anos de suprimento. Os lances vencedores foram próximos ao inicial estabelecido para o leilão (R$ 82,00/MWh): R$ 79,99/MWh. A Eletronorte e a Cemig foram as principais vendedoras, enquanto do lado da demanda a maior parte da energia (73%) destinou-se a distribuidoras localizadas no Submercado Sul (AES Sul, CEEE D e RGE).

O último de 2011, ocorrido em 20 de dezembro, foi o 13º Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração (A-5). Foram comercializados 555 MW médios, sendo 82% associados a empreendimentos eólicos e 3,8% a usinas a biomassa, aos preços médios de R$ 105,12/MWh e R$ 103,06/MWh, respectivamente. Os 14,7% restantes referem-se à contratação da Usina Hidrelétrica São Roque, a R$ 91,20/MWh.

EXPANSÃO

Segundo a Aneel, a capacidade instalada a ser adicionada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) nos próximos anos totaliza 51.191 MW, sendo 54% de hidrelétricas (incluindo PCHs), 36% de termelétricas (incluindo usinas a biomassa) e 11% de eólicas. Entretanto, do total, aproximadamente 17.300 MW encontram-se com restrições para entrada em operação e 4.400 MW com restrições graves, restando apenas 29.500 MW médios atualmente sem restrições para entrada em operação comercial dentro de seus cronogramas.

Capacidade Instalada a ser Adicionada ao SIN – 51 GW
(fonte: Aneel)



SUSTENTABILIDADE DO SETOR ELÉTRICO

A Mensagem da Administração que abre este relatório menciona, dentre os desafios do setor elétrico brasileiro em 2012, a renovação de concessões a expirar nos próximos anos. Artigo publicado pelo Instituto Acende Brasil em 17 de dezembro de 2011 no jornal O Estado de São Paulo defende que as decisões sobre o tema precisam ser técnicas e em coerência "com o marco institucional-regulatório, jurídico e contratual, de forma compromissada com a sustentabilidade". A Mensagem da Administração da Tractebel Energia também alerta para a necessidade de garantir uma competição responsável nos leilões de novos empreendimentos, o que seria possível, por exemplo, por meio de maior rigor nas exigências de comprovação da viabilidade das ofertas, em seus aspectos econômicos e socioambientais.

Em esfera global, o papel dos governos em relação ao mundo empresarial e o acesso universal sustentável à energia elétrica são abordados em documento publicado em 2011 pelo "e_8" – grupo ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), que tem como membros instituições de mais de 10 países, como Brasil, Estados Unidos, França, Alemanha e outros[28]. Apresenta oito recomendações: estabelecimento de estratégias para parcerias público-privadas; políticas para recuperação de custos; criação de fundos de pesquisa, desenvolvimento, demonstração e posicionamento estratégico; maximização dos benefícios da expansão do acesso à eletricidade; acesso ao capital; construção de metas de desenvolvimento; precisão na definição de papéis e comprometimento contínuo; e segurança para o retorno de investimentos. Mais de 50 instituições, de diversos países, responderam à pesquisa que originou o documento - entre elas, a Tractebel Energia.

[28] "Strengthening Public-Private Partenrships to Accelerate Global Electricity Technoloy Deployment – Recommendations from the Global Sustainable Electricity Partnership Survey", e8 UN-Energy, 2011.

Desempenho operacional e econômico-financeiro

DESEMPENHO OPERACIONAL

DISPONIBILIDADE

A disponibilidade das usinas operadas pela Tractebel Energia em 2011 manteve-se no mesmo patamar de 98,3% obtido em 2010 (descontadas as paradas programadas), sendo 98,6% na geração hidrelétrica, 97,2% na termelétrica e 93,4% das usinas complementares (PCHs, eólicas e as térmicas movidas a biomassa). Consideradas todas as paradas, a disponibilidade global no ano foi de 92,6%, sendo 93,7 % para as hidrelétricas, 87,8 % para as termelétricas e 85,8 % para as complementares.

PRODUÇÃO E BALANÇO DE ENERGIA

No período de 12 meses de 2011, a produção total de energia elétrica da Tractebel Energia alcançou 45.023 GWh (5.140 MW médios), sendo 40.718 GWh (4.648 MW médios) provenientes das hidrelétricas, 3.701 GWh (422 MW médios) das termelétricas e 604 GWh (69 MW médios) das usinas complementares. Em comparação a 2010, houve um aumento de geração total, de cerca de 5%, constituindo-se em novo recorde de geração anual da Companhia, o que pode ser atribuído, em grande parte, a um período favorável de chuvas e à entrada em operação de algumas unidades geradoras da UHE Estreito. O incremento de geração nas usinas hidrelétricas foi de 9,9%, enquanto nas complementares foi de 16,6%. Nas termelétricas, houve uma redução de 31,7% na geração.

O aumento da geração hidrelétrica da Companhia não resulta necessariamente em melhoria de seu desempenho econômico-financeiro. Da mesma forma, a redução dessa geração não implica obrigatoriamente em deterioração do desempenho econômico-financeiro. Essa característica deve-se à adoção do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que compartilha os riscos de geração hidrelétrica entre os seus participantes.

Em 2011, o novo recorde de geração instantânea das usinas operadas pela Tractebel Energia foi de 7.951 MW, alcançado às 13h40 de 11 de novembro. Esse total equivale a um fator de capacidade de 91,8%.



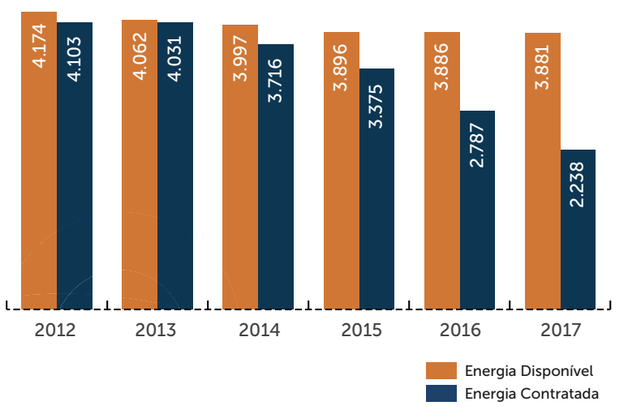
Unidade de Cogeração Lages

Com relação à geração termelétrica da Companhia, o seu aumento reduz a exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), sendo o inverso também verdadeiro, mantidas as demais variáveis.

A estratégia de comercialização da Companhia prevê a venda gradativa da energia, disponível ao longo de um período de cinco anos, amortecendo assim o risco de exposição ao preço spot (Preço de Liquidação das Diferenças - PLD). Essas vendas são feitas dentro das "janelas" de oportunidade que se apresentam quando o mercado se mostra mais propenso a comprar.

Ao final de 2011, a análise dos dados de capacidade comercial própria e contratos de compra e venda em vigor resulta no balanço de energia apresentado a seguir, que mostra a contratação quase total de sua disponibilidade de energia, incluindo aquisições de terceiros, até 2013.

Balanço de Energia
(MW médios)



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

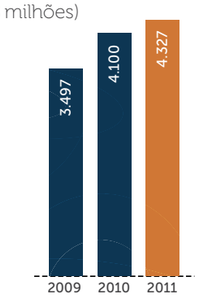
Apesar do cenário adverso, a Tractebel Energia apresentou excelentes resultados econômico-financeiros, que culminaram em lucro recorde pelo oitavo ano consecutivo.

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Em 2011, a receita líquida de vendas foi de R$ 4.327,0 milhões, 5,5% superior aos R$ 4.100,4 milhões apurados em 2010. Essa elevação decorreu essencialmente da combinação dos seguintes fatores:

- Acréscimo de R$ 330,7 milhões em função da elevação do preço médio de venda e aumento de R$ 123,0 milhões relativo à exportação de energia para a Argentina e Uruguai;
- Aumento de R$ 86,6 milhões em consequência da entrada em operação da UHE Estreito;
- Queda de R$ 171,9 milhões em razão da redução do resultado nas transações realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); e
- Redução de R$ 146,0 milhões em decorrência do menor volume de venda de energia, o que está relacionado à diminuição da energia comprada para revenda.

Receita Líquida de Vendas
(R$ milhões)

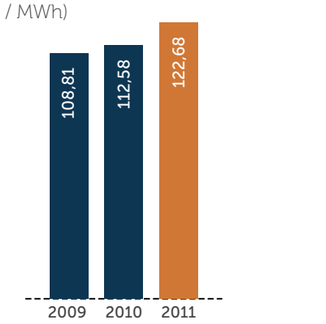


PREÇO MÉDIO LÍQUIDO DE VENDA

O preço médio de venda de energia, excluídos os impostos e a exportação, nos 12 meses de 2011, foi de R$ 122,68/MWh, elevação de 9,0% em relação a 2010, que foi de R$ 112,58/MWh.

O acréscimo dos preços foi resultante da atualização monetária dos contratos existentes bem como dos maiores preços praticados nos novos contratos para os consumidores livres e comercializadoras de energia.

Preço Líquido Médio de Venda[29]
(R$ / MWh)



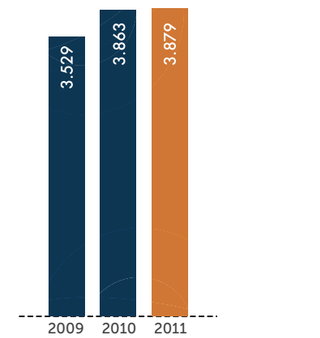
[29] Líquido de exportações e impostos sobre a venda.

VOLUME DE VENDAS

Em 2011, o volume de vendas atingiu 33.984 GWh (3.879 MW médios), 0,4% superior aos 33.838 GWh (3.863 MW médios) vendidos no ano anterior. Desconsiderando-se a exportação de energia, que saltou de 135 GWh (15 MW médios) em 2010 para 824 GWh (94 MW médios) em 2011, haveria uma redução no volume de vendas de 1,6% entre os anos analisados. Essa contração decorreu da associação dos seguintes principais fatores:

- Redução de 751 GWh (86 MW médios) no suprimento de energia para distribuidoras, refletindo o término de contratos bilaterais assinados anteriormente aos leilões no Ambiente de Contratação Regulada (ACR); o início do suprimento no ACR da energia da Usina Hidrelétrica São Salvador (UHE São Salvador); e a maior demanda de energia dos contratos existentes;
- Decréscimo de 1.470 GWh (168 MW médios) nas vendas para comercializadoras; e
- Elevação de 1.678 GWh (192 MW médios) na quantidade vendida para consumidores livres.

Volume de Vendas
(MW médios)



RECEITAS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA

SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A receita de suprimento de energia - aquela originária da venda a distribuidoras e comercializadoras - alcançou R$ 2.941,1 milhões em 2011, valor 1,3% abaixo dos R$ 2.980,1 milhões obtidos em 2010. Essa queda foi motivada pela associação dos seguintes principais fatores:

- Redução de 751 GWh (86 MW médios) no volume de vendas para distribuidoras, equivalente a R$ 98,8 milhões, em razão da combinação do término de contratos assinados anteriormente aos leilões no ACR, do início do suprimento no ACR da UHE São Salvador e do acréscimo da energia vendida;
- Decréscimo de 1.470 GWh (168 MW médios) na quantidade vendida para comercializadoras, correspondente a R$ 138,0 milhões, em função essencialmente da não renovação de contratos vencidos; e
- Acréscimo de R$ 136,7 milhões e de R$ 61,2 milhões, em função do aumento de 5,7% e de 12,5% dos preços médios líquidos de venda para distribuidoras e comercializadoras, respectivamente, em consequência dos reajustes de preço pelos índices de inflação e das vendas por preços médios maiores do que os anteriormente praticados.

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A receita de fornecimento de energia - aquela originária de vendas a consumidores livres – cresceu 38,0% na comparação entre os anos em análise, passando de R$ 816,7 milhões em 2010 para R$ 1.126,9 milhões em 2011. Essa expansão decorreu do que segue:

- Elevação de R$ 135,7 milhões em razão do aumento de 15,1% do preço médio líquido de venda; e
- Venda adicional de 1.678 GWh (192 MW médios), equivalentes a R$ 174,5 milhões, advindo de novas contratações e da ampliação do consumo dos clientes industriais, absorvendo, assim, parte da energia descontratada junto às distribuidoras e comercializadoras, conforme já observado no item "Suprimento de energia elétrica".

TRANSAÇÕES NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (CCEE)

No acumulado de 2011, a receita líquida auferida nas transações na CCEE foi de R$ 88,0 milhões, redução de R$ 171,9 milhões em relação aos R$ 259,9 milhões obtidos no ano de 2010.

Maiores explicações sobre essas operações e variações podem ser encontradas a seguir no item "Detalhamento das operações na CCEE".

EXPORTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

No acumulado de 2011, a exportação de energia, para a Argentina e o Uruguai, atingiu R$ 153,1 milhões, ampliação de R$ 123,0 milhões em relação ao total exportado em 2010, que foi de R$ 30,1 milhões. Cabe considerar que o volume de exportação de energia de cada usina do Sistema Elétrico Brasileiro é definido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) com base na disponibilidade das usinas e levando-se em consideração os menores custos declarados das mesmas.


Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra

CUSTOS DA VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS

No ano de 2011, os custos da venda de energia e serviços alcançaram R$ 1.860,6 milhões, 1,4%, ou R$ 27,5 milhões, inferiores aos R$ 1.888,1 milhões registrados em 2010. Essa variação decorre essencialmente do comportamento dos principais componentes a seguir:

a. **Energia elétrica comprada para revenda:** queda de R$ 202,2 milhões, ou 1.883 GWh (215 MW médios), no ano de 2011 quando comparado com 2010, em virtude do vencimento de contratos de compra de energia e do menor volume de novas contratações. Os preços médios de compra permaneceram praticamente estáveis entre os anos comparados. A redução do volume de compra foi parcialmente compensada pela geração decorrente do início da operação comercial da UHE Estreito, que agregou energia adicional para venda de 676 GWh (115 MW médios) no ano.

b. **Transações no âmbito da CCEE:** entre os exercícios de 2011 e 2010, os custos com estas transações cresceram R$ 16,1 milhões. Maiores detalhes estão descritos a seguir em item específico.

c. **Combustíveis para produção de energia elétrica:** na comparação entre os anos de 2011 e 2010, esses custos cresceram R$ 47,7 milhões, resultado principalmente da combinação do que segue: elevação de R$ 77,6 milhões no custo relativo ao consumo de carvão mineral utilizado na geração de energia para exportação; queda de R$ 28,6 milhões no custo com gás natural, em virtude da redução do despacho da Usina Termelétrica William Arjona em 2011, para atendimento à necessidade energética do sistema elétrico nacional; e menor consumo de biomassa em R$ 2,4 milhões para geração da Usina de Cogeração Lages.

d. **Encargos de uso de rede elétrica e conexão:** incremento de R$ 18,1 milhões em 2011 se comparado com o ano anterior, decorrente do reajuste da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), por conta do processo de revisão tarifária das transmissoras, e do início da cobrança da TUST da UHE Estreito.

e. **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** crescimento de R$ 25,7 milhões entre 2011 e 2010, resultado da elevação da geração hidrelétrica, do reajuste tarifário anual e do início da incidência desse encargo sobre a energia gerada com o início da operação da UHE Estreito.

f. **Pessoal:** aumento de R$ 12,1 milhões entre os exercícios analisados, em razão, fundamentalmente, do reajuste anual da remuneração dos empregados e, em menor proporção, da ampliação do quadro de pessoal, em consonância com o crescimento dos negócios da Companhia.

g. **Materiais e serviços de terceiros:** aumento de R$ 12,8 milhões na comparação entre os anos de 2011 e 2010, em virtude, substancialmente, da maior demanda por serviços de manutenção e conservação das unidades geradoras da Companhia e, em menor proporção, por serviços de consultorias ambientais e de engenharia nas unidades geradoras.

h. **Depreciação e amortização**: ampliação de R$ 39,5 milhões na comparação entre os anos analisados, em razão, principalmente, do início da operação comercial da UHE Estreito e da conclusão de obras de revitalização de determinadas usinas.

DETALHAMENTO DAS OPERAÇÕES NA CCEE

Os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos, sendo esta a razão para a criação do presente tópico. Assim, ele nos permite realizar uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente, esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo: da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); do chamado "risco de submercado"; do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e, naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).



Em 2011, o resultado líquido positivo apurado foi de R$ 66,0 milhões ante aos R$ 253,9 milhões obtidos em 2010, representando um decréscimo de R$ 187,9 milhões entre os anos analisados.

A redução do resultado líquido positivo apresentado entre os anos em análise decorreu, em especial, da combinação dos seguintes principais fatores: (i) crescimento da posição compradora na CCEE em decorrência, principalmente, do aumento da exposição termelétrica, resultado da menor demanda por essa fonte de energia pelo sistema elétrico brasileiro, compensado parcialmente (ii) pelo maior volume de energia secundária - geração hidrelétrica superior à média da energia assegurada do sistema; e (iii) pelo acréscimo da receita no MRE em consequência da ampliação do volume de geração de energia hidrelétrica.

Os efeitos mencionados nos itens (i) e (ii) acima foram atenuados pela redução do PLD médio dos submercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste. Este último apresentou médias de R$ 69,99/MWh em 2010 e R$ 29,55/MWh em 2011.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

No ano de 2011, as despesas gerais e administrativas foram de R$ 157,1 milhões, decréscimo de R$ 2,8 milhões, ou 1,8%, em relação às de 2010, que foram de R$ 159,9 milhões. Essa variação decorreu principalmente da reversão da provisão de R$ 7,3 milhões relativa a serviços de consultoria que não serão cobrados pelo prestador do serviço, combinado com o acréscimo das despesas com pessoal e material no montante de R$ 4,8 milhões.

GANHO EM AÇÃO JUDICIAL

Em 2010, a Companhia reconheceu um ganho não recorrente de R$ 45,8 milhões, em razão de decisão favorável em ação judicial que pleiteou o direito da Companhia apurar pelo regime cumulativo o PIS e a Cofins sobre receitas decorrentes de contratos firmados anteriormente à alteração da legislação para o regime não cumulativo.

Em 2011, a Companhia reconheceu o complemento do ganho acima mencionado, no valor de R$ 8,8 milhões.

REVERSÕES DE PROVISÕES OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

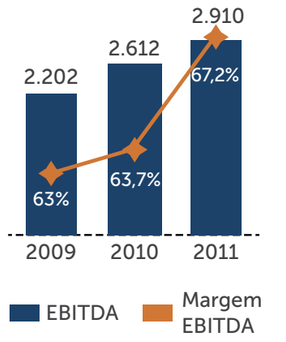
No acumulado de 2011, o incremento das reversões de provisões, líquidas de constituições, foi de R$ 30,5 milhões, consequência da combinação do seguinte:

- Reversão no ano de R$ 18,4 milhões devido à decisão judicial em favor da Companhia em processo cujo objeto era a pressuposta falta de recolhimento de encargos previdenciários sobre determinadas verbas remuneratórias creditadas a empregados, e revisão de valores referentes às provisões para riscos tributários, administrativos e previdenciários;
- Reversão de R$ 17,3 milhões em função do acordo judicial firmado com parte dos reclamantes, em ação onde se pleiteava o desbloqueio do teto previdenciário para fins de revisão dos valores de aposentadoria pagos pela fundação de previdência privada patrocinada pela Companhia;
- Reversão de R$ 11,6 milhões de provisão atuarial para pagamento de benefícios pós-emprego;
- Complemento de provisão de R$ 5,8 milhões em ação relativa a liquidação de transações pendentes à época do racionamento de energia elétrica; e
- Constituição de provisão para devedores duvidosos de R$ 6,2 milhões sobre valores a receber de comercializadora que foi excluída da CCEE por motivo de inadimplência.

EBITDA E MARGEM EBITDA

Refletindo os efeitos anteriormente comentados, o EBITDA no ano de 2011 atingiu R$ 2.909,7 milhões, 11,4% superior ao do ano anterior, que foi de R$ 2.611,5 milhões. As margens EBITDA nos anos de 2011 e 2010 foram de 67,2% e 63,7%, respectivamente.

EBITDA[30] (R$ milhões) e Margem EBITDA (%)



[30] EBITDA representa: lucro operacional + resultado financeiro + depreciação e amortização.

A tabela a seguir apresenta a reconciliação do resultado operacional com o EBITDA:

Reconciliação do Resultado Operacional com o EBITDA - 2011

Em milhares de reais	2009	2010	2011	Variação 2011/2010
Resultado Operacional	1.537.207	1.721.310	2.034.788	18,2%
(+/-) Resultado Financeiro	239.789	428.842	373.810	(12,8%)
(+) Depreciação e Amortização	424.714	461.325	501.099	8,6%
EBITDA	2.201.710	2.611.477	2.909.697	11,4%

RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras: no exercício de 2011, as receitas financeiras passaram de R$ 130,6 milhões para R$ 133,7 milhões, aumento de R$ 3,1 milhões. A variação deve-se à associação do que segue:

- Reconhecimento de juros de R$ 11,6 milhões, relativo à atualização de crédito de PIS e Cofins originário de decisão judicial favorável à Companhia;
- Recuo de R$ 2,6 milhões na renda sobre as aplicações financeiras devido ao menor volume de recursos aplicados e à queda das taxas de juros;
- Redução de R$ 3,4 milhões na variação monetária sobre depósitos vinculados a litígios; e
- Queda de R$ 2,7 milhões nos encargos sobre contas a receber.

Despesas financeiras: em base anual as despesas reduziram de R$ 559,5 milhões em 2010 para R$ 507,5 milhões em 2011, ou seja, R$ 52,0 milhões. Essa baixa decorreu da combinação dos seguintes fatores:

- Queda de R$ 39,7 milhões nos juros sobre dívidas, em decorrência das amortizações e de pré-pagamento de dívidas parcialmente substituídas por empréstimos com juros inferiores aos anteriormente contratados;
- Decréscimo de R$ 28,9 milhões na variação monetária sobre dívidas, consequência da liquidação de debêntures indexadas a índices de inflação, bem como da redução da variação dos índices de inflação;
- Redução de R$ 6,4 milhões nos encargos sobre o passivo atuarial da Companhia;
- Aumento de R$ 33,3 milhões na despesa com variação cambial sobre as dívidas em moeda estrangeira; e
- Crescimento de R$ 12,7 milhões nos juros sobre as concessões a pagar.

Além desses efeitos, no ano de 2010 a Companhia reconheceu uma perda não recorrente de R$ 20,2 milhões, em decorrência de decisão desfavorável a anistia fiscal pretendida pela Companhia de juros e multa sobre débitos parcelados de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, cujo montante não tinha sido provisionado em virtude de a Companhia ter obtido decisão favorável em instâncias anteriores.

IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

As despesas com IR e CSLL passaram de R$ 509,7 milhões em 2010 para R$ 586,7 milhões em 2011, crescimento de R$ 77,0 milhões, resultante, substancialmente, do aumento do lucro antes dos tributos, deduzido do crédito de juros sobre o capital próprio realizado nos últimos trimestres de cada ano.

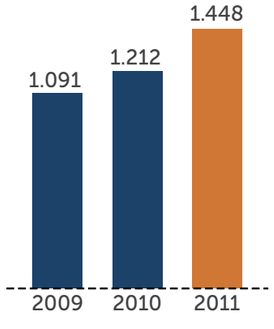
LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido de 2011 atingiu R$ 1.448,1 milhões, superior em R$ 236,5 milhões, ou 19,5% ao registrado no ano de 2010, que foi de R$ 1.211,6 milhões.

O crescimento do lucro decorreu essencialmente da combinação dos seguintes principais fatores já comentados ao longo deste relatório: elevação do preço médio líquido de venda; ampliação da exportação de energia no ano; resultado positivo obtido com o início da operação comercial da UHE Estreito; redução das compras de energia para revenda; queda do resultado positivo nas transações realizadas no âmbito da CCEE; ganho não recorrente em ação judicial; aumento de reversões de provisões operacionais; decréscimo das despesas financeiras líquidas; e menor IR e CSLL sobre o lucro em função do aumento do valor do crédito de juros sobre o capital próprio.

Do lucro líquido apurado no exercício, a Companhia propôs a seus acionistas a distribuição de R$ 1.429,3 milhões sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, equivalente a R$ 2,1897556102 por ação ou 100% do lucro líquido distribuível ajustado.

Lucro Líquido
(R$ milhões)

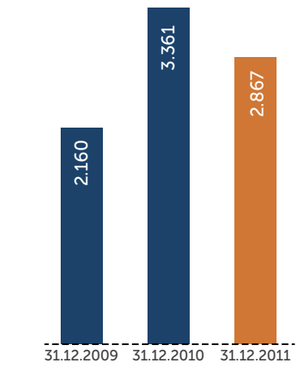


ENDIVIDAMENTO

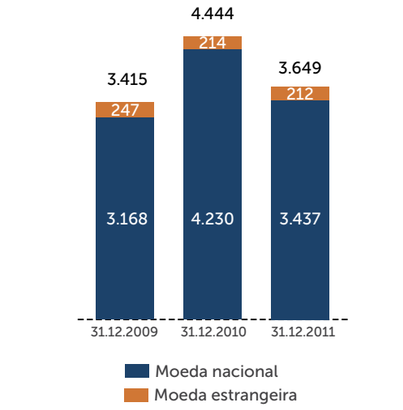
Em 31 de dezembro de 2011, a dívida líquida (dívida total menos caixa e equivalentes) da Companhia era de R$ 2.867,4 milhões, 14,7% inferior aos R$ 3.361,3 milhões registrados em 31 de dezembro de 2010.

A dívida bruta total consolidada, representada principalmente por empréstimos, debêntures e financiamentos, totalizava R$ 3.649,2 milhões, uma queda de 17,9% comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2010. Do total da dívida no final do período, 5,8% eram em moeda estrangeira (4,8% ao final de 2010), parcela que não estava sujeita a instrumentos de hedge em função do seu longo perfil de amortização.

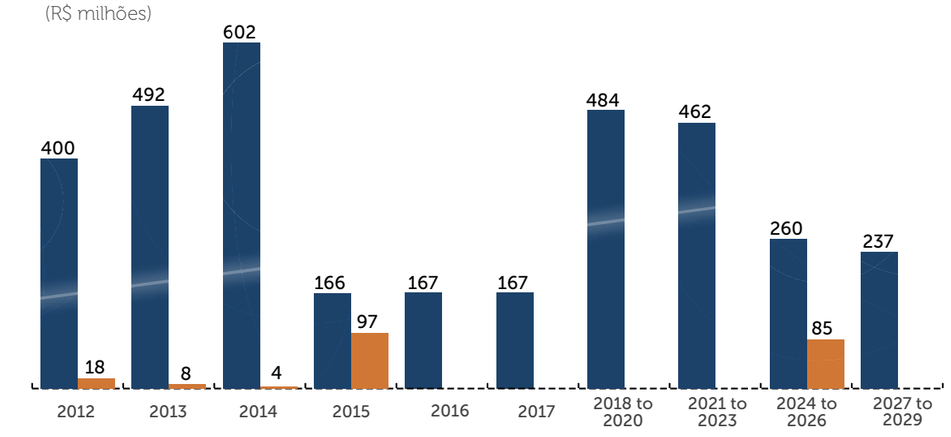
Evolução da Dívida Líquida
(R$ milhões)



Composição da Dívida Bruta
(R$ milhões)

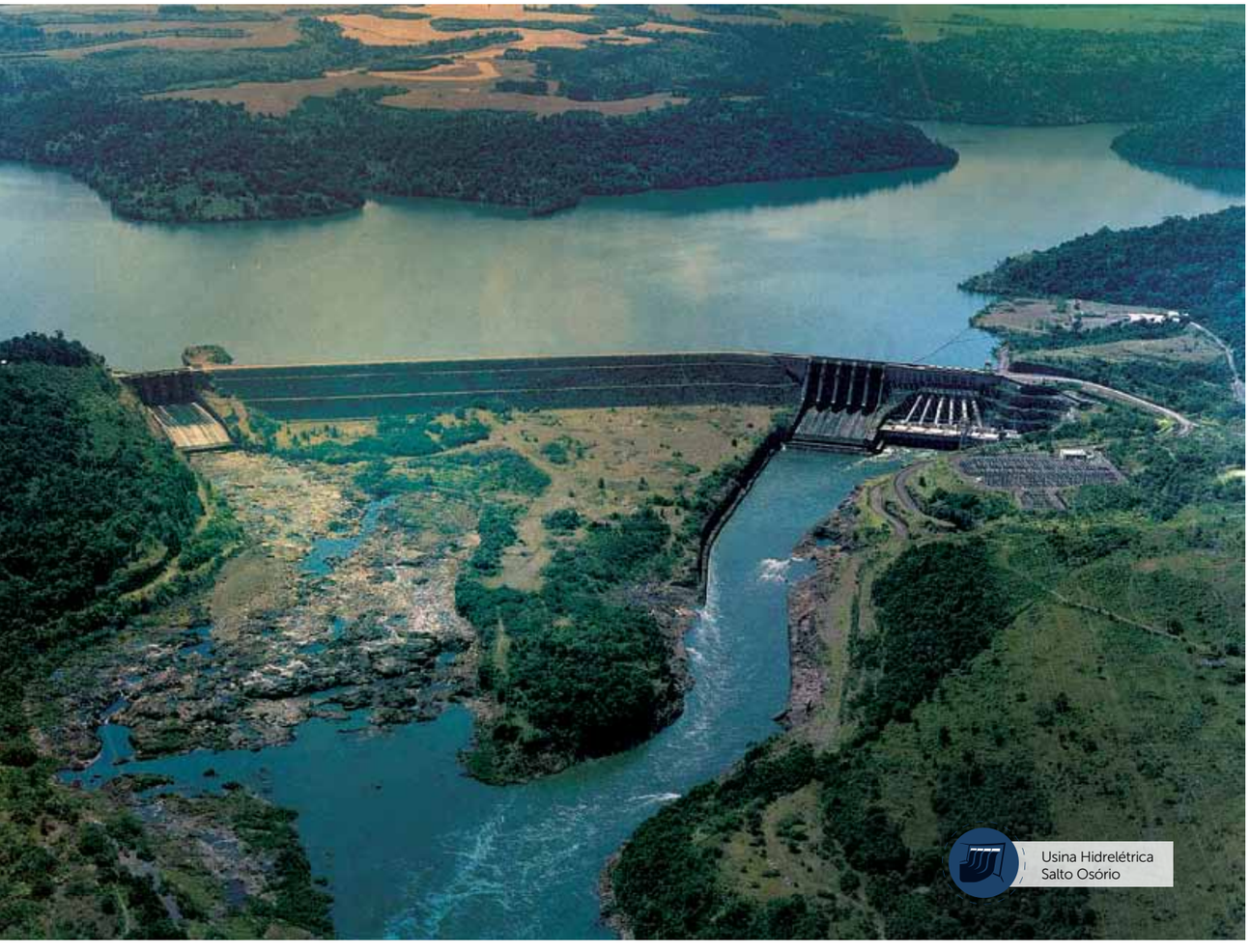


Cronograma de Vencimento da Dívida
(R$ milhões)



A redução do endividamento da Companhia está relacionada principalmente à combinação dos seguintes fatores ocorridos ao longo de 2011:

- Saques junto ao BNDES e seus agentes financeiros no valor total acumulado de R$ 72,8 milhões, para fazer frente aos investimentos na UHE Estreito;
- Geração de R$ 388,6 milhões em encargos incorridos a serem pagos e variação monetária e cambial;
- Captação no valor de R$ 430,0 milhões por meio de empréstimo junto ao Bank of America Merrill Lynch;
- Amortizações de debêntures no valor de R$ 1.322,1 milhões; e
- Amortizações de empréstimos e financiamentos no valor de R$ 364,1 milhões.



Usina Hidrelétrica
Salto Osório

INVESTIMENTOS

MANUTENÇÃO, REVITALIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE GERADOR

Dando prosseguimento ao plano de expansão do parque gerador, em 2011 a Tractebel Energia investiu R$ 203,2 milhões na construção de novas usinas, sendo R$ 154,3 milhões direcionados à UHE Estreito e R$ 48,9 milhões aplicados nos cinco parques eólicos em construção na Região Nordeste.

Adicionalmente, R$ 116,8 milhões foram destinados aos projetos de manutenção e revitalização do parque gerador para continuar mantendo o alto grau de disponibilidade das usinas.

Dessa forma, considerando-se os valores destinados à construção e manutenção do parque gerador, a Companhia em 2011 investiu R$ 320,0 milhões, valor que não considera a capitalização dos juros durante a construção dos novos projetos.

ANÁLISE DO CUSTO TOTAL DE CAPITAL

A formação usual do capital investido pela Tractebel Energia na expansão do seu negócio é de cerca de um terço de capital próprio - para isso, a Companhia, quando necessário, retém parte do lucro gerado – e dois terços de capital de terceiros. Na parcela que possui como fonte o capital de terceiros, a Companhia tem obtido financiamentos por meio de linhas de crédito setoriais, preferencialmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com taxas inferiores às de mercado. A maior parte desses recursos está vinculada à TJLP (72% do total do endividamento em moeda nacional em 31 de dezembro de 2011). O restante dos recursos é proveniente de outros empréstimos com taxas variáveis no mercado. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011,o custo total da dívida da Companhia com terceiros foi de cerca de 9%, considerando moeda nacional (custo de 9,2 %) e moedas externas (custo de 4,8%).

O custo do capital próprio é, presumidamente, maior que o custo do capital de terceiros e, no caso da Companhia, leva em conta a Taxa Livre de Risco, a Taxa de Risco Brasil e o Prêmio de Risco de Mercado, além do Beta Desalavancado, que varia de acordo com o mercado, a série histórica e a liquidez da ação na Bolsa.

Considerando a exigência de uma taxa de retorno adequada, a Companhia busca remunerar satisfatoriamente os investimentos feitos com capital próprio.

A TRACTEBEL ENERGIA NO MERCADO

As ações ordinárias de emissão da Tractebel Energia são negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa, sob o código TBLE3, e integram o Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), o Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG), o Índice de Energia Elétrica (IEE) e, desde o início da carteira, em 2005, fazem parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa. Essa carteira agrupa ações de empresas comprometidas com as melhores práticas de sustentabilidade, avaliadas em relação à sua eficiência econômica, responsabilidade socioambiental e governança corporativa.

Além disso, a Companhia negocia American Depositary Receipts (ADRs) Nível 1 no mercado de balcão norte-americano Over-The-Counter (OTC) da Bolsa de Nova York - NYSE Euronext - sob o código TBLEY, sendo que cada ADR equivale a uma ação ordinária.

Devido à amplitude e à profundidade da avaliação à qual as empresas são submetidas para compor a carteira, o ISE serve como referência em relação a boas práticas socioambientais.

Composição da Carteira do ISE para 2012, divulgada em 2011:

- 51 ações de 38 companhias, selecionadas entre as 200 mais líquidas da BM&FBovespa.
- 18 setores.
- R$ 961 bilhões em valor de mercado (43,72% da capitalização total das empresas negociadas na Bolsa), em 23 de novembro de 2011.
- Vigência de 2 de janeiro à 31 de dezembro de 2012.

DESEMPENHO

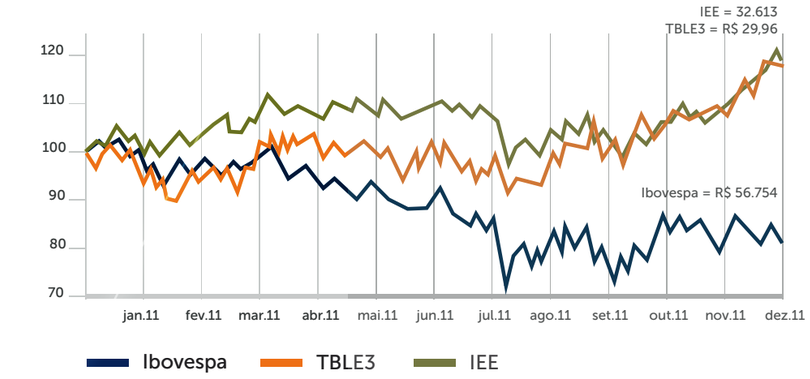
Diante de um cenário de agravamento da crise na União Europeia em 2011, o Índice Bovespa (Ibovespa) fechou o ano em forte queda de 18,1%, aos 56.754 pontos, devido principalmente, à aversão ao risco de grande parte dos investidores, apesar da recuperação verificada no quarto trimestre do ano, quando o Ibovespa valorizou 8,5%.

Por outro lado, o Índice de Energia Elétrica (IEE) valorizou 19,7%, enquanto as ações da Companhia acumularam ganho de 16,2% em 2011, percentual que considera a distribuição de proventos. Assim, a ação ordinária da Tractebel Energia encerrou o ano cotada a R$ 29,96, conferindo um valor de mercado de R$ 19,6 bilhões à Companhia.

Os papéis da Tractebel Energia registraram presença em 100% dos pregões da BM&FBovespa no período. Em 2011, o volume médio diário de negociação atingiu R$ 14,4 milhões, 4,3% acima da média de R$ 13,8 milhões registrada em 2010.

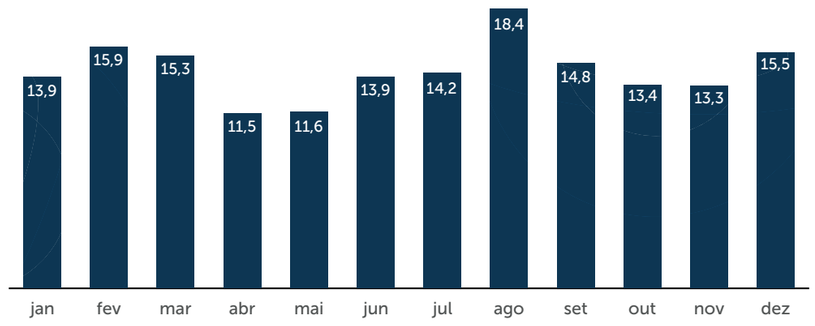
TBLE3 vs. IBOVESPA vs. IEEX

(Base 100 em 31.12.2010)



Volume Médio Diário das Negociações com TBLE3 em 2011

(R$ milhões)



DIREITOS DOS ACIONISTAS

Todas as ações da Companhia são do tipo ON (ordinária nominativa) e dão aos seus detentores o direito de:

- Votar em Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária e fazer recomendações e orientações ao Conselho de Administração quanto à tomada de decisões;
- Receber dividendos e participar da distribuição de lucros ou outras distribuições a acionistas (de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição);
- Fiscalizar a administração da Tractebel Energia, conforme o Estatuto Social, e retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações; e
- Receber, no mínimo, 100% do preço pago por ação ordinária do bloco de controle, de acordo com o regulamento do Novo Mercado, no caso de oferta pública de ações em decorrência da alienação do controle da Companhia.

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Em 2011, foram distribuídos R$ 1.429,3 milhões em proventos - sendo R$ 1.175,3 milhões na forma de dividendos e R$ 254,0 milhões como juros sobre o capital próprio -, o que representa 100% do lucro líquido distribuível ajustado da Companhia e equivale a R$ 2,1898 por ação.



EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Em maio de 2005, a Companhia promoveu a primeira emissão de debêntures, composta de 20.000 debêntures simples, da forma escritural, não conversíveis em ações da emissora, em duas séries, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 10 mil, perfazendo, na data de emissão, o montante total de R$ 200 milhões (R$ 60 milhões em CDI e R$ 140 milhões em IGP-M). A taxa de remuneração estabelecida foi de 103,9% do CDI e IGP-M + 9,29% a.a., com vencimento semestral dos juros. O principal da série em CDI foi amortizado em parcela única em 2 de maio de 2010 e o da série em IGP-M, também em parcela única, em 2 de maio de 2011.

Em 2007, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Tractebel Energia a emissão do Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, no valor de R$ 1,5 bilhão, e a concomitante segunda emissão de debêntures da Companhia, no valor de R$ 350,0 milhões, correspondente a 35 mil debêntures.

As debêntures da segunda emissão têm vigência de sete anos, com vencimento final em 15 de maio de 2014, são atualizadas pelo IPCA e fazem jus a juros remuneratórios, pagos anualmente, correspondentes ao máximo de 7% ao ano.

Em março de 2009, a Companhia promoveu a terceira emissão de debêntures simples, segunda no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição Pública de debêntures, composta de 60.000 debêntures simples, da forma escritural, não conversíveis em ações da emissora, de séria única, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 10 mil, perfazendo, na data de emissão, o montante total de R$ 600 milhões. A taxa de remuneração estabelecida foi de 117% do CDI, com vencimento semestral dos juros e o principal amortizado em parcela única, em primeiro de abril de 2011.

Em dezembro de 2009, foi registrada a emissão mais recente da Companhia, a quarta emissão de debêntures simples, objeto de oferta restrita, composta de 400 debêntures simples, da forma escritural, não conversíveis em ações da emissora, de séria única, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 1 milhão, perfazendo, na data de emissão, o montante total de R$ 400 milhões. Essa emissão foi, diferentemente das anteriores, realizada conforme Instrução CVM nº 476. A taxa de remuneração definida foi de 110% do CDI, com vencimento semestral dos juros, nas datas de 5 de maio e 5 de novembro dos anos de 2010 a 2015. A amortização das debêntures estava prevista para ocorrer a partir do 24º mês após a data de emissão, inclusive, anualmente, na proporção de um quinto do valor nominal unitário, sendo a primeira amortização em 5 de novembro de 2011 e a última em 5 de novembro de 2015. Porém, a Companhia optou por antecipar o pagamento total dessa emissão antes da primeira amortização em 20 de julho de 2011.

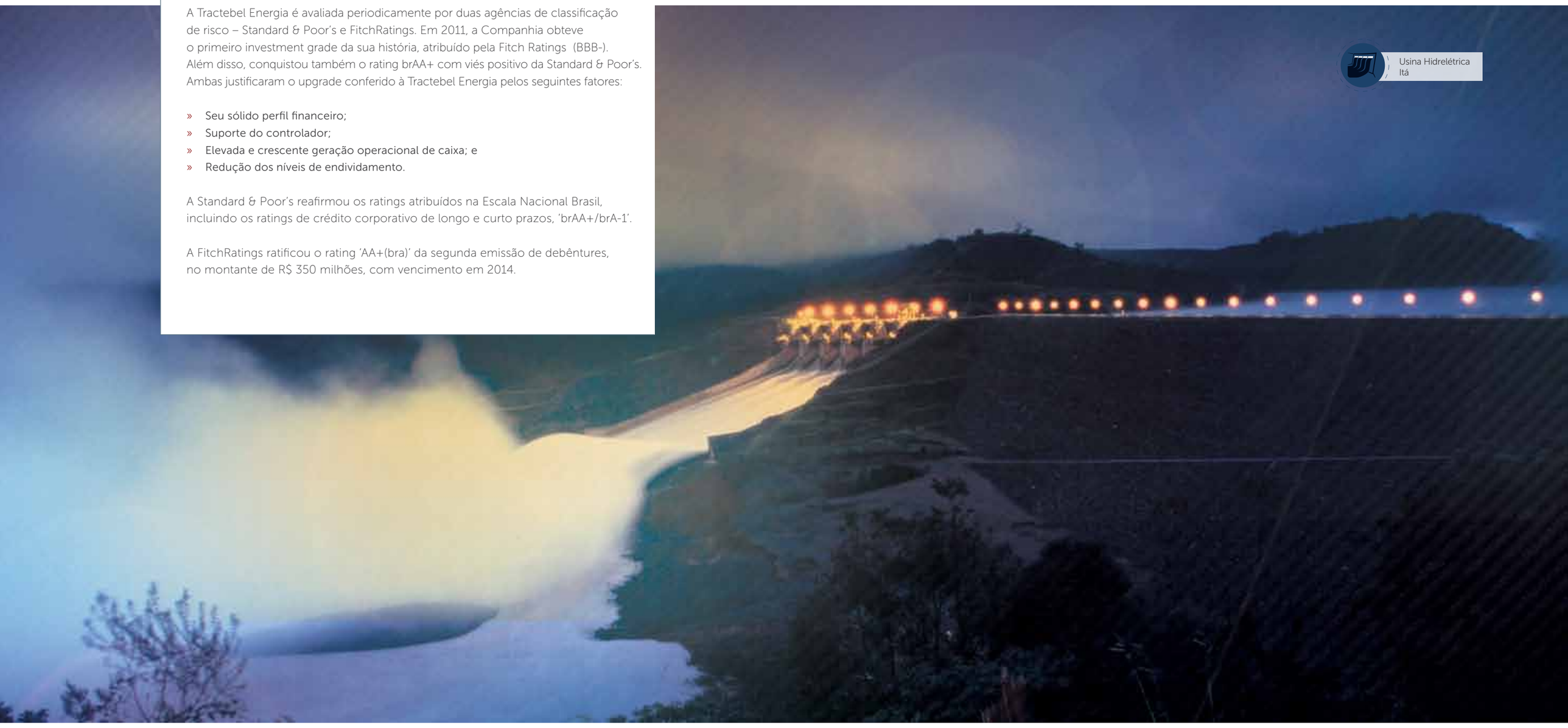
RATINGS

A Tractebel Energia é avaliada periodicamente por duas agências de classificação de risco – Standard & Poor's e FitchRatings. Em 2011, a Companhia obteve o primeiro investment grade da sua história, atribuído pela Fitch Ratings (BBB-). Além disso, conquistou também o rating brAA+ com viés positivo da Standard & Poor's. Ambas justificaram o upgrade conferido à Tractebel Energia pelos seguintes fatores:

- Seu sólido perfil financeiro;
- Suporte do controlador;
- Elevada e crescente geração operacional de caixa; e
- Redução dos níveis de endividamento.

A Standard & Poor's reafirmou os ratings atribuídos na Escala Nacional Brasil, incluindo os ratings de crédito corporativo de longo e curto prazos, 'brAA+/brA-1'.

A FitchRatings ratificou o rating 'AA+(bra)' da segunda emissão de debêntures, no montante de R$ 350 milhões, com vencimento em 2014.



7 Gestão da Operação

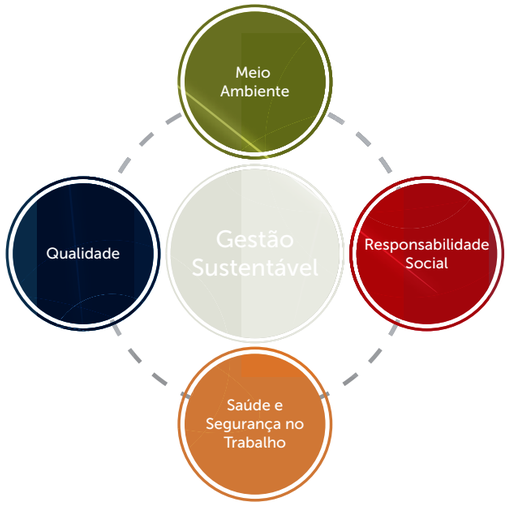
7. Gestão da Operação



POLÍTICA DE GESTÃO SUSTENTÁVEL

Lançada em 2010 e disponível no website da Companhia, a **Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável** integra as dimensões Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho e Responsabilidade Social.

Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável



SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA QUALIDADE, DO MEIO AMBIENTE, DA RESPONSABILIDADE SOCIAL E DA SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO (SIG)

Contemplando as mesmas dimensões da Política de Gestão Sustentável, o SIG é a ferramenta de gestão operacional responsável pela aplicação dos princípios da Política nos processos de produção da Companhia. É um componente fundamental para a obtenção da melhoria contínua. O SIG inclui o "Quality-Plan", recurso de Tecnologia da Informação desenvolvido para a Tractebel Energia e compatível com o sistema utilizado em seu ambiente corporativo. No "Quality-Plan" são mantidos e atualizados os documentos normativos e de planejamento da produção, além de alertas para o cumprimento de metas e programas de gestão. Profissionais das usinas e sede são designados como Representantes da Administração e Direção para cada uma das dimensões da Política. Todos esses representantes são capacitados em relação aos conceitos da Gestão Sustentável e do SIG.

CERTIFICAÇÕES

Das 22 usinas operadas pela Tractebel Energia, 15 são certificadas segundo as normas NBR ISO 9001:2008, NBR ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007[31]. Essas usinas certificadas possuem uma capacidade instalada que, somada, equivale a mais de 90% da total sob a responsabilidade operacional da Companhia. São elas: Usinas Hidrelétricas Salto Osório, Salto Santiago, Machadinho, Itá, Passo Fundo, Cana Brava, São Salvador e Ponte de Pedra; Usinas Termelétricas Charqueadas, Alegrete, UTLA, UTLB e UTLC do Complexo Jorge Lacerda e William Arjona; e Unidade de Cogeração Lages.

As demais usinas são operadas sob os mesmos princípios e diretrizes das certificadas, igualmente tendo como principais instrumentos norteadores a Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável e o SIG. No caso da UHE Estreito, que começou a operar parcialmente em 2011, a Tractebel Energia firmou com o Consórcio Estreito Energia (Ceste) o compromisso de buscar em 2013 as certificações NBR ISO 9001, NBR ISO 14001 e OHSAS 18001, simultaneamente aos esforços para renovação dessas certificações para as 15 usinas que já as possuem.

[31] Respectivamente, de Sistemas de Gestão da Qualidade, do Meio Ambiente e da Saúde e Segurança no Trabalho. Para a Responsabilidade Social, a Tractebel Energia se baseia nas recomendações do Guia NBR ISO 26000.

Gestão da Qualidade

DIRETRIZES

Confiabilidade, disponibilidade e segurança do sistema elétrico são os requisitos fundamentais para a gestão da qualidade. Sua mensuração é realizada pelo indicador de disponibilidade interna das usinas e, no caso das usinas hidrelétricas, também pela taxa de falha. A fórmula de cálculo da disponibilidade contempla os aspectos de confiabilidade e segurança das instalações em relação ao fornecimento de energia, uma vez que são consideradas as horas de indisponibilidades forçadas (intempestivas e urgentes) das unidades geradoras.

NOVAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS

Para fazer frente à expansão do parque gerador da Tractebel Energia ocorrida nos últimos anos, o organograma da Diretoria de Produção de Energia passou a incorporar novas áreas: a Unidade de Engenharia de Manutenção, Regionais de Hidráulica e Térmica e Centrais de Manutenção.

METAS

A tabela a seguir mostra as metas e resultados corporativos para a Gestão da Qualidade, baseados em indicadores previamente estabelecidos, tendo-se como referência a data de 31 de dezembro de 2011.

Indicadores	Metas	Resultados Obtidos
Disponibilidade interna anual	98,0%	98,3%
Satisfação do ONS	≥85,0%	95,8%[32]
Duração de paradas de unidades geradoras	Horas realizadas / horas programadas (≤1)	1,16
Taxa de falha interna anual	≤2,03	1,74

[32] Média das usinas operadas pela Tractebel Energia

DESTAQUES EM 2011

- Realizadas auditorias de manutenção das certificações. Nos meses de maio e outubro, o Bureau Veritas Certification (BVC) realizou auditorias de manutenção da certificação de usinas segundo a NBR ISO 9001. Foram mantidas as certificações para todas as 15 usinas;
- O índice de disponibilidade total das 22 usinas operadas pela Companhia, descontadas as paradas programadas, foi de 98,3%, e o índice de disponibilidade geral foi de 92,6%;
- Produção total alcançou 45.023 GWh; e
- Superado o recorde de geração instantânea, alcançando 7.951 MW.



Gestão Ambiental

DIRETRIZES

CONFORMIDADE LEGAL

Todas as usinas operadas pela Companhia possuem as autorizações e licenças ambientais exigidas pela legislação ambiental vigente, e as condicionantes contidas nesses documentos são atendidas. A Tractebel Energia monitora permanentemente a evolução das leis, normas e resoluções de regulação da gestão ambiental, avaliando e ajustando suas operações e procedimentos quando necessário, de modo a cumprir as exigências legais e os compromissos voluntários adicionais que assume.



Horto Botânico
da Usina Hidrelétrica Itá

EQUILÍBRIO

A Companhia busca o equilíbrio entre suas atividades e a conservação do meio ambiente, mitigando impactos ambientais e promovendo o uso racional de recursos naturais, de forma a contribuir com o desenvolvimento sustentável.

ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS

A Companhia identifica os aspectos e impactos ambientais decorrentes de suas atividades, produtos e serviços, classificando-os quanto aos seus respectivos graus de significância, e estabelece controles operacionais e programas de gestão específicos para a minimização dos impactos.

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

A Tractebel Energia, em cada usina e como um todo, identifica suas partes interessadas, com as quais manterá relacionamento em decorrência das suas atividades e gerencia sua comunicação com os diferentes públicos.
O sistema Quality-Plan possui um módulo especificamente criado para gestão dessa comunicação.

RESERVATÓRIOS

São de responsabilidade jurídica da Companhia a área dos reservatórios das hidrelétricas que opera e seus entornos relacionados às Áreas de Preservação Permanente (APPs). Para realizar o seu monitoramento, a Tractebel Energia mantém contratos com empresas especializadas em vigilância ambiental e sociopatrimonial, além de acordos de cooperação com a Polícia Ambiental para os trabalhos de fiscalização. O uso múltiplo dessas áreas pelas comunidades é incentivado pela Companhia, por meio de parcerias com órgãos de governo e outras instituições para criação de praias artificiais, áreas reservadas à pesca, motonáutica e outras formas de lazer, além da irrigação para agropecuária.

PERFIL DOS RESERVATÓRIOS[33]

UHE ITÁ

Localização: entre os municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS).
Área do reservatório: 142 km².
Área de Preservação Permanente (APP): 22,56 km².
Biodiversidade regional: 27 espécies de mamíferos, 94 de aves, 31 de répteis, 11 de anfíbios, 40 de peixes e 60 de flora (arbóreas).
Unidades de Conservação: Parque Estadual Fritz Plaumann (SC), de 7,41 km², Parque Municipal Teixeira Soares (RS), de 4,61 km², e Parque Municipal de Preservação Ambiental de Severiano de Almeida (RS), de 0,15 km².

UHE MACHADINHO

Localização: entre os municípios de Piratuba (SC) e Maximiliano de Almeida (RS).
Área do reservatório: 79 km².
Área de Preservação Permanente (APP): 44,05 km² .
Biodiversidade regional: 52 espécies de mamíferos, 192 de aves, 63 de peixes, pelo menos duas espécies relevantes de répteis e 522 de flora.
Unidades de Conservação: Parque Florestal Estadual Espigão Alto (RS), com 13,33 km².

UHE CANA BRAVA

Localização: município de Cavalcante (GO).
Área do reservatório: 139 km².
Área de Preservação Permanente (APP): 3,2 km².
Biodiversidade regional: 92 espécies de mamíferos, 304 de aves, 98 de peixes, 41 espécies de anfíbios, 77 de répteis (Fonte: Systema Naturae Consultoria Ambiental Ltda.).
Unidades de Conservação: não mensurado.

UHE Passo Fundo

Localização: município de Entre Rios do Sul (RS).
Área do reservatório: 151 km².
Área de Preservação Permanente (APP): 4,11 km².
Biodiversidade regional: 18 espécies de mamíferos, 122 de aves, 14 de répteis, 10 de anfíbios, 44 de peixes e 20 de flora (Fonte: Plano de Uso e Ocupação das Águas e Entorno do Reservatório da UHE Passo Fundo).
Unidades de Conservação: Parque Estadual Rondinha, com 10 km², e Parque Natural Municipal de Sangrisa, com 4 km².

[33] O item "biodiversidade regional", descrito em cada usina, apresenta quantitativamente a diversidade de espécies em cada área/região. Exceto quando especificada a fonte, os dados sobre biodiversidade foram levantados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e no Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) de cada usina.

UHE Salto Santiago

Localização: entre os municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Saudade do Iguaçu (PR).
Área do reservatório: 208 km².
Área de Preservação Permanente (APP): a legislação da época da implantação da Usina não estabelecia a obrigatoriedade de se adquirir áreas para a formação de APP.
Biodiversidade regional e Unidades de Conservação: o levantamento da biodiversidade da área de influência direta da Usina está em andamento.

UHE Salto Osório

Localização: entre os municípios de São Jorge d'Oeste e Quedas do Iguaçu (PR).
Área do reservatório: 55 km².
Área de Preservação Permanente (APP): a legislação da época da implantação da Usina não estabelecia a obrigatoriedade de se adquirir áreas para a formação de APP.
Biodiversidade regional e Unidades de Conservação: o levantamento da biodiversidade da área de influência direta da Usina está em andamento.

UHE Ponte de Pedra

Localização: entre os municípios de Itiquira (MT) e Sonora (MS).
Área do reservatório: 14,5 km².
Área de Preservação Permanente (APP): 7,8 km².
Biodiversidade regional: 80 espécies de mamíferos, 249 de aves, 58 de répteis, 17 de anfíbios e nove de invertebrados.
Unidades de Conservação: o reservatório da usina é adjacente ao Parque Estadual da Serra de Sonora, com aproximadamente 79 km².

PCH José Gelazio da Rocha

Localização: Rondonópolis (MT).
Área do reservatório: 0,27 km².
Área de Preservação Permanente (APP): não foi estabelecida pela legislação no entorno do reservatório da Usina.
Biodiversidade regional: 80 espécies de mamíferos, 249 de aves, 58 de répteis, 17 de anfíbios e nove de invertebrados.
Unidades de Conservação: não mensuradas.

PCH Rondonópolis

Localização: Rondonópolis (MT).
Área do reservatório: 0,024 km².
Área de Preservação Permanente (APP): não foi estabelecida pela legislação no entorno do reservatório da Usina.
Índice de biodiversidade regional: 80 espécies de mamíferos, 249 de aves, 58 de répteis, 17 de anfíbios e nove de invertebrados.
Unidades de Conservação: não mensuradas.

PCH Areia Branca

Localização: Caratinga e Ipanema (MG).
Área do reservatório: 1,36 km².
Área de Preservação Permanente (APP): 112,71 ha no reservatório da Usina.
Índice de biodiversidade regional: 17 espécies de mamíferos, 191 de aves, 16 de répteis e 20 de anfíbios.
Unidades de Conservação: não há na área diretamente afetada.


Reservatório da Usina Hidrelétrica Cana Brava

UHE São Salvador

Localização: entre os municípios de São Salvador do Tocantins e Paranã (TO).
Área do reservatório: 104 km².
Área de Preservação Permanente (APP): 47,53 km².
Índice de biodiversidade regional: 26 espécies de mamíferos, 242 de aves, 38 de répteis, 29 de anfíbios e 209 de peixes.
Unidades de Conservação: não mensuradas.

UHE Estreito

Localização: entre os municípios de Estreito (MA), Aguiarnópolis e Palmeiras do Tocantins (TO).
Área do reservatório: 555,0 km².
Área de Preservação Permanente (APP): 125,0 km².
Índice de biodiversidade regional: duas espécies de mamíferos aquáticos, 164 de aves, 21 de répteis, 38 de anfíbios e 50 de peixes.
Unidades de Conservação: o reservatório é adjacente à Unidade de Conservação Monumento Natural das Árvores Fossilizadas, com 356,3 km².



Usina Hidrelétrica Passo Fundo

METAS

A tabela a seguir mostra as metas e resultados da Gestão Ambiental, tendo-se como referência a data de 31 de dezembro de 2011

METAS AMBIENTAIS – HIDRELÉTRICAS

DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL NAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

Usina	2011	Observações/Comentários	Próximos Anos
Itá, Machadinho, Passo Fundo, Salto Santiago, Salto Osório e Cana Brava	Participação nos comitês de bacias hidrográficas nas áreas de abrangência das usinas.	A Companhia participa regularmente dos eventos que fomentam a criação dos comitês nas regiões em que os mesmos ainda não estão constituídos. A crição do comitê na área de abrangência de Cana Brava foi postergada para 2012.	Meta permanece em 2012.
Passo Fundo	Implementar e manter permanentemente o Centro de Atividades Socioambientais e Patrimoniais (Casap).	O Casap foi implantado e encontra-se em funcionamento.	
Passo Fundo	Implementar e manter permanentemente a trilha ecológica até março de 2011.	A trilha ecológica foi implementada e encontra-se em pleno funcionamento.	

Meta alcançada ou superada
Meta não alcançada
Meta em andamento

RESÍDUOS

Usina	2011	Observações/Comentários	Próximos Anos
Cana Brava	Manter, em 2011, a mesma geração anual de resíduos (formulada com base no inventário de 2010).	A Usina tinha a meta de manter, em 2011, a geração máxima de resíduos do ano anterior, mesmo com uma reestruturação prevista em seu quadro funcional. Porém, isso não foi possível.	
São Salvador	Reduzir, em 2012, 5% da geração anual de resíduos, com base na média dos inventários de resíduos de 2010 e 2011.	O inventário de 2010 registrou um total de 1,9 toneladas de resíduos gerados. Em 2011, registrou-se a geração de 6,87 toneladas. A meta para 2012 é gerar, no máximo, 4,17 toneladas de resíduos.	Meta se estende até 2012.
Salto Santiago e Salto Osório	Substituir os equipamentos contendo mercúrio até dezembro de 2011.	A meta ainda não foi alcançada, apesar de grande parte do produto ter sido retirada. O restante será retirado conforme cronograma existente.	Meta permanece com prazo prorrogado para dezembro de 2012.
Salto Santiago e Salto Osório	Reduzir, em 2011, 5% da geração média anual de resíduos com base nos relatórios de inventário de resíduos dos anos de 2009 e 2010 (excluindo os resíduos de reformas de unidades e serviços especiais).	Salto Osório: A média de 2009 e 2010 foi de 71 toneladas e, a geração de 2011 foi de 66 toneladas. Salto Santiago: A média de 2009 e 2010 foi de 98 toneladas e a geração de 2011 foi de 73,7 toneladas.	Meta a ser definida.
Ponte de Pedra	Reduzir, em 2011, 2,5% da geração anual de resíduos (formulada com base no inventário de resíduos de 2010).	Em decorrência de alguns eventos extraordinários, como, término da construção do refeitório e do centro de convivência, foram gerados resíduos acima do previsto.	

Meta alcançada ou superada
Meta não alcançada
Meta em andamento

ÁGUA E EFLUENTES

Usina	2011	Observações/Comentários	Próximos Anos
Cana Brava	Redução da concentração de óleos e graxas do efluente drenado para o poço de drenagem da Usina para pelo menos 50% do máximo permitido pela legislação até janeiro de 2011.		Manter a concentração de óleos e graxas nos efluentes da Usina (sistema de drenagem e separador de água e óleo dos transformadores) em pelo menos 50% do máximo estabelecido no padrão legal, até janeiro de 2013.
São Salvador	Reduzir para pelo menos 50% do estabelecido no padrão legal a concentração de óleos e graxas nos efluentes (sistema de drenagem e separador de água e óleo dos transformadores) até janeiro de 2012.		Meta permanece em 2012.
Salto Santiago e Salto Osório	Reduzir o lançamento de óleo do poço de drenagem no corpo receptor - Rio Iguaçu - para até 25% do padrão legal.	Meta atingida, conforme resultados das análises do efluente do poço de drenagem.	Meta permanece em 2012.
Cana Brava	Reduzir, em 2011, 3% do consumo de água tratada, com base no consumo de 2010.	Meta não alcançada devido ao aumento significativo do número de funcionários na Usina (novos contratados).	Manter, em 2012, o mesmo consumo de água tratada, com base no ano de 2010, mesmo com a nova reestruturação prevista no quadro funcional da Usina.
Ponte de Pedra	Reduzir para até 50% do estabelecido no padrão legal a concentração de óleos e graxas nos efluentes (sistema de drenagem e separador de água e óleo dos transformadores da Usina) até dezembro de 2015, com uma taxa de redução de 10% ao ano.		Meta permanece em 2012.
Salto Osório	Implantar sistema de aproveitamento da água de percolação das galerias de inspeção da barragem.		

Meta alcançada ou superada
Meta não alcançada
Meta em andamento

VISITAS ÀS USINAS E EDUACAÇÃO AMBIENTAL

Usina	2011	Observações/Comentários	Próximos Anos
São Salvador	Obter, no período de 2011 a 2013, um aumento anual de 5% no número de pessoas atendidas pelo Programa de Visitas e de Conscientização Ambiental.	Em 2010, o Programa contou com 85 visitantes e 791 pessoas que assistiram às palestras de conscientização ambiental. Em 2011, a Usina recebeu 197 visitantes e 877 pessoas assistiram às palestras de conscientização ambiental.	Meta válida de 2011 a 2013.
Machadinho	Atender a, no mínimo, 6.000 visitantes em 2011.	A meta foi revisada para 6.500 visitantes, tendo a Usina recebido um total de 9.750 visitantes.	Meta permanece em 2012.
Machadinho	Atender, anualmente, a um público de 10.000 pessoas com o Programa de Educação Ambiental nos municípios lindeiros da Usina.	Em 2011, o público total abrangido pelo Programa foi de 7.010 pessoas.	Meta permanece em 2012.
Passo Fundo	Realizar visita em pelo menos 53 instituições de ensino dos municípios lindeiros e atender, no mínimo, 8.500 pessoas até dezembro de 2011.	Foram realizadas palestras em 53 escolas municipais e atendidas 13.691 pessoas.	Meta permanece em 2012.
Itá	Atender a, no mínimo, 9.000 visitantes em 2011.	Em 2011, o público total abrangido pelo Programa foi de 9.816 visitantes.	Meta permanece em 2012.
Ponte de Pedra	Obter, no período de 2011 a 2014, um aumento anual de pelo menos 50% no número de pessoas atendidas pelo Programa de Visitas, tendo como base o ano de 2010 (100 visitantes).	Em 2011, foram recebidas 240 pessoas na Usina, possibilitando alcançar a meta.	
Cana Brava	Obter, no período de 2011 a 2013, um aumento anual de 5% do número de pessoas atendidas pelo Programa de Visitas e Educação Ambiental.	Em 2010, Cana Brava recebeu 1.498 visitantes e 616 pessoas assistiram às palestras de conscientização ambiental. Já em 2011, a Usina recebeu 1.558 pessoas e outras 1.688 participaram das palestras de conscientização ambiental.	Meta válida de 2011 a 2013.
Salto Santiago	Receber pelo menos 2.000 visitantes anualmente, envolvendo escolas, associações e/ou universidades.	Em 2011, foram recebidos 1.381 visitantes na Usina.	Meta permanece em 2012.
Salto Osório	Receber pelo menos 2.000 visitantes anualmente, envolvendo escolas, associações e/ou universidades.	Em 2011, foram recebidos 3.071 visitantes na Usina.	Meta permanece em 2012.

Meta alcançada ou superada
Meta não alcançada
Meta em andamento

REFLORESTAMENTO, RECUPERAÇÃO, MONITORAMENTO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Usina	2011	Observações/Comentários	Próximos Anos
Cana Brava	Recuperar as áreas da concessão com o plantio e doação de 100.000 mudas de espécies nativas do cerrado até abril de 2012.	Em 2010, foram plantadas 17.470 mudas e doadas outras 15.574 e, em 2011, foram plantadas 6.311 mudas e doadas outras 15.123. Total: 54.478 unidades.	Meta está sendo revisada para ser alcançada em abril de 2013.
Machadinho	Recuperar faixa de preservação permanente com o plantio de, no mínimo, 60.000 mudas de espécies nativas em 2011.	Em 2011, foi realizado o plantio de 72 mil mudas na Usina.	
Machadinho	Recuperar a área correspondente ao antigo canteiro de obras com vegetação nativa.		
Passo Fundo	Recuperar a vegetação das ilhas do reservatório por meio do plantio de 40.000 mudas de espécies nativas em 2011.	Em 2011, foram plantadas 53.622 mudas.	
Salto Santiago	Recuperar as áreas degradadas do antigo canteiro de obras até dezembro de 2012.	Em 2011, ocorreu o início da recuperação da área com remoção das pedras, aterramento da área e semeadura de adubação verde.	Meta se estende até 2012.
Salto Osório	Recuperar faixa ciliar com o plantio e doação de, no mínimo, 10.000 mudas de espécies nativas em 2011.	Em 2011,foram plantadas 8.345 mudas florestais e doadas 11.419 outras, um total de 19.764 mudas.	Meta a ser definida.
Salto Santiago	Manter a faixa ciliar com o plantio e doação de no mínimo 20.000 mudas em 2011.	Em 2011, foram plantadas 9.932 mudas florestais e doadas 11.176 outras, totalizando 21.108 mudas.	Meta a ser definida.
Passo Fundo, Itá, Machadinho	Controlar permanentemente a ocupação irregular das margens dos reservatórios.	A equipe de fiscalização ambiental e sociopatrimonial executa vistorias regulares das margens dos reservatórios dessas Usinas.	Meta permanece em 2012.
Passo Fundo, Itá, Machadinho, Salto Santiago, Salto Osório, Ponte de Pedra, Cana Brava e São Salvador	Manter permanentemente ações de acompanhamento ambiental no reservatório e áreas de influência.	Essas Usinas apresentam programas de monitoramento sendo executados em seus reservatórios, como, por exemplo, qualidade da água, ictiofauna, taludes marginais, climatologia, sismologia e hidrossedimentologia, dentre outros.	Meta permanece em 2012.
Ponte de Pedra	Implantar o Viveiro de Produção de Mudas da Usina até setembro de 2012.	Definição do local e início do processo de avaliação de prestadores de serviço.	
Ponte de Pedra	Implantar o Parque Estadual da Serra de Sonora como parte da compensação ambiental da Usina até janeiro de 2013.	Contratado o serviço de elaboração do Plano de Manejo para essa unidade de conservação, sob aprovação do órgão ambiental.	

Meta alcançada ou superada
Meta não alcançada
Meta em andamento

DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL NAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

Usina	2011	Observações/Comentários	Próximos Anos
Lages, Charqueadas, Alegrete e Jorge Lacerda	Participação nos comitês de bacias hidrográficas das usinas.	A Companhia participa regularmente dos eventos que fomentam a criação dos comitês nas regiões em que os mesmos ainda não estão constituídos.	Meta permanece em 2012.
Jorge Lacerda	Participar dos processos de recuperação ambiental de áreas degradadas, em parceria com o órgão estadual de meio ambiente (Fatma).	A Tractebel Energia está atuando na recuperação ambiental da bacia de finos da CSN.	Meta permanece em 2012.
Jorge Lacerda	Implantar o Parque Ambiental Jorge Lacerda.		Meta permanece em 2012.
Charqueadas	Implantar Sistema de Comunicação com a Comunidade até março de 2011.	Campanha institucional realizada na Rádio AM de São Jerônimo (RS).	
Jorge Lacerda	Dar continuidade ao projeto de P&D - caracterização do material particulado na região de influência do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda.		Meta inserida em 2011 e permanece em 2012.
Jorge Lacerda	Dar continuidade ao projeto de P&D - utilização de palha de arroz no processo de queima do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda.		Meta inserida em 2011 e permanece em 2012.

ÁGUA E EFLUENTES

Usina	2011	Observações/Comentários	Próximos Anos
Lages	Implantação do Sistema de Tratamento de Efluentes da Estação de Tratamento de Fuligem e manter a emissão de DBO5 em valores abaixo de 55 mg/l.	Sistema implantado.	
Jorge Lacerda	Impermeabilização dos pátios de carvão até junho de 2011.	Conclusão da impermeabilização em dezembro de 2011[34].	

[34] Alcançada com atraso de seis meses.

Meta alcançada ou superada
Meta não alcançada
Meta em andamento

CONSUMO DE MATERIAIS

Usina	2011	Observações/Comentários	Próximos Anos	
Lages	Atingir 100% dos fornecedores de biomassa com atendimento à legislação vigente até setembro de 2011.	Em novembro de 2011, a meta foi atingida por meio da obtenção das Licenças Ambientais de Operação por todos os fornecedores de biomassa.[35]	Meta permanece em 2012.	
Jorge Lacerda	Redução do estoque de carvão armazenado no pátio da UTLB/C para um máximo de 600.000 toneladas até o final de 2011.		Meta permanece com prazo prorrogado para 2012.	
Lages	Reduzir o consumo específico anual de NaOH para até 1,40 Kg/m³ e de HCl para até 1,20 Kg/m³ até dezembro de 2011.		Meta permanece em 2012.	
Alegrete	Reduzir em 20% o consumo de HCl e de NaOH, em Kg/m³, até dezembro de 2011.	Como a Usina Termelétrica Alegrete não operou em 2010, a meta foi estendida para o próximo período de operação da Usina, que ocorreu em 2011. Em comparação com o último ano de operação dessa Usina (2008), houve uma redução de consumo de 37% para a soda (NaOH) e de 38% para o ácido (HCl).		
Charqueadas	Reduzir em 20% o consumo de HCL e de NaOH, em Kg/m³, até junho de 2012.	Programa de gestão em andamento. Estudos iniciais indicam que será necessário ampliar o prazo da meta. Até 31 de dezembro de 2011, as readequações propostas não demonstraram viabilidade.	Meta permanece em andamento, mas será revisada com possíveis ajustes da própria meta ou ampliação de prazo.	
Charqueadas	Manter os índices de consumo específico de carvão abaixo de 1,50 t/MWh.	A revitalização da Usina foi concluída. A média do consumo específico no ano de 2011 foi de 1,3582 t/MWh.	Meta permanece em 2012.	

[35] Alcançada com atraso de dois meses.

EMISSÕES

Usina	2011	Observações/Comentários	Próximos Anos	
Lages	Manter as emissões de material particulado abaixo de 100 mg/Nm³ na caldeira principal e 260 mg/Nm³ na caldeira reserva.	Em 2011, foi registrada emissão média de 88,32 mg/Nm³ para a caldeira principal e a caldeira reserva não operou no ano.	Meta permanece em 2012.	

Meta alcançada ou superada
Meta não alcançada
Meta em andamento

VISITAS ÀS USINAS

Usina	2011	Observações/Comentários	Próximos Anos	
William Arjona	Atender a cerca de 200 visitantes por ano.	Foram recebidos 206 visitantes na Usina em 2011.		
Alegrete	Atender a 150 visitantes até dezembro de 2011.	Foram recebidos 329 visitantes na Usina em 2011.	Meta permanece em 2012.	
Lages	Atender a 1.200 visitantes em dois anos - 2011 a 2012.	Em 2011, foram atendidos 928 visitantes na Unidade, correspondendo a 77% da meta a ser cumprida até 2012.	Meta se estende até 2012.	
Charqueadas	Atender, no mínimo, a 400 visitantes até dezembro de 2011.	Foram atendidos 691 visitantes na Usina em 2011.	Meta permanece em 2012.	
Jorge Lacerda	Atender a mais de 11.000 visitantes durante o ano de 2011.	Foram recebidos 11.035 visitantes no Complexo em 2011.	Meta permanece em 2012.	

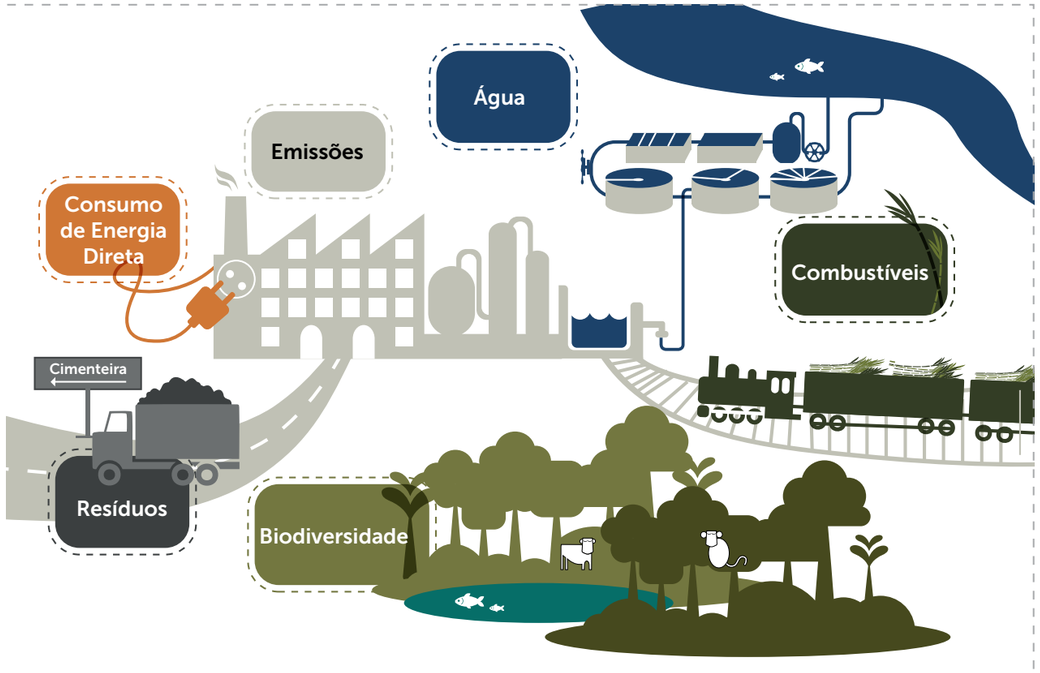
REFLORESTAMENTO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

Usina	2011	Observações/Comentários	Próximos Anos	
Charqueadas	Doação de, no mínimo, 5.000 mudas de árvores em 2011.	A Companhia realizou a doação de 5.330 mudas na região da Usina.	Meta permanece em 2012.	
Alegrete	Doação de, no mínimo, 1.000 mudas de árvores em 2011.	A Companhia realizou a doação de 1.000 mudas na região da Usina.	Meta permanece em 2012.	

RUÍDOS

Usina	2011	Observações/Comentários	Próximos Anos	
Charqueadas	Reduzir os níveis de emissão de ruído para menos de 56 dB a 120 metros dos silenciadores e 72 dB a 10 metros dos silenciadores (medições noturnas de acordo com a NBR 10.151) até dezembro de 2011.	Meta prevista para 2010 foi prorrogada e atingida em 2011. Foram instalados todos os atenuadores de ruído propostos (total de 13). O ruído medido na comunidade está abaixo do estipulado pela NBR 10151, cujos limites são 70 dB(A) no período diurno e 60 para o período noturno. Os valores medidos na comunidade ficaram entre 46 - 54 dB(A) no período diurno e 51 - 56 dB(A) no período noturno.		
Lages	Manter os níveis de ruído nos equipamentos críticos abaixo de 80 dB.	Em dezembro de 2011, foram concluídas as instalações das cabines acústicas nos equipamentos considerados críticos, ficando os resultados dos monitoramentos de pressão sonora dentro da meta estabelecida. O ruído na área de entorno do empreendimento apresentou limite máximo de 52 dB.	Meta permanece em 2012.	

Meta alcançada ou superada
Meta não alcançada
Meta em andamento



EMISSÕES

Gestão

Em junho de 2011, foi lançada a **Política Tractebel Energia sobre as Mudanças Climáticas**, na qual a Companhia se compromete a priorizar as fontes renováveis de energia na expansão da sua matriz energética, mantendo seu parque gerador constituído majoritariamente por hidrelétricas, eólicas e PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas). Além disso, a Política prevê o investimento em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento relacionados à conservação do meio ambiente, às mudanças climáticas e às energias renováveis, bem como a atuação da Tractebel Energia como promotora do desenvolvimento sustentável.

A Companhia desenvolve e aplica sistemas, equipamentos, técnicas, práticas e processos para minimizar a emissão de poluentes e Gases de Efeito Estufa (GEE) resultante dos seus processos produtivos. São exemplos:

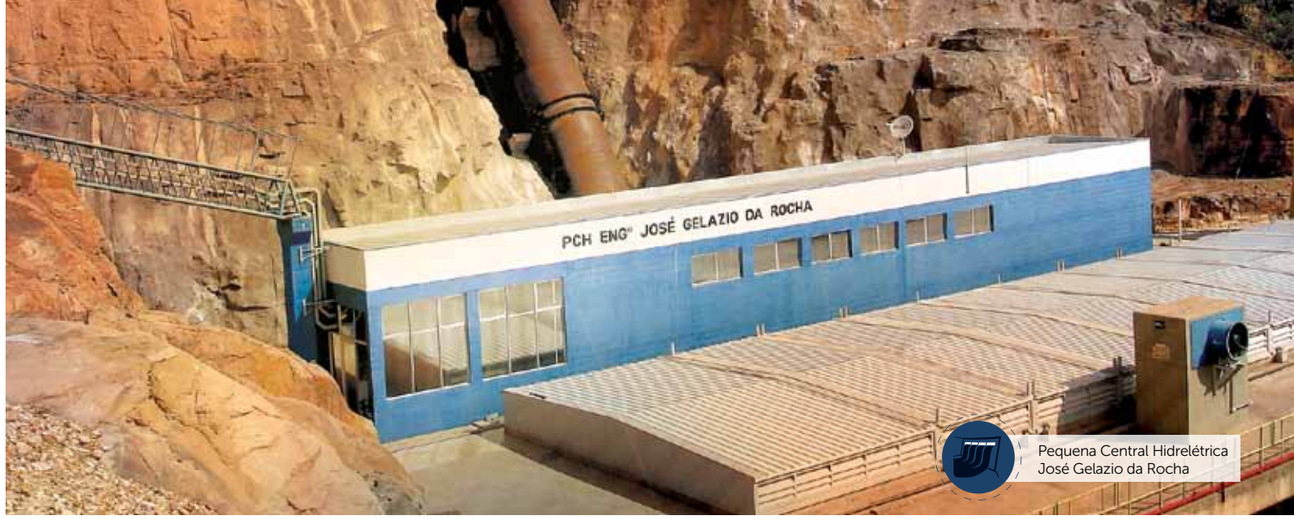
- Precipitadores eletrostáticos nas unidades do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, que retêm mais de 98,5% das emissões do material particulado. Filtros de mangas e dessulfurizador na Usina Termelétrica Charqueadas, que reduzem as emissões de material particulado e de dióxido de enxofre (SO_2);
- Redução da formação e emissão de dióxido de enxofre por meio do controle do teor de enxofre no carvão e óleos combustíveis;
- Destinação de 100% das cinzas produzidas pela combustão do carvão mineral para produção de cimento, minimizando o uso do calcário nesse processo e, consequentemente, reduzindo as emissões de CO_2;
- Destinação de 100% das cinzas geradas nas usinas termelétricas a biomassa (madeira e bagaço de cana) para silvicultura e agricultura, substituindo o uso de adubos químicos, assim diminuindo as emissões de CO_2 associadas;
- Implantação de software para estimativa das emissões de CO_2 em viagens aéreas; e
- Implantação de sistema de videoconferência nas unidades regionais para reduzir o número de deslocamentos e, consequentemente, evitar as correspondentes emissões de GEE.

Em 2011, a Companhia, por meio de contratação de empresa especializada, iniciou o desenvolvimento de seu primeiro Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa, segundo os princípios do GHG Protocol Brasileiro, incluindo a asseguração das informações por uma auditoria independente. O inventário é uma importante ferramenta de gestão, que permitirá à Tractebel Energia conhecer a origem e a evolução de suas emissões de GEE, auxiliando-a na tomada de decisão em relação a ações específicas.

Indicadores

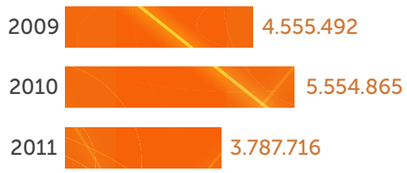
Em 2011, as emissões atmosféricas de CO_2 da Companhia totalizaram 3.787.716 toneladas, uma redução de 32% em relação a 2010, reflexo direto da menor geração de energia nas usinas termelétricas. Isso ocorreu em função do maior volume de chuvas, permitindo uma produção maior das hidrelétricas, que, via de regra, têm prioridade no despacho, devido a seu menor custo de operação.

Os gráficos a seguir apresentam o total de emissões e as emissões por MWh gerado nas termelétricas Charqueadas, Alegrete, William Arjona, do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, bem como na Unidade de Cogeração Lages e na Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética, que operam a biomassa (respectivamente resíduo de madeira e bagaço de cana, fontes renováveis).



Pequena Central Hidrelétrica José Gelazio da Rocha

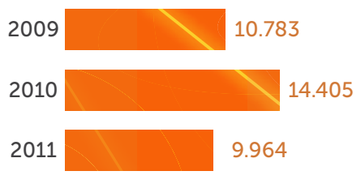
Emissão de CO_2
(t)



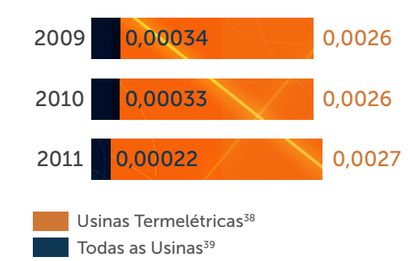
Emissão de CO_2 por MWh Gerado
(t de CO_2/MWh)



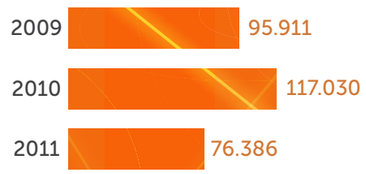
Emissão de NO_x
(t)



Emissão de NO_x por MWh Gerado
(t de No_x/MWh)



Emissão de SO_2
(t)



Emissão de SO_2 por MWh Gerado
(t de SO_2/MWh)



Emissão de Material Particulado
(t)



[36] Usinas Termelétricas (incluindo usinas a biomassa) - relação entre as emissões oriundas da combustão de fósseis para a geração de energia nas termelétricas e a energia gerada nessas usinas.
[37] Todas as usinas - relação entre as emissões oriundas da combustão de fósseis para a geração de energia nas termelétricas e o somatório de toda a energia gerada pela Tractebel Energia (UHEs, UTEs, PCHs e eólicas).

[38] Usinas Termelétricas (incluindo usinas a biomassa) - relação entre as emissões oriundas da combustão de fósseis para a geração de energia nas termelétricas e a energia gerada nessas usinas.
[39] Todas as usinas - relação entre as emissões oriundas da combustão de fósseis para a geração de energia nas termelétricas e o somatório de toda a energia gerada pela Tractebel Energia (UHEs, UTEs, PCHs e eólicas).

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)

A Unidade de Cogeração Lages (UCLA, em SC) tem como combustível resíduos de madeira oriundos de indústrias madeireiras, evitando seu descarte na natureza e, assim, contribuindo para evitar as emissões de metano (CH_4) – um gás com Potencial de Aquecimento Global (PAG) 21 vezes maior que o do dióxido de carbono (CO_2) – provenientes da sua decomposição. Como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), a UCLA está habilitada a gerar créditos de carbono, conforme estabelecido pelo Protocolo de Kyoto, para comercialização pela Lages Bioenergética.

MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO DA UNIDADE DE COGERAÇÃO LAGES

- Geração estimada de 200 mil Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) por ano, no período de uma década, entre novembro de 2004 e outubro de 2014.

- Até 2011, 958.308 Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) já haviam sido emitidas, sendo que 157.914 referem-se ao período de junho de 2008 a junho 2009. No final do período, foi realizada uma nova verificação do projeto para a emissão futura de 443.651 RCEs, referentes a junho de 2009 a maio de 2011.

CONSUMO DE ENERGIA DIRETA

Gestão

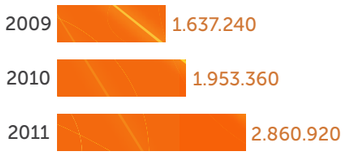
O processo produtivo da Tractebel Energia consome energia elétrica gerada por suas próprias usinas. Portanto, a redução do consumo está diretamente atrelada à diminuição na geração total de energia ou a melhorias da eficiência energética.

Indicadores

Em 2011, a Tractebel Energia consumiu 794,7 GWh (equivalente a 2,9 milhões de GJ) na operação das usinas de seu parque gerador para a produção de 45.023,4 GWh (equivalente a 162,1 milhões de GJ) de energia elétrica.

Nas termelétricas, foram consumidos 437,9 GWh (1,6 milhão de GJ) para produzir 3.700,9 GWh (13,3 milhões de GJ). Nas hidrelétricas, o consumo totalizou 319,9 GWh (1,2 milhão de GJ) e a produção de energia, 40.718,0 GWh (146,6 milhões de GJ). Nas usinas complementares (PCHs, eólicas e termelétricas a biomassa), foram 36,8 GWh (132,5 mil GJ) consumidos e 604,5 GWh (2,2 milhões de GJ) produzidos.

Consumo de Energia Elétrica
(GJ)



ÁGUA

Gestão

A maioria das unidades termelétricas da Companhia conta com sistemas de efluentes líquidos que operam em regime fechado, assim evitando o lançamento de efluentes nos rios e possibilitando a reutilização da água. As unidades que ainda não contam com sistema fechado tratam os efluentes (tratamento físico-químico de sedimentação e neutralização) antes de lançá-los ao corpo receptor e, além disso, dispõem de bacias de contenção nos reservatórios de combustíveis para evitar a poluição das águas decorrente de possíveis acidentes com vazamentos.

Nas hidrelétricas, com o objetivo de evitar a contaminação da água, a Companhia mantém metas mais rigorosas do que os padrões estabelecidos pela legislação para redução da concentração de óleos e graxas nos efluentes dos poços de drenagem e treina e capacita seus profissionais acerca da coleta e análise de efluentes. As UHEs Passo Fundo, Machadinho, Cana Brava e Itá contam ainda com um controle dos efluentes dos poços de drenagem, por meio de um sistema que separa a água do óleo dos efluentes gerados na casa de máquinas.

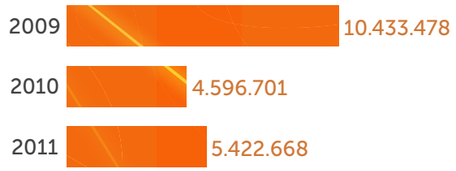
Em 2011, a Tractebel Energia concluiu a implantação do Sistema de Utilização da Água de Drenagem das Galerias de Inspeção da Barragem na Usina Hidrelétrica Salto Osório, diminuindo o uso de produtos químicos no tratamento da água. Esse mesmo sistema já se encontra implantado nas Usinas Hidrelétricas Itá e Machadinho desde 2007.


Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra

Indicadores

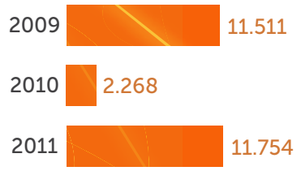
Consumo de Água de Superfície

(m³)



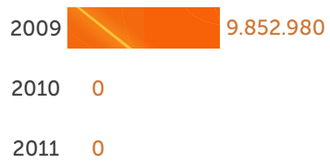
Consumo de Água de Subterrânea

(m³)



Descarte de Água Tratada

(m³/ano)



Notas relativas aos indicadores de gestão da água:

1 Água de superfície: em 2011, a Companhia, por orientação de seu controlador, alterou a metodologia de cálculo do consumo de água industrial, impactando o valor do consumo de água de superfície – que, no entanto, se manteve proporcional às demandas das atividades de geração de energia nas usinas termelétricas.

2 Água subterrânea: o baixo valor apurado em 2010 se deveu à falha de equipamentos de medição (hidrômetros) da Usina Hidrelétrica Salto Santiago, os quais foram substituídos em 2011.

3 Descarte de água tratada: nulo desde 2010, quando foi concluído o fechamento do circuito do sistema de extração e arraste de cinzas pesadas do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda.

RESÍDUOS

Resíduos Perigosos

Gestão

A gestão de resíduos perigosos contempla o acondicionamento, o armazenamento interno temporário, o transporte e a destinação final obedecendo às regulamentações do licenciamento ambiental, às normas da Organização das Nações Unidas (ONU) e aos demais requisitos legais aplicáveis.

A Tractebel Energia adota medidas preventivas contra vazamentos - como a utilização de fichas de segurança de produtos químicos, a implantação de barreiras de contenção e a sinalização adequada dos veículos – e contrata apenas empresas devidamente habilitadas e licenciadas dentro do território nacional para esse tipo de transporte.



Indicadores

DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS PERIGOSOS EM 2011

Método de disposição	Tipo de resíduo	Quantidade(t)
Aterro industrial classe I	Água contaminada com óleo, borra de óleo ou xisto, borra de óleo e borra de tinta, brita contaminada com óleo, cartuchos de impressoras e tonners, baterias industriais, embalagens contaminadas, graxa residual, lâmpadas em geral, materiais contaminados com óleos, graxas, produtos químicos e mercúrio, materiais contendo lã-de-vidro, óleo isolante, pilhas e baterias, produtos químicos, querosene e outros solventes contaminados, resíduos de solda, sucata eletrônica, resinas.	114,88
Autoclavagem - Aterro Industrial Classe II	Resíduos de saúde.	0,02
Coprocessamento	Água contaminada com óleo, borra de óleo, borra de tinta, materiais contaminados com óleo, graxa e produtos químicos, cartuchos de impressora, graxa residual, querosene e outros solventes, resíduos de solda, resinas.	164,64
Incineração	Resíduos de saúde – infectante, pérfuro-cortante e medicamentos.	3,47
Reciclagem	Água contaminada com óleo, cartuchos de impressoras e tonners, baterias industriais, embalagens de defensivos, lâmpadas em geral, óleos lubrificantes e isolantes, sucata eletrônica.	29,57
Reutilização	Toalhas industriais retornáveis, óleo lubrificante usado, óleo isolante.	13,12
Tratamento / descontaminação	Resíduos de saúde, lâmpadas.	102,37
Total (resíduos perigosos destinados adequadamente)[40]		**428,07**
Armazenamento local	Resíduos aguardando volume viável ou em fase de análise para destinação final.	43,89

[40] Todos os resíduos perigosos foram transportados, exclusivamente em território nacional, até o local da destinação final.

Resíduos Não Perigosos

Gestão

A Tractebel Energia se empenha para reaproveitar, reutilizar ou reciclar seus resíduos não perigosos. As cinzas leves, que correspondem a cerca de 86% do volume total de resíduos, são vendidas à indústria cimenteira como insumo do cimento pozolânico, substituindo o calcário em sua composição.

As cinzas pesadas são aproveitadas como base para a pavimentação asfáltica de rodovias e como neutralizadoras da acidez do solo na recuperação de depósitos de rejeitos de carvão, devido ao seu pH alto. As cinzas pesadas provenientes da Usina Termelétrica Charqueadas e do Complexo Jorge Lacerda são destinadas à recuperação de áreas degradadas por carvão mineral e também para a fabricação de cimento. Em Charqueadas (RS), parte volta à cava da mina e é aplicada na recuperação ambiental da área onde o carvão mineral foi extraído. Em 2011, toda cinza produzida pelas termelétricas a carvão mineral foi utilizada na indústria cimenteira.

Os principais resíduos não perigosos gerados pela Tractebel Energia são as cinzas, originadas no processo de combustão das usinas termelétricas a carvão e biomassa, além de papéis, plásticos, vidro e sucata metálica ferrosa e não ferrosa.

As cinzas são divididas em leves, que são arrastadas com os gases de combustão e retidas nos precipitadores eletrostáticos ou filtros de manga, e pesadas, que permanecem no fundo da caldeira.

Indicadores

Em 2011, 99,94% do volume total de resíduos não-perigosos foram reciclados, reutilizados, ou ainda reaproveitados em processos de compostagem, pavimentação de estradas e recuperação de áreas degradadas (cava da mineração).

O consumo total de papel na Companhia apresentou aumento de 14,3% em relação a 2010 e, das 9,6 toneladas consumidas, 8,9 (92,7%) foram provenientes de reciclagem.

DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS EM 2011

Método de disposição	Tipo de resíduo	Quantidade (t)
Aterro controlado	Isopor, plásticos, resíduos comuns e orgânicos.[41]	20,42
Aterro industrial classe II	Entulhos de construção, escória de jateamento, filtros de ar-condicionado, isopor, lã-de-rocha, lodo de eta, madeiras, resíduos comuns, resíduos de solda, sólidos não-contaminados, sucata eletro-eletrônica, vidros.	218,31
Aterro sanitário	Entulho de construção, filtros de ar-condicionado, isopor, lã-de-rocha, madeiras, manta de isolação acústica, plástico, resíduos comuns, resíduos orgânicos, borrachas.	369,52
Compostagem	Resíduos orgânicos.	43,92
Coprocessamento	Madeiras, isopor e sucata de borracha.	1,25
Pavimentação de estradas	Entulho de construção.	2,66
Reciclagem	Cinzas pesadas, cinzas leves, gesso, óleo de cozinha, papel e papelão, plásticos, borracha, sucata metálica e vidros.	1.159.332,27
Recuperação de áreas degradadas	Madeiras, cinzas pesadas e podas de jardim.	15.848,90
Reutilização	Escória de jateamento, sucata metálica, entulho de construção.	104,19
Tratamento / descontaminação	Lodo de esgoto.	119,00
Utilização como combustível	Resíduos de madeira.	126,88
Total		**1.176.187,32**
Armazenamento local	Resíduos aguardando volume viável ou em fase de análise para destinação final	56,36

[41] Esses resíduos são destinados a aterro controlado, devido à inexistência de estrutura controlada nas regiões de algumas usinas.

COMBUSTÍVEIS

Gestão

A Tractebel Energia desenvolve continuamente análises, pesquisas e estudos para a geração de energia por meio de fontes renováveis, a fim de minimizar o consumo de combustíveis fósseis, fonte esgotável e de maior impacto ambiental. Contudo, a Companhia compreende que a diversificação da matriz energética é importante para garantir a oferta de energia e a segurança do sistema no contexto atual.

Além das fontes hídricas, que correspondem à maior parte do portfolio da Tractebel Energia, e eólicas, a Companhia conta com duas usinas termelétricas a biomassa, que dispensam o uso de combustíveis fósseis e são abastecidas por resíduos de madeira (Unidade de Cogeração Lages) e por bagaço de cana-de-açúcar (UTE Ibitiúva Bioenergética). Assim, o impacto ambiental é reduzido ao evitar a extração de recursos naturais não-renováveis e o descarte de resíduos orgânicos na natureza, reduzindo as emissões de GEE.

A Companhia consome gás natural, combustíveis derivados do petróleo (óleo diesel e óleo combustível) e carvão mineral para geração de energia, respectivamente, nas termelétricas William Arjona (que pode funcionar tanto a gás natural como a óleo diesel), Alegrete, Charqueadas e UTLA, UTLB e UTLC do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda; e resíduos de madeira e bagaço de cana-de-açúcar para a produção de energia das plantas a biomassa Lages e Ibitiúva Bioenergética, respectivamente.



Indicadores

Em 2011, a Companhia consumiu 12,1 mil GWh (43,5 milhões de GJ) em combustíveis nas suas usinas termelétricas. A redução do consumo de combustíveis em relação ao ano anterior está diretamente relacionada à menor geração de energia nas usinas termelétricas em 2011.

CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS

Materiais	2009	2010	2011
Carvão mineral (t)	2.751.989	3.344.524	2.348.564
Óleo cobustível (t)	2.943	4.590	3.673
Óleo diesel (m^3)	2.480	3.067	2.685
Gás natural (m^3)	0	114.375.774	415.021

Relativamente ao consumo de combustíveis fósseis decorrente de atividades necessárias à gestão do seu negócio, a Tractebel Energia adota medidas como preferência por automóveis bicombustíveis, priorizando o álcool em sua frota de veículos, contratação de serviços de transporte coletivo na maioria das usinas e realização de teleconferências, em substituição a viagens de seus empregados. Essas iniciativas encontram-se ratificadas na Política Tractebel Energia sobre as Mudanças Climáticas.



Reservatório da Usina Hidrelétrica Machadinho

BIODIVERSIDADE

A Tractebel Energia monitora continuamente as áreas do entorno de seus reservatórios, desenvolvendo programas voltados à conservação da flora e da fauna. Aliados a iniciativas de manejo, esses programas garantem as condições ambientais necessárias à conservação e ao desenvolvimento das espécies antes, durante e após a construção dos reservatórios. A Companhia investe em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento focados na conservação de espécies ameaçadas e iniciativas de educação ambiental para conscientizar as comunidades, apoia organizações do terceiro setor e informa a sociedade de maneira geral sobre a importância da conservação ambiental.

Fauna

Durante a construção de uma usina hidrelétrica, são realizados o estudo e o salvamento dos animais da região no período de desmatamento e formação do reservatório e mantidas faixas de preservação em suas bordas para a proteção da fauna e da flora, que contribuem também para a conservação da qualidade da água.

As espécies que possam ser foco de problemas de saúde da população local – como animais peçonhentos, insetos e caramujos transmissores de doenças - também são monitoradas e controladas por meio de estudos e levantamentos periódicos.

Flora

A Tractebel Energia monitora a flora das regiões em que atua, coletando sementes e flores para estudo, catalogação e posterior produção de mudas. Assim, busca garantir a continuidade das espécies nativas por meio do reflorestamento e da recuperação da vegetação.

Ictiofauna

Por meio de projetos de pesquisa da ictiofauna, a Companhia pesquisa e acompanha o equilíbrio dinâmico estabelecido ao longo da formação e maturidade dos reservatórios e, assim, adotar em cada usina o manejo específico que minimize os impactos sobre as espécies. Entre as principais iniciativas desenvolvidas, destaca-se o repovoamento dos rios por meio da reprodução em laboratório de alevinos de espécies nativas.

A Tractebel Energia, por meio do Consórcio Itá, mantém um convênio com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para repovoamento de peixes na bacia do Rio Uruguai e, em pesquisa conjunta com o Laboratório de Peixes de Água Doce (Lapad) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), reproduz alevinos de espécies ameaçadas de extinção na região, como piracanjuba, dourado, curimbatá e piava, entre outros.

Nas Usinas Hidrelétricas Machadinho e Itá, também está sendo desenvolvido um projeto que busca sensibilizar a população lindeira quanto à preservação das áreas de desova, de criação de larvas e de monitoramento dos peixes, contribuindo assim para a conservação da ictiofauna na área de abrangência das usinas.

Em 2011, o total de mudas plantadas e doadas pela Tractebel Energia foi de 386.643 unidades, sem incluir o plantio realizado pelo Consórcio Estreito Energia (Ceste), do qual a Tractebel Energia faz parte. Nos seis anos de existência do programa, cerca de 2,3 milhões de mudas já foram plantadas e doadas.



Espécies de fauna e flora da região da Unidade de Cogeração Lages

DESTAQUES DA GESTÃO AMBIENTAL EM 2011

» **Semana do Meio Ambiente e da Sustentabilidade (Sema):** voltada aos empregados e à comunidade, o evento é realizado anualmente, desde 2007, com o objetivo de promover a conscientização ambiental e os princípios da sustentabilidade. Em 2011, duas Semas foram promovidas. A primeira foi realizada em setembro, no município de Piratuba (SC), na região das usinas do Rio Uruguai (Machadinho, Itá e Passo Fundo), em parceria com os Consórcios Machadinho e Itá. Realizada em paralelo ao 3º Festival Nacional de Cinema e Vídeo Rural, outro evento apoiado pela Tractebel Energia, a Sema de Piratuba contou com a presença de cerca de 120 pessoas. Com o tema "Desenvolvimento Econômico e Social e a Valorização do Meio Ambiente e do Homem do Campo", o evento ofereceu palestras, oficinas e apresentações artísticas. A outra Sema foi realizada no mês de outubro no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, em Capivari de Baixo (SC), envolvendo também as usinas Lages e Ibitiúva Bioenergética. Entre os temas destacados no evento, estavam o combate à discriminação, a inserção de portadores de necessidades especiais e outras práticas socialmente responsáveis, além de oficinas sobre temas relativos à sustentabilidade. Cerca de 2,5 mil pessoas participaram do evento, incluindo empregados, prestadores de serviços, fornecedores e representantes da comunidade.

» **Semana Interna de Segurança e Meio Ambiente (Sisma):** em 2011, a Tractebel Energia promoveu a Sisma na Regional do Rio Tocantins - envolvendo as usinas Cana Brava, São Salvador e Estreito. Voltado aos empregados e empresas parceiras, o evento contou com 229 participantes.

» **Semana de Meio Ambiente da UHE Estreito:** o Consórcio Estreito realizou, com a participação da Tractebel Energia, a Semana de Meio Ambiente da Usina, que contou com 663 participantes, entre empregados e membros das comunidades do entorno. Foram ministradas palestras sobre o plano de gerenciamento de resíduos sólidos e líquidos; reciclagem; acidentes ofídicos e manejo integrado de pragas urbanas.

» **Programa de plantio e doação de mudas:** a Companhia estabelece todos os anos a meta de um total de no mínimo 300 mil unidades entre plantio de árvores e doação de mudas. Em 2011, o número chegou a 386.643, ultrapassando a meta em 28,9%, sem incluir o plantio realizado pelo Consórcio Estreito Energia (Ceste), do qual a Tractebel Energia faz parte.

» **Conservação de nascentes:**

- A Tractebel Energia deu continuidade ao convênio firmado em 2010 com o Município de Chopinzinho (PR,) a Casa Familiar Rural e o Rotary Club, na região da Usina Hidrelétrica Salto Santiago, que prevê a preservação de 300 nascentes até agosto de 2012. O objetivo do projeto é a melhoria da qualidade da água ingerida pela população, com reflexos na capacidade de aprendizado de crianças e adolescentes. Em 31 de dezembro de 2011, 118 nascentes já tinham sido contempladas pelo projeto.
- Em 29 de julho de 2011, foi firmado convênio com o Consórcio Machadinho e o Instituto Alcoa, para

preservar 24 nascentes em 18 propriedades rurais na região da Usina Hidrelétrica Machadinho.

- Em julho de 2011, foi lançado o Programa Tractebel Energia de Conservação de Nascentes, que tem como principais objetivos manter a qualidade e a quantidade da água nas áreas de abrangência das usinas, estimular e fomentar práticas conservacionistas nas regiões de atuação da Companhia, incentivar e conscientizar a população para o uso racional da água.

» **Promoção da conservação da biodiversidade e da criação e apoio a parques ambientais:** de forma voluntária ou como compensação ambiental pela implantação dos empreendimentos que opera, a Tractebel Energia investe na criação e manutenção de parques de conservação e preservação ambiental, contribuindo para a manutenção das condições ambientais essenciais à biodiversidade, dentre os quais destacam-se:

- **Programa Áreas Estratégicas para a Conservação da Biodiversidade do Paraná:** apoiado de forma voluntária pela Companhia, na área de abrangência das Usinas Hidrelétricas Salto Osório e Salto Santiago. O Programa é desenvolvido pelo Governo do Paraná, em conjunto com a The Nature Conservancy (TNC), e visa à atualização do mapeamento da vegetação da Região Centro Sul do Paraná. Integra a regulamentação fundiária do Parque Estadual Serra da Esperança, que contará com cerca de 6 mil hectares e contribuirá para a preservação da Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Esperança, onde estão localizados os maiores remanescentes florestais de araucária da região.

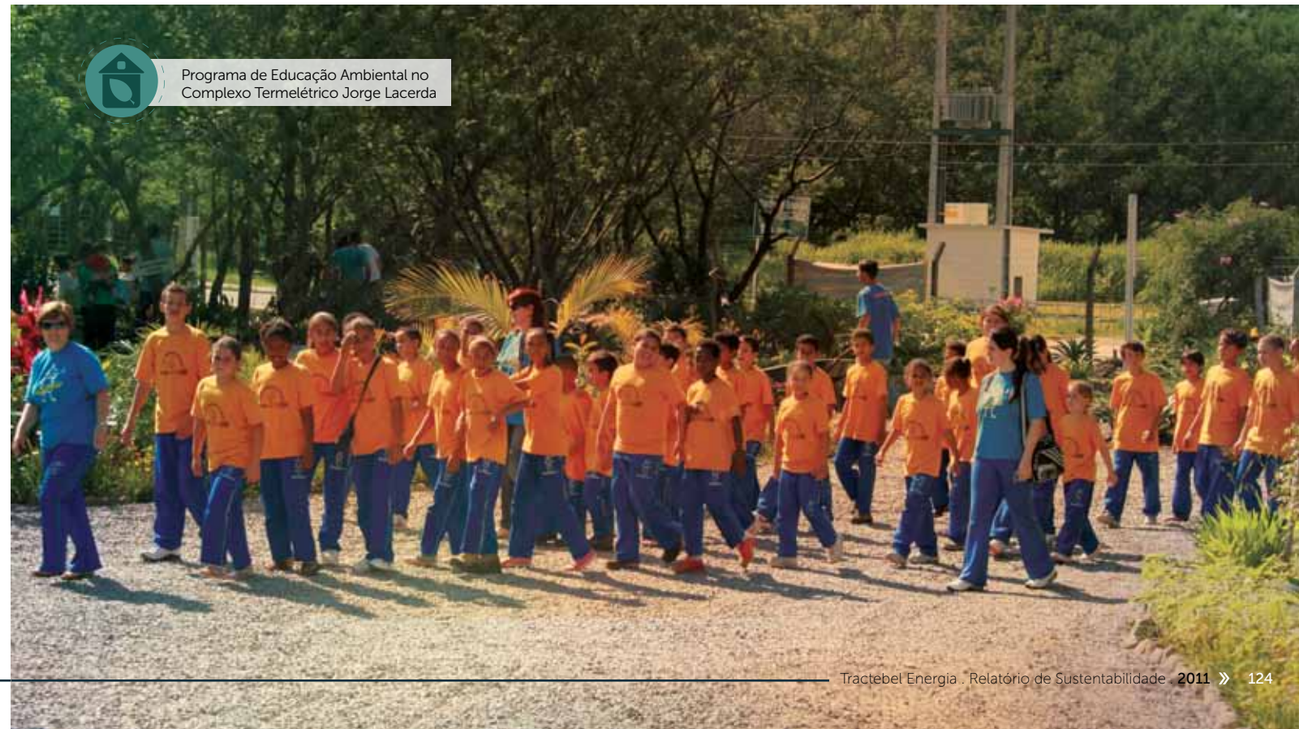
- **Parque Estadual Fritz Plaumann:** foi implantado em Concórdia (SC) como parte da compensação ambiental pela implantação da UHE Itá, contando atualmente com recursos voluntariamente aplicados pela Companhia. Em parceria com empresas privadas, a Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma) e a sociedade civil, viabiliza a proteção e o uso público da mais importante área da remanescente Floresta Estacional Decidual (Floresta do Rio Uruguai). A gestão do parque é feita pela Fatma, em parceria com uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) – Equipe Cogestora do Parque Estadual Fritz Plaumann (Ecopef) -, responsável pela equipe e manutenção das áreas da Unidade de Conservação, criada com esse objetivo e que conta com a participação da Tractebel Energia.

- **Parque Teixeira Soares:** parte da compensação ambiental pela implantação da UHE Itá, o Parque se localiza no município de Marcelino Ramos (RS). Com uma área de 426,1 hectares, tem por objetivo aumentar as áreas protegidas por meio da educação ambiental e da adequação de atividades de turismo ecológico e rural, entre outros projetos de desenvolvimento integrado aos objetivos da conservação ambiental.

- **Parque Ambiental Jorge Lacerda:** com inauguração prevista para 2012, na cidade de Capivari de Baixo (SC), o parque, contíguo ao Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, tem por objetivo transformar uma área de 50 hectares, antes degradada, em modelo de conservação ambiental. O projeto foi realizado pela Tractebel Energia por iniciativa própria, em parceria com a Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul (Faepesul), e irá oferecer à comunidade uma série de atividades educativas, culturais e de lazer. Sua gestão será realizada pela Associação Jorge Lacerda, constituída por membros da Faepesul, da Tractebel Energia e de outras instituições representativas da comunidade. Em 2011 foram plantadas mais de 8.000 árvores na área do Parque.

- **Parque Estadual da Serra de Sonora:** em 2011, a Companhia iniciou a implantação do Parque em parceria com o Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (Imasul), como parte da compensação ambiental pela Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra. Localizado no município de Sonora (MS), o Parque abrange uma área de 7, 9 mil hectares e tem a finalidade de preservar fauna e flora nativas da Serra de Maracajú, que mescla características ambientais típicas do Cerrado e do Pantanal. Quando inaugurado, o Parque será a primeira Unidade de Conservação da região aberta à visitação, beneficiando a comunidade.

» **Centro de Divulgação Ambiental (CDA):** localizado no centro de Itá (SC), o CDA desenvolve projetos educativos para a comunidade, que incluem exposições temáticas, biblioteca, videoteca e arquivos fotográficos que apresentam informações socioambientais sobre a região e os programas desenvolvidos pela Usina. Desde o início das atividades do CDA, já foram atendidas mais de 207 mil pessoas, como parte da compensação ambiental da implantação do empreendimento.



Programa de Educação Ambiental no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda

» **Programa de Formação de Educadores Ambientais (PFEA):** realizado na UHE Itá, o PFEA forma agentes multiplicadores e é desenvolvido em parceria com o poder público e as comunidades. O Programa foi estruturado para que os educadores aprimorem seus conhecimentos e, assim, possam identificar e analisar práticas pedagógicas que contribuam para disseminá-los. Foram realizados três encontros com os professores, totalizando 110 horas de capacitação com a participação de 28 alunos. O Programa aborda desde os fundamentos da Educação Ambiental até a elaboração de propostas pedagógicas.

» **Centro de Apoio Socioambiental e Patrimonial (Casap):** a Usina Hidrelétrica Passo Fundo, por iniciativa da Tractebel Energia, mantém o Casap, que se localiza em uma área destinada à conservação, onde são desenvolvidos programas ambientais, que têm como foco a manutenção da boa qualidade da água, o monitoramento da ictiofauna, a revegetação das ilhas do reservatório, a educação ambiental e a vigilância ambiental. Em 2011, foi inaugurada a Trilha Ecológica do Casap, para difusão de conceitos de conservação ambiental. Já o Programa de Educação Ambiental nas escolas do entorno da UHE Passo Fundo é destinado à comunidade escolar e à população lindeira de maneira geral, e tem como objetivo contribuir para a disseminação de conhecimentos e mudanças de hábitos que colaborem para o desenvolvimento sustentável, além de servir como um elo entre o empreendimento e a comunidade. Em 2011, cerca de 14 mil pessoas participaram das atividades do Programa.

» **Programa de Visitas às Usinas e Educação Ambiental:** em parceria com o SESI e outras entidades, a Companhia mantém programas estruturados para visitações de estudantes, pesquisadores e turistas às usinas, apresentando como funcionam as usinas e os programas socioambientais desenvolvidos. O Programa é complementado por apresentações em escolas e outros locais comunitários versando sobre os mesmos temas, com ênfase em educação ambiental. Em 2011, mais de 86 mil pessoas participaram do Programa.

» **Concurso de Redação da UHE Machadinho:** o Consórcio Machadinho realiza o Concurso de Redação, destinado aos alunos de 8ª série das escolas dos municípios lindeiros à Usina Hidrelétrica Machadinho, a fim de fomentar o debate sobre questões culturais e ambientais e possibilitar o registro das impressões dos estudantes que visitaram o empreendimento. Para orientar os candidatos, o Consórcio promove um workshop sobre técnicas de redação, com a participação de professores de diversas escolas da região. Em 2011, o concurso teve como tema "A Usina Hidrelétrica Machadinho e as Florestas" e contou com a participação de 821 redações de alunos de 32 escolas, um aumento de 36% em relação ao ano anterior. Foram premiados com computadores (notebooks) os três primeiros colocados, escolhidos pela comissão julgadora composta por professores universitários, responsáveis por avaliar as redações dos vestibulares da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

Visitantes nas usinas e participantes do Programa Educação Ambiental em 2011

Complexo Termelétrico Jorge Lacerda	23.779
Usina Hidrelétrica Itá	16.842
Usina Hidrelétrica Machadinho	16.760
Usina Hidrelétrica Passo Fundo	15.219
Usina Hidrelétrica Salto Osório	3.512
Usina Hidrelétrica Cana Brava	3.246
Usina Hidrelétrica Salto Santiago	2.473
Usina Hidrelétrica São Salvador	1.074
Unidade de Cogeração Lages	928
Usina Termelétrica Charqueadas	691
Usina Eólica Pedra do Sal	682
Usina Eólica Beberibe	445
Usina Termelétrica Alegrete	329
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra	240
Usina Termelétrica William Arjona	206
Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca	33
Pequena Central Hidrelétrica José Gelazio da Rocha	33
Pequena Central Hidrelétrica Rondonópolis	33
Total	**86.500**

CUSTOS E INVESTIMENTOS EM GESTÃO AMBIENTAL

Em 2011, a Companhia investiu R$ 40,2 milhões em melhorias para proteção ambiental, instalação de tecnologias mais limpas, controle das emissões atmosféricas, educação e treinamento ambiental, certificação externa, gestão ambiental e projetos de pesquisa e desenvolvimento referentes a questões ambientais.

Adicionalmente, outros R$ 488,1 mil foram gastos com seguro de responsabilidade civil sobre qualquer evento relacionado ao meio ambiente em decorrência de poluição súbita, como derramamentos, e R$ 183,6 mil em 1.659 horas de treinamento e conscientização ambiental.

Gestão da Saúde e Segurança no Trabalho (SST)

DIRETRIZES

Conformidade Legal

A Tractebel Energia monitora permanentemente a evolução das leis, normas e resoluções de regulação da gestão da SST, avaliando e ajustando suas operações e procedimentos quando necessário, de modo a cumprir as exigências legais e os compromissos voluntários adicionais que assume.

Sistema de Gestão

O sistema de gestão em Saúde e Segurança no Trabalho da Companhia se baseia na melhoria contínua. Busca prevenir e preservar a integridade física, a saúde e a qualidade de vida dos empregados, prestadores de serviços, fornecedores e visitantes. Identifica e controla perigos e riscos presentes nos processos, equipamentos e ambientes de trabalho, sobre os quais todos os públicos são orientados, bem como sobre as medidas de prevenção e controle a adotar em cada caso.

A Companhia possui dez Comissões Internas de Prevenção de Acidente (CIPAs), constituídas por representantes do empregador e dos empregados. As CIPAs estão distribuídas entre a sede administrativa e as usinas. Nas usinas em que o número de empregados é inferior a 20, há um empregado responsável pelas mesmas funções legais atribuídas às Comissões. Nas usinas em que há CIPA, é realizada anualmente a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Sipat), evento que aborda diversos temas referentes à área. O objetivo é sensibilizar os empregados quanto a rotinas e hábitos que garantam a realização de trabalho de modo mais seguro e saudável. Somados, os integrantes das CIPAs e os designados para cumprimento das normas de segurança totalizam 83 empregados.

Além desses, há 33 profissionais na área de Saúde e Segurança no Trabalho, dos quais 20 são empregados próprios da Tractebel Energia e 13 prestadores de serviços.

Em 2011, 66% dos empregados da Companhia foram treinados em saúde e segurança. Em paralelo às ações voltadas à prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, a Tractebel Energia identifica o perfil de saúde dos seus empregados e desenvolve programas que visam a promover a prática de hábitos saudáveis, com foco nas seguintes áreas:

a) Gestão do Bem-Estar: ações voltadas para incentivo ao esporte, ginástica laboral, alimentação saudável, gerenciamento do stress, tratamento e prevenção de dependência química e atendimento a pessoas com necessidades especiais.

b) Gestão de Saúde: o programa é composto por check-up anual, dividido em três etapas: exames laboratoriais e específicos, questionários de saúde e estilo de vida, e consulta clínica e definição do Plano Individual de Saúde - compromisso anual assumido pelo empregado em relação à própria saúde.

Atendendo à Norma Regulamentadora NR-7 (Medicina do Trabalho), todos os empregados são convocados anualmente a exame periódico. A Tractebel Energia propõe-se a ir além, realizando uma série de exames complementares e consultas específicas, que visam fornecer dados mais completos e abrangentes sobre a saúde do empregado.

Todas as informações de saúde dos últimos cinco anos - resultados dos exames laboratoriais, questionários e Plano Individual de Saúde - são disponibilizadas no Portal Corporativo, para que o empregado possa acompanhar o histórico de sua saúde.

Além disso, a Companhia realiza, periodicamente, campanhas de comunicação e de prevenção, como vacinação contra a gripe e prevenção ao câncer, bem como treinamentos anuais para operadores (primeiros socorros em ressuscitação cardiopulmonar e uso do desfibrilador) e eventos com palestrantes da área de saúde.

METAS DA GESTÃO DA SST

A tabela a seguir mostra as metas e os resultados corporativos para a gestão da SST baseados em indicadores previamente estabelecidos, tendo-se como referência a data de 31 de dezembro de 2011. De acordo com normas e regulamentações próprias da SST, na sequência são mostrados os indicadores consolidados da gestão da SST.

Indicadores	Metas	Resultados Obtidos
Índices de Taxa de Frequência (TF)[42]	TF < 3,4	TF = 2,60
Índices de Taxa de Gravidade (TG)[42]	TG < 0,076	TG = 0,063
Acidente fatal	0	1[43]

Meta alcançada ou superada
Meta não alcançada
Meta em andamento

[42] Valores resultantes, que consideram respectivos números e horas trabalhadas de empregados próprios e de empresas contratadas. A Taxa de Frequência (TF) é igual à divisão do número de acidentes de trabalho com afastamento pelo total de horas-homem trabalhadas, multiplicada por 1.000.000. A Taxa de Gravidade (TG) equivale à divisão do número de dias perdidos com acidentes de trabalho com afastamento pelo total de horas-homem trabalhadas, multiplicada por 1.000. Fonte: ABNT, NBR 14.280.

[43] Em 7 de outubro de 2011, ocorreu um acidente fatal no reservatório da Usina Hidrelétrica Salto Santiago, por afogamento. A vítima foi um analista ambiental da empresa responsável pela inspeção das áreas de reflorestamento do reservatório da Usina. O acidente ocorreu em função da não observância de normas de segurança, como a ancoragem do barco utilizado e o uso de colete salva-vidas.

DESTAQUES DA GESTÃO DA SST EM 2011

- Realização das auditorias de manutenção da certificação segundo a OHSAS 18001, apontando as oportunidades de melhoria e as não conformidades, que foram corrigidas, resultando na manutenção da certificação segundo a norma BR OHSAS 18001.

- Melhorias no processo de treinamento de SST, por meio do desenvolvimento de treinamentos via e-learning.

CUSTOS E INVESTIMENTOS NA GESTÃO DA SST

Em 2011, a Tractebel Energia investiu R$ 4,3 milhões em ações de segurança, saúde e segurança de trabalho e qualidade de vida dos seus empregados e colaboradores. Dentre outros benefícios, o investimento no aperfeiçoamento dos processos, equipamentos e ambientes de trabalho possibilitou a manutenção da certificação segundo a norma OHSAS 18001.

INDICADORES DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Indicadores Consolidados da Gestão da SST

Empregados Próprios	2009	2010	2011
Número de acidentes de trabalho e de trajeto com e sem afastamento	12	9	7
Número de dias perdidos - acidentes do trabalho com afastamento	117	91	49
Taxa de doenças ocupacionais (TDO)	0	0	0
Taxa de Frequência (TF)	1,10	1,04	1,50
Taxa de Gravidade (TG)	0,07	0,05	0,025
Acidente fatal	0	1[44]	0
Taxa de absenteísmo (dias)	3.936	6.874	6.253

Empregados de Empresas Contratadas	2009	2010	2011
Número de horas de exposição ao risco	3.352.827	3.893.222	4.148.850
Número de acidentes de trabalho com afastamento	15	9	13
Número de acidentes de trabalho e trajeto com e sem afastamento	41	44	42
Número de dias perdidos - acidentes do trabalho com afastamento	279	78	339
Taxa de Frequência (TF)	4,5	2,3	3,13
Taxa de Gravidade (TG)	0,08	0,02	0,082
Acidente fatal	0	0	1[46]
Absenteísmo[45]	–	–	–

[44] Referente a um acidente de trajeto.
[45] O controle é feito pelas empresas contratadas.
[46] Em 7 de outubro de 2011, ocorreu um acidente fatal no reservatório da Usina Hidrelétrica Salto Santiago, por afogamento. A vítima foi um analista ambiental da empresa responsável pela inspeção das áreas de reflorestamento do reservatório da Usina. O acidente ocorreu em função da não observância de normas de segurança, como a ancoragem do barco utilizado e o uso de colete salva-vidas.

Gestão Social

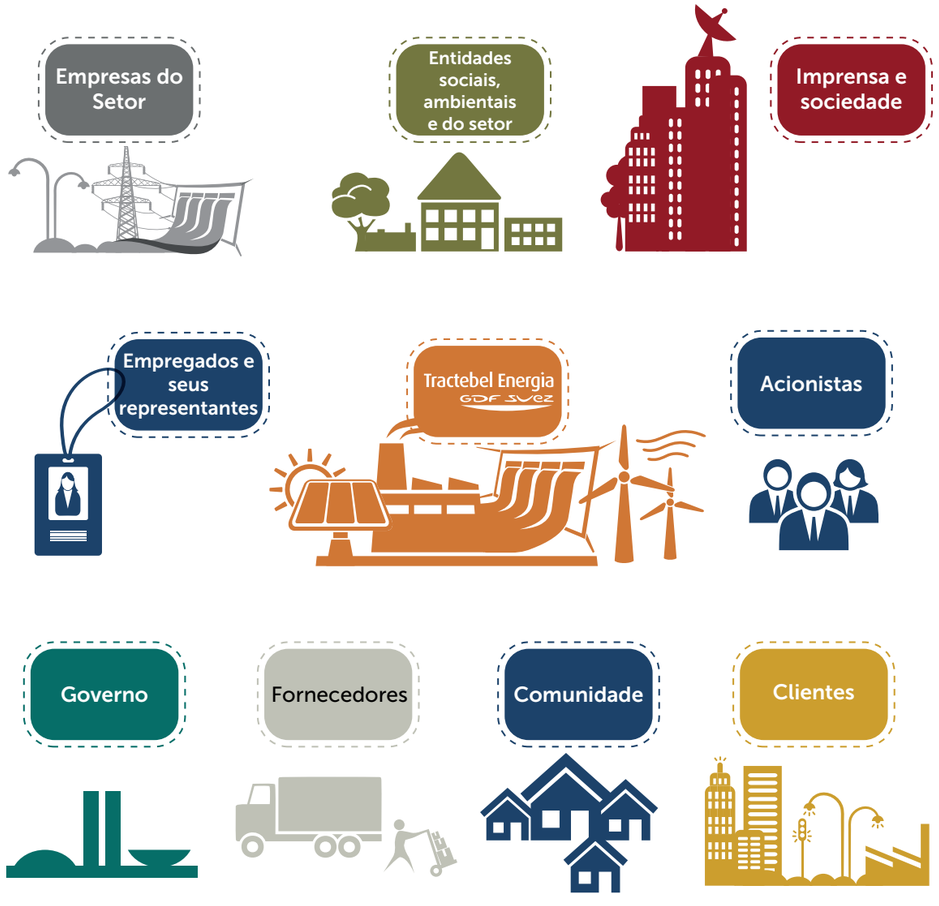
DIRETRIZES

CONFORMIDADE LEGAL

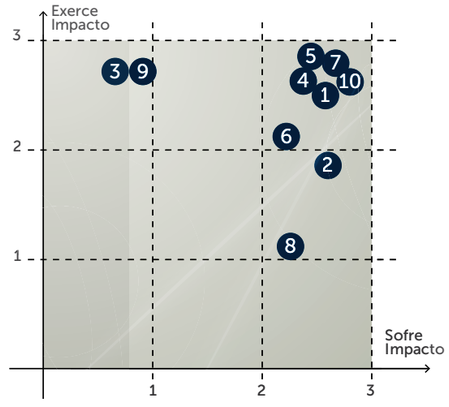
A Tractebel Energia monitora permanentemente a evolução das leis, normas e resoluções de regulação da gestão da responsabilidade social, avaliando e ajustando suas operações e procedimentos quando necessário, de modo a cumprir as exigências legais e os compromissos voluntários adicionais que assume.

RELACIONAMENTO COM STAKEHOLDERS

A Tractebel Energia desenvolve relacionamentos de longo prazo com todos os stakeholders que impactam ou são impactados por suas atividades.



Em 2008, a Tractebel Energia realizou um workshop multidisciplinar que contou com a participação de diversas áreas da Companhia com o objetivo de identificar os públicos de interesse que impactam ou são impactados pelo seu negocio e avaliar o grau desse impacto. A pontuação atribuída a cada publico pelos representantes das áreas da Tractebel Energia varia em uma escala de 0 a 3 nos eixos "exerce impacto" e "sofre impacto". Priorizando a abordagem de temas de interesse de seus principais públicos, a Tractebel Energia realizou uma consulta com aqueles que obtiveram pontuação acima de 2 em pelo menos um dos eixos de impacto, conforme matriz ao lado. Assim, as principais demandas desses públicos no tocante a gestão e ao relacionamento da Companhia são apresentadas em seções especificas dentro do presente capitulo (públicos de 1 a 7) ou em citações dispersas ao longo deste Relatório (públicos de 8 a 10).



1. Empregados e seus representantes
2. Comunidade
3. Imprensa
4. Clientes
5. Fornecedores
6. Governo
7. Acionistas
8. Entidades sociais, ambientais e do setor
9. Instituições financeiras
10. Empresas do setor

As ações desenvolvidas, bem como a tomada de decisões e o planejamento da infraestrutura e da oferta de energia da Tractebel Energia, envolvem esses públicos com base nos seguintes preceitos e diretrizes:

- **Governo, clientes e acionistas:** transparência na comunicação com esses públicos em relação à identificação e gestão de demandas, bem como de oportunidades de mercado.
- **Comunidades:** consultas e audiências públicas para avaliação dos aspectos socioeconômicos e ambientais relacionados à instalação e operação de uma usina de energia na cidade ou região, além da participação em fóruns de desenvolvimento regional e iniciativas conjuntas de desenvolvimento sociocultural e melhoria ambiental.
- **Empregados:** acompanhamento e participação direta no dia-a-dia do negócio da Tractebel Energia – sua estrutura, modo de operação de cada unidade organizacional, novas perspectivas em análise e novos empreendimentos.
- **Sociedade:** informação, por meio da mídia, sobre as iniciativas da Tractebel Energia para contribuir de modo sustentável para o atendimento às suas necessidades atuais e futuras de suprimento de energia.

EMPREGADOS E SEUS REPRESENTANTES

Diálogo permanente, envolvimento, remuneração compatível com as melhores práticas do mercado, programa diferenciado de benefícios, promoção da Saúde e Segurança no Trabalho, planos de carreira, desenvolvimento individual e previdência privada são norteadores do relacionamento da Companhia com sua força de trabalho. Como reflexo, a Tractebel Energia tem obtido elevados índices de satisfação em pesquisas de clima organizacional e, por meio do voto dos seus empregados, foi selecionada, em 2011, entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, em pesquisa das revistas Você S.A. e Exame da Editora Abril, na primeira participação da Companhia nesse ranking.

Todos os empregados têm garantido seu direito de livre associação, sendo que os sindicatos e federações representativos das diferentes profissões e regiões dos empregados filiam-se a três entidades: a Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil (Intersul), a Intersindical e o Sindicato dos Profissionais de Secretariado no Estado de Santa Catarina (Sinsesc). Com essas entidades e os sindicatos a elas coligados, a Companhia pratica a mesma política de permanente diálogo e transparência.



Complexo Termelétrico Jorge Lacerda

Acordos Coletivos de Trabalho (ACT)

Assinados anualmente com as entidades sindicais, em conformidade com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a legislação brasileira, esses acordos abrangem 100% dos funcionários e incluem reajuste salarial pactuado em decorrência da inflação, plano de previdência, benefícios, segurança e saúde, dentre outros. Qualquer alteração no Manual de Gestão ou de itens integrantes dos Acordos Coletivos é objeto de negociação prévia com as entidades sindicais.

Remuneração

A Tractebel Energia periodicamente monitora as melhores práticas de remuneração do mercado por meio de pesquisas salariais e adota a equidade salarial entre gêneros e etnias. A remuneração inclui uma parcela fixa e outra variável. Considerada exclusivamente a parcela fixa, em 2011, o menor salário pago ao corpo funcional foi 2,9 vezes maior que o salário mínimo nacional vigente. A parcela variável é composta pela Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e um bônus gerencial. Ambos são definidos em função do alcance das metas individuais e dos objetivos empresariais. A distribuição da PLR está condicionada aos resultados empresariais, medidos pelo EBITDA e o lucro líquido. Esses critérios são negociados com as entidades sindicais e estabelecidos no Acordo Coletivo de Trabalho. O valor do bônus gerencial é proporcional ao impacto da meta nos resultados empresariais e ao nível de dificuldade exigido.

Benefícios

Dentre os benefícios concedidos aos empregados, destaca-se a participação na Previg – Sociedade de Previdência Complementar, que conta com a adesão de 1.599 participantes (1.027 ativos, 532 assistidos – dependentes -, 19 autopatrocinadores – aposentados que optaram por continuar contribuindo integralmente – e 21 em regime de benefício proporcional definido). Esse Fundo se constitui de 50% de contribuição dos empregados e 50% da Companhia. Em 2011, foram repassados pela Tractebel Energia R$ 39,0 milhões para a Previg.
A Tractebel Energia também apoia um plano de previdência privado da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), que totalizou 2.190 participantes em 2011, com repasse de R$ 27,4 milhões pela Companhia.

BENEFÍCIOS COMPLEMENTARES
Auxílio à recuperação da saúde (assistência médica, odontológica, farmacêutica, psicológica, fonoaudiológica e nutricional) aos empregados e dependentes
Auxílio creche
Auxílio alimentação
Auxílio no atendimento aos portadores de necessidades especiais
Seguro de vida em grupo com cobertura para incapacidade e invalidez

Treinamento e desenvolvimento

A Companhia conta com um plano de treinamento e desenvolvimento que integra suas estratégias de curto, médio e longo prazo. Em 2011, foram investidos R$ 3,3 milhões em um total de 80.445 horas, sendo 10.732 em cursos técnicos, 30.196 em saúde e segurança, 2.900 em idiomas e outras 36.617 em áreas como comportamento, liderança e comunicação. Os tópicos relacionados à ética, como o respeito à diversidade, aos direitos humanos e ao combate à corrupção, fazem parte do Programa Boas Vindas, de recepção a novos empregados, e também são abordados em ocasiões como o lançamento ou divulgação de políticas corporativas e palestras que versam sobre o Código de Ética da Companhia.

HORAS DE TREINAMENTO POR EMPREGADO EM 2011

Categoria Funcional	Média de Horas
Gerencial	57,0
Administrativo	79,2
Técnico-operacional	71,5

O plano de treinamento e desenvolvimento inclui bolsas de estudo, com uma contribuição por parte da Companhia de 50% das mensalidades. Ao todo, em 2011, a Tractebel Energia concedeu bolsa a 57 empregados, sendo seis para cursos técnicos, 33 para cursos de graduação e 18 para cursos de pós-graduação.


Unidade de Cogeração Lages

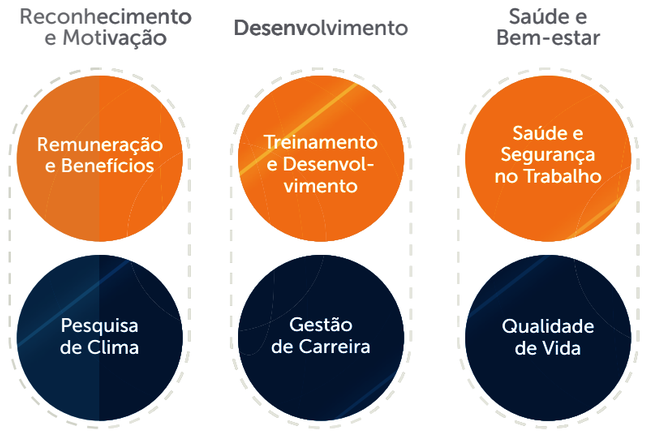
Gestão de carreira

Ferramentas de autogestão de carreira, oferecidas pela Companhia por meio de avaliações e feedbacks, permitem aos empregados uma boa oportunidade de reflexão e aprimoramento de atitudes, relacionamento e condução de suas atividades e carreiras. Anualmente, todos são avaliados quanto ao seu desempenho individual e, a cada três anos, passam por um processo de avaliação 360o de monitoramento de competências – por pares, subordinados e supervisores, além da autoavaliação - que resulta em um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). Programas de apoio à transição de empregados em processo de aposentadoria ou desligamento são igualmente oferecidos pela Tractebel Energia, incluindo o planejamento pré-aposentadoria e Programas de Demissão Voluntária (PDV). Em 2011, 21,7% dos empregados estavam aptos a se aposentar nos próximos cinco anos e 41,7% nos próximos dez anos. A Companhia conta com um plano de sucessão para administrar a reposição e o preenchimento de postos de trabalho.

Saúde e Segurança no Trabalho e qualidade de vida

Além de cumprir a legislação e de possuir um sistema de gestão certificado segundo a OHSAS 18001, a Tractebel Energia estabelece a SST e a qualidade de vida de seus empregados como um dos pilares da sua gestão de recursos humanos.

Pilares da Gestão de Recursos Humanos

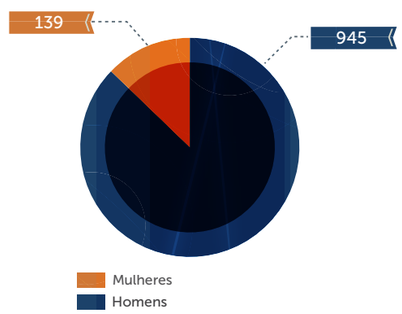


Composição do quadro funcional

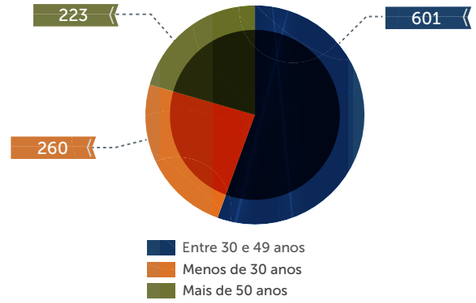
DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS POR ESTADO

Estado	2009	2010	2011
Santa Catarina	649	670	689
Rio Grande do Sul	162	164	180
Paraná	99	102	107
São Paulo	4	2	4
Mato Grosso do Sul	8	10	8
Goiás	52	45	24
Mato Grosso	5	6	5
Tocantins	11	10	19
Maranhão	-	24	44
Minas Gerais	-	-	2
Ceará	-	-	1
Piauí	-	-	1
Total	**990**[47]	**1.033**[47]	**1.084**[47, 48]
Desligamentos	**33**	**39**	**57**
Admissões	**82**	**82**	**108**

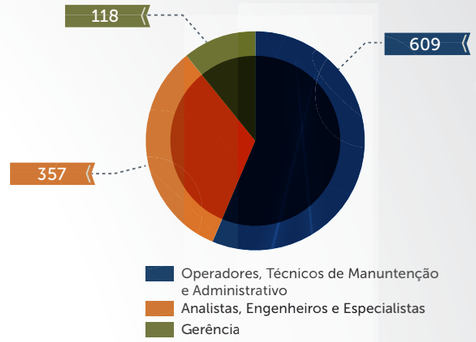
Empregados por Gênero



Empregados por Idade



Empregados por Categoria Funcional



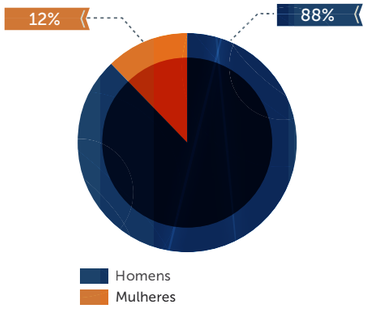
Nova Sede

Diante do porte alcançado pela Tractebel Energia e suas perspectivas de crescimento, a Companhia mudou-se para uma nova sede, que, como a anterior, fica em Florianópolis (SC). A Tractebel Energia ocupa sete dos oito andares de escritórios. O oitavo andar do mesmo prédio é a nova sede das operações na América Latina da IPR GDF SUEZ.

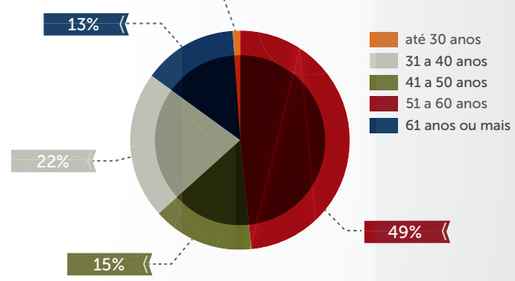
[47] Total composto por empregados próprios, contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), considerados os desligamentos e admissões no ano.

[48] Somam-se a eles 54 estagiários, dois aprendizes (estudantes de 15 a 18 anos) e 907 profissionais de empresas especializadas contratadas trabalharam a serviço da Companhia ao longo do ano.

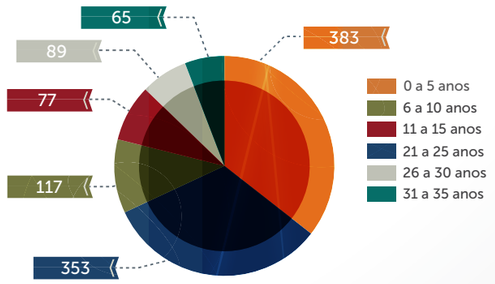
Distribuição por Gênero nos Conselhos e Comitês



Distribuição por Idade nos Conselhos e Comitês

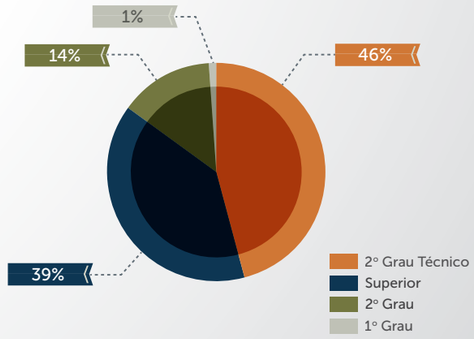


Empregados por Tempo de Serviço[49]



[49] Considerando o tempo de serviço prestado pelos empregados à Eletrosul.

Distribuição por Grau de Escolaridade e Formação



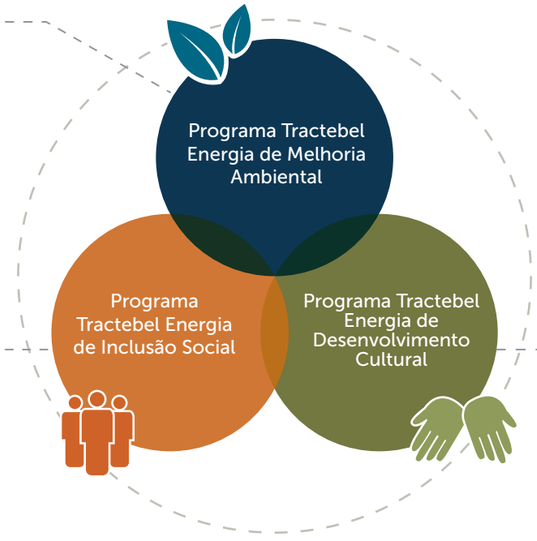
COMUNIDADE

A Tractebel Energia prioriza a contratação de profissionais e fornecedores locais, mantém diálogo permanente com a comunidade do entorno de cada uma de suas usinas e sede e colabora com o desenvolvimento sustentável das regiões nas quais se insere por meio de iniciativas adicionais, que possam resultar em avanços econômicos, sociais, culturais e de melhoria ambiental. Além disso, a Companhia tem por prática buscar parcerias principalmente com agentes locais, tais como universidades, organizações do terceiro setor e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), além de realizar doações e patrocínios, segundo as diretrizes dos Programas Tractebel Energia de Responsabilidade Social:

Programas Tractebel Energia de Responsabilidade Social

Foco na educação ambiental, recuperação das áreas degradadas e reflorestamento

- Redução do impacto das atividades da Companhia no meio ambiente.
- Apoio à preservação do meio ambiente.
- Conscientização ecológica.
- Racionalização do uso dos recursos naturais.
- Melhoria da qualidade de vida.



Foco na melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes de comunidades carentes

- Educação de crianças.
- Parcerias em assistência social, em promoção da saúde e da justiça (defesa dos direitos da criança e do adolescente).
- Apoio à geração de emprego e renda.
- Qualificação profissional de jovens.
- Sensibilização das comunidades para superação da miséria e para a inclusão social de crianças em situação de risco.

Foco no desenvolvimento cultural das comunidades

- Preservação e valorização dos traços culturais característicos da região.
- Desenvolvimento de cultura local.
- Promoção do uso dos incentivos fiscais em benefício das comunidades.

A Companhia tem como meta permanente ampliar sua inserção nas regiões da sede e usinas. Para isso, uma das principais ações tem sido patrocinar a implantação de centros de cultura. O patrocínio pode ser por recursos próprios ou deduzidos do Imposto de Renda em conformidade com a Lei Rouanet, de incentivo à cultura. Para o Centro de Cultura do Parque Ambiental Jorge Lacerda, a ser inaugurado em 2012, o patrocínio é por recursos próprios da Tractebel Energia, abrangendo a completa implantação do Parque. Já para o Centro de Cultura de Entre Rios do Sul (RS), que foi inaugurado em 7 de julho de 2011, foram utilizados recursos abatidos do Imposto de Renda, como previsto pela Lei Rouanet. Dois novos Centros já tiveram sua implantação aprovada pelo Ministério da Cultura segundo esse mesmo dispositivo legal e já tiveram sua implantação iniciada: o de Quedas do Iguaçu (PR) e o de Alto Bela Vista (SC). Em Minaçu (GO), a Companhia vem estabelecendo contatos com uma Oscip local para desenvolver iniciativas culturais no município e planejar a implantação de mais um centro de cultura - nesse caso, possivelmente em parceria com outras empresas atuantes na região. Todos esses centros são administrados por instituições autônomas – e a Tractebel Energia promove cursos de capacitação em gestão para seus representantes.

O Centro de Entre Rios do Sul iniciou suas atividades em 2011 e seu planejamento para 2012 tem a devida dotação orçamentária garantida por meio de convênios com universidades, o município, ingressos de bilheteria e projetos aprovados pelo Ministério da Cultura segundo a Lei Rouanet, para atividades como cinema, teatro, dança, oficinas de arte e capacitação profissional.

IMPRENSA E SOCIEDADE

As Políticas e Diretrizes Tractebel Energia de Comunicação pautam o seu relacionamento com a imprensa. O porta-voz da Companhia é seu Diretor-Presidente, que pode delegar parcialmente essa função a diretores e gerentes. Em conformidade com essas políticas e diretrizes, tanto na implantação como na operação de uma usina, sempre que exigido, solicitado ou por iniciativa própria, a Companhia anuncia amplamente e realiza consultas e audiências públicas para apresentação e discussão dos aspectos socioeconômicos e ambientais relacionados. Desenvolve também campanhas e programas de educação ambiental, comunicação social e de divulgação de assuntos que sejam de interesse do público da área de abrangência do empreendimento.

Com a sociedade, a Tractebel Energia se relaciona por meio de seu website e de veículos de comunicação - divulgando assuntos pertinentes às suas atividades empresariais e corporativas que sejam de interesse geral, tais como fatos relevantes, publicações legais, campanhas educativas em prol da sustentabilidade às quais vincula sua marca e também por anúncios de propaganda e marketing.

Em 2011, uma situação adversa ocorrida na Usina Hidrelétrica Salto Santiago, localizada no Paraná, reiterou a postura de transparência e diálogo adotada pela Tractebel Energia. No dia 26 de setembro, uma das comportas da Usina se soltou, exigindo providências como o esvaziamento do reservatório e a interrupção do funcionamento da Usina. A Tractebel Energia manteve a imprensa local, a comunidade e os órgãos de governo informados, passo a passo, desde a ocorrência do incidente até a solução do problema. Em 30 de setembro, por meio da instalação de um conjunto de comportas fixas de manutenção (stop log), a Usina voltou a operar em condições de normalidade. O prazo previsto para instalação da comporta definitiva é de cerca de 12 meses contados a partir do início de 2012.



CLIENTES

A Tractebel Energia entende que o relacionamento com clientes deve se basear na confiança mútua, tanto no ambiente regulado como no mercado de clientes livres. Particularmente neste, a política de flexibilização e fidelização tem permitido manter, renovar e ampliar o fluxo de negócios de maneira vantajosa para os dois lados. Informações de interesse direto de clientes se encontram no espaço específico para esse público no website da Tractebel Energia, onde são divulgadas informações atualizadas sobre o fornecimento contratado, o mercado de energia, o monitoramento da qualidade da energia consumida e a fatura mensal. A política e os procedimentos de segurança da informação da Companhia garantem que esses dados sejam mantidos em ambiente de estrita confidencialidade.

A Companhia possui um programa de visitas às usinas especialmente dedicado aos clientes, com os quais também realiza fóruns de temas de interesse comum. Em 2011, a Tractebel Energia se fez representar em eventos promovidos por clientes do setor de alimentos, do mesmo modo que promoveu em sua sede um encontro com clientes de Santa Catarina de outros setores. Nos dois casos citados, o tema foi a sustentabilidade.

Periodicamente, por meio de consultores independentes, é realizada uma pesquisa de satisfação com os clientes, para detectar oportunidades de aprimoramento e desenvolvimento de produtos e serviços. A mais recente pesquisa foi realizada em 2010, e apresentou um índice de satisfação de 96,9%: 23,9% dos clientes se disseram satisfeitos e 73,0% muito satisfeitos.



FORNECEDORES

Como Companhia de grande porte de um setor essencial, a Tractebel Energia atua como promotora do desenvolvimento sustentável, possuindo programas de capacitação e avaliação de desempenho de fornecedores com foco no comprometimento e engajamento com os direitos humanos, a responsabilidade social, a Saúde e Segurança no Trabalho e o meio ambiente.

Relativamente a preços, prazos, qualidade e outros aspectos técnico-comerciais, normas administrativas estabelecem procedimentos que possibilitam a seleção das ofertas que melhor atendam aos interesses da Companhia.

Para contribuir com o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua, fornecedores locais são priorizados. Em 2011, foram mantidos 89 contratos com 65 empresas com mão de obra local de cada região, que representam 41% do orçamento total de serviços, ou seja, R$ 48,3 milhões de um total de R$ 117,3 milhões, para serviços locais de manutenção, gestão ambiental, utilidades, vigilância, limpeza, informática e infraestrutura.

Os empregados e dependentes das empresas prestadoras de serviços terceirizados de longo prazo (dois ou mais anos) contam com um programa de benefícios em caráter permanente, que contempla planos de saúde e odontológico. Em 2011, a Tractebel Energia investiu R$ 2,5 milhões nesse programa.

Por meio desses critérios, a Tractebel Energia viabiliza um relacionamento com os fornecedores nas mesmas bases que estabelece com seus clientes: confiança e longo prazo, em condições vantajosas para ambas as partes.

Para assegurar o alinhamento formal com seus princípios, o contrato-padrão da Tractebel Energia estabelece que:

"A CONTRATADA deve garantir os direitos do trabalhador, incluindo o de livre associação, de negociação, remuneração justa e benefícios, deve combater toda e qualquer forma de discriminação e não deve utilizar mão de obra infantil, forçada e/ou compulsória em quaisquer de suas atividades. A CONTRATADA deverá exigir de todos os seus subcontratados, prestadores de serviços e fornecedores o cumprimento dessas obrigações, obrigando-se a denunciar aos órgãos competentes os casos que porventura vier a ter conhecimento.

Durante o prazo deste CONTRATO, as PARTES deverão pautar suas condutas observando o disposto no Código de Ética, Código de Meio Ambiente e na Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável encontrados no website www.tractebelenergia.com.br, documentos que desde já declaram conhecer, cumprir e responsabilizar-se."

GOVERNO

O relacionamento com o governo em suas diferentes esferas e instâncias primeiramente se dá por meio de compromissos legais e institucionais.

Outra forma de relacionamento praticado com instituições governamentais visa ao desenvolvimento sustentável das comunidades e regiões onde a Tractebel Energia está presente. Para isso, usualmente são firmados convênios, com as mesmas diretrizes dos Programas Tractebel Energia de Responsabilidade Social.

A Tractebel Energia também se faz presente no debate e desenvolvimento de temas relacionados às suas atividades. Embora não possuindo uma política formal para prática de lobby e/ou atuação em políticas públicas, a Companhia mantém diálogo com as instituições governamentais, condizentemente com a função que desempenha como empresa de grande porte e atuação nacional e prestadora de um serviço essencial para a população.

APOIO A PARTIDOS POLÍTICOS

O apoio a partidos políticos ou candidatos a cargos eletivos exercido pela Tractebel Energia observa rigorosamente a legislação que rege as doações a campanhas eleitorais. As doações são aprovadas pelo Comitê de Ética e informadas no website do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

ACIONISTAS

O website da Tractebel Energia contém o espaço "Investidor", onde se encontram fatos relevantes, avisos aos acionistas, comunicados ao mercado e o desempenho trimestral da Companhia, bem como o Relatório de Sustentabilidade. A área de relações com investidores promove teleconferências trimestrais de apresentação dos resultados, reuniões com investidores e analistas de investimentos - como o da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec) -, e participa de conferências e seminários dos principais bancos de investimentos e corretoras. Em 2011, a Tractebel Energia participou de um total de 44 eventos, no Brasil e no exterior, promovidos por agentes do mercado de capitais, reunindo-se com 441 investidores, consideradas as repetições e excluídas as reuniões da Apimec.

Visitas de analistas e investidores às usinas da Tractebel Energia também integram as ações de comunicação e relacionamento com os investidores, por meio do Programa Por Dentro da Tractebel Energia. Em 2011, a Companhia promoveu a visita à Usina Hidrelétrica Estreito, que contou com a participação de 59 profissionais de mercado de 52 instituições.

ENTIDADES SOCIAIS, AMBIENTAIS E DO SETOR

A Tractebel Energia atua na articulação entre diversos setores governamentais e não-governamentais sobre temas relevantes para o setor e a sociedade. Seus empregados e/ou diretores participam de fóruns, órgãos e comitês como os a seguir destacados:

- Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)
- Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE)
- Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage)
- Associação Brasileira de Manutenção (Abraman)
- Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine)
- Associação Paulista de Cogeração de Energia (Cogen)
- Bacia Hidrográfica Apuaê-Inhadava
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)
- Centro de Pesquisa de Energia Elétrica (Cepel)
- Comissão de Integração Elétrica Regional (CIER)
- Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica Cigré-Brasil
- Conselho de Infraestrutura (Coinfra)
- Empresa de Pesquisa Energética (EPE)
- Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina Fiesc)
- Federação e Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs / Ciergs)
- Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Funcoge)
- Instituto Acende Brasil
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
- Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)
- World Energy Council - Comitê Brasileiro do Conselho Mundial da Energia (CBCME)



Horta comunitária do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Nas suas operações como companhia de grande porte, capital aberto e controle acionário exercido por um forte grupo de atuação mundial, a Tractebel Energia se relaciona com instituições financeiras nacionais, tanto estatais quanto privadas, e internacionais.

EMPRESAS DO SETOR

Norteada pelo seu Código de Ética, a Tractebel Energia segue as seguintes diretrizes relativamente ao seu relacionamento com as empresas do setor (geradoras, transmissoras, comercializadoras e distribuidoras):

- Observa rigorosamente as regras estabelecidas para o mercado regulado;
- Para conquista e manutenção de clientes livres, emprega uma estratégia de construção de relações de longo prazo;
- Participa de associações setoriais, compartilhando com as demais empresas os assuntos de interesse comum; e
- Atua em parceria em empreendimentos de geração de energia, como no caso das Usinas Hidrelétricas Machadinho, Itá e Estreito e da usina a biomassa Ibitiúva Bioenergética.



Centro de Cultura de Entre Rios do Sul

METAS DA GESTÃO SOCIAL

Anualmente, a Companhia estabelece as Metas Tractebel Energia de Sustentabilidade, que são propostas pelo Comitê de Sustentabilidade e aprovadas pela Diretoria Executiva. Todas têm impacto direto ou indireto na gestão social. As metas estabelecidas em 2011, as ações para sua consecução e seu estágio em 31 de dezembro do mesmo ano são apresentados na tabela a seguir.

META 1: AMPLIAR A INSERÇÃO REGIONAL

Ações	Indicadores
Concluir a implantação do Centro de Cultura de Entre Rios do Sul e iniciar obras dos Centros de Cultura do Parque Jorge Lacerda, de Quedas do Iguaçu e de Alto Bela Vista	Inauguração do Centro de Cultura de Entre Rios do Sul
	Aprovação no MinC[50] do Centro de Cultura de Quedas do Iguaçu e de Alto Bela Vista
	Contrato entre associação local e construtoras de cada localidade
Aprovar no MinC o Centro de Cultura de Minaçu e desenvolver projeto para a cidade de Itá	Centro de Cultura de Minaçu - termo de acordo com associação e possíveis parcerias
	Centro de Cultura Minaçu - aprovação no MinC[51]
	Consolidação do projeto para a cidade de Itá
Implantar plano de autogestão para os Centros de Cultura	Aprovação do plano de autogestão pela Diretoria Executiva
	Apresentação do plano de autogestão às associações
	Início da gestão em Entre Rios do Sul
Desenvolver três novos projetos de recuperação / preservação de nascentes e iniciativas socioambientais em pelo menos três das novas usinas da Companhia e dar continuidade aos em andamento[52]	Compromissos de parcerias para recuperação / preservação de nascentes (três localidades)
	Compromisso de parceria para iniciativas socioambientais na região da PCAB[53]
	Compromissos de parcerias para iniciativas socioambientais em duas outras regiões[53]

Meta alcançada ou superada | Meta em andamento
Meta não alcançada | Meta reorientada

[50] Aprovação no Ministério da Cultura (MinC) segundo a Lei Rouanet.
[51] A meta de aprovação no MinC do Centro de Cultura de Minaçu foi postergada para 2012. Em 2011, foi formada a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Conexão Cidadã, tiveram início as conversações para definição do local do futuro Centro, com a respectiva doação pelo Município, e a constituição de possíveis parcerias na região.
[52] Projetos de preservação de nascentes em andamento: regiões das usinas Salto Santiago, Machadinho e Complexo Termelétrico Jorge Lacerda. Em dezembro de 2011, foi lançado o Programa Tractebel Energia de Conservação de Nascentes, abrangendo todas as usinas da Companhia.
[53] PCAB: PCH Areia Branca. Em 2011, a Companhia obteve propostas para realização de iniciativas socioambientais, cuja análise ficou para 2012. Iniciado o Programa de Visitas e Educação Ambiental na Usina São Salvador e firmados os compromissos relativos à compensação ambiental pela Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra.

META 2: DESENVOLVER PELO MENOS DOIS PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E/OU FONTES ALTERNATIVAS NAS REGIÕES DAS USINAS

Ações	Indicadores
Desenvolver projetos que beneficiem reassentados e comunidades locais	Parceria para a região da UHSA[54]
	Parceria para a região da UHCB[55]

[54] Usina Hidrelétrica São Salvador. Obtidas propostas do Instituto para o Desenvolvimento de Energia Alternativa e da Auto Sustentabilidade (IDEAAS), para consolidação em 2012.
[55] Usina Hidrelétrica Cana Brava. Obtidas propostas do Instituto para o Desenvolvimento de Energia Alternativa e da Auto Sustentabilidade (IDEAAS), para consolidação em 2012.

META 3: CONTRIBUIR PARA A MUDANÇA DE ATITUDE EM PROL DA SUSTENTABILIDADE

Ações	Indicadores
Campanha para uso racional dos sistemas de transporte urbano	Divulgação via Comunicação Interna[56]
Campanha para destinação correta de resíduos perigosos / nocivos ao meio ambiente	Realização da Sipat[57] sede
	Realização de 3 Semas[57]
Campanha para combate à discriminação	Realização da Sipat[57] sede
	Realização de 3 Semas[57]
Inserção de Portadores de Necessidades Especiais (PNE) e de práticas socialmente responsáveis conforme NBR 16001 / ISO 26000	Conclusão das obras para visitantes PNEs (15 usinas certificadas ISO e OHSAS)
	Difusão via Comunicação Interna de práticas socialmente responsáveis
Atingir um total de doações de mudas e plantio de árvores de pelo menos 300 mil unidades (mudas mais árvores plantadas)	Levantamentos e relatórios mensais

[56] Iniciados estudos para o transporte solidário dos empregados que trabalham na nova sede em Florianópolis.
[57] SIPAT: Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho. Semas: Semana do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - em 2011, realizadas Sipats na sede e no CTJL e Semas na região das usinas Machadinho, Itá e Passo Fundo. A meta de contribuir para a mudança de atitude em prol da sustentabilidade foi atingida, tendo sido reorientada relativamente aos temas abordados nesses eventos, que encontram-se descritos no item Gestão Ambiental deste relatório.

Meta alcançada ou superada
Meta em andamento
Meta não alcançada
Meta reorientada

META 4: APRIMORAR ÍNDICES DE SUSTENTABILIDADE DA COMPANHIA

Ações	Indicadores
Implantar sistemática para avaliação do desempenho socioambiental	Levantamentos e relatórios mensais
Realizar inventário e estabelecer metas relativamente às emissões de GEE	Contratação da metodologia
	Inventário das emissões
	Metas de redução[58]

[58] Lançada em junho de 2011 a Política Tractebel Energia sobre as Mudanças Climáticas.

META 5: OBTER RECONHECIMENTO COMO EMPRESA SUSTENTÁVEL

Ações	Indicadores
Manter a Companhia na carteira do ISE da BM&FBovespa e o grau A+ da GRI para o Relatório de Sustentabilidade	Obter A+ da GRI
	Obter ISE BM&FBovespa
Iniciar avaliação interna do protocolo IHA (International Hydropower Association) para sustentabilidade de hidrelétricas	Apresentação de relatório interno com análise e recomendações[59]

[59] A Companhia participou da elaboração de documento para o 6° Fórum Mundial da Água, a ser realizado na França em 2012, recomendando o Protocolo de Sustentabilidade da International Hydropower Association (IHA) como referência.

Meta alcançada ou superada
Meta em andamento
Meta não alcançada
Meta reorientada

DESTAQUES DA GESTÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EM 2011

A seguir, são apresentados alguns dos principais projetos apoiados e desenvolvidos pela Tractebel Energia em 2011.

a) Programa Tractebel Energia de Desenvolvimento Cultural:

» Inauguração do Centro de Cultura de Entre Rios do Sul (RS), na região da Usina Hidrelétrica Passo Fundo: inaugurado em 7 de julho, o Centro já está sob a gestão de uma associação local, totalmente autônoma, formada por representantes da comunidade, que foi capacitada para suas funções. Seu projeto arquitetônico se baseia nas mais modernas técnicas de sustentabilidade e atende a todos os requisitos legais de acessibilidade e segurança. Destinado à comunidade da região, contém anfiteatro para 150 pessoas, salas para oficinas de inclusão digital, cursos de capacitação, biblioteca, museu e espaço para exposições. A Tractebel Energia patrocinou o Centro por meio de recursos de incentivo fiscal da Lei Rouanet, com investimentos de R$ 1,6 milhão.

b) Programa Tractebel Energia de Melhoria Ambiental:

» A Companhia patrocinou com sua marca o documentário "Brasil Orgânico", que em 2011 se encontrava em fase de montagem, destinado a incentivar iniciativas de produção rural familiar de alimentos orgânicos.

c) Programa Tractebel Energia de Inclusão Social:

» Na região da Usina Hidrelétrica Estreito, localizada entre os municípios de Estreito (MA), Palmeiras do Tocantins (TO) e Aguiarnópolis (TO), a Tractebel Energia participa do Programa Investimento Social Estreito, em parceria com as consorciadas do empreendimento e o BNDES, com diversas iniciativas de fomento ao desenvolvimento regional sustentável, como alfabetização, educação para gestores públicos, cooperativas de pesca, melhorias de salas escolares, dentre outros. Esse programa é adicional aos compromissos relacionados ao licenciamento da obra e representou em 2011 um investimento superior a R$ 20 milhões, cabendo à Tractebel Energia a parcela correspondente à sua participação de 40,07% no Consórcio.

» Desde 2008, a Companhia apoia um projeto, desenvolvido pelo inventor catarinense José Alano, de aquecimento de água baseado no reaproveitamento de garrafas "PET" e embalagens "longa vida", nas regiões das usinas Itá (divisa de SC com RS), Jorge Lacerda (SC) e Salto Santiago (PR). O projeto, que já beneficiou 3,5 mil pessoas, inclui a sensibilização para a reciclagem e a correta destinação de resíduos domésticos, bem como a capacitação para instalação e uso dos sistemas.

CUSTOS E INVESTIMENTOS NA GESTÃO SOCIAL

Ver Balanço Social Consolidado, integrante deste relatório.



8

Premiações e Reconhecimentos

8. Premiações e Reconhecimentos

- Troféu Transparência Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade) — Destaque do Ano.
- Selecionada como uma das 150 melhores empresas para se trabalhar — Exame & Você S.A..
- Melhor empresa da América Latina em relações com investidores — Revista Institutional Investor.
- Certificado de Excelência em Gestão Ambiental — Editora Expressão.
- Vencedora em duas categorias do Prêmio Brasil Ambiental da Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro (Amcham Rio).



Balanço Social Consolidado



Tractebel Energia

1. Base de Cálculo	2011 R$ mil	2010 R$ mil
Receita líquida	4.326.951	4.100.381
Resultado operacional	2.034.788	1.721.310
Folha de pagamento bruta	117.126	109.289

2. Indicadores Sociais Internos	R$ mil	% sobre a Folha de Pagamento Bruta	% sobre a Receita Líquida	R$ mil	% sobre a Folha de Pagamento Bruta	% sobre a Receita Líquida
Alimentação	9.512	8,12	0,22	8.164	7,47	0,20
Encargos sociais compulsórios	41.296	35,26	0,95	37.643	34,44	0,92
Previdência privada	40.340	34,44	0,93	33.785	30,91	0,82
Saúde	8.748	7,47	0,20	8.670	7,93	0,21
Segurança e saúde no trabalho	3.206	2,74	0,07	4.301	3,94	0,10
Educação	3.506	2,99	0,08	3.430	3,14	0,08
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.954	1,67	0,05	1.698	1,55	0,04
Creches ou auxílio creche	127	0,11	-	109	0,10	-
Participação nos resultados / bônus	31.481	26,88	0,73	30.001	27,45	0,73
Outros benefícios	5.987	5,11	0,14	7.116	6,51	0,17
Total dos indicadores sociais internos	**146.157**	**124,79**	**3,38**	**134.917**	**123,45**	**3,29**

3. Indicadores Sociais Externos	R$ mil	% sobre o Resultado Operacional	% sobre a Receita Líquida	R$ mil	% sobre o Resultado Operacional	% sobre a Receita Líquida
Educação	1.431	0,07	0,03	1.632	0,09	0,04
Cultura	9.216	0,45	0,21	7.062	0,41	0,17
Outros	4.645	0,23	0,11	4.850	0,28	0,12
Total das contribuições para a sociedade	15.292	0,75	0,35	13.544	0,79	0,33
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.074.898	52,83	24,84	984.909	57,22	24,02
Total dos indicadores sociais externos	**1.090.190**	**53,58**	**25,20**	**998.453**	**58,01**	**24,35**

4. Indicadores Ambientais	2011 R$ mil	2011 % sobre o Resultado Operacional	2011 % sobre a Receita Líquida	2010 R$ mil	2010 % sobre o Resultado Operacional	2010 % sobre a Receita Líquida
Relacionados com a operação da Empresa	21.621	1,06	0,50	17.505	1,02	0,43
Relacionados com projetos em curso	55.757	2,74	1,29	22.452	1,30	0,55
Total dos investimentos em meio ambiente	**77.378**	**3,80**	**1,79**	**39.957**	**2,32**	**0,97**

5. Indicadores do Corpo Funcional	Quantidade	Quantidade
Nº de empregados(as) ao final do período	1.084	1.033
Nº de admissões durante o período	108	82
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	907	3.012
Nº de estagiários(as)	54	77
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	443	438
Nº de mulheres que trabalham na empresa	139	136
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	3,70%	3,70%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a esses indicadores	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a esses indicadores
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a esses indicadores	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a esses indicadores
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	9	9

6. Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2011					Metas 2012
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa			19,2			Não Definida
Número total de acidentes de trabalho			5			0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção, gerências + Comitê de Sustentabilidade	( ) todos(as) empregados (as)	( ) direção	(x) direção, gerências + Comitê de Sustentabilidade	( ) todos(as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	( ) todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue as normas da OIT	(x) não se envolverá	( ) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá as normas da OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	(x) apoia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	(x) apoiará	( ) organizará e incentivará
Valor adicionado total a distribuir (em milhares de Reais):			R$ 3.581.646			ND
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):			41,69% governo 5,31% colaboradores(as) 40,43% acionistas 12,57% terceiros 0% retido			ND% governo ND% colaboradores(as) ND% acionistas ND% terceiros ND% retido

Índice GRI

Perfil

1. Estratégia e Análise

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
1.1	Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão sobre a relevância da sustentabilidade para a organização	Completo	13 a 16			
1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	Completo	131 a 150			

2. Perfil Organizacional

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
2.1	Nome da organização	Completo	Tractebel Energia S.A.			
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	Completo	19 a 30			
2.3	Estrutura operacional	Completo	19 a 30			
2.4	Localização da sede	Completo	13			
2.5	Número de países em que a organização opera	Completo	As operações da Tractebel Energia estão locaizadas no Brasil.			
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	Completo	19 a 30			
2.7	Mercados atendidos	Completo	19 a 30, 45 a 47 e 144			
2.8	Porte da organização	Completo	19 a 30			
2.9	Principais mudanças durante o período coberto	Completo	19 a 24			
2.10	Prêmios recebidos no período	Completo	153			

3. Parâmetros para o Relatório

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
3.1	Período coberto pelo relatório	Completo	17			
3.2	Data do relatório anterior mais recente	Completo	17			
3.3	Ciclo de emissão dos relatórios	Completo	17			
3.4	Dados para contato	Completo	185			
3.5	Processo para definição do conteúdo do relatório	Completo	17 e 18			
3.6	Limite do relatório	Completo	Os dados reportados abrangem a operação da Tractebel Energia e de todas as suas subsidiárias controladas e nas quais tem participação em consórcios em todo o Brasil. Na página 24 é apresentado organograma com todas as empresas controladas pela Companhia que compõem o escopo desse relatório.			
3.7	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório	Completo	17			

3. Parâmetros para o Relatório

3.8	Base para elaboração do relatório no que se refere a joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras organizações	Completo	19 a 24		
3.9	Técnicas de medição de dados	Completo	17		Possíveis alterações nas bases de análise e comparação de dados estão devidamente expressas e indicadas ao longo do texto.
3.10	Explicação das conseqüências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores	Completo	19 a 24		
3.11	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório	Completo	Não houve mudanças significaticas no escopo. Limite ou métodos de medida em relação ao relatório anterior.		
3.12	Tabela que identifica a localização das informações no relatório	Completo	159 a 180		
3.13	Verificação externa dos dados	Completo	181 e 182		A Tractebel Energia adota verificação externa de seu Relatório com auditoria dos dados conduzida pela empresa PricewaterhouseCoopers.

4. Governança, Compromissos e Engajamento

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
4.1	Estrutura de governança	Completo	31 a 42			
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo	Completo	O Presidente do Conselho de Administração não acumula cargo de Diretor Executivo.			
4.3	Para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número de membros independentes ou não executivos do mais alto órgão de governança	Completo	37			
4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou deêm orientações ao mais alto órgão de governança	Completo	A Companhia valoriza a participação dos acionistas minoritários junto ao Conselho de Administração e decida espaço, nas assembleias de acionistas, para que façam recomendações e orientem o órgão quanto à tomada de decisão.			Além dos acionistas minoritários, os empregados também têm acesso ao Conselho de admnistração por meio do contato com seu Presidente.
4.5	Relação entre remuneração para membros do mais alto órgão de governança, diretoria executiva e demais executivos e o desempenho da organização	Completo	39 e 40			
4.6	Processos em vigor no mais alto órgão de governança para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados	Completo	35			
4.7	Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos membros do mais alto órgão de governança para definir a estratégia da organização, para questões relacionadas a temas econômicos, sociais e ambientais	Completo	37 a 42			
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social, assim como estágio de sua implementação	Completo	4 e 33 a 35			
4.9	Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, ambiental e social	Completo	31 a 42			
4.10	Processos para a autoavaliação do desempenho do mais alto órgão de governança, especialmente com respeito ao desempenho econômico, ambiental e social	Completo	Não há processo de autoavaliação de desempenho relativo às dimensões econômica, ambiental ou social formalizado no Conselho de Administração. Porém, por considerar essa avaliação como boa prática, está em análise a adoção de um modelo que contemple a autoavaliação.			
4.11	Explicação de se e como a organização aplica o princípio de precaução	Completo	61			

4. Governança, Compromissos e Engajamento

4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social, que a organização subscreve ou endossa	Completo	131 e 132
4.13	Participação significativa em associações e/ou organismos nacionais/internacionais de defesa em que a organização: possui assento em grupos responsáveis pela governança corporativa; integra projetos ou comitês; contribui com recursos de monta além da taxa básica como organização associada	Completo	131 e 132
4.14	Relação de grupos de stakeholders engajados pela organização	Completo	17, 18, 131 e 132
4.15	Base para identificação e seleção de stakeholders com os quais se engajar	Completo	Em 2008, a Tractebel Energia realizou um workshop multidisciplinar que contou com a participação de diversas áreas da Companhia com o objetivo de identificar os públicos de interesse que impactam ou são impactados pelo seu negocio e avaliar o grau desse impacto. A pontuação atribuída a cada publico pelos representantes das áreas da Tractebel Energia varia em uma escala de 0 a 3 nos eixos "exerce impacto" e "sofre impacto". Priorizando a abordagem de temas de interesse de seus principais públicos, a Tractebel Energia realizou uma consulta com aqueles que obtiveram pontuação acima de 2 em pelo menos um dos eixos de impacto. Assim, as principais demandas desses públicos no tocante a gestão e ao relacionamento da Companhia são apresentadas em seções especificas dentro do presente capitulo (públicos de 1 a 7) ou em citações dispersas ao longo deste Relatório (públicos de 8 a 10). Ver página 131.
4.16	Abordagens para o engajamento dos stakeholders, incluindo sua frequência por tipo e grupo de stakeholders	Completo	Como parte do processo de elaboração do Relatório de Sustentabilidade, a Companhia realiza anualmente o engajamento e consulta aos stakeholders. Para isso, aplica a todos os públicos e simultaneamente uma pesquisa online.
4.17	Principais temas e preocupações levantados por meio do engajamento dos stakeholders e medidas adotadas para tratá-los	Completo	18

5. Desempenho Econômico

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação	Ano
	Informações sobre a forma de gestão econômica	Completo	63 a 88				
Aspecto	Desempenho Econômico	Completo	72 a 88				
EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído	Completo	10				
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas	Completo	111			Ver gráfico de "Distribuição do Valor Adicionado".	
EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece	Completo	134				
EC4	Ajuda financeira recebida do governo	Completo	A Hidrelétrica Ponte de Pedra possui isenção parcial do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, a partir de 2006, por estar localizada em área incentivada da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).				
Aspecto	Presença no Mercado	Completo	46 e 47				
EC5	Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes	Parcial	134	O indicador é apresentado em uma média geral, e não por unidade operacional.	Informação sigilosa.		

5. Desempenho Econômico

EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes	Completo	142				
EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes	Parcial	139	Não inclui segregação por membros da alta gerência recrutados na comunidade local.	Não material.	A Companhia não faz a segregação por cargo dos empregados contratados localmente.	
Aspecto	Impactos Econômicos Indiretos	Completo	139 a 141				
EC8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra estrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades pro bono	Completo	122 a 126, 139 e 140				
EC9	Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos	Completo	139 e 140				

6. Meio Ambiente

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação	Ano
	Informações sobre a forma de gestão ambiental$_{COM}$	Completo	95 a 127				
Aspecto	Materiais	Completo	118 e 119				
EN1$_{COM}$	Materiais usados por peso ou volume	Completo	118 e 119				
EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem	Completo	118				
Aspecto	Energia	Parcial	111	Quantidade de energia economizada devido à melhorias em conservação e eficiência.	Não disponível.	A Companhia deu início em 2010 ao processo para levantamento de suas emissões atmosféricas, que incluiu o consumo de energia indireta e a evolução e redução do consumo devido às melhorias em conservação e eficiência.	
EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária	Completo	111				
EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte de energia primária	Não reportado			Não aplicável.	O principal consumo da Companhia nas usinas é de energia gerada nas próprias instalações, ou seja, não compreende consumo de energia indireta (comprada de fontes externas).	
EN5	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência	Não reportado			Não disponível.	A Companhia deu início em 2010 ao processo para levantamento de suas emissões atmosféricas, que deverá incluir o consumo de energia indireta e a evolução e redução do consumo em função das melhorias em conservação e eficiência.	2013
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas	Não reportado			Não aplicável.		
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas	Completo	111				
Aspecto	Água	Completo	112 e 113				
EN8$_{COM}$	Total de água retirada por fonte	Completo	112 e 113				
EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água	Não reportado			Não aplicável.	A retirada de água pela Companhia nestes casos não se enquadra nos critérios que definem retiradas significativas.	
EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	Completo	A instalação de circuito fechado no sistema de arraste das cinzas pesadas de Jorge Lacerda possibilitou uma redução média estimada de 50% do consumo total de água e de cerca de 95% do consumo de água industrial da Usina, devido ao reuso da água, desde sua implantação, em 2010.				

6. Meio Ambiente

Aspecto	Biodiversidade	Parcial	120 e 121	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações.	Não material.	A Companhia faz o levantamento de todas as espécies nas áreas de entorno dos seus reservatórios, porém não há um número consolidado de quantas dessas espécies fazem parte das listas nacionais de conservação.	2013
EN11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	Completo	96 a 98				
EN12$_{COM}$	Descrição dos impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	Completo	120 e 121				
EN13	Habitats protegidos ou restaurados	Completo	96 a 98, 120 e 121				
EN14$_{COM}$	Estratégia, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.	Completo	96 a 98, 120 e 124				
EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção	Não reportado		Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações.	Não material	A Companhia faz o levantamento de todas as espécies nas áreas de entorno dos seus reservatórios, porém não há um número consolidado de quantas dessas espécies fazem parte das listas nacionais de conservação.	
Aspecto	Emissões, Efluentes e Resíduos	Parcial	107 a 110, 113 e 114 a 119	Outras emissões relevantes de gases de efeito estufa.	Não disponível	As medições não englobam as emissões indiretas do negócio, porém a Companhia pretende monitorá-las a médio prazo e deu início ao processo de monitoramento e levantamento para seu inventário de emissões de gases de efeito estufa.	2013
EN16$_{COM}$	Total de emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa, por peso	Completo	107 a 111				
EN17	Outras emissões relevantes de gases de efeito estufa	Não reportado			Não disponível	As medições não englobam as emissões indiretas do negócio, porém a Companhia pretende monitorá-las a médio prazo e deu início ao processo de monitoramento e levantamento para seu inventário de emissões de gases de efeito estufa.	2013
EN18$_{COM}$	Iniciativas para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa e as reduções obtidas	Completo	107 a 111				
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso	Completo	109 e 110				
EN20$_{COM}$	NOx, SO_2 e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	Completo	109 e 110				
EN21$_{COM}$	Descarte total de água, por qualidade e destinação	Completo	113				
EN22$_{COM}$	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	Completo	114 a 117				
EN23	Número e volume total de derramamentos significativos	Completo	Em 2011, não foi registrado nenhum derramamento significativo.				
EN24	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basiléia - Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente	Completo	115				
EN25	Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora	Completo	96 a 98			Os descartes realizados pela Companhia nestes casos não se enquadram nos critérios definidos pelo GRI.	
Aspecto	Produtos e Serviços	Não reportado			Não aplicável	Não se aplica aos produtos e serviços oferecidos pela Companhia.	
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos	Não reportado			Não aplicável	Não se aplica aos produtos e serviços oferecidos pela Companhia.	

6. Meio Ambiente

EN27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto	Não reportado			Não aplicável	Não se aplica aos produtos e serviços oferecidos pela Companhia.	
Aspecto	Conformidade	Completo	95				
EN28	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais	Completo	A Companhia não sofreu multas significativas por não cumprimento da regulamentação ambiental em 2011.				
Aspecto	Transporte	Completo	119				
EN29	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte dos trabalhadores	Completo	119 e 147			A Companhia possui procedimento de monitoramento dos índices de fumaça preta dos veículos a diesel utilizados pelos fornecedores e consequente notificação em caso de desvio dos padrões normativos/legais. Além disso, a fim de evitar derramamentos de óleos, combustíveis e substâncias químicas, a Tractebel Energia conta com procedimentos operacionais preventivos e de contenção, além de Planos de Atendimento a Emergências (PAE).	
Aspecto	Geral	Completo	127				
EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo	Completo	127				

7. Social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação	Ano
	Informações sobre a forma de gestão social	Completo	127 a 130				
Aspecto	Emprego	Completo	133 a 139				
LA1$_{COM}$	Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região	Completo	137 e 138				
LA2$_{COM}$	Número total e taxa de rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região	Parcial	137 e 138	Não inclui a taxa de rotatividade segregada por idade, gênero e região.	Não disponível.		2014
LA3	Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações	Completo	134			Todos os empregados próprios da Tractebel Energia trabalham em regime de tempo integral.	
Aspecto	Relações entre os Trabalhadores e a Governança	Completo	134				
LA4$_{COM}$	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva	Completo	134				
LA5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva	Completo	134			A Companhia notifica seus empregados com antecedência, avaliada caso a caso, porém, não tem um período mínimo estabelecido.	
Aspecto	Segurança e Saúde no Trabalho	Completo	127 a 130				
LA6	Percentual de empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional	Completo	127 e 128			Os comitês descritos representam mais de 75% dos empregados.	
LA7$_{COM}$	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região	Completo	130				
LA8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves	Completo	128				

7. Social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente

LA9	Temas relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos	Completo	Os acordos coletivos firmados entre a Tractebel Energia e os sindicatos abrangem temas como segurança e saúde, uso de equipamentos de proteção, treinamento e educação aos socorristas e às CIPAs.				
Aspecto	Treinamento e Educação	Completo	135 e 136				
LA10	Média de horas de treinamento por ano, por empregado, discriminadas por categoria funcional	Completo	135				
LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apóiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira	Completo	135 e 136				
LA12	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira	Completo	136				
Aspecto	Diversidade e Igualdade de Oportunidades	Completo	137 a 139				
LA13	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	Parcial	138	Não há segregação por raça.	Não material.	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita o reporte desse dado.	
LA14	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional	Não reportado			Não aplicável.	A Tractebel Energia não trabalha com a distinção entre o salário base de homens e mulheres em nenhuma categoria funcional.	

8. Social: Direitos Humanos

	Informações sobre a forma de gestão social	Reporte Completo	Referência (pg.) / resposta direta 127 a 149	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação	Ano
Aspecto	Práticas de Investimento e de Processos de Compra	Completo	142				
HR1	Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos	Completo	142				
HR2	Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas	Parcial	Todos os contratos-padrão da Companhia possuem cláusula de direitos humanos (proibindo mão-de-obra infantil e qualquer tipo de trabalho escravo).	Porcentagem de empresas contratadas que passaram por avaliação sobre suas práticas de direitos humanos.	Não disponível.	As avaliações "in loco", para verificar o cumprimento dos compromissos assumidos, são feitas com base em uma amostra aleatória dos contratos da Companhia.	2013
HR3	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento	Completo	135				
Aspecto	Não Discriminação	Completo					
HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas	Completo	Não foram registrados casos de discriminação durante o período coberto pelo relatório.				
Aspecto	Liberdade de Associação e Negociação Coletiva	Completo					
HR5$_{COM}$	Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito	Completo	Não foram identificadas operações nesse sentido.				
Aspecto	Trabalho Infantil	Completo					

8. Social: Direitos Humanos

HR6	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil	Completo	Não foram identificadas operações nesse sentido.
Aspecto	Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo	Completo	
HR7	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo	Completo	Não foram identificadas operações nesse sentido.
Aspecto	Práticas de Segurança	Completo	135
HR8	Porcentagem do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações	Completo	135
Aspecto	Direitos Indígenas	Completo	
HR9	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas	Completo	Não foram identificadas operações nesse sentido.

9. Social: Sociedade

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação	Ano
	Informações sobre a forma de gestão social	Completo	139 e 140				
Aspecto	Comunidade	Completo	139 e 140				
$SO1_{COM}$	Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída	Completo	139 e 140				
Aspecto	Corrupção	Completo	135				
SO2	Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção	Completo	As unidades de negócio contam com sistema de controle dos processos de aquisições, que atua também reduzindo o risco de corrupção. Entretanto, não há avaliação das mesmas quanto aos riscos relacionados a corrupção.				
SO3	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização	Completo	135				
SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	Completo	Não foram registradas ocorrências deste tipo.				
Aspecto	Políticas Públicas	Completo	143				
SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies	Completo	143				
SO6	Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país	Completo	Em 2011, por não ser ano eleitoral, não foram feitas doações.				
Aspecto	Concorrência Desleal	Completo					
SO7	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monópolio e seus resultados	Completo	Não foram registradas ocorrências deste tipo.				
Aspecto	Conformidade	Completo					
SO8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos	Completo	Não foram registradas ocorrências deste tipo.				

10. Social: Responsabilidade pelo Produto

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação	Ano
	Informações sobre a forma de gestão social	Completo					
Aspecto	Saúde e Segurança do Cliente	Não reportado			Não aplicável.	Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia não impactam diretamente a saúde e segurança dos clientes.	
PR1$_{COM}$	Fases do ciclo de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos	Não reportado			Não aplicável.	Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia não impactam diretamente a saúde e segurança dos clientes.	
PR2	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado	Não reportado			Não aplicável.	Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia não impactam diretamente a saúde e segurança dos clientes.	
Aspecto	Rotulagem de Produtos e Serviços	Completo	141				
PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências	Não reportado			Não aplicável.	Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia não estão sujeitos a exigências de procedimentos de rotulagem.	
PR4	Número total de casos de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado	Não reportado			Não aplicável.	Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia não estão sujeitos a exigências de procedimentos de rotulagem.	
PR5	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação	Completo	141				
Aspecto	Comunicações de Marketing	Não reportado			Não aplicável.	A Companhia não aderiu aos programas em questão durante o período coberto pelo Relatório.	
PR6	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio	Não reportado			Não aplicável.	A Companhia não aderiu aos programas em questão durante o período coberto pelo Relatório.	
PR7	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado	Não reportado			Não aplicável.	A Companhia não aderiu aos programas em questão durante o período coberto pelo Relatório.	
Aspecto	Privacidade do Cliente	Completo					
PR8	Número total de reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e à perda de dados de clientes	Completo	Não foram registradas reclamações desse tipo.				
Aspecto	Conformidade	Completo					
PR9	Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços	Completo	O suprimento de energia elétrica é regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Em 2011, a Companhia não registrou nenhuma penalização.				

11. Indicadores Setoriais: Energia Elétrica

Perfil Organizacional		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação	Ano
EU1	Capacidade instalada por fonte de energia e regime regulatório	Completo	19 a 24				
EU2	Produção líquida de energia conforme fonte primária de energia e regime regulatório	Completo	70				
EU3	Número de clientes residenciais, industriais e comerciais	Completo	46				
EU4	Extensão das linhas de transmissão e distribuição de superfície e subterrâneas por regime regulatório	Não reportado			Não aplicável.	A atuação da Tractebel Energia Energia se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia.	
EU5	Licenças de comercialização de emissões CO_2	Completo	109 a 111				
Econômico		**Reporte**	**Referência (pg.) / resposta direta**	**Informação não reportada**	**Razão da ausência**	**Explicação**	**Ano**
EU6	Planejamento para assegurar a disponibilidade e segurança na oferta de energia	Completo	16, 17 e 67 a 69				
EU7	Programas de gerenciamento da demanda abrangendo consumidores residenciais, comerciais, institucionais e industriais, entre outros	Completo	46 e 47				
EU8	Atividades de pesquisa e desenvolvimento e investimentos com o objetivo de prover energia confiável e promover o desenvolvimento sustentável	Completo	54 a 57				
EU9	Providências para fechamento de plantas de energia nuclear	Não reportado			Não aplicável.	A Tractebel Energia não opera usinas nucleares de energia.	
EU10	Capacidade planejada (MW) em relação à demanda projetada	Não reportado			Informação sigilosa.	Por considerá-la estratégica, a Tractebel Energia não divulga essa informação.	
EU11	Média de eficiência na geração em plantas de termelétricas	Completo	70				
EU12	Percentual de perdas (eficiência) em transmissão e distribuição em relação à energia total	Não reportado			Não aplicável.	A atuação da Tractebel Energia se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia.	
Meio Ambiente		**Reporte**	**Referência (pg.) / resposta direta**	**Informação não reportada**	**Razão da ausência**	**Explicação**	**Ano**
EU13	Evolução na biodiversidade de habitats recuperados	Completo	96 a 98, 120 e 121				
Social		**Reporte**	**Referência (pg.) / resposta direta**	**Informação não reportada**	**Razão da ausência**	**Explicação**	**Ano**
EU14	Processos para garantir a retenção e renovação da força de trabalho qualificada	Completo	134 a 136				
EU15	Porcentagem de empregados aptos à aposentadoria nos próximos 5 e 10 anos por categoria de trabalho e região	Parcial	137	Não está segregado por categoria e região.	Informação sigilosa	A Companhia não divulga a segregação por categoria e por região por se tratar de informação estratégica e confidencial.	
EU16	Políticas e critérios relativas à saúde e segurança dos empregados contratados e subcontratados	Completo	127 a 130				
EU17	Dias trabalhados por empregados contratados e terceirizados na construção, operação e manutenção das atividades	Parcial	130	Não apresenta dias trabalhados por empregados, apenas por terceirizados em "horas de exposição ao risco".	Não disponível	Os serviços de construção, operação e manutenção que envolvem exposição ao risco são, em maior parte, realizados por empregados terceirizados.	2014
EU18	% de contratados e terceirizados treinados em saúde e segurança	Completo	127 e 128			Todos os empregados e terceirizados são treinados em saúde e segurança, de acordo com a a norma BS OHSAS 18001 – Sistema de Gestão da Saúde e Segurança no Trabalho.	
EU19	Processo participativo dos stakeholders na elaboração e tomada de decisões e planejamento de oferta de energia e infraestrutura	Completo	132				
EU20	Gestão dos impactos do deslocamento involuntário	Completo	146 a 149				

11. Indicadores Setoriais: Energia Elétrica

EU21	Planejamento e medidas de contingência em caso de catástrofes/emergências	Completo	A Companhia identifica possíveis situações de emergência e desenvolve Planos de Atendimento a Emergências Ambientai, que permitem a intervenção necessária, no momento mais oportuno, para impedir ou minimizar os impactos ao meio ambiente.			
EU22	Número de pessoas desalojadas por projetos novos ou de expansão	Completo	Em 2011, a Companhia não promoveu nenhum remanejamento de comunidades pois não houve empreendimento nesta fase da construção.			Informação apresentada por número de famílias reassentadas.
EU23	Programas para a melhoria ou manutenção do acesso à eletricidade e serviços	Não reportado			Não aplicável	A atuação da Tractebel Energia se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia.
EU24	Práticas para abordar barreiras relacionadas a idioma, cultura e baixa alfabetização para obtenção e uso adequado dos serviços de eletricidade	Não reportado			Não aplicável	A atuação da Tractebel Energia se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia.
EU25	Número de acidentes e óbitos de pessoas da comunidade, envolvendo ativos da empresa	Completo	129			
EU26	Porcentagem da população não atendida em áreas urbanas e em áreas rurais	Não reportado			Não aplicável	A atuação da Tractebel Energia se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia. Portanto, não é responsável pelo atendimento à população.
EU27	Número de desligamentos residenciais por não-pagamento, divididos por duração do desligamento	Não reportado			Não aplicável	A atuação da Tractebel Energia se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia. Portanto, não possui clientes residenciais.
EU28	Freqüência de interrupção de energia	Não reportado			Não aplicável	A atuação da Tractebel Energia se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia.
EU29	Duração média da interrupção de energia	Não reportado			Não aplicável	A atuação da Tractebel Energia se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia.
EU30	Disponibilidade média de geração	Completo	70			

Parecer da Auditoria

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2011

Aos Administradores
Tractebel Energia S.A.

INTRODUÇÃO

Fomos contratados para realizar um serviço de asseguração limitada sobre o Relatório de Sustentabilidade 2011 da **Tractebel Energia S.A.** do exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

A administração da **Tractebel Energia S.A.** é responsável pela elaboração e apresentação do Relatório de Sustentabilidade 2011 de acordo com os critérios e as diretrizes para relatórios de sustentabilidade do Global Reporting Initiative (GRI-G3). Esta responsabilidade inclui o desenho, a implementação e a manutenção de controles internos para a adequada elaboração e apresentação do Relatório de Sustentabilidade 2011.

RESPONSABILIDADE DO PROFISSIONAL

Nossa responsabilidade é de emitir um relatório de asseguração limitada das informações divulgadas no Relatório de Sustentabilidade 2011 da **Tractebel Energia S.A.** do exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 com base no trabalho realizado.

PROCEDIMENTOS APLICADOS

Conduzimos nosso trabalho de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade para Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão NBC TO 3000, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade. Esta norma exige o cumprimento com os padrões éticos, o planejamento e a realização do serviço para obtermos asseguração limitada de que nenhuma questão tenha chegado ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que o Relatório de Sustentabilidade 2011 da **Tractebel Energia S.A.** não esteja de acordo com os critérios e as diretrizes para relatórios de sustentabilidade do Global Reporting Initiative (GRI-G3), em todos os seus aspectos relevantes.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor independente, incluindo a avaliação dos riscos do Relatório de Sustentabilidade não cumprir significativamente com os critérios e as diretrizes para relatórios de sustentabilidade do Global Reporting Initiative (GRI-G3). Dentro do escopo do nosso trabalho, realizamos os seguintes procedimentos, entre outros: (i) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância e o volume das informações apresentadas no Relatório de Sustentabilidade 2011; (ii) a obtenção do entendimento dos controles internos; (iii) a constatação, com base em testes, das evidências que suportam os dados quantitativos e qualitativos do Relatório de Sustentabilidade 2011; (iv) entendimento dos procedimentos e da metodologia de cálculo para a consolidação dos indicadores; (v) confronto por base amostral dos indicadores divulgados no Relatório de Sustentabilidade 2011 com as informações qualitativas e quantitativas; e (vi) entrevistas com gestores responsáveis pelas informações por meio de visitas à unidade administrativa da empresa.

Em um serviço de asseguração limitada, os procedimentos de obtenção de evidências são mais limitados do que em um serviço de asseguração razoável; portanto, obtém-se um nível de asseguração substancialmente menor do que seria obtido em um serviço de asseguração razoável. Consequentemente, não é possível expressar, e não expressamos, uma opinião de asseguração razoável sobre o Relatório de Sustentabilidade objeto de nossos trabalhos.

ESCOPO E LIMITAÇÕES

Nosso trabalho teve como objetivo verificar se os dados incluídos no Relatório de Sustentabilidade 2011 da **Tractebel Energia S.A.** no que tange à obtenção de informações qualitativas, à medição e aos cálculos de informações quantitativas, se apresentam em conformidade com os critérios e as diretrizes para relatórios de sustentabilidade do Global Reporting Initiative (GRI-G3). As opiniões, informações históricas e informações descritivas e sujeitas a avaliações subjetivas e a avaliação de conformidade legal das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade 2011 não foram contempladas no escopo dos trabalhos desenvolvidos. Adicionalmente, destacamos que as informações relativas a determinados indicadores que apresentam medidas técnicas podem apresentar variações, uma vez que a precisão depende da natureza do indicador e está sujeita ao método utilizado como referência.

As demonstrações contábeis da **Tractebel Energia S.A.** referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram seu parecer de auditoria em 07 de fevereiro de 2012, sem ressalvas. Os indicadores de desempenho social e ambiental baseados em informações contábeis, e apresentados no Relatório de Sustentabilidade 2011 da **Tractebel Energia S.A.**, foram extraídos dessas demonstrações contábeis, as quais não foram objeto de asseguração para fins desta revisão.

CONCLUSÃO

Com base nos procedimentos executados e nas evidências obtidas, nada chegou ao nosso conhecimento que nos faça crer que o Relatório de Sustentabilidade 2011 da **Tractebel Energia S.A.**, relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, não atenda, em todos os aspectos relevantes, aos critérios descritos acima (Escopo e limitações).

Florianópolis, 27 de abril de 2012.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" SC

Emerson Lima de Macedo
Contador CRC BA022047/O-1 "S" SC

Parecer da GRI

DECLARAÇÃO EXAME DO NÍVEL DE APLICAÇÃO PELA GRI

A GRI neste ato declara que Tractebel Energia apresentou seu relatório "Relatório de Sustentabilidade 2011" para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende aos requisitos de Nível de Aplicação A+.

Os Níveis de Aplicação da GRI comunicam quanto do conteúdo das Diretrizes G3 foi aplicado no relatório de sustentabilidade enviado. O Exame confirma que o conjunto e número de itens de divulgação exigidos para aquele Nível de Aplicação foram cobertos pelo relatório e que o Sumário de Conteúdo da GRI é uma representação válida das informações exigidas, conforme descritas nas Diretrizes G3 das GRI.

Os Níveis de Aplicação não fornecem um parecer sobre o desempenho de sustentabilidade da organização relatora nem sobre a qualidade das informações contidas no relatório.

Amsterdã, 23 de abril de 2012.



Nelmara Arbex
Vice-Presidente
Global Reporting Initiative

O "+" foi acrescentado a este Nível de Aplicação porque **Tractebel Energia** submeteu (parte de) seu relatório a verificação externa. A GRI aceita a soberania da própria organização na escolha da organização responsável pela verificação externa e na decisão do escopo da verificação.

A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização baseada em redes pioneira no desenvolvimento da estrutura para elaboração de relatórios de sustentabilidade mais usada no mundo e está comprometida com sua melhoria contínua e aplicação em todo o mundo. As Diretrizes G3 da GRI estabeleceram os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar seu desempenho econômico, ambiental e social. www.globalreporting.org.

Isenção de Responsabilidade: No caso do relato de sustentabilidade incluir links externos para materiais audiovisuais,entre outros, esta declaração irá referir-se apenas ao material submetido à GRI no momento do Exame em 10 de abril de 2012. A GRI exclui expressamente a aplicação desta declaração a alterações posteriores aos referidos materiais.

Informações Corporativas

ENDEREÇO DA COMPANHIA

Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064
CEP 88025-225 – Florianópolis (SC)
Tel.: (48) 3221-7000
Fax: (48) 3221-7001

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
sattamini@tractebelenergia.com.br

Antonio Previtali Jr.
Gerente de Relações com Investidores
previtali@tractebelenergia.com.br

Rafael J. Caron Bósio
Especialista em Relações com Investidores
rbosio@tractebelenergia.com.br

Ana Sayuri H. Sylvestre Machado
Analista de Relações com Investidores
ana.sylvestre@tractebelenergia.com.br

Mario Corrêa de Sá e Benevides
Consultor de Sustentabilidade
mariocsb@tractebelenergia.com.br

Mariana Nicoletti Puricelli
Analista de Relações com Investidores
mariananp@tractebelenergia.com.br

Tel.: (48) 3221-7221

RELAÇÕES COM A IMPRENSA E COMUNIDADES

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo
luciano@tractebelenergia.com.br

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Leandro Provedel Kunzler
leandropk@tractebelenergia.com.br

Eduardo Peressoni Vieira
evieira@tractebelenergia.com.br

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Luciane Rodrigues Pinheiro Pedro
luciane@tractebelenergia.com.br

Tel.: (48) 3221-7060

WEBSITE

www.tractebelenergia.com.br

PUBLICAÇÕES LEGAIS

Diário Oficial de Santa Catarina
Notícias do Dia

ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS

Banco Itaú S.A.
Departamento de
Atendimento Unificado
Tel.: (11) 5029-7780

BANCO DEPOSITÁRIO

No Brasil: Banco Itaú S.A.
Nos Estados Unidos da América
(American Depositary Receipts):
The Bank of New York Mellon

AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Deloitte Touche Tohmatsu

ASSEGURAÇÃO DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

PwC

COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE

Coordenador:
Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo
luciano@tractebelenergia.com.br

COMITÊ DE ÉTICA

Membros:
Diretor Administrativo (coordenador): (48) 3221-7060
Gerente da Unidade Organizacional Assuntos Jurídicos: (48) 3221-7042
Gerente da Unidade Organizacional Recursos Humanos: (48) 3221-7029
Gerente da Unidade Organizacional Auditoria Interna: (48) 3221-7314
comitedeetica@tractebelenergia.com.br

DIRETORIA DE ÉTICA DO GDF SUEZ

16, rue la Ville l'Evêque
75383 Paris 08 – France
ethic@suez.com
Tel.: + 33 1 4006-6400
Fax: + 33 1 4006-2969

EXPEDIENTE

Coordenação geral
Tractebel Energia

Redação
Departamento
de Relações com Investidores
da Tractebel Energia

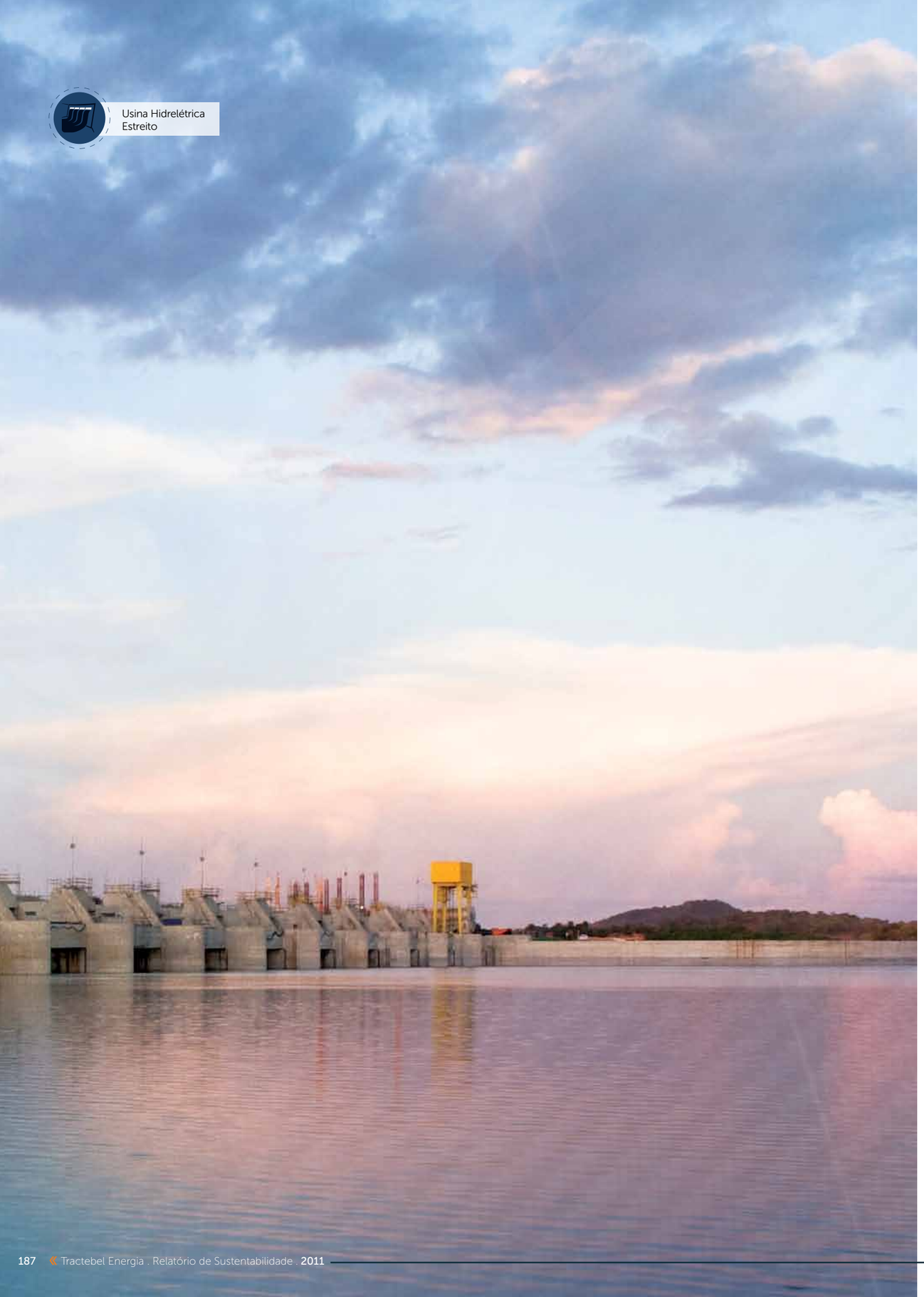
Consultoria em GRI e tradução
Ricca RI

Revisão
Relata Editorial
Ricca RI

Design, diagramação e produção gráfica
Ricca RI

Impressão
Gráfica Mais
Oficina da Imagem Brindes

Imagens
Acervo Tractebel Energia
Shutterstock



Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31.12.2011

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 31 de dezembro de 2011 (em milhares de reais)

Ativo

	Nota	Controladora (BRGAAP) 31.12.2011	Controladora (BRGAAP) 31.12.2010	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 31.12.2011	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 31.12.2010
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	567.119	796.117	781.808	1.082.580
Contas a receber de clientes	5	410.903	446.165	542.149	531.106
Dividendos de controladas		7.946	6.525	-	-
Estoques	6	38.883	43.041	42.837	46.032
Tributos a recuperar	7	87.416	62.633	150.792	91.818
Ativo disponível para venda	8	-	23.856	-	23.057
Cauções e depósitos vinculados	9	32.159	69.665	38.923	81.553
Outros créditos		51.746	48.410	56.197	50.587
		1.196.172	**1.496.412**	**1.612.706**	**1.906.733**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Tributos a recuperar	7	16.099	28.473	162.007	219.880
Cauções e depósitos vinculados	9	-	-	90.567	51.244
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	238.935	288.413	280.090	328.240
Valores a receber por alienação de ativo	11	86.886	86.886	86.886	86.886
Depósitos judiciais	12	104.059	131.315	105.832	133.464
Outros créditos		38.586	38.060	51.433	52.311
		484.565	**573.147**	**776.815**	**872.025**
Investimentos	13	**2.551.112**	**2.282.763**	**-**	**-**
Imobilizado	14	**5.048.182**	**5.315.270**	**9.885.151**	**9.976.009**
Intangível	15	**15.852**	**19.471**	**96.549**	**95.521**
		8.099.711	**8.190.651**	**10.758.515**	**10.943.555**
TOTAL		**9.295.883**	**9.687.063**	**12.371.221**	**12.850.288**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo e Patrimônio Líquido

	Nota	Controladora (BRGAAP) 31.12.2011	Controladora (BRGAAP) 31.12.2010	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 31.12.2011	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 31.12.2010
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	16	219.640	174.086	234.336	268.851
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27	220.767	189.509	221.025	189.509
Impostos e contribuições sociais a pagar	17	389.912	431.088	438.507	457.937
Empréstimos e financiamentos	18	41.364	49.577	233.924	189.414
Debêntures	19	183.540	895.178	183.540	905.017
Concessões a pagar	20	2.643	2.499	45.688	42.297
Obrigações trabalhistas	21	53.031	54.084	53.710	54.881
Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	22	15.626	11.995	19.390	14.991
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23	7.640	10.720	8.615	10.866
Benefícios pós-emprego	24	36.045	25.939	36.045	25.939
Outras obrigações		46.032	40.351	84.416	100.136
		1.216.240	**1.885.026**	**1.559.196**	**2.259.838**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	18	629.681	213.417	2.923.882	2.567.145
Debêntures	19	307.854	765.964	307.854	782.344
Concessões a pagar	20	825.730	718.526	1.220.264	1.092.650
Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	22	36.649	40.622	38.959	41.260
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23	124.123	141.011	132.591	143.416
Benefícios pós-emprego	24	300.964	409.452	300.964	409.452
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	404.417	434.845	422.699	445.691
Outras obrigações		2.244	5.516	14.554	35.808
		2.631.662	**2.729.353**	**5.361.767**	**5.517.766**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	26	2.445.766	2.445.766	2.445.766	2.445.766
Reservas de capital	26	91.695	91.695	91.695	91.695
Ajustes de avaliação patrimonial	26	648.363	708.190	648.363	708.190
Reservas de lucros	26	2.262.157	1.827.033	2.262.157	1.827.033
		5.447.981	**5.072.684**	**5.447.981**	**5.072.684**
Participação de acionistas não controladores	26	-	-	2.277	-
		5.447.981	**5.072.684**	**5.450.258**	**5.072.684**
TOTAL		**9.295.883**	**9.687.063**	**12.371.221**	**12.850.288**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	Controladora (BRGAAP) 31.12.2011	Controladora (BRGAAP) 31.12.2010	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 31.12.2011	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 31.12.2010
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	38	**3.540.143**	**3.141.168**	**4.326.951**	**4.100.381**
CUSTOS DA VENDA DE ENERGIA					
Energia elétrica comprada para revenda		(385.878)	(196.491)	(471.932)	(674.175)
Transações no âmbito da CCEE		(20.543)	(660)	(22.022)	(5.952)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(244.460)	(217.860)	(287.161)	(269.087)
Custo de produção de energia elétrica	28	(861.795)	(709.844)	(1.056.861)	(921.145)
Custo dos serviços prestados	28	(22.647)	(17.713)	(22.647)	(17.713)
		(1.535.323)	**(1.142.568)**	**(1.860.623)**	**(1.888.072)**
LUCRO BRUTO		**2.004.820**	**1.998.600**	**2.466.328**	**2.212.309**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	28	(13.330)	(13.390)	(16.826)	(14.363)
Despesas gerais e administrativas	28	(145.498)	(141.723)	(157.060)	(159.935)
Reversão de provisões operacionais, líquida	29	104.078	80.674	97.035	66.519
Ganho em ações judiciais	31	8.812	45.803	8.812	45.803
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		7.049	1.063	10.309	(181)
		(38.889)	**(27.573)**	**(57.730)**	**(62.157)**
Resultado do serviço		**1.965.931**	**1.971.027**	**2.408.598**	**2.150.152**
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	13	186.690	(22.483)	-	-
Amortização de ágio/direito de concessão	13	(1.843)	(2.411)	-	-
		184.847	**(24.894)**	**-**	**-**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	30	103.919	101.149	133.672	130.627
Despesas financeiras	30	(324.767)	(337.775)	(507.482)	(559.469)
		(220.848)	**(236.626)**	**(373.810)**	**(428.842)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		**1.929.930**	**1.709.507**	**2.034.788**	**1.721.310**
Imposto de renda	32	(349.445)	(364.640)	(425.472)	(370.804)
Contribuição social	32	(132.849)	(133.218)	(161.210)	(138.857)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.447.636**	**1.211.649**	**1.448.106**	**1.211.649**
LUCRO ATRIBUÍDO AOS:					
Acionistas da Tractebel Energia		**1.447.636**	**1.211.649**	**1.447.636**	**1.211.649**
Acionistas não controladores		**-**	**-**	**470**	**-**
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - EM R$		**2,22**	**1,85**	**2,22**	**1,85**

A Companhia não possui resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros: Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Patrimônio líquido controladora	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado
SALDO EM 31.12.2009		**2.445.766**	**91.695**	**765.069**	**361.974**	**-**	**702.631**	**81.913**	**-**	**4.449.048**	**-**	**4.449.048**
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	-	(81.913)	-	(81.913)	-	(81.913)
Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado	26	-	-	(56.879)	-	-	-	-	56.879	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	1.211.649	1.211.649	-	1.211.649
Destinações propostas à AGO:							-					
- Reserva legal	26	-	-	-	60.582	-	-	-	(60.582)	-	-	-
- Dividendos pagos e juros sobre o capital próprio creditados	27	-	-	-	-	-	-	-	(506.100)	(506.100)	-	(506.100)
- Dividendos adicionais propostos	27	-	-	-	-	-	-	158.270	(158.270)	-	-	-
- Reserva de retenção de lucros	26	-	-	-	-	-	543.576	-	(543.576)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais de controlada incorporada		-	-	-	-	16.827	(16.827)	-	-	-	-	-
SALDO EM 31.12.2010		**2.445.766**	**91.695**	**708.190**	**422.556**	**16.827**	**1.229.380**	**158.270**	**-**	**5.072.684**	**-**	**5.072.684**
Transação com acionista não controlador		-	-	-	-	-	-	-	(2.065)	(2.065)	2.065	-
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	-	(158.270)	-	(158.270)	-	(158.270)
Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado	26	-	-	(59.827)	-	-	-	-	59.827	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	1.447.636	1.447.636	470	1.448.106
Destinações proposta à AGO:												
- Reserva legal	26	-	-	-	66.597	-	-	-	(66.597)	-	-	-
- Reserva de incentivos fiscais	26	-	-	-	-	9.455	-	-	(9.455)	-	-	-
- Dividendos pagos e juros sobre o capital próprio creditados	27	-	-	-	-	-	-	-	(912.004)	(912.004)	(258)	(912.262)
- Dividendos adicionais propostos	27	-	-	-	-	-	-	517.342	(517.342)	-	-	-
SALDO EM 31.12.2011		**2.445.766**	**91.695**	**648.363**	**489.153**	**26.282**	**1.229.380**	**517.342**	**-**	**5.447.981**	**2.277**	**5.450.258**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais)

Continuação

	Nota	Controladora (BRGAAP) 31.12.2011	Controladora (BRGAAP) 31.12.2010	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 31.12.2011	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 31.12.2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos tributos		1.929.930	1.709.507	2.034.788	1.721.310
Ajustes para conciliar o lucro antes dos tributos ao caixa gerado nas operações:					
Resultado de participação societária		(184.847)	24.894	-	-
Depreciação e amortização	14/15	368.330	314.194	501.099	461.325
Variação monetária e cambial		84.933	45.518	109.468	98.753
Juros		192.433	225.912	340.336	381.560
Reversão de provisões operacionais, líquida		(99.950)	(71.734)	(92.985)	(57.704)
Outros		(5.754)	(1.023)	6.395	5.175
Lucro ajustado		**2.285.075**	**2.247.268**	**2.899.101**	**2.610.419**
Contas a receber de clientes		34.399	(78.912)	(9.846)	(97.660)
Tributos a recuperar		899	(42.375)	35.625	(82.723)
Estoque		4.158	(3.621)	3.195	(1.351)
Cauções e depósitos vinculados e judiciais		79.434	73.961	83.653	57.825
Ativo disponível para venda		-	-	23.057	-
Outros créditos		(5.934)	1.332	(5.934)	1.332
Fornecedores		35.837	(7)	(24.808)	(49.844)
Benefícios pós-emprego		(23.766)	(30.802)	(23.766)	(30.802)
Obrigações com pesquisa e desenvolvimento		(342)	5.972	2.098	8.140
Adiantamento de clientes		(3)	120	(33.461)	30.645
Outras obrigações		(24.439)	(24.949)	(28.812)	(5.166)
		100.243	**(99.281)**	**21.001**	**(169.604)**
Caixa gerado pelas operações		**2.385.318**	**2.147.987**	**2.920.102**	**2.440.815**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(526.703)	(467.783)	(598.664)	(489.691)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	18/19	(151.837)	(174.308)	(267.764)	(270.643)
		(678.540)	**(642.091)**	**(866.428)**	**(760.334)**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**1.706.778**	**1.505.896**	**2.053.674**	**1.680.481**

Continua na próxima página

	Nota	Controladora (BRGAAP) 31.12.2011	Controladora (BRGAAP) 31.12.2010	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 31.12.2011	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 31.12.2010
Atividades de investimento					
Aumento de capital em controladas	13	(107.874)	(383.741)	-	-
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas		-	(798.744)	-	(791.889)
Aplicação no imobilizado		(91.410)	(78.961)	(347.321)	(296.350)
Aplicação no intangível	15	(3.722)	(5.904)	(13.757)	(6.652)
Dividendos recebidos de controladas		30.531	10.719	-	-
Restituição de capital de controlada		24.816	-	-	-
Caixa líquido das atividades de investimento		**(147.659)**	**(1.256.631)**	**(361.078)**	**(1.094.891)**
Atividades de financiamento					
Recebimentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	18/19	430.000	-	502.799	276.751
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	18/19	(1.213.831)	(141.617)	(1.418.390)	(477.849)
Pagamentos de concessões a pagar	20	(2.528)	(1.883)	(44.443)	(36.602)
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio		(1.002.366)	(536.024)	(1.002.366)	(536.024)
Créditos com partes relacionadas		608	32.215	-	-
Cauções e depósitos vinculados ao serviço da dívida		-	-	(30.968)	16.074
Caixa e equivalentes recebidos na incorporação		-	100.322	-	-
Caixa líquido das atividades de financiamento		**(1.788.117)**	**(546.987)**	**(1.993.368)**	**(757.650)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(228.998)**	**(297.722)**	**(300.772)**	**(172.060)**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa					
Saldo inicial	4	796.117	1.093.839	1.082.580	1.254.640
Saldo final	4	567.119	796.117	781.808	1.082.580
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(228.998)**	**(297.722)**	**(300.772)**	**(172.060)**

Informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 39 – Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora (BRGAAP) 31.12.2011	Controladora (BRGAAP) 31.12.2010	Consolidado (*) (IFRS e BRGAAP) 31.12.2011	Consolidado (*) (IFRS e BRGAAP) 31.12.2010
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Receita bruta de vendas	38	3.908.292	3.487.659	4.848.480	4.586.133
Receita relativa à construção de ativos		-	-	300.315	305.213
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(6.043)	-	(6.180)	-
Outros		15.861	46.866	19.121	45.622
		3.918.110	**3.534.525**	**5.161.736**	**4.936.968**
(-) Insumos					
Materiais		(23.214)	(22.139)	(26.450)	(25.791)
Serviços de terceiros		(128.742)	(114.766)	(157.328)	(143.120)
Energia elétrica comprada para revenda		(385.878)	(196.491)	(471.932)	(674.175)
Transações no âmbito da CCEE		(20.543)	(660)	(22.022)	(5.952)
Combustíveis para a produção de energia	28	(100.375)	(50.263)	(108.799)	(61.062)
Encargos de uso de rede elétrica e conexão		(244.460)	(217.860)	(287.161)	(269.087)
Seguros		(8.259)	(8.023)	(10.017)	(10.285)
Reversão de provisões operacionais, líquida		110.121	80.674	103.215	66.519
Gastos na construção de usinas		-	-	(199.282)	(267.976)
Outros		(31.029)	(33.897)	(32.887)	(41.304)
		(832.379)	**(563.425)**	**(1.212.663)**	**(1.432.233)**
VALOR ADICIONADO BRUTO		**3.085.731**	**2.971.100**	**3.949.073**	**3.504.735**
Depreciação e amortização	14/15	(368.330)	(314.194)	(501.099)	(461.325)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		**2.717.401**	**2.656.906**	**3.447.974**	**3.043.410**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Receitas financeiras	30	103.919	101.149	133.672	130.627
Resultado de participações societárias		184.847	(24.894)	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		**3.006.167**	**2.733.161**	**3.581.646**	**3.174.037**

(*) A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada não forma parte das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA

CONTINUAÇÃO

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora (BRGAAP) 31.12.2011	%	Controladora (BRGAAP) 31.12.2010	%	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 31.12.2011	%	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 31.12.2010	%
Remuneração:								
Do trabalho								
Remuneração e encargos	118.104	3,93	116.755	4,26	121.173	3,38	118.684	3,74
Benefícios	37.546	1,25	33.164	1,20	37.922	1,06	33.278	1,05
FGTS	8.695	0,29	7.738	0,28	8.910	0,25	7.874	0,25
Participação nos resultados	22.329	0,74	18.733	0,69	22.329	0,62	18.733	0,59
	186.674	**6,21**	**176.390**	**6,43**	**190.334**	**5,31**	**178.569**	**5,63**
Do governo								
Impostos federais	816.081	27,14	811.708	29,70	1.010.818	28,23	919.778	28,98
Impostos estaduais	34.849	1,16	52.939	1,94	94.886	2,65	93.693	2,95
Impostos municipais	2.312	0,08	1.132	0,04	2.513	0,07	1.493	0,05
Encargos setoriais	182.750	6,08	156.332	5,72	213.258	5,95	184.853	5,82
Encargos sobre concessão a pagar	109.876	3,66	66.298	2,43	171.694	4,79	179.889	5,67
	1.145.868	**38,12**	**1.088.409**	**39,83**	**1.493.169**	**41,69**	**1.379.706**	**43,47**
Do capital de terceiros								
Juros e variações monetárias	197.483	6,57	237.157	8,68	314.813	8,79	342.182	10,78
Juros capitalizados	-	-	-	-	101.033	2,82	37.237	1,17
Aluguéis	12.978	0,43	9.496	0,35	15.713	0,44	11.982	0,38
Outras despesas financeiras	15.528	0,52	10.060	0,37	18.478	0,52	12.712	0,40
	225.989	**7,52**	**256.713**	**9,40**	**450.037**	**12,57**	**404.113**	**12,73**
Do capital próprio								
Realização do ajuste a valor justo	(59.827)	(1,99)	(56.879)	(2,08)	(59.827)	(1,67)	(56.879)	(1,80)
Reserva legal	66.597	2,22	60.582	2,22	66.597	1,86	60.582	1,91
Reserva de incentivos fiscais	9.455	0,31	16.827	0,62	9.455	0,26	16.827	0,53
Reserva de retenção de lucros	-	-	526.749	19,27	-	-	526.749	16,60
Juros sobre o capital próprio	253.990	8,45	220.000	8,05	253.990	7,09	220.000	6,93
Dividendos	1.175.356	39,09	444.370	16,26	1.175.356	32,82	444.370	14,00
Transação com acionista não controlador	2.065	0,07	-	-	2.535	0,07	-	-
	1.447.636	**48,15**	**1.211.649**	**44,34**	**1.448.106**	**40,43**	**1.211.649**	**38,17**
	3.006.167	**100,00**	**2.733.161**	**100,00**	**3.581.646**	**100,00**	**3.174.037**	**100,00**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

de 31.12.2011 (Em milhares de reais ou outras moedas, exceto quando indicado de forma diferente)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tractebel Energia S.A. ("Companhia" ou "Tractebel Energia") é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, e concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina (SC).
A atividade operacional da Companhia é a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), empresa constituída no Brasil sob o controle da SUEZ-Tractebel S.A. com sede na Bélgica. A SUEZ-Tractebel S.A., após a combinação de ativos entre a GDF SUEZ e a International Power PLC (IPR), ocorrida em 04.02.2011, passou a ser controlada pela IPR, empresa sediada no Reino Unido, a qual integra o grupo GDF SUEZ, sediado na França.

A Companhia é a maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil, responsável por cerca de 6% [1] da capacidade instalada do país. Sua capacidade instalada, incluindo as participações em consórcios, e após o início da operação comercial de quatro das oito unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito), passou de 6.472 MW[1] em 31.12.2010 para 6.689,8 MW[1] em 31.12.2011. Desse total, 79,9% são oriundas de fontes hidrelétricas, 17,7% de termelétricas e 2,4% de energias complementares: Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), eólicas e movidas à biomassa. Da mesma forma, após a entrada em operação da UHE Estreito, a energia assegurada para comercialização da Companhia passou de 3.554,0 MW[1] médios em 31.12.2010 para 3.746,9 MW[1] médios em 31.12.2011.

O parque gerador em operação da Companhia, em 31.12.20011, é composto pelas seguintes fontes geradoras de energia: nove hidrelétricas, seis termelétricas[2], três PCH, duas eólicas e duas movidas à biomassa.

A relação das controladas diretas e em conjunto, sejam operacionais ou em construção, está apresentada na Nota 13 - Investimentos.

As demonstrações contábeis da Companhia consideram somente um segmento operacional, composto pelas atividades de geração e comercialização da energia elétrica gerada ou adquirida por meio de contratos de médio e longo prazo. Tal segmento concentra 99,5% e 99,6% da receita líquida da Companhia nos exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010, respectivamente. A Companhia administra tais atividades como um único segmento de negócio.

Os principais eventos relacionados com a atividade operacional da Companhia, ocorridos no ano de 2011, estão sumarizados a seguir:

a) Início da operação comercial das quatro primeiras unidades geradoras da UHE Estreito

As quatro primeiras unidades geradoras da UHE Estreito iniciaram a operação comercial durante o ano de 2011. Tais unidades têm potência instalada total de 543,48 MW e energia assegurada para comercialização de 481,36 MW médios, dos quais a Companhia participa com 192,88 MW médios, correspondentes à sua participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste).

b) Implantação de projetos eólicos

A Companhia está em fase de implantação de cinco projetos eólicos na Região Nordeste, sendo um no Piauí e quatro no Ceará, totalizando 145,4 MW de capacidade instalada, com investimento total previsto de R$ 625.600. Parcela significativa da energia a ser gerada pelas usinas está vendida para consumidores livres em contratos de médio e de longo prazos.

As autorizações para que as empresas se estabeleçam como produtores independentes de energia já foram concedidas pela Aneel. A Companhia também concluiu a contratação das empresas responsáveis pelo fornecimento dos equipamentos e pela montagem das torres e dos aerogeradores. A conclusão da construção dos parques eólicos está prevista para o quarto trimestre de 2012.

A Companhia está em fase de negociação de uma linha de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o financiamento dos projetos.

Informações adicionais sobre esses projetos estão mencionadas na Nota 13 – Investimentos.

c) Alienação do Projeto Seival

Em junho de 2011, após terem sido cumpridas todas as condições precedentes estabelecidas no contrato de venda, a Companhia concluiu a venda da Seival Participações S.A. O valor total da transação foi de R$ 38.523. Informações complementares podem ser verificadas na Nota 8 – Ativo disponível para venda.

1. As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros não são examinadas pelos auditores independentes.

2. O Complexo Termelétrico Jorge Lacerda é composto por três usinas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável.

A Companhia está apresentando as demonstrações contábeis individuais da controladora (Tractebel Energia) e consolidadas. Este procedimento é necessário em virtude da legislação societária brasileira determinar a divulgação das demonstrações contábeis individuais das entidades que contém investimentos em controladas e/ou controladas em conjunto, mesmo quando estas entidades divulgam suas demonstrações contábeis consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como "Consolidado", foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais estão em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As demonstrações contábeis individuais da Tractebel Energia, identificadas como "Controladora", foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade aplicáveis à Tractebel Energia somente no que se refere à avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial que, segundo as IFRS, devem ser mensurados e apresentados pelo seu custo de aquisição ou pelo seu valor justo.

As práticas contábeis adotadas no Brasil incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09, conjugadas com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, quando aplicável, as regulamentações do órgão regulador, a Aneel.

Não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado da controladora e do consolidado, constantes, respectivamente, das demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais (IFRS), e das demonstrações contábeis individuais, elaboradas conforme as práticas adotadas no Brasil (CPC). Desse modo, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração realizada em 07.02.2012.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados da seguinte forma:

- Destinados à negociação: ativos negociados de forma ativa e frequente pela Companhia. São registrados pelo custo de aquisição e ajustados ao valor justo por meio do resultado.

- Mantidos até o vencimento: ativos em que há a possibilidade e intenção da Companhia de mantê-los até os seus vencimentos. São mensurados pelo custo inicial, acrescido dos rendimentos auferidos e reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando necessário.

- Empréstimos e recebíveis: ativos não derivativos com valores fixos, determináveis e não cotados em um mercado ativo. São mensurados pelo valor do custo amortizado, qual seja: custo de aquisição, acrescido de juros e deduzido de amortizações e de provisões para ajuste ao seu valor recuperável, quando aplicáveis.

- Disponíveis para venda: são avaliados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos na conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, quando aplicável. A Companhia não tem instrumentos financeiros classificados nessa categoria.

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata sem risco significativo de mudança de valor no resgate.

As aplicações financeiras são classificadas como ativos financeiros destinados à negociação e estão registradas pelo valor inicial, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado ao valor justo do instrumento financeiro na data do balanço patrimonial. Os rendimentos e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

a.2) Contas a receber de clientes

São apresentados pelo valor do custo inicial, deduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. A provisão para riscos de crédito de liquidação duvidosa é calculada com base em análise individual dos créditos existentes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis riscos de perda.

a.3) Cauções e depósitos vinculados e depósitos judiciais

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais e, portanto, classificados como mantidos até o vencimento. São avaliados ao custo inicial, acrescido dos rendimentos e ajustados por provisão para perda na realização, se aplicável.

a.4) Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros, exceto aqueles mantidos para negociação, os quais são designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperação. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que venham a resultar em efeitos negativos no fluxo de caixa futuro estimado a serem gerados pelo ativo.

b) Ativo disponível para venda

Os ativos não circulantes classificados como mantido para venda são mensurados pelo menor montante entre o seu custo contábil e o seu valor justo, líquido das despesas com a venda, caso haja.

c) Estoques

Compõem-se de matérias primas para a geração de energia (carvão próprio, óleo combustível próprio e biomassa), materiais de consumo e suprimentos. São registrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede o seu valor de reposição.

d) Investimentos

As informações sobre as operações das controladas integrais e em conjunto, bem como alguns indicadores contábeis do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, estão apresentadas na Nota 13 – Investimentos.

d.1) Investimentos em empresas controladas

Os investimentos permanentes em controladas são aqueles sobre os quais a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter os benefícios de suas atividades.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial pela controladora e são consolidados integralmente na Tractebel Energia, para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido de controlada é apresentada de forma separada no balanço patrimonial e na demonstração de resultado consolidados, respectivamente, na conta denominada "Participação de acionistas não controladores".

Na controladora os ágios/direitos de concessão ou autorização pagos nas aquisições de controladas estão apresentados no investimento.

No consolidado a Companhia adotou antecipadamente as regras estabelecidas pelo IFRS 3 - *Business combination*, norma consistente com o CPC 15 – Combinação de Negócios, nas combinações incluídas no escopo desse pronunciamento, realizadas a partir de 01.01.2008. De acordo com esses pronunciamentos, os ativos, passivos e passivos contingentes de uma controlada (subsidiária) são mensurados pelo respectivo valor justo na data da aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição em relação ao valor justo dos ativos líquidos (patrimônio líquido) identificáveis adquiridos é registrado como ágio. No caso em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração do resultado. As aquisições feitas pela Companhia após 01.01.2008 não resultaram em reconhecimento de ágio no balanço patrimonial consolidado em decorrência da adoção dos critérios anteriormente mencionados.

d.2) Investimentos em empresas controladas em conjunto

As controladas em conjunto são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da entidade requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Estes investimentos são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial na controladora e consolidados pelo método proporcional nas demonstrações contábeis consolidadas.

d.3) Operações controladas em conjunto

A Companhia possui operações controladas em conjunto através de consórcios. Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas a estas operações são reconhecidas diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

e) Imobilizado

Estão registrados ao custo de aquisição ou construção. Os bens ou conjunto de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos seus valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis, em 01.01.2009, passaram a ter o seu valor justo como custo atribuído. Os custos são deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por recuperabilidade, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel - as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e aceitas pelo mercado como adequadas - limitadas ao prazo da concessão ou autorização das usinas, quando aplicável, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro que compõem esses empreendimentos.

Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O método de depreciação que vem sendo adotado durante o período de implantação da Usina Hidrelétrica Estreito é o das "unidades produzidas". Por esse método, a depreciação dos custos com os reservatórios, barragens, casa de força e maquinários que entram em operação é reconhecida de forma proporcional à capacidade comercial que o início da geração agrega ao negócio da Companhia. Esse método está sendo adotado ao longo do período em que as oito unidades geradoras entrarem em operação, ou seja, de abril de 2011 a setembro de 2012, conforme atual cronograma de implantação.
A Administração da Companhia entende que esse método é o que melhor reflete a relação entre a despesa de depreciação e a geração de receita decorrente da operação dos ativos.
Após a entrada em operação da última unidade geradora, o total dos ativos em operação passará a ser depreciado pelo método linear, com base nas vidas úteis estabelecidas pela Aneel.

As taxas médias anuais de depreciação dos ativos da Companhia estão demonstradas na Nota 14 - Imobilizado.

Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado.

No consolidado, conforme anteriormente mencionado no item "Investimento", em decorrência da aplicação do IFRS 3 - *Business combination*, os ajustes a valor justo reconhecidos nos balanços patrimoniais de aquisição relativos às concessões e autorizações pelo uso do bem público estão registrados de acordo com o estabelecido no Guia de Aplicação do IFRS 3 e CPC 15 – Combinação de negócios. Esses pronunciamentos permitem o reconhecimento do valor justo da concessão e o da unidade de geração como único ativo, quando esses ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente.
A Companhia optou por reconhecer os valores justos dessas concessões ou autorizações como um único ativo no grupo do ativo imobilizado, os quais estão sendo amortizados na extensão dos contratos de concessão ou autorização.

f) Intangível

Os ativos com vida útil definida são registrados pelo custo de aquisição, reduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear.
A Companhia não tem intangíveis com vidas úteis indefinidas registrados em seus ativos, os quais não seriam amortizados e sim submetidos ao teste de recuperabilidade *(impairment)* anualmente ou sempre que existissem indícios de que o ativo intangível pudesse ter perdido valor.

g) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível

A Companhia avalia periodicamente os bens do ativo imobilizado e do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar à perdas de valores não recuperáveis

dessas unidades geradoras de caixa ou intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do período.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

h) Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida e de patrimônio são classificados como passivos financeiros ou patrimônio de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

h.1) Passivos financeiros

- Empréstimos, financiamentos, debêntures e concessões a pagar

São instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, registrados pelo valor líquido dos custos incorridos nas transações e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ou seja, custo inicial, acrescido das variações monetárias ou cambiais e dos juros incorridos até a data do balanço patrimonial. Os custos com a captação de recursos são contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e, em consequência, a taxa efetiva é ajustada para fins de apropriação da despesa com juros.

h.2) Instrumento de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após as deduções de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

i) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis. As referidas provisões são atualizadas pelos índices e taxas estabelecidas pelas autoridades fiscais e os honorários de advogados relacionados com tais provisões são provisionados. Os riscos avaliados como possíveis não são provisionados, mas sim divulgados em nota explicativa. Os considerados remotos também não são provisionados, sendo mencionados em notas explicativas apenas os de valores relevantes.

j) Benefícios pós-emprego

São registrados pelo líquido entre o valor presente dos compromissos estimados decorrentes dos planos de benefício de pensão e o montante dos ativos garantidores do Plano.

O valor presente dos compromissos é apurado com base em avaliação atuarial elaborada anualmente por atuários independentes, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Esse método considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação estimada final.

Os ganhos e perdas atuariais acumulados, apurados anualmente, que se situam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos ("corredor"), não são reconhecidos no passivo e resultado da Companhia. Os ganhos e perdas excedentes ao limite do corredor são reconhecidos no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do plano de benefício.

k) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias (diferenças entre o valor contábil dos ativos e passivos e sua base fiscal), os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social.

O benefício fiscal da redução de imposto de renda concedido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) é reconhecido na reserva de incentivo fiscal, no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são integralmente apresentados no grupo não circulante, independente da expectativa de realização e exigibilidade dos valores que lhes dão origem, conforme previsto nas normas contábeis.

l) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor de recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

m) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo, que resultam em efeitos relevantes, e de longo prazo são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

n) Transações entre partes relacionadas

Os contratos de mútuo são atualizados pelos encargos contratados e as transações de compra e venda de energia e serviços são realizados em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados.

o) Reconhecimento da receita de venda de energia e serviços

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando: (i) é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; (v) e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

p) Contratos de arrendamento *(leasing)*

Os contratos são classificados como de arrendamento financeiro quando os termos do arrendamento transferem substancialmente os riscos e recompensas da propriedade para o arrendatário. A Companhia, segundo sua avaliação, não possui operações de arrendamento financeiro. Todos os seus arrendamentos são considerados como operacional, onde os valores contratados são reconhecidos no resultado durante a vigência do contrato.

q) Participação nos resultados e bônus gerencial

São vinculadas ao atingimento de determinados índices financeiros, ao cumprimento de metas individuais e à avaliação de desempenho. São provisionados mensalmente nos custos e despesas operacionais com base nas estimativas da administração.

r) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos intercalares: quando da aprovação pelo Conselho de Administração; (ii) juros sobre o capital próprio: na data do crédito aos acionistas; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício: quando da aprovação pela Assembleia Geral.

O Estatuto Social prevê o pagamento de, no mínimo, 30% do lucro líquido anual da Tractebel Energia. Portanto, no encerramento do exercício social, quando aplicável, é constituída provisão para pagamento de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído ou creditado durante o exercício. A Companhia adota como prática contábil a divulgação dos dividendos recebidos de controladas na atividade de investimento na Demonstração do Fluxo de Caixa.

Os juros sobre o capital próprio creditados são registrados em despesas financeiras para fins fiscais e revertidos nessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido. Os benefícios fiscais por eles gerados são mantidos no resultado do exercício.

s) Uso de estimativas

Na preparação das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para fazer essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis incluem, portanto estimativas relativas principalmente: (i) à vida útil do ativo imobilizado, cuja referência é a definida pela Aneel; (ii) à avaliação de recuperabilidade de ativos, quando necessária; (iii) às provisões para crédito de liquidação duvidosa; (iv) às provisões necessárias para cobrir eventuais riscos tributários, cíveis e trabalhistas; (v) às premissas usadas para definição das taxas de descontos, de retorno dos ativos e da tábua de mortalidade para os cálculos dos efeitos no passivo e no resultado decorrentes dos benefícios pós-emprego; e (vi) à determinação do valor justo de instrumentos financeiros e das estimativas utilizadas para o cálculo do valor justo e das análises de sensibilidade apresentadas em nota explicativa.

t) Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas

As práticas contábeis críticas são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou determinadas premissas decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considera como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

t.1) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e pelos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Os montantes do imposto de renda e da contribuição social diferidos, ativos e passivos, são revisados ao final de cada exercício para a avaliação se serão realizados através de lucros tributáveis futuros, com base em projeções de resultados tributáveis, suportados por estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia. O imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas ou exigidas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor do que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de se registrar e do montante a ser registrado como ativo fiscal.

t.2) Benefícios pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas: (i) os compromissos decorrentes dos planos de benefício de pensão são determinados atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada. A taxa de desconto usada para o cálculo do valor presente dos compromissos é definida na data do balanço patrimonial, com base nas taxas de juros de títulos do Governo Federal com vencimentos similares aos esperados para os pagamentos dos compromissos futuros projetados; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado na data do balanço patrimonial.

Nos cálculos atuariais os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como tábuas de mortalidade, previsão de crescimento salarial, de desligamento e de rotatividade.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas realizadas para a definição das estimativas utilizadas.

t.3) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e aceitas pelo mercado como adequadas, limitadas ao prazo da concessão ou autorização das suas usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando os mesmos são necessários.

t.4) Teste de redução do valor recuperável dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente, os ativos imobilizados. Na data do encerramento do exercício social, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos

de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos.

O processo de revisão da recuperabilidade de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31.12.2011 a Companhia, com base em suas análises não identificou necessidade de constituir qualquer provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

t.5) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

u) Pronunciamentos contábeis recentes

As normas IFRS, as alterações de normas existentes e as interpretações de norma (IFRIC) com vigência a partir de 01.01.2011 não tiveram qualquer impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. As normas a seguir relacionadas foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados a partir de 01.01.2012 ou em períodos subsequentes.

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Emitida em novembro de 2009, a norma tem o objetivo de substituir o IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esse pronunciamento representa a primeira parte da fase 1 e aborda a mensuração e classificação de ativos financeiros. Em outubro de 2010 foram adicionados a esse normativo os requerimentos para a mensuração e classificação de passivos financeiros. Essas normas são efetivas para os períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.01.2013. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos oriundos da aplicação do referido pronunciamento em suas demonstrações contábeis.

- Revisão do IAS 12 – Tributos diferidos: realização de ativos correspondentes

Emitida em dezembro de 2010, a revisão do IAS 12 aborda aspectos relacionados à determinação da maneira esperada de recuperação do imposto de renda diferido ativo e passivo quando a propriedade para investimento é mensurada através do modelo de valor justo do IAS 40 – Propriedades para investimento. As alterações do IAS 12 são aplicáveis aos períodos anuais iniciando em/ou após 01.01.2012. A Companhia entende que as modificações da referida norma não impactarão suas demonstrações contábeis.

- IAS 27 – Demonstrações contábeis separadas

Emitida em maio de 2011, a revisão do IAS 27 aborda questões relativas a investimentos em controladas, empresas com controles compartilhados ou associados quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas. As modificações da norma são efetivas para os períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.01.2013. A Companhia está avaliando se há efeitos oriundos da aplicação das alterações do referido pronunciamento.

- IAS 28 – Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Emitida em maio de 2011, a revisão do IAS 28 aborda aspectos relacionados ao registro de investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para a aplicação do método de equivalência patrimonial para a contabilização de investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado. As alterações do IAS 28 são aplicáveis aos períodos anuais iniciando em/ou após 01.01.2013. A Companhia está em processo de avaliação quanto aos eventuais impactos das modificações da norma.

- IFRS 10 – Demonstrações contábeis consolidadas

Emitida em maio de 2011, a norma estabelece os princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais empresas. O IFRS 10 é efetivo para períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.01.2013. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos oriundos da aplicação do referido pronunciamento.

- IFRS 11 – Acordos com controle compartilhado

Emitida em maio de 2011, o IFRS 11 aborda aspectos relacionados à definição do tratamento contábil de entidades com controle compartilhado e operações compartilhadas. Essa norma também limita o uso da consolidação proporcional apenas para empresas com operações compartilhadas *(joint operations)*, passando a aceitar apenas o método de equivalência patrimonial para empresas com controle compartilhado *(joint ventures)*. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01.01.2013. A Companhia está avaliando as características e a essência econômica do controle compartilhado na controlada em conjunto Itá Energética S.A. (Itasa). Caso a conclusão seja de que o negócio trata-se de um empreendimento com controle compartilhado, a participação no referido negócio deixaria de ser consolidado proporcionalmente à participação da Companhia em seu capital e passaria a ser reconhecido pelo método de equivalência patrimonial. O investimento na Itasa em 31.12.2011 é de R$ 311.281.

- IFRS 12 – Divulgação de participações em outras entidades

Emitida em maio de 2011, o pronunciamento aborda aspectos relativos à divulgação da natureza e riscos associados a participações detidas em controladas, controladas em conjunto e associadas. Esta norma é aplicável aos períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.01.2013. A Companhia está em processo de avaliação dos eventuais efeitos decorrentes da aplicação do referido IFRS.

- IFRS 13 – Mensuração a valor justo

Emitida em maio de 2011 o IFRS 13 define o conceito do valor justo e estabelece em uma única norma os aspectos de mensuração do valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados ao valor justo, reduzindo a complexidade, aperfeiçoando a consistência de sua aplicação e aprimorando a comparabilidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis. Esse pronunciamento é efetivo para períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.01.2013. A Companhia avalia inicialmente que as alterações da referida norma não impactarão suas demonstrações contábeis.

- IAS 19 – Benefícios a empregados

Emitida em junho de 2011, a revisão da norma elimina a abordagem do "corredor" que permite o diferimento do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no resultado. De acordo com o IAS 19 revisado, os ganhos ou perdas atuariais do passivo atuarial deverão ser reconhecidos em outros resultados abrangentes. As alterações do pronunciamento são aplicáveis aos períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.01.2013. Como consequência da aplicação da alteração na norma, os ganhos atuariais não registrados pela Companhia serão reconhecidos no seu balanço patrimonial em 01.01.2013 e os ganhos e perdas atuariais apurados a partir dessa data serão reconhecidos em outros resultados abrangentes. Em 31.12.2011 a Companhia tem registrado em seu passivo o montante de R$ 165.629 de ganho atuarial diferido a ser amortizado.

- IAS 1 – Apresentação de itens de outros resultados abrangentes

Emitida em junho de 2011, a revisão do IAS 1 abordou aspectos relativos à divulgação de itens de outros resultados abrangentes e estabeleceu a necessidade de segregar os itens que não podem ser potencialmente reclassificáveis para o resultado e os que podem vir a ser reclassificados para o resultado, quando determinadas condições forem cumpridas. As alterações da norma são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01.01.2013. A Companhia entende que as alterações da referida norma não impactarão suas demonstrações contábeis consolidadas.

- IFRIC 20 – Custos de remoção de estéril na fase de produção de mina de superfície

Emitida em outubro de 2011, a interpretação diz respeito a procedimento contábil relativo à retirada de materiais não aproveitáveis de uma mina de superfície para acesso aos recursos minerais. O IFRIC 20 é aplicável aos períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.01.2013. A referida interpretação não se aplica aos negócios da Companhia.

- Emissão de CPC correspondentes aos pronunciamentos IFRS e interpretações IFRIC

O CPC ainda não editou as respectivas normas, alterações e interpretações técnicas correlacionadas às novas normas IFRS e IFRIC anteriormente mencionadas. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações realizadas pelo IASB *(International Accounting Standards Board)*, é esperado que esses pronunciamentos, alterações e interpretações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Caixa e depósitos bancários à vista	**960**	**1.710**	**5.274**	**8.882**
Aplicações financeiras				
Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações compromissadas com títulos públicos federais [3]				
Nota do Tesouro Nacional (NTN – B)	563.011	741.573	735.639	934.407
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	50.812	-	64.025
	563.011	**792.385**	**735.639**	**998.432**
Instituições Financeiras [4]				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	3.148	2.022	18.559	48.106
Operações compromissadas com debêntures	-	-	22.336	27.160
	3.148	**2.022**	**40.895**	**75.266**
Total das aplicações financeiras	**566.159**	**794.407**	**776.534**	**1.073.698**
	567.119	**796.117**	**781.808**	**1.082.580**

3. São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

4. Bancos: Safra, Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Votorantim e Bradesco.

A Companhia estruturou suas aplicações financeiras através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

Esse Fundo não possui obrigações financeiras significativas, estando essas limitadas aos honorários de serviços de administração dos ativos, de execução das transações de investimentos e de auditoria, além de despesas gerais e administrativas.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2011 e 2010 foi de 100,2% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários).

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Concessionárias	247.788	216.600	319.930	271.921
Comercializadoras	124.038	125.682	51.395	56.524
Consumidores livres	21.836	24.685	151.841	121.788
Exportação	740	740	740	740
Transações no âmbito da CCEE				
-Correntes	19.879	77.402	21.758	79.077
-Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)	2.665	1.056	2.665	1.056
-Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	122.574	122.574	122.574	122.574
	539.520	**568.739**	**670.903**	**653.680**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(128.617)	(122.574)	(128.754)	(122.574)
	410.903	**446.165**	**542.149**	**531.106**

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 25 dias a partir do primeiro dia do mês subsequente ao fornecimento.

Composição das contas a receber vencidas

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Até 30 dias	9.397	39.378	10.475	17.013
De 31 a 60 dias	-	14.297	-	14.297
De 61 a 90 dias	-	102	-	102
Mais de 91 dias	132.022	124.993	132.442	125.001
	141.419	**178.770**	**142.917**	**156.413**

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Composição:

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Comercializadora	6.043	-	6.180	-
Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	122.574	122.574	122.574	122.574
	128.617	**122.574**	**128.754**	**122.574**

Comercializadora

A provisão foi constituída em 2011 em razão de inadimplência há longa data de determinada comercializadora em transações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A Companhia está tomando as medidas cabíveis para a recuperação do valor pendente de recebimento.

Agentes com ações judiciais ou inadimplentes

A provisão é composta pelos seguintes valores:

- R$ 110.498 - corresponde a créditos oriundos de transações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), atualmente CCEE, no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. Os agentes devedores ingressaram com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Acordo Geral do Setor Elétrico. A provisão foi constituída em virtude das dúvidas quanto à realização dos valores decorrentes da referida transação.

- R$ 12.076 - refere-se, substancialmente, a débitos de agentes inadimplentes na primeira liquidação financeira feita pelo MAE, em 30.12.2002, relativa às transações realizadas no âmbito daquele mercado. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas quanto ao recebimento, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

A Companhia não constituiu qualquer provisão sobre os demais valores vencidos por considerar provável o recebimento dos mesmos.

6. ESTOQUES

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Insumos para produção de energia	3.739	11.161	6.312	12.346
Almoxarifado	29.249	23.137	30.534	24.093
Adiantamentos a fornecedores	3.501	6.205	3.501	6.205
Outros	2.394	2.538	2.490	3.388
	38.883	**43.041**	**42.837**	**46.032**

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Circulante				
PIS[5] e Cofins[6]	68.369	51.640	129.066	66.822
ICMS[7]	7.350	4.178	7.812	4.855
Imposto de renda	4.319	4.719	5.889	14.895
Contribuição social	1.728	1.042	2.375	4.184
INSS[8]	5.650	1.054	5.650	1.062
	87.416	**62.633**	**150.792**	**91.818**
Não circulante				
PIS e Cofins	4.639	13.595	137.832	200.090
ICMS	11.460	11.178	14.413	16.090
Imposto de renda	-	-	7.304	-
Contribuição social	-	-	2.452	-
INSS	-	3.700	6	3.700
	16.099	**28.473**	**162.007**	**219.880**

Os créditos de PIS e Cofins a compensar apresentados na controladora são compostos principalmente pelo valor de R$ 66.191, relativo à ação judicial transitada em favor da Companhia em processo que se discutia a recuperação do PIS e da Cofins recolhidos indevidamente. Em 2011, foram reconhecidos os efeitos do recálculo e da atualização desses créditos, no valor de R$ 20.388, já inclusos no montante total de R$ 66.191. A Companhia está aguardando a autorização da Receita Federal do Brasil para compensar os referidos créditos com tributos federais devidos pela Companhia.

No consolidado, além dos créditos anteriormente citados, estão reconhecidos, principalmente, os créditos de PIS e Cofins decorrentes de aquisições de máquinas e equipamentos e construção de edificações para a implantação de empreendimentos de geração de energia, no montante de R$ 133.301.

Até julho de 2011, os créditos sobre as aquisições de máquinas e equipamentos vinham sendo compensados mensalmente na proporção de 1/48. A partir de agosto de 2011, o saldo dos créditos em 31.07.2011 e os constituídos a partir desta data vêm sendo compensados mensalmente em até 12 (doze) meses, até a sua completa compensação em julho de 2012.

Os créditos oriundos de gastos com construções de edificações vêm sendo compensados mensalmente na proporção de 1/24.

5. Programa de Integração Social (PIS)

6. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

7. Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte (ICMS)

8. Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

8. ATIVO DISPONÍVEL PARA VENDA

Em junho de 2011 a Companhia concluiu a venda da totalidade das ações que detinha no capital social da Seival Participações S.A., Empresa de Propósito Específico detentora de 99,99% do capital social da Usina Termelétrica Seival Ltda. (UTE Seival). O valor da venda foi de R$ 38.523 e o ganho de capital apurado na transação foi de R$ 15.436.

A UTE Seival detém os direitos, inclusive as autorizações da Aneel e a licença de instalação, para implantar e explorar uma usina termelétrica a carvão, no Município de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul (RS), com potência instalada de até 540 MW. A empresa não havia desenvolvido qualquer atividade operacional até a data da sua venda.

A Companhia continua avaliando outros projetos termelétricos a carvão mineral na região de Candiota, em consonância com a sua estratégia de crescimento no Brasil.

9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Circulante				
Conta reserva transações CCEE				
Fundos de investimentos	32.159	47.872	32.159	47.872
Operações compromissadas em debêntures	-	21.793	378	33.600
CDB	-	-	6.386	81
	32.159	**69.665**	**38.923**	**81.553**
Não circulante				
Conta reserva serviços da dívida				
Fundos de investimentos	-	-	86.025	42.083
Operações compromissadas em debêntures	-	-	-	1.965
CDB	-	-	4.542	7.196
	-	**-**	**90.567**	**51.244**

Conta reserva transações CCEE: destina-se a assegurar a liquidação financeira das operações de compra e venda de energia elétrica no âmbito da CCEE, em consonância com as regras daquele mercado. A redução do saldo deve-se a uma menor exposição da Companhia nesse mercado.

Conta reserva serviços da dívida: visa garantir o pagamento dos serviços de dívidas com os bancos financiadores. O acréscimo no saldo deve-se, substancialmente, ao início da constituição da reserva para garantia do financiamento da Usina Hidrelétrica Estreito.

A rentabilidade média das cauções e dos depósitos vinculados em 2011 e 2010 foi de 98,5% e 100% do CDI, respectivamente.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Controladora (BRGAAP)				
	31.12.2011				31.12.2010
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)	152.818	38.205	-	38.205	41.098
Benefícios pós-emprego	204.680	51.170	18.421	69.591	102.910
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	128.617	32.154	11.575	43.729	41.675
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	129.447	32.362	11.650	44.012	43.280
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	77.973	19.493	7.018	26.511	24.718
Ajuste a valor presente de valores a receber	13.875	3.469	1.249	4.718	4.718
Depreciação acelerada	11.827	2.957	1.064	4.021	5.157
Outros	23.962	5.991	2.157	8.148	24.857
		185.801	**53.134**	**238.935**	**288.413**

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)				
	31.12.2011				31.12.2010
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)	152.818	38.205	-	38.205	41.098
Benefícios pós-emprego	204.680	51.170	18.421	69.591	102.910
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	128.754	32.188	11.588	43.776	41.675
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	137.711	34.428	12.394	46.822	43.596
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	77.973	19.493	7.018	26.511	24.718
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	58.256	14.564	5.243	19.807	20.499
Ajuste a valor justo do ativo imobilizado	49.470	12.368	4.452	16.820	17.745
Ajuste a valor presente de valores a receber	13.875	3.469	1.249	4.718	4.718
Depreciação acelerada	11.827	2.957	1.064	4.021	5.157
Outros	28.879	7.219	2.600	9.819	26.124
		216.061	**64.029**	**280.090**	**328.240**

A realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, oriundos de diferenças temporárias, ocorrerá pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social se realizarão pela geração de lucros tributáveis futuros pelas controladas que, excepcionalmente, apresentaram prejuízo em anos anteriores.

O horizonte de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos e sua recuperação foi estimado conforme abaixo:

	Controladora (BRGAAP)	Consolidado (BRGAAP e IFRS)
2012	18.632	20.452
2013	20.458	23.740
2014	30.955	32.289
2015	21.464	24.482
2016	19.176	22.519
2017 a 2018	70.396	79.476
2019 a 2020	22.870	32.735
2021 em diante	34.984	44.397
	238.935	**280.090**

11. VALORES A RECEBER PELA ALIENAÇÃO DE ATIVO

Nesta rubrica estão registradas as parcelas pendentes de recebimento da Elétrica Jacuí S.A. (Eleja), relativas à venda do empreendimento termelétrico Jacuí. A partir de fevereiro de 2009, a Eleja suspendeu os pagamentos das parcelas mensais devidas.

O saldo de R$ 86.866, apresentado no balanço patrimonial da controladora e consolidado, corresponde ao valor presente das parcelas que a Companhia tinha a receber em julho de 2009, data em que a Companhia, após diversas tentativas frustradas de retomada dos pagamentos, decidiu iniciar um processo de execução judicial do contrato, exigindo o montante equivalente à totalidade da dívida, uma vez que a inadimplência da Eleja antecipou o vencimento das parcelas vincendas.

A Companhia, a partir de julho de 2009, de forma prudente, decidiu deixar de reconhecer os juros e a variação monetária sobre os valores a receber. A Companhia considera que os valores das garantias contratadas, conforme a seguir mencionado, serão em montante suficiente para a recuperação dos valores a receber.

A ação de execução movida contra a Eleja garantiu à Companhia o arresto dos bens do empreendimento Jacuí, dados em garantia do crédito. Em maio de 2010 foram publicados os editais de citação da executada Eleja, que não apresentou manifestação no processo. Em março de 2011, o arresto foi convertido em penhora e os bens em garantia foram submetidos à avaliação por perito judicial para posterior alienação. O valor da avaliação dos bens penhorados foi de R$ 116.492. A Companhia aguarda a homologação do Juiz acerca da avaliação feita pelo perito judicial, para decidir se irá requerer a propriedade dos bens penhorados ou leva-los à leilão.

O valor nominal das parcelas contratuais não quitadas, em 31.12.2011, atualizado pelo índice contratual, o IGP-DI, totaliza R$ 116.172 (R$ 106.228 em 31.12.2010). O montante total da dívida, incluindo multas e encargos contratuais, supera o valor da avaliação pericial, o que poderá levar a Companhia a solicitar um reforço de penhora.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Tributários	91.202	84.720	91.652	85.075
Cíveis	9.727	40.996	10.725	42.485
Trabalhistas	3.130	5.599	3.455	5.904
	104.059	**131.315**	**105.832**	**133.464**

Os valores depositados estão vinculados a processos que tramitam nas esferas judiciais e administrativas. Do montante registrado em 31.12.2011, R$ 40.627 (R$ 68.568 em 31.12.2010) estão diretamente relacionados às provisões de risco prováveis demonstradas na Nota 23 – Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

b) Mutação

	Controladora (BRGAAP)				Consolidado (BRGAAP e IFRS)			
	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31.12.2009	**178.108**	**6.574**	**8.800**	**193.482**	**178.212**	**30.297**	**8.800**	**217.309**
Adições	11.985	3.546	535	16.066	12.226	10.118	840	23.184
Incorporação PPESA	-	31.311	-	31.311	-	-	-	-
Atualizações	13.056	41	401	13.498	13.066	2.576	401	16.043
Baixas e resgates	(118.429)	(476)	(4.137)	(123.042)	(118.429)	(506)	(4.137)	(123.072)
Saldo em 31.12.2010	**84.720**	**40.996**	**5.599**	**131.315**	**85.075**	**42.485**	**5.904**	**133.464**
Adições	78	10.674	717	11.469	159	11.631	811	12.601
Atualizações	9.727	1.055	255	11.037	9.741	1.055	255	11.051
Baixas e resgates	(3.323)	(42.998)	(3.441)	(49.762)	(3.323)	(44.446)	(3.515)	(51.284)
Saldo em 31.12.2011	**91.202**	**9.727**	**3.130**	**104.059**	**91.652**	**10.725**	**3.455**	**105.832**

Em 2011 foi realizado resgate no valor de R$ 32.936, relativo a uma aplicação financeira que tinha sido contratada para reduzir o custo da fiança bancária que garante a ação judicial que contesta o valor da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) cobrada da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra. Essa aplicação deixou de ser exigida pelo Banco sem que o custo da fiança bancária tivesse sido alterado.

13. INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora (BRGAAP)	
	31.12.2011	31.12.2010
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		
Equivalência patrimonial	2.433.138	2.162.946
Ágio/Direito de concessão	117.974	119.817
	2.551.112	**2.282.763**

b) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

		Lote de mil ações ou quotas	
Controladas	**Participação (%)**	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Itá Energética S.A. (Itasa)	48,75	253.607	253.607
Companhia Energética Estreito (CEE)	99,99	871.003	871.003
Companhia Energética São Salvador (CESS)	99,99	360.789	360.789
Lages Bioenergética Ltda. (Lages)	99,99	30.530	30.530
Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC)	99,99	4.200	4.200
Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP)	99,99	640.329	532.455

b.1) Informações financeiras das controladas

	Itasa	CEE	CESS	Lages	TBLC	TBLP	EAS[9]
31.12.2010							
Participação (%)	**48,75%**	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**
Ativo total	852.035	2.336.439	1.385.165	84.226	259.985	934.031	-
Patrimônio líquido	598.445	868.509	351.733	71.193	65.431	514.067	-
Receita líquida	222.597	-	145.881	35.353	983.339	74.845	141.523
Lucro líquido (Prejuízo)	46.620	(348)	(24.568)	7.137	(6.646)	(7.010)	(13.811)
31.12.2011							
Participação (%)	**48,75%**	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**	**-**
Ativo total	801.335	2.554.938	1.363.537	66.754	350.800	959.951	-
Patrimônio líquido	638.523	915.408	360.775	59.198	168.254	618.221	-
Receita líquida	242.913	164.467	200.908	39.229	1.500.720	94.181	-
Lucro líquido (Prejuízo)	53.908	46.899	9.042	3.005	102.823	(1.359)	-

9. Energia América do Sul Ltda. (EAS), controlada incorporada pela Companhia em 30.12.2010.

b.2) Movimentação dos investimentos

	Itasa	CEE	CESS	Lages	TBLC	TBLP	EAS	Outras	Total
Saldo em 31.12.2009	**273.913**	**-**	**324.801**	**64.056**	**72.077**	**497.632**	**653.481**	**23.310**	**1.909.270**
Aquisição	-	712.296	-	-	-	-	-	-	**712.296**
Aumento de capital	-	156.561	51.500	-	-	23.445	152.200	35	**383.741**
Incorporação PPESA	-	-	-	-	-	-	(791.870)	-	**(791.870)**
Equivalência patrimonial	22.727	(348)	(24.568)	7.137	(6.646)	(7.010)	(13.811)	36	**(22.483)**
Venda Seival	-	-	-	-	-	-	-	(23.111)	**(23.111)**
Dividendos	(4.897)	-	-	-	-	-	-	-	**(4.897)**
Saldo em 31.12.2010	**291.743**	**868.509**	**351.733**	**71.193**	**65.431**	**514.067**	**-**	**270**	**2.162.946**
Aumento de capital	-	-	-	-	-	107.874	-	-	**107.874**
Equivalência patrimonial	26.280	46.899	9.042	3.005	102.823	(1.359)	-	-	**186.690**
Baixas/reclassificação	-	-	-	-	-	(2.361)	-	(269)	**(2.630)**
Dividendos	(6.742)	-	-	(15.000)	-	-	-	-	**(21.742)**
Saldo em 31.12.2011	**311.281**	**915.408**	**360.775**	**59.198**	**168.254**	**618.221**	**-**	**1**	**2.433.138**

c) Ágio/direito de concessão – Controladora

Movimentação

Controladas	**Itasa**	**CEE**	**CESS**	**Total**
Saldo em 31.12.2009	**1.145**	**-**	**34.635**	**35.780**
Amortização	(1.145)	-	(1.266)	(2.411)
Aquisição CEE	-	86.448	-	86.448
Saldo em 31.12.2010	**-**	**86.448**	**33.369**	**119.817**
Amortização	-	(576)	(1.267)	(1.843)
Saldo em 31.12.2011	**-**	**85.872**	**32.102**	**117.974**

Os ágios/direitos de concessão pagos nas aquisições das controladas foram definidos com base no valor presente das projeções de fluxo de caixa obtidas através de avaliações econômico-financeiras e decorreram da aquisição da concessão ou autorização outorgada pela Aneel para o uso do bem público na geração de energia elétrica. Esses valores estão sendo amortizados no prazo do contrato de concessão ou autorização, em função da sua vida útil definida, uma vez que os benefícios econômicos decorrentes das aquisições desses investimentos ocorrerão ao longo do prazo de concessão ou autorização.

d) Incorporação da Ponte de Pedra Energética S.A. na Energia América do Sul S.A. e desta na Tractebel Energia S.A.

Em 30.12.2010 a Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas aprovou, por unanimidade, a incorporação da Ponte de Pedra (PPESA) na Energia América do Sul Ltda. e desta na Tractebel Energia, mediante versão dos acervos líquidos das empresas na data base de 30.11.2010.

A PPESA tem capacidade instalada de 176,1 MW e energia assegurada de 131,6 MW médios. O acervo líquido incorporado foi de R$ 803.218 a valor de livros e de R$ 791.870 a valor justo.

e) Informações sobre as controladas da Companhia

A estrutura societária simplificada da Tractebel Energia está apresentada no relatório de administração que é parte das demonstrações contábeis completas.

e.1) Itá Energética S.A. (Itasa) - controlada em conjunto

A Itasa tem como objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Itá em parceria através de consórcio, mediante concessão outorgada pela União Federal por intermédio da Aneel, com prazo de vigência de 35 anos, a partir de 28.12.1995. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina (SC) e do Rio Grande do Sul (RS), e possui capacidade instalada de 1.450 MW e 720 MW médios de energia assegurada. Nos termos do Contrato de Consórcio, a controlada Itasa tem direito à quantidade de energia equivalente a 60,5% de 668 MW médios. Os demais 52 MW da energia assegurada do empreendimento são detidos diretamente pela própria Tractebel Energia.

As quantidades e preços relativos à energia fornecida diretamente aos acionistas foram estabelecidos através de contratos firmados entre as partes e possuem vigência até 16.10.2030. Maiores detalhes sobre os contratos de energia podem ser encontrados na Nota 34 – Transações com partes relacionadas.

As ações representativas do capital social da Itasa são detidas pela Tractebel Energia, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Companhia de Cimento Itambé, na proporção de 48,75%, 48,75% e 2,50%, respectivamente.

Os principais grupos do ativo, passivo e resultado da Itasa estão demonstrados a seguir, os quais foram consolidados nas demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas, na proporção dos investimentos da Companhia no capital social da controlada:

Balanço patrimonial	31.12.2011	31.12.2010
ATIVO		
Ativo circulante	81.729	82.595
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	44.239	48.847
Imobilizado	675.349	710.326
Intangível	18	10.267
TOTAL DO ATIVO	801.335	852.035
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo circulante	100.175	113.697
Passivo não circulante	62.637	139.893
Patrimônio líquido	638.523	598.445
TOTAL DO PASSIVO	801.335	852.035

Demonstração do resultado do exercício	31.12.2011	31.12.2010
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	242.913	222.597
CUSTOS DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	(120.277)	(108.045)
LUCRO BRUTO	122.636	114.552
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(15.023)	(19.190)
Outras despesas, líquidas	(13.668)	(736)
	(28.691)	(19.926)
Resultado do serviço	93.945	94.626
Despesas financeiras, líquidas	(12.275)	(23.938)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	81.670	70.688
Imposto de renda e contribuição social	(27.762)	(24.068)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	53.908	46.620

e.2) Companhia Energética Estreito (CEE)

A CEE foi adquirida de sua controladora GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. em agosto de 2010. Em outubro de 2010 a transação foi ratificada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) por unanimidade dos acionistas minoritários que votaram a matéria.

O valor total da aquisição foi de R$ 798.744 e o valor de livros do patrimônio líquido na data da aquisição era de R$ 712.296. O valor excedente pago de R$ 86.448 é suportado por projeções de fluxo de caixa futuro e decorreram da aquisição da concessão outorgada pela Aneel para o uso do bem público na atividade de geração de energia. Na controladora esse valor está apresentado no investimento e no consolidado no imobilizado, conforme mencionado na Nota 14 - Imobilizado.

A CEE é detentora de participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste), criado para a implantação e exploração da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito). A Usina está localizada no Rio Tocantins, na divisa dos Estados de Tocantins (TO) e Maranhão (MA), nos Municípios de Estreito (MA), Aguiarnópolis e Palmeiras do Tocantins (TO), possuindo capacidade instalada de geração de 1.087 MW e energia assegurada para comercialização de 641,08 MW médios. O prazo da concessão é de 35 anos, contados a partir de 26.11.2002, data da assinatura do Contrato de Concessão.

Os demais consorciados do Ceste são a Companhia Vale do Rio Doce, a Estreito Energia S.A. - empresa do Grupo Alcoa e a Intercement Brasil S.A. - entidade do Grupo Camargo Corrêa, com participações de 30%, 25,49% e 4,44%, respectivamente. A liderança do consórcio cabe à CEE.

A energia assegurada da UHE Estreito foi comercializada com distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Contratada (ACR), através de Leilão promovido pelo Governo Federal, por um período de 30 anos, que se inicia em 01.01.2012. Do total comercializado, a CEE faz jus a 256 MW médios correspondentes à sua participação no Ceste.

Durante o ano de 2011, quatro das oito unidades geradoras iniciaram a operação comercial, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Usina Hidrelétrica Estreito	Potência instalada (MW)	Energia assegurada pertencente à CEE (MW médios)	Início da operação comercial
1ª Unidade geradora	135,87	52,01	29.04.2011
2ª Unidade geradora	135,87	51,69	02.07.2011
3ª Unidade geradora	135,87	50,80	30.09.2011
4ª Unidade geradora	135,87	38,38	23.12.2011
	543,48	192,88	

O cronograma de implantação da UHE Estreito prevê a conclusão da entrada em operação de todas as unidades geradoras no terceiro trimestre de 2012.

e.3) Companhia Energética São Salvador (CESS)

A CESS detém a concessão da Usina Hidrelétrica São Salvador, localizada no Rio Tocantins, nos Municípios de São Salvador do Tocantins e Paranã, no Estado de Tocantins (TO), com potência mínima instalada de 243,2 MW e energia assegurada de 148,5 MW médios.
O prazo da concessão é de 35 anos, contados a partir de 23.04.2002, data da assinatura do Contrato de Concessão.

A energia da CESS de 148 MW médios foi vendida para distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), através de Leilão organizado pelo Governo Federal, por um período de 30 anos, que se iniciou em janeiro de 2011.

e.4) Lages Bioenergética Ltda. (Lages)

A Lages detém a autorização da Aneel para atuar como produtor independente de energia, através da central geradora termelétrica Lages, localizada no Município de Lages (SC), utilizando-se de um turbo gerador a vapor de 28 MW que consome resíduos de madeira como combustível. A autorização para implantação e exploração do empreendimento tem prazo de 30 anos, a contar de 30.10.2002.

A controlada possui contrato de venda de energia de 22 MW médios mensais com a distribuidora da região onde atua, com vigência até 31.03.2017.

A Usina obteve, no ano de 2006, o registro no Comitê Executivo de Mecanismo do Desenvolvimento Limpo (MDL) da Organização das Nações Unidas (ONU) para negociar créditos de carbono, por utilizar resíduos de madeira na cogeração de energia elétrica.

e.5) Tractebel Energia Comercializadora (TBLC)

A Sociedade tem por objeto social a comercialização de energia elétrica no mercado de livre, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades.

e.6) Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP)

A TBLP tem por objeto social participar no capital de outras sociedades e concentrar os projetos referentes a energias complementares de sua controladora Tractebel Energia.
A empresa possui os seguintes investimentos a valores de livros:

	Tupan [10]	Hidropower [11]	Areia Branca [12]	Beberibe [13]	Pedra do Sal [14]	Ibitiúva [15]	EEN [16]	Outros
31.12.2010								
Participação	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Ativo total	94.798	71.798	149.133	155.780	101.774	121.744	28	224
Patrimônio Líquido	34.379	38.323	74.701	53.564	30.601	42.058	28	220
Receita líquida	11.704	9.497	10.940	18.552	12.943	11.232	-	138
Lucro líquido (Prejuízo)	288	1.711	(2.288)	2.111	573	3.229	-	(284)
31.12.2011								
Participação	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	95,0%	99,99%	99,99%
Ativo total	85.417	70.059	137.803	151.013	99.979	127.256	63.598	-
Patrimônio Líquido	83.942	43.518	76.729	47.012	29.338	45.545	63.523	-
Receita líquida	16.534	11.815	14.428	13.144	11.797	26.463	-	-
Lucro líquido (Prejuízo)	6.137	5.196	(1.342)	(6.553)	(1.262)	9.396	(314)	-

10. Tupan Energia Elétrica S.A.
11. Hidropower Energia S.A.
12. Hidrelétrica Areia Branca S.A.
13. Eólica Beberibe S.A.
14. Eólica Pedra do Sal S.A.
15. Ibitiúva Bioenergética S.A.
16. Energias Eólicas do Nordeste S.A.

Ágio / Direito de uso do ativo na controladora TBLP

Empresas	Tupan	Hidropower	Areia Branca	Beberibe	Pedra do Sal	Projeto Trairí	Total
Saldos em 31.12.2009	**86.991**	**79.517**	**7.676**	**48.877**	**23.744**	**2.971**	**249.776**
Ingresso	-	-	-	-	-	162	162
Amortização	(3.796)	(3.714)	(520)	(2.073)	(1.092)	-	(11.195)
Saldos em 31.12.2010	**83.195**	**75.803**	**7.156**	**46.804**	**22.652**	**3.133**	**238.743**
Ingresso	-	-	-	-	-	9.535	9.535
Amortização	(3.795)	(3.458)	(371)	(2.074)	(1.092)	-	(10.790)
Saldos em 31.12.2011	**79.400**	**72.345**	**6.785**	**44.730**	**21.560**	**12.668**	**237.488**

Os ágios/direito de uso do ativo pagos pela TBLP nas aquisições das empresas anteriormente relacionadas foram definidos com base no valor presente de projeções de fluxo de caixa obtidas através de avaliações econômico-financeiras e decorreram da aquisição dos direitos de autorização outorgados pela Aneel para a exploração dos potenciais hidráulicos e eólicos para a geração de energia.

No balanço patrimonial consolidado esses valores correspondem ao ajuste a valor justo das autorizações para a exploração dos potenciais hidráulicos e eólicos. O seu registro foi feito como um único ativo, no grupo do ativo imobilizado, conforme estabelecido no Guia de Aplicação IFRS 3 e CPC 15 – Combinação de negócios, que permite o reconhecimento do valor justo da autorização e o da unidade de geração como único ativo, quando esses ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente.

Os ágios/direito de uso do ativo estão sendo amortizados na extensão dos contratos de autorização, uma vez que os benefícios econômicos decorrentes da aquisição dos investimentos ocorrerão ao longo do prazo da autorização e a vida útil desse ativo considera como limite os prazos desses contratos.

As principais informações referentes às controladas da TBLP, em 31.12.2011, estão descritas a seguir:

Empresas	Usina	Potência Instalada (MW)	Início da operação	Final da Autorização	Localização – Município (Estado)	Energia contratada (GWh/ano)	Final do contrato de venda
Tupan	PCH	26,60	12.2007	12.2032	Rondonópolis (MT)	85,51	2027
Hidropower	PCH	23,70	02.2007	12.2032	Rondonópolis (MT)	80,79	2027
Areia Branca	PCH	19,80	03.2010	05.2030	Caratinga (MG)	90,84	2030
Beberibe	Eólica	25,60	09.2008	08.2033	Beberibe (CE)	68,52	2028
Pedra do Sal	Eólica	17,85	12.2008	10.2032	Parnaíba (PI)	49,61	2028
Ibitiúva	Biomassa	33,00	05.2010	04.2030	Pitangueiras (SP)	175,20	2025

A energia de referência da Tupan, Hidropower, Areia Branca, Beberibe, Pedra do Sal estão contratadas com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), através do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).
A quantidade contratada é ajustada periodicamente com base na energia efetivamente gerada pelas referidas usinas. A Ibitiúva vendeu sua energia em Leilão de Energia Reserva promovido pela Aneel no ano de 2008, pelo prazo de 15 anos contados a partir de 2010.

Novos projetos de geração de energia eólica

Em agosto de 2009 a TBLP adquiriu, pelo montante de R$ 2.998, empresas que possuem projetos de geração de energia eólica que compõem o Projeto Trairí, no Estado do Ceará, cuja capacidade instalada total é de 121,9 MW.

Os projetos adquiridos possuem medições de vento, certificação de geração de energia, licenças ambientais prévias e contrato de arrendamento. Os projetos básicos e de impacto ambiental, exigidos para a licença de instalação, encontravam-se em fase de execução.

No mês de março de 2011 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a implantação de cinco projetos eólicos para venda de energia elétrica no mercado livre, quatro no Estado do Ceará (CE), conforme anteriormente mencionado, e um no Estado do Piauí (PI). Os projetos totalizam 145,4 MW, com investimento total estimado em R$ 625.600.

Em agosto de 2011 a Companhia decidiu concentrar em uma *holding* controlada pela TBLP, denominada Energias Eólicas do Nordeste S.A. (EEN), as cinco empresas que desenvolverão os referidos projetos eólicos. Parcela significativa da capacidade comercial dessas usinas foi vendida para consumidores livres em contratos de médio e de longo prazo.

As autorizações para que as empresas se estabeleçam como produtores independentes de energia já foram concedidas pela Aneel. A Companhia concluiu a contratação das empresas responsáveis pelo fornecimento dos equipamentos e pela montagem das 63 torres e aerogeradores, com capacidade de geração de 2,3 MW, cada. Os projetos executivos estão sendo realizados, os equipamentos estão em processo de fabricação e os trabalhos de construção civil nos parques eólicos do Ceará já foram iniciados. Com referência ao projeto localizado no Piauí, a Companhia ainda está no aguardo da liberação da licença de instalação. A conclusão da construção dos parques eólicos está prevista para o ano de 2013.

A Companhia está em fase de negociação de uma linha de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o financiamento dos projetos.

Seguem informações adicionais sobre os projetos.

Empresas	Usina	Capacidade instalada	Localização – Município (Estado)
Central Eólica Mundaú S.A.	Central Eólica Mundaú	30,0 MW	Trairi (CE)
Central Eólica Guajiru S.A.	Central Eólica Guajiru	30,0 MW	Trairi (CE)
Central Eólica Fleixeiras I S.A.	Central Eólica Fleixeiras I	30,0 MW	Trairi (CE)
Central Eólica Trairi S.A.	Central Eólica Trairi	25,4 MW	Trairi (CE)
Eólica Porto das Barcas S.A.	Eólica Porto do Delta	30,0 MW	Parnaíba (PI)

14. IMOBILIZADO

a) Composição

	Controladora (BRGAAP)				
		31.12.2011			31.12.2010
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	2,8	4.403.730	(2.120.653)	2.283.077	2.422.496
Edificações e benfeitorias	3,1	1.278.692	(698.398)	580.294	595.343
Máquinas e equipamentos	4,1	5.492.866	(3.381.448)	2.111.418	2.227.806
Veículos	20,0	1.643	(1.147)	496	714
Móveis e utensílios	10,0	8.518	(3.971)	4.547	2.748
		11.185.449	**(6.205.617)**	**4.979.832**	**5.249.107**
Obrigações especiais		(13.535)	-	(13.535)	(10.223)
		11.171.914	**(6.205.617)**	**4.966.297**	**5.238.884**
Em curso					
Edificações e benfeitorias		12.625	-	12.625	5.054
Máquinas e equipamentos		63.210	-	63.210	67.994
Aquisições a ratear		6.050	-	6.050	3.338
		81.885	**-**	**81.885**	**76.386**
		11.253.799	**(6.205.617)**	**5.048.182**	**5.315.270**

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)				
		31.12.2011			31.12.2010
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	2,5	6.807.459	(2.257.034)	4.550.425	3.268.782
Edificações e benfeitorias	3,1	1.746.251	(754.483)	991.768	986.857
Máquinas e equipamentos	3,9	7.323.739	(3.603.332)	3.720.407	3.470.028
Veículos	20,0	1.966	(1.442)	524	755
Móveis e utensílios	10,0	9.888	(4.304)	5.584	3.823
		15.889.303	**(6.620.595)**	**9.268.708**	**7.730.245**
Obrigações especiais		(13.660)	-	(13.660)	(10.348)
		15.875.643	**(6.620.595)**	**9.255.048**	**7.719.897**
Em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras		10.892	-	10.892	404.336
Edificações e benfeitorias		12.836	-	12.836	475.204
Máquinas e equipamentos		182.187	-	182.187	888.601
Adiantamento a fornecedores		106.980	-	106.980	70.626
Aquisições a ratear		317.208	-	317.208	417.345
		630.103	**-**	**630.103**	**2.256.112**
		16.505.746	**(6.620.595)**	**9.885.151**	**9.976.009**

As "Aquisições a ratear" registram os valores que serão rateados proporcionalmente ao custo dos ativos quando da conclusão das obras. Parcela significativa deste valor corresponde aos juros sobre os financiamento que são capitalizados durante a construção.

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora (BRGAAP)						
	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	Total
Saldo em 31.12.2009	1.860.955	538.224	2.020.606	3.059	112.466	(10.395)	4.524.915
Incorporação PPESA	655.125	86.871	278.267	177	1.011	-	1.021.451
Ingressos	-	-	-	-	78.470	491	78.961
Transferências	230	2.924	111.551	856	(115.561)	-	-
Baixas	-	(1)	(902)	(18)	-	(319)	(1.240)
Depreciação	(93.814)	(32.675)	(181.716)	(612)	-	-	(308.817)
Saldo em 31.12.2010	**2.422.496**	**595.343**	**2.227.806**	**3.462**	**76.386**	**(10.223)**	**5.315.270**
Ingressos	-	-	-	-	96.918	(3.312)	93.606
Reclassificação	-	-	-	-	5.699	-	5.699
Transferências	(21.437)	19.306	93.875	5.374	(97.118)	-	-
Baixas	-	-	(5.388)	(16)	-	-	(5.404)
Depreciação	(117.982)	(34.355)	(204.875)	(3.777)	-	-	(360.989)
Saldo em 31.12.2011	**2.283.077**	**580.294**	**2.111.418**	**5.043**	**81.885**	**(13.535)**	**5.048.182**

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)						
	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	Total
Saldo em 31.12.2009	3.354.601	1.011.279	3.414.684	3.611	363.574	(10.520)	**8.137.229**
Aquisição CEE	-	-	-	-	1.940.576	-	1.940.576
Ingressos	-	-	-	-	352.371	491	352.862
Transferências	65.111	28.639	301.369	1.761	(396.880)	-	-
Baixas	-	(7)	(1.209)	(42)	(3.529)	(319)	(5.106)
Depreciação	(150.930)	(53.054)	(244.816)	(752)	-	-	(449.552)
Saldo em 31.12.2010	**3.268.782**	**986.857**	**3.470.028**	**4.578**	**2.256.112**	**(10.348)**	**9.976.009**
Ingressos	-	-	-	-	400.847	(3.312)	397.535
Reclassificação	-	-	-	-	5.699	-	5.699
Transferências	1.445.395	55.338	526.394	5.428	(2.032.555)	-	-
Baixas	-	-	(5.585)	(16)	-	-	(5.601)
Depreciação	(163.752)	(50.427)	(270.430)	(3.882)	-	-	(488.491)
Saldo em 31.12.2011	**4.550.425**	**991.768**	**3.720.407**	**6.108**	**630.103**	**(13.660)**	**9.885.151**

c) Ajuste a valor justo do ativo imobilizado

Em atendimento às orientações previstas no CPC 27 - Ativo imobilizado e no ICPC 10 - Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28, em 01.01.2009, data da primeira adoção dos IFRS e do CPC, a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado das usinas da Companhia que apresentavam valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo. O ajuste a valor justo do imobilizado, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos, teve como contrapartida a conta do patrimônio líquido denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". A depreciação sobre o referido ajuste não resultará em efeitos na base de apuração do imposto de renda e da contribuição social nem na base de distribuição de dividendos.

Os saldos do imobilizado em 31.12.2011 e 31.12.2010 contemplam o ajuste a valor justo, líquido de depreciação, de R$ 982.326 e R$ 1.073.015, respectivamente. A depreciação sobre os ajustes ao valor justo nos exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010 foi de R$ 86.595 e R$ 87.509, respectivamente.

d) Registro da concessão onerosa contratada ou adquirida em uma combinação de negócios

Até a data da primeira adoção dos IFRS e CPC, em 01.01.2009, as concessões onerosas e autorizações concedidas pela União para o uso do bem público para a geração hidrelétrica, contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios, vinham sendo registradas com base na melhor referência identificada nas práticas contábeis internacionais (IFRS), uma vez que não havia práticas contábeis específicas nos pronunciamentos brasileiros.
A Companhia considerou como referência para o registro destas transações o Guia de Aplicação do IFRS 3 – Combinação de negócios, que permite o reconhecimento do valor justo da concessão e do ativo imobilizado como único ativo nas demonstrações contábeis, quando esses ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente.

Com base nesse pronunciamento, a Companhia reconheceu a concessão onerosa e as autorizações contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios como um único ativo no grupo do ativo imobilizado, distribuído pelas naturezas dos ativos proporcionalmente ao seu custo de aquisição. Esse procedimento vinha sendo adotado pela Companhia antes da obrigatoriedade da adoção dos IFRS e CPC, em 01.01.2009, e foi mantido para as transações ocorridas posteriormente a esta data, de modo que fosse conservada a consistência dos procedimentos.

O saldo dessas concessões e autorizações de uso do bem público para a geração de energia no ativo imobilizado em 31.12.2011 e 31.12.2010 é de R$ 589.727 e R$ 612.198, respectivamente, na controladora, e de R$ 1.142.403 e R$ 1.205.286, respectivamente, no consolidado.

e) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas

A Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não há garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão e autorização dos empreendimentos hidrelétricos, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original. Dessa forma a Companhia, a partir de 01.01.2007 passou a depreciar esses ativos de acordo com as taxas determinadas pela Aneel, as quais estão limitadas ao prazo de concessão, embora a legislação e os contratos prevejam a possibilidade da renovação da concessão. Cabe mencionar que os bens do imobilizado adquiridos até 01.01.2007 foram sujeitos à adoção do custo atribuído com base na avaliação dos seus valores justos em 01.01.2009, data de transição para as normas IFRS e os novos CPC.

f) Apropriação dos encargos financeiros

Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos e à concessão a pagar são reconhecidos no ativo imobilizado em andamento durante o período de construção das usinas. Os encargos capitalizados durante os exercícios de 2011 e 2010 foram de R$ 101.033 e R$ 37.237, respectivamente.

g) Redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Até o momento não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos na Companhia.

h) Concessões e autorizações do Órgão Regulador

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes concessões e autorizações para a geração de energia elétrica:

Concessões	Detentora da concessão	Capacidade instalada MW	Data do ato	Vencimento
UHE Salto Santiago	Tractebel Energia	1.420	28.09.1998	27.09.2028
UHE Salto Osório	Tractebel Energia	1.078	28.09.1998	27.09.2028
UHE Passo Fundo	Tractebel Energia	226	28.09.1998	27.09.2028
UHE Itá	Tractebel Energia/Itasa	1.450	28.12.1995	16.10.2030
UHE Machadinho	Tractebel Energia	1.140	15.07.1997	14.07.2032
UHE Cana Brava	Tractebel Energia	450	27.08.1998	26.08.2033
UHE Ponte de Pedra	Tractebel Energia	176	01.10.1999	30.09.2034
UHE São Salvador	CESS	243	23.04.2002	22.04.2037
UHE Estreito	Ceste [17]	1.087	26.11.2002	26.11.2037

A Companhia possui, direta e indiretamente, o equivalente a 1.090 MW, 404 MW e 435,6 MW da capacidade instalada das usinas hidrelétricas Itá, Machadinho e Estreito, correspondentes, respectivamente, às suas participações acionárias e/ou em consórcio.

17. As consorciadas são a controlada Companhia Energética Estreito (40,07%), Vale S.A. (30,%), Estreito Energia S.A. – empresa do Grupo Alcoa (25,49%), e Intercement Brasil S.A., entidade do Grupo Camargo Corrêa (4,44%).

Autorizações	Detentora da autorização	Capacidade instalada MW	Data do ato	Vencimento
Complexo Termelétrico Jorge Lacerda	Tractebel Energia	857	28.09.1998	27.09.2028
UTE Charqueadas	Tractebel Energia	72	28.09.1998	27.09.2028
UTE Alegrete	Tractebel Energia	66	28.09.1998	27.09.2028
UTE William Arjona	Tractebel Energia	190	02.06.2000	28.04.2029
UTE Ibitiúva Bioenergética	Consórcio Andrade [18]	33	05.04.2000	04.04.2030
Unidade de Cogeração Lages	Lages	28	30.10.2002	29.10.2032
PCH Rondonópolis	Tupan	27	19.12.2002	18.12.2032
PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha	Hidropower	24	19.12.2002	18.12.2032
PCH Areia Branca	Areia Branca	20	03.05.2000	02.05.2030
EOL Pedra do Sal	Pedra do Sal	18	02.10.2002	01.10.2032
EOL Beberibe	Beberibe	26	04.08.2003	03.08.2033
EOL Porto das Barcas	Porto das Barcas	30	30.08.2011	09.07.2041
EOL Trairí	Trairí	25	20.09.2011	27.08.2041
EOL Guajiru	Guajiru	30	20.09.2011	27.08.2041
EOL Mundaú	Mundaú	30	20.09.2011	27.08.2041
EOL Fleixeiras I	Fleixeiras I	30	20.09.2011	27.08.2041

A Companhia possui o correspondente a 21,2 MW da capacidade instalada da Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética.

i) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26.02.1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/99 de 03.02.1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

j) Bens da União utilizados pela Companhia

A Companhia exerce a posse e opera a UTE Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW e uma vila residencial com 15 casas, localizada no Município de Alegrete (RS), de titularidade da União e cedida em regime especial de utilização.

18. As consorciadas são a controlada Ibitiúva Bioenergética S.A. (72,90%) e Andrade Açúcar e Álcool (27,10%).

15. INTANGÍVEL

a) Composição

Controladora (BRGAAP)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Custo Corrigido	Amortização acumulada	Total
Direito de uso	25.618	(14.794)	**10.824**	21.896	(11.762)	**10.134**
Ágio incorporado da CEM [19]	44.578	(39.550)	**5.028**	44.578	(35.241)	**9.337**
	70.196	**(54.344)**	**15.852**	**66.474**	**(47.003)**	**19.471**

Consolidado (BRGAAP e IFRS)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Custo Corrigido	Amortização acumulada	Total
Direito de uso	29.988	(15.696)	**14.292**	25.887	(12.387)	**13.500**
Direito de compra de energia	64.561	-	**64.561**	64.561	-	**64.561**
Direitos do Projeto Trairí	12.668	-	**12.668**	3.133	-	**3.133**
Ágio incorporado da CEM	44.578	(39.550)	**5.028**	44.578	(35.241)	**9.337**
Ágio incorporado da Itasa	72.793	(72.793)	**-**	72.793	(67.803)	**4.990**
	224.588	**(128.039)**	**96.549**	**210.952**	**(115.431)**	**95.521**

O direito de uso e o direito de compra de energia possuem vidas úteis definidas. O primeiro está sendo amortizado em cinco anos e o segundo será amortizado durante a vigência do contrato de compra, de 2013 a 2023.

Os ágios da Itasa e da incorporada CEM também possuem vida útil definida.

O da Itasa teve a amortização encerrada em dezembro de 2011 e o da CEM será amortizado até fevereiro de 2013.

Os direitos do Projeto Trairí correspondem ao valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos adquiridos em uma combinação de negócios. A amortização desses direitos será iniciada assim que os projetos eólicos entrarem em operação e será limitada ao prazo de autorização das respectivas usinas.

b) Mutação

	Controladora (BRGAAP)	Consolidado (BRGAAP e IFRS)
Saldo em 31.12.2009	**18.238**	**118.033**
Direito de uso	5.904	6.652
Direito de uso – aquisição CEE	-	1.860
Incorporação PPESA	706	-
Transferências	-	(19.251)
Amortização	(5.377)	(11.773)
Saldo em 31.12.2010	**19.471**	**95.521**
Ingresso	3.722	13.757
Transferência para o ativo imobilizado	-	(121)
Amortização	(7.341)	(12.608)
Saldo em 31.12.2011	**15.852**	**96.549**

19. Companhia Energética Meridional, subsidiária integral incorporada pela Companhia em 2008.

16. FORNECEDORES

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Encargos de uso da rede elétrica	93.500	81.003	98.979	84.857
Energia elétrica comprada	98.408	53.569	87.970	104.203
Transações no âmbito da CCEE	371	1.337	689	1.337
Materiais e serviços	24.424	34.686	32.494	45.467
Combustíveis fósseis e biomassa	1.037	3.491	873	926
Fornecedores de imobilizado	1.900	-	13.331	32.061
	219.640	**174.086**	**234.336**	**268.851**

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Federais				
Imposto de renda	277.673	305.174	297.121	307.026
Contribuição social	80.131	89.004	86.091	91.006
PIS e Cofins	19.142	20.082	22.192	21.212
INSS	3.663	4.593	4.228	3.960
Outros	1.389	1.185	1.437	1.277
	381.998	**420.038**	**411.069**	**424.481**
Estaduais				
ICMS	**7.443**	**10.461**	**26.584**	**32.225**
Municipais				
ISS	**471**	**589**	**854**	**1.231**
	389.912	**431.088**	**438.507**	**457.937**

A Companhia vem recolhendo o imposto de renda e a contribuição social mensalmente sobre a base de cálculo estimada, em consonância com a legislação em vigor.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

Controladora (BRGAAP)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Bank of America Merrill Lynch	-	430.000	430.000	-	-	-
BNDES	14.965	4.988	19.953	14.965	19.953	34.918
Eletrobras	-	-	-	10.796	-	10.796
Banco do Brasil	-	-	-	3.529	-	3.529
Encargos	8.886	-	8.886	171	-	171
	23.851	**434.988**	**458.839**	**29.461**	**19.953**	**49.414**
Moeda estrangeira						
STN [20]	12.374	97.605	109.979	15.425	104.500	119.925
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	-	97.088	97.088	-	88.964	88.964
Encargos	5.139	-	5.139	4.691	-	4.691
	17.513	**194.693**	**212.206**	**20.116**	**193.464**	**213.580**
	41.364	**629.681**	**671.045**	**49.577**	**213.417**	**262.994**

Consolidado (BRGAAP e IFRS)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Bank of America Merrill Lynch	-	430.000	430.000	-	-	-
Eletrobras	-	-	-	10.796	-	10.796
BNDES	106.829	1.319.263	1.426.092	73.064	1.297.836	1.370.900
Bancos (Repasse BNDES)	82.910	960.757	1.043.667	56.086	1.001.920	1.058.006
Banco do Brasil	3.966	19.169	23.135	7.495	23.135	30.630
BRDE	4.556	-	4.556	6.835	4.556	11.391
CEF	-	-	-	5.777	46.234	52.011
Encargos	18.150	-	18.150	9.245	-	9.245
	216.411	**2.729.189**	**2.945.600**	**169.298**	**2.373.681**	**2.542.979**
Moeda estrangeira						
STN	12.374	97.605	109.979	15.425	104.500	119.925
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	-	97.088	97.088	-	88.964	88.964
Encargos	5.139	-	5.139	4.691	-	4.691
	17.513	**194.693**	**212.206**	**20.116**	**193.464**	**213.580**
	233.924	**2.923.882**	**3.157.806**	**189.414**	**2.567.145**	**2.756.559**

20. Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas.

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora (BRGAAP)			Consolidado (BRGAAP e IFRS)		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2009	**67.954**	**276.776**	**344.730**	**221.346**	**1.465.106**	**1.686.452**
Aquisição CEE	-	-	-	-	1.160.521	1.160.521
Ingressos	-	-	-	-	276.751	276.751
Transferências	44.861	(44.861)	-	352.659	(352.659)	-
Juros gerados	22.777	(3.947)	18.830	126.070	60.683	186.753
Juros capitalizados	-	-	-	(5.988)	(28.706)	(34.694)
Variações cambiais	(779)	(14.551)	(15.330)	(779)	(14.551)	(15.330)
Amortização de principal	(64.458)	-	(64.458)	(390.131)	-	(390.131)
Amortização de juros	(20.778)	-	(20.778)	(113.763)	-	(113.763)
Saldo em 31.12.2010	**49.577**	**213.417**	**262.994**	**189.414**	**2.567.145**	**2.756.559**
Ingressos	-	430.000	430.000	-	502.799	502.799
Transferências	26.001	(26.001)	-	256.485	(256.485)	-
Juros gerados	36.489	(3.996)	32.493	150.186	191.441	341.627
Juros capitalizados	-	-	-	-	(97.279)	(97.279)
Variações cambiais	1.915	16.261	18.176	1.915	16.261	18.176
Amortização de principal	(44.557)	-	(44.557)	(222.615)	-	(222.615)
Amortização de juros	(28.061)	-	(28.061)	(141.461)	-	(141.461)
Saldo em 31.12.2011	**41.364**	**629.681**	**671.045**	**233.924**	**2.923.882**	**3.157.806**

Principais eventos ocorridos em 2011:

- Empréstimo no Bank of America Merrill Lynch

Em julho de 2011 a Companhia contratou um empréstimo junto ao Bank of America Merrill Lynch no valor de US$ 273.537 (equivalente a R$ 430.000). As principais condições contratadas são as seguintes:

- Juros: 2,6236% a.a. fixos.
- Vencimento do principal: 20.07.2013, 20.01.2014 e 20.07.2014.
- Amortização dos juros: trimestralmente com início em 20.10.2011 e término em 20.07.2014.
- Compromissos contratuais *(covenants)*: EBITDA/despesas financeiras consolidadas > 2,0 e Dívida consolidada/EBITDA < 3,5.

A Companhia, para proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuros contra as oscilações do dólar norte americano, contratou uma operação de *swap*, com a subsidiária brasileira da mesma instituição financeira que concedeu o empréstimo, no valor de R$ 430.000, através da qual manterá uma posição ativa correspondente à variação do dólar mais juros de 2,6236% a.a. e uma posição passiva equivalente a 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A instituição financeira que concedeu o empréstimo garante o pagamento de todos os fluxos de caixa decorrentes da operação de *swap* caso a sua subsidiária brasileira eventualmente não honre com as obrigações contratadas. O vencimento do principal e a amortização dos juros

do empréstimo e do *swap* ocorrerão exatamente nas mesmas datas.

A Companhia dispõe do direito de liquidar o principal e os encargos financeiros do empréstimo e da operação de *swap* em base líquida, caso necessário, e fará estas liquidações simultaneamente nos seus respectivos vencimentos, conforme previsto nos contratos.

Desta forma, os instrumentos financeiros e seus respectivos encargos são considerados um único instrumento financeiro sintético e estão sendo apresentados em base líquida no balanço patrimonial e no resultado da Companhia, como um único instrumento financeiro, refletindo de forma mais apropriada os montantes e a indicação dos fluxos de caixa futuros, bem como os riscos a que este fluxo de caixa estará exposto.

Em consequência, o efeito no resultado financeiro da Companhia decorrente da contratação dos referidos instrumentos financeiros será equivalente a 98% do CDI.

- Liberação de recursos pelo BNDES

No ano de 2011 o BNDES liberou R$ 64.403 relativos ao financiamento suplementar concedido para a continuidade da construção da UHE Estreito. O saldo remanescente desse financiamento, pendente de liberação, em 31.12.2011, é de R$ 38.860.

- Pagamento antecipado de financiamento com a Caixa Econômica Federal (CEF)

Em dezembro de 2011 a controlada Tupan amortizou antecipadamente a totalidade de seu financiamento junto à CEF, no montante de R$ 49.427.

c) Composição por tipo de moeda estrangeira e indexadores nacionais

	Controladora (BRGAAP)				Consolidado (BRGAAP e IFRS)			
	31.12.2011	%	31.12.2010	%	31.12.2011	%	31.12.2010	%
Moeda nacional								
CDI	438.801	65,39	-	-	438.801	13,90	-	-
TJLP	20.038	2,99	35.066	13,33	2.449.427	77,57	2.465.067	89,43
Não indexado	-	-	14.348	5,46	57.372	1,81	77.912	2,82
	458.839	**68,38**	**49.414**	**18,79**	**2.945.600**	**93,28**	**2.542.979**	**92,25**
Moeda estrangeira								
Dólar norte americano	111.737	16,65	121.747	46,29	111.737	3,54	121.747	4,42
Euro	100.469	14,97	91.833	34,92	100.469	3,18	91.833	3,33
	212.206	**31,62**	**213.580**	**81,21**	**212.206**	**6,72**	**213.580**	**7,75**
	671.045	**100,00**	**262.994**	**100,00**	**3.157.806**	**100,00**	**2.756.559**	**100,00**

d) Taxas de juros e variação das moedas estrangeiras

	31.12.2011	31.12.2010
CDI	11,60%	9,75%
TJLP	6,00%	6,00%
Dólar norte americano	12,58%	-4,31%
Euro	9,25%	-11,14%

e) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora (BRGAAP)			Consolidado (BRGAAP e IFRS)		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2013	148.322	8.072	156.394	333.892	8.072	341.964
2014	286.666	3.920	290.586	452.254	3.920	456.174
2015	-	97.088	97.088	166.059	97.088	263.147
2016	-	-	-	166.611	-	166.611
2017	-	-	-	166.587	-	166.587
2018 a 2022	-	-	-	797.940	-	797.940
2023 a 2027	-	85.613	85.613	494.893	85.613	580.506
2028 a 2029	-	-	-	150.953	-	150.953
	434.988	**194.693**	**629.681**	**2.729.189**	**194.693**	**2.923.882**

f) Condições Contratadas

		Condições de pagamento	
	Juros	Vencimento	Principal e juros
Moeda nacional			
Controladora			
BNDES	TJLP + 4% a.a. [a]	04.2013	Mensais
Bank of America Merrill Lynch	98% do CDI	07.2014	Principal: 07.2013, 01.2014 e 07.2014 Juros: trimestrais
Controladas			
BNDES	TJLP + (1,89% a 4,0% a.a.) [a]	09.2013 a 06.2029	Mensais
BNDES - Crédito Social[b]	TJLP	06.2018	Mensais, após 07.2012 [e]
BNDES - Subcrédito B[c]	4,5% a.a.	01.2020	Mensais
Bancos (Repasse BNDES) [d]	TJLP + (2,95% a 3,85% a.a.) [a]	09.2013	Mensais
BRDE	TJLP + 2,25% a.a. [a]	08.2012	Mensais
Banco do Brasil	8,08% a.a. [f]	10.2017	Mensais
Moeda estrangeira			
Controladora			
STN	*Libor* + 1,075% a.a.	04.2024	Semestral
BNP Paribas	*Euribor*+ 2,75%a.a.	11.2015	Anual

(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

(b) Crédito destinado a financiar exclusivamente projetos sociais e ambientais do empreendimento Estreito. O saldo em 31.12.2011 é de R$ 16.344.

(c) Crédito destinado a financiar máquinas e equipamentos da Usina Ibitiúva. O saldo em 31.12.2011 é de R$ 34.082.

(d) Os Bancos são os seguintes: Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Votorantim.

(e) Os juros são pagos trimestralmente no período compreendido entre 11.2010 e 06.2012.

(f) Taxa fixa já considerando o bônus de adimplência de 15% para pagamento até a data de vencimento.

g) Garantias

g.1) Controladora

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional

- Bank of America Merrill Lynch: nota promissória, no valor de US$ 273.537 em favor do Bank of America N.A.

- BNDES: carta de fiança do Itaú Unibanco, no valor correspondente ao saldo da dívida, em caso de execução, com validade até 15.10.2013.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira

- Secretaria do Tesouro Nacional (STN): (a) cessão e transferência à União dos recebíveis, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento; (b) depósito, em forma de caução, no valor R$ 70.562, em 31.12.2011 (R$ 60.420 em 31.12.2010), o qual está apresentado em conta retificadora do financiamento correspondente, uma vez que será utilizado obrigatoriamente para amortizar o principal no vencimento do contrato. Não há garantias concedidas para os demais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Companhia.

g.2) Controladas

BNDES e Bancos (Repasse BNDES)

- Financiamento de empreendimentos hidrelétricos: (a) penhor de direitos emergentes da concessão; (b) penhor de direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica; (c) conta reserva num montante equivalente a três meses do serviço da dívida ou fiança bancária; (d) conta reserva em valor correspondente a três meses das despesas contratuais de operação e manutenção, aplicável às usinas que contratam serviços de terceiros para a execução dessas atividades.

Além dessas garantias, para a Itasa há, também, caução da totalidade das ações dessa controlada e, para a CEE, o penhor dos dividendos a serem pagos pela Tractebel Energia à sua controladora, GSELA.

- Financiamento de Projetos Eólicos, de Biomassa e de Pequenas Centrais Hidrelétricas: (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do capital social das controladas; e (c) recebíveis e conta reserva. Além dessas garantias, para a Ibitiúva foi concedida uma fiança corporativa da Tractebel Energia.

BRDE: (a) cessão dos direitos creditórios do contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado com distribuidora compradora da energia da Usina; (b) cessão dos direitos emergentes da autorização concedida pela Aneel para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica; (c) obrigação de manter aberta uma conta reserva com um montante depositado equivalente a, em média, quatro meses do serviço da dívida.

Banco do Brasil: (a) totalidade das ações representativas do capital social; (b) recebíveis e conta reserva; e (c) fiança corporativa da Tractebel Energia.

h) Compromissos contratuais *(covenants)*

A Companhia possui os seguintes compromissos contratuais estabelecidos em seus contratos de empréstimos e financiamentos:

Dívida	Covenants
Bank of America Merrill Lynch	EBITDA [21]/despesas financeiras consolidadas ≥ 2,0 Dívida consolidada/EBITDA ≤ 3,5
BNDES	Patrimônio líquido / ativo total ≥ 30%
Controladas	
BNDES e Bancos (Repasse BNDES) - CEE e Areia Branca	Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,2
BNDES e Bancos (Repasse BNDES) - CESS, Beberibe e Pedra do Sal	Índice de cobertura do serviço da dívida [22] ≥ 1,3
BNDES e Bancos (Repasse BNDES) - Itasa	Patrimônio líquido / ativo total ≥ 40%

Dívida	Covenants
BNDES - Ibitiúva	(i) Índice de Endividamento Geral ≤ 0,80 (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
BRDE	(Passivos circulante + não circulante) / ativo total ≤ 66%
Banco do Brasil	(i) Patrimônio líquido / ativo total ≥ 0,35 (ii) Margem EBITDA [23] (EBITDA/ROL) ≥ 0,80 (iii) EBITDA/ despesas financeiras ≥ 2,70 (iv) Dívida financeira total / EBITDA ≤ 4,0 (v) Ativo circulante / passivo circulante ≥ 1,2 (vi) Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia, exceto quanto ao comentado a seguir.

A controlada indireta Hidropower possui cláusulas restritivas em seu contrato de financiamento que requerem a manutenção de certos índices financeiros, entre eles o de liquidez corrente, o de cobertura do serviço da dívida e o de margem EBITDA.

Em decorrência de aspectos estruturais, o passivo circulante dessa empresa encontra-se em nível acima do inicialmente previsto no momento da contratação do financiamento, o que afeta negativamente tanto o índice de liquidez quanto o de cobertura do serviço da dívida.

A Companhia obteve uma dispensa de cumprimento da referida cláusula contratual *(waiver)* do Banco do Brasil pelo eventual não cumprimento de qualquer um dos compromissos financeiros estabelecidos no contrato, até a liquidação do financiamento. A dívida em 31.12.2011 é de R$ 23.290 (R$ 27.245 em 31.12.2010).

21. EBITDA: Lucro operacional - resultado financeiro - depreciação e amortização.

22. Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida

23. Margem EBITDA: EBITDA / Receita operacional líquida (ROL)

19. DEBÊNTURES

a) Composição

	31.12.2011			31.12.2010		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Controladora (BRGAAP)						
1ª Emissão - 1ª Série	-	-	-	150.558	-	150.558
2ª Emissão – série única	149.046	299.328	448.374	-	420.668	420.668
3ª Emissão – série única	-	-	-	604.064	-	604.064
4ª Emissão – séria única	-	-	-	80.000	320.890	400.890
Cana Brava – séria única	15.880	8.526	24.406	14.437	24.406	38.843
Juros	18.614	-	18.614	46.119	-	46.119
Total Controladora	**183.540**	**307.854**	**491.394**	**895.178**	**765.964**	**1.661.142**
Itasa - 1ª e 2ª Séries	-	-	-	9.034	16.380	25.414
Juros	-	-	-	805	-	805
Total Consolidado (BRGAAP e IFRS)	**183.540**	**307.854**	**491.394**	**905.017**	**782.344**	**1.687.361**

b) Mutação das debêntures

	Controladora (BRGAAP)			Consolidado (BRGAAP e IFRS)		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2009	**117.340**	**1.577.213**	**1.694.553**	**126.407**	**1.601.783**	**1.728.190**
Transferências	839.509	(839.509)	-	847.699	(847.699)	-
Juros gerados	152.804	5.093	157.897	155.947	5.093	161.040
Variações monetárias	16.214	23.167	39.381	19.562	23.167	42.729
Amortização de principal	(77.159)	-	(77.159)	(87.718)	-	(87.718)
Amortização de juros	(153.530)	-	(153.530)	(156.880)	-	(156.880)
Saldo em 31.12.2010	**895.178**	**765.964**	**1.661.142**	**905.017**	**782.344**	**1.687.361**
Transferências	484.054	(484.054)	-	500.434	(500.434)	-
Juros gerados	87.387	2.509	89.896	89.109	2.509	91.618
Variações monetárias	9.971	23.435	33.406	11.058	23.435	34.493
Amortização de principal	(1.169.274)	-	(1.169.274)	(1.195.775)	-	(1.195.775)
Amortização de juros	(123.776)	-	(123.776)	(126.303)	-	(126.303)
Saldo em 31.12.2011	**183.540**	**307.854**	**491.394**	**183.540**	**307.854**	**491.394**

A Companhia, no ano de 2011, fez as seguintes amortizações de debêntures, nas suas datas de vencimento ou de forma antecipada.

	Valor	Data
Controladora		
3ª emissão	637.175	01.04.2011
1ª série da 1ª emissão	169.280	29.04.2011
4ª emissão	414.845	21.07.2011
Controlada		
2ª série da emissão da controlada Itasa	14.771	01.06.2011
1ª série da emissão da controlada Itasa	14.257	02.12.2011

Liquidações antecipadas

Em 2011 a Companhia liquidou antecipadamente as debêntures de sua 4ª emissão pelo valor de R$ 414.845, além de um custo adicional decorrente da antecipação de R$ 4.000. A amortização foi feita com parte dos recursos obtidos através do empréstimo junto ao Bank of America Merrill Lynch, conforme já mencionado. As referidas debêntures liquidadas tinham um encargo financeiro total de 110% do CDI e a última parcela anual de amortização do principal venceria em novembro de 2015.

Ainda em 2011 a controlada Itasa também quitou antecipadamente, com recursos próprios, as suas debêntures de 1ª e 2ª séries no valor total de R$ 59.545. O montante correspondente à participação acionária da Companhia correspondeu a R$ 29.028. As debêntures tinham um custo de IGP-M + 9,4% a.a. e venceriam em parcelas anuais até junho de 2013.

c) Condições contratadas

			Condições de Pagamento		
	Quantidade	Remuneração	Juros/variação monetária	Principal	Garantia
Controladora					
2ª Emissão - série única	35.000	IPCA[24] + 7% a.a.	Anualmente em 15.05	3 parcelas em 05.2012/13/14	Sem garantia
Cana Brava – série única	7.773	TJLP + 4% a.a.[25]	Semestralmente em 01.04 e 01.10, até 01.04.13	Semestralmente em 01.04 e 01.10, até 01.04.13	Recebíveis da venda de energia

d) Variação do IPCA e taxa TJLP

	31.12.2011	31.12.2010
IPCA	6,50%	5,91%
TJLP	6,00%	6,00%

e) Vencimentos das debêntures apresentadas no passivo não circulante

Os vencimentos das debêntures apresentadas no passivo não circulante serão em 2013 e 2014 nos valores de R$ 158.116 e R$ 149.738, respectivamente.

f) Compromissos contratuais *(covenants)*

A Companhia possui os seguintes compromissos financeiros estabelecidos em seus contratos de debêntures:

Dívida	Covenants
Tractebel Energia:	
2ª emissão – série única	EBITDA / despesas financeiras consolidadas ≥ 2,0 Dívida consolidada/EBITDA < 2,5
Cana Brava – série única	Patrimônio líquido / ativo total ≥ 30%

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de debêntures estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

24. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

25. O montante correspondente à parcela da TJLP que excede 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures.

20. CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Usina Hidrelétrica Cana Brava	432.721	373.704	432.721	373.704
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra	395.652	347.321	395.652	347.321
Usina Hidrelétrica São Salvador	-	-	401.132	379.736
Usina Hidrelétrica Estreito	-	-	36.447	34.186
	828.373	**721.025**	**1.265.952**	**1.134.947**
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	2.643	2.499	45.688	42.297
Passivo não circulante	825.730	718.526	1.220.264	1.092.650
	828.373	**721.025**	**1.265.952**	**1.134.947**

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia nas seguintes usinas hidrelétricas: Cana Brava, Ponte de Pedra, São Salvador e Estreito. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Buscando refletir adequadamente no patrimônio a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante à União, os valores correspondentes às concessões foram registrados no ativo imobilizado em contrapartida do passivo. Informações adicionais sobre o registro no ativo estão apresentadas na Nota 14 - Imobilizado.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada para as concessões a pagar de Cana Brava, São Salvador e Estreito foi de 10% a.a. e da Ponte de Pedra foi de 8,28% a.a.

Durante a construção das usinas a atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo imobilizado e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

Os valores originais contratados, atualizados monetariamente pela variação anual do IGP-M (Cana Brava, Ponte de Pedra e Estreito) e do IPCA (São Salvador), a seguir indicados, são pagos em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores anuais.

	Valor original		Valor atualizado	
Usinas e anos de pagamento	Pagamento Anual	Pagamento Total	Pagamento Anual	Pagamento Total
Usina Hidrelétrica Cana Brava				
De 01.01.2012 a 31.07.2023	680	7.990	2.138	25.492
De 01.08.2023 a 31.07.2033	61.280	612.800	195.734	1.957.338
		620.790		**1.982.830**

	Valor original		Valor atualizado	
Usinas e anos de pagamento	Pagamento Anual	Pagamento Total	Pagamento Anual	Pagamento Total
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra				
De 01.01.2012 a 30.09.2019	200	1.550	527	4.344
De 01.10.2019 a 30.09.2020	16.200	16.200	45.804	45.804
De 01.10.2020 a 30.09.2034	31.109	435.531	87.958	1.231.415
		453.281		**1.281.563**
Usina Hidrelétrica São Salvador				
De 01.01.2012 a 30.04.2037	20.000	**508.333**	41.548	**1.072.077**
Usina Hidrelétrica Estreito				
De 01.01.2012 a 31.12.2037	1.794	**46.796**	3.773	**99.332**

a) Mutação

	Controladora (BRGAAP)			Consolidado (BRGAAP e IFRS)		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2009	**1.857**	**307.432**	**309.289**	**37.419**	**920.055**	**957.474**
Aquisição de Estreito	-	-	-	2.831	31.355	34.186
Incorporação da PPESA	514	346.807	347.321	-	-	-
Transferências	2.011	(2.011)	-	38.649	(38.649)	-
Juros gerados	-	31.414	31.414	-	92.220	92.220
Variações monetárias	-	34.884	34.884	-	87.669	87.669
Amortizações	(1.883)	-	(1.883)	(36.602)	-	(36.602)
Saldo em 31.12.2010	**2.499**	**718.526**	**721.025**	**42.297**	**1.092.650**	**1.134.947**
Transferências	2.672	(2.672)	-	47.834	(47.834)	-
Juros gerados	-	66.543	66.543	-	112.407	112.407
Juros capitalizados	-	-	-	-	(3.754)	(3.754)
Variações monetárias	-	43.333	43.333	-	66.795	66.795
Amortizações	(2.528)	-	(2.528)	(44.443)	-	(44.443)
Saldo em 31.12.2011	**2.643**	**825.730**	**828.373**	**45.688**	**1.220.264**	**1.265.952**

b) Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante

	Controladora (BRGAAP)	Consolidado (BRGAAP e IFRS)
2013	972	40.712
2014	934	37.062
2015	899	33.742
2016	866	30.717
2017	836	27.973
2018 a 2022	116.608	219.461
2023 a 2027	338.942	402.786
2028 a 2032	313.937	353.563
2033 a 2037	51.736	74.248
	825.730	**1.220.264**

21. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Passivo circulante				
Provisão para participação nos resultados e bônus gerencial	34.303	30.031	34.303	30.031
Provisão para férias e encargos	15.744	13.918	16.423	14.679
Programa de Demissão Voluntária (PDV)	2.783	6.808	2.783	6.808
Outras	201	3.327	201	3.363
	53.031	**54.084**	**53.710**	**54.881**

Provisão para participação nos resultados e bônus gerencial

Em complemento ao pagamento de salário fixo, a Companhia mantém um sistema de remuneração variável, de periodicidade anual, que consistem em dois programas: (i) Programa de Participação nos Lucros ou Resultados - aplicável a todos os empregados da Companhia e atrelado aos resultados auferidos; e (ii) Programa de Bônus Gerencial - aplicável a todos os empregados enquadrados na carreira gerencial e vinculados aos resultados das suas áreas e ao desempenho individual.

22. OBRIGAÇÕES COM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Passivo circulante				
FNDCT	1.015	2.541	1.324	2.714
MME	507	1.270	662	1.356
Projetos	14.104	8.184	17.404	10.921
	15.626	**11.995**	**19.390**	**14.991**
Passivo não circulante				
Projetos	**36.649**	**40.622**	**38.959**	**41.260**

A Tractebel Energia, na condição de empresa geradora de energia elétrica, autorizada à produção independente, está obrigada a aplicar anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Os referidos recursos têm a seguinte destinação: (i) 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 40% a projetos de pesquisa e desenvolvimento desenvolvidos pela Companhia, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel; e (iii) 20% ao Ministério das Minas e Energia (MME) a fim de custear, principalmente, os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético brasileiro.

Em 31.12.2011 a Companhia e suas controladas tinham saldo de R$ 56.363 para investimentos em projetos próprios, dos quais R$ 15.228 já estavam comprometidos com projetos em andamento e o montante remanescente ainda não estava vinculado a projetos em avaliação pela Aneel.

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Companhia visa a inovação tecnológica no setor energético e a capacitação técnico-científica de pesquisadores brasileiros, abrangendo temas de investimento, tais como: fontes alternativas de geração de energia elétrica, gestão de bacias e reservatórios, meio ambiente, manutenção e eficiência energética, entre outros.

23. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As ações e reclamações de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas que, na avaliação dos consultores jurídicos e da Administração da Companhia, se revestem de riscos prováveis de desembolso futuro estão provisionadas por valores julgados suficientes para a liquidação dos respectivos passivos.

a) Composição

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Riscos tributários prováveis				
INSS	15.451	29.827	15.451	29.827
Outros	2.418	2.433	2.418	2.433
	17.869	**32.260**	**17.869**	**32.260**
Riscos cíveis prováveis				
Tarifa de uso do sistema de transmissão	49.603	37.412	49.603	37.412
Contratos com fornecedores	23.815	22.288	29.619	22.288
Benefício de aposentadoria	9.787	26.844	9.787	26.844
Ambientais	7.069	6.317	7.069	6.317
Doença ocupacional e acidente do trabalho	4.407	6.536	4.407	6.536
Ações diversas	8.217	6.495	11.856	9.046
	102.898	**105.892**	**112.341**	**108.443**
Riscos trabalhistas prováveis	**10.996**	**13.579**	**10.996**	**13.579**
Total das provisões para riscos prováveis	**131.763**	**151.731**	**141.206**	**154.282**
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	7.640	10.720	8.615	10.866
Passivo não circulante	124.123	141.011	132.591	143.416
	131.763	**151.731**	**141.206**	**154.282**

a.1) Riscos tributários prováveis

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

O saldo em 31.12.2011 é composto, substancialmente, por uma Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) recebida pelo não recolhimento de contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho. A Companhia defende que não há respaldo na legislação citada na referida notificação para as mencionadas competências, e que somente poderia ser cobrado o adicional de contribuição caso o empregado tivesse direito à aposentadoria especial, o que não é o caso no período em referência.

Em razão do Conselho de Recursos da Previdência Social ter julgado improcedente o recurso da Companhia, em outubro de 2010, foi interposto medida judicial visando à discussão de mérito, sendo depositado em juízo, no mesmo mês, o valor de R$ 11.946.

Em julho de 2011 foi emitida sentença que indeferiu o pedido da Companhia, que apelou ao Tribunal Regional Federal (TRF). O montante da provisão em 31.12.2011 é de R$ 13.428 (R$ 16.478 em 31.12.2010).

Em dezembro de 2011 a Companhia obteve decisão transitada em julgado em seu favor de uma notificação que decorria de pressuposta falta de recolhimento dos encargos previdenciários sobre verbas remuneratórias creditadas a empregados. O objeto dessa notificação tinha sido contestado pela Companhia, sob a alegação de que as importâncias pagas em decorrência dos acordos coletivos de trabalho tinham natureza indenizatória. Em consequência da decisão favorável, a Companhia baixou a provisão no valor de R$ 8.096.

a.2) Riscos cíveis prováveis

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

Refere-se à ação ajuizada visando reduzir a TUST paga pela Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra ao montante equivalente ao cobrado de outra usina com características semelhantes. De junho de 2006 a janeiro de 2007 a Companhia passou a recolher a TUST de forma reduzida e a provisionar e depositar judicialmente a diferença entre o valor cobrado e o pago. A partir de fevereiro de 2007, a Companhia substituiu os depósitos judiciais por uma carta de fiança bancária.

Contratos com fornecedores

Os principais riscos vinculados a contratos com fornecedores são os seguintes:

- Companhia de Interconexão Energética (Cien) - refere-se à ação ordinária de indenização ajuizada pela Cien para requerer o direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como a rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual. A Tractebel Energia apresentou contestação em março de 2002. Em setembro de 2006 foi decidido que a Aneel deveria ingressar no processo como ré, o que deslocaria a competência da Justiça Comum para a Justiça Federal. A Cien interpôs recurso contra essa decisão e em outubro de 2010 foi definida a permanência da Aneel no polo passivo e com o consequente envio do processo para a Justiça Federal. A Cien se opôs a essa decisão e ingressou com novo recurso, o qual foi aceito em março de 2011, sendo decidido que o processo deveria voltar para a Justiça Comum. A Companhia interpôs recurso especial contra tal decisão e atualmente aguarda a análise de admissibilidade do recurso. O valor provisionado em 31.12.2011 é de R$ 19.754 (R$ 17.959 em 31.12.2010).

- Fornecedor de energia – corresponde a ação que pleiteia a cobrança de valores apurados no âmbito do MAE (atualmente CCEE), durante o período de racionamento de energia, compreendido entre setembro de 2000 e dezembro de 2002. Em setembro de 2011 a controlada Itasa foi intimada a quitar o montante envolvido, conforme decisão do julgamento em 1ª instância. No entanto, em virtude da existência de outro processo, no qual a controlada solicita a compensação de valores com o mesmo grupo econômico e, que ainda está no aguardo de julgamento, foi definido pela controlada a contratação de uma carta fiança para a garantia do valor total da causa, ou seja, de R$ 7.479. Sendo assim, a controlada aguarda o andamento dos processos para que seja definida ou não a compensação de parte do valor com esse grupo econômico. A provisão em 31.12.2011 é de R$ 5.631, e o restante do valor, de R$ 1.848, está registrado na rubrica "outras obrigações", no passivo não circulante, por se tratar de faturas emitidas contra a controlada, naquela época, as quais estão pendentes de pagamento.

Benefício de aposentadoria

Refere-se, substancialmente, à ação ajuizada contra a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS) e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (Eletrosul), por meio da qual os participantes da fundação, autores na ação, requerem a declaração de nulidade ou, alternativamente, que sejam declaradas ineficazes as opções por eles exercidas no sentido de limitar as contribuições para a fundação aos seus salários de contribuição, que resultou na redução dos seus benefícios de aposentadoria. A decisão de primeiro grau, confirmada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, é contrária aos interesses da Eletrosul e ELOS. Em 2011 a Companhia firmou um acordo com a maior parte dos reclamantes resultando em um pagamento de R$ 2.021 e a assunção de uma dívida parcelada com a Fundação ELOS de R$ 10.811. Em função desse acordo, parte da provisão, no montante de R$ 17.338, foi baixada e, para cobrir os riscos relativos à ação dos reclamantes que não aderiam ao acordo, foi mantida uma provisão, cujo saldo em 31.12.2011 é de R$ 9.469.

Ambientais

A Companhia possui cinco ações civis públicas ambientais. Em três dessas ações o objeto versa sobre a implantação de faixa de Área de Preservação Permanente (APP) de 100 metros no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas Salto Santiago e Salto Osório e a implantação de reflorestamento. Em dois desses processos a Companhia foi condenada a implantar faixa de APP. Os demais processos têm como objeto supostos danos causados pelo enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica Cana Brava e o despejo de cinzas da Usina Termelétrica Charqueadas. Essas ações estão seguindo seus trâmites normais na justiça.

Doença ocupacional e acidente do trabalho

Correspondem a ações ajuizadas por ex-empregados, cujo objeto versa, principalmente, sobre lesão por esforço repetitivo e eventual dano da capacidade auditiva. As previsões iniciais de condenação não se confirmaram e o resultado dessas ações tem sido amplamente favorável à Companhia. A provisão é constituída para cada causa considerando o provável desembolso futuro que a Companhia espera ter para encerrar a ação por acordo ou condenação.

Ações diversas

Decorrem, principalmente, de ações requerendo reassentamento rural ou emissão de carta de crédito e ações indenizatórias ajuizadas por pessoas físicas e jurídicas que alegam ter sido atingidas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas da Companhia.

a.3) Riscos trabalhistas prováveis

Referem-se a ações trabalhistas em andamento movidas por ex-empregados, sindicatos ou por trabalhadores de empresas terceirizadas, cujos objetos correspondem, principalmente, a pedidos de vínculo empregatício, FGTS, horas extraordinárias, complementação de benefício na Previdência Complementar e indenizações diversas.

b) Movimentação das provisões para riscos prováveis

	Controladora (BRGAAP)			
	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31.12.2009	**27.568**	**65.806**	**16.056**	**109.430**
Incorporação PPESA	2.315	40.113	-	42.428
Adições	-	3.185	3.370	6.555
Atualizações	2.650	7.116	2.115	11.881
Pagamentos	(31)	(1.522)	(3.123)	(4.676)
Reversões	(242)	(8.806)	(4.839)	(13.887)
Saldo em 31.12.2010	**32.260**	**105.892**	**13.579**	**151.731**
Adições	-	9.620	1.892	11.512
Atualizações	2.939	11.499	1.229	15.667
Pagamentos	-	(15.056)	(2.511)	(17.567)
Reversões	(17.330)	(9.057)	(3.193)	(29.580)
Saldo em 31.12.2011	**17.869**	**102.898**	**10.996**	**131.763**

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)			
	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31.12.2009	**27.568**	**96.471**	**16.056**	**140.095**
Adições	2.315	10.820	3.370	16.505
Atualizações	2.650	11.480	2.115	16.245
Pagamentos	(31)	(1.522)	(3.123)	(4.676)
Reversões	(242)	(8.806)	(4.839)	(13.887)
Saldo em 31.12.2010	**32.260**	**108.443**	**13.579**	**154.282**
Adições	-	24.760	1.892	26.652
Atualizações	2.939	11.695	1.229	15.863
Pagamentos	-	(15.065)	(2.511)	(17.576)
Reversões	(17.330)	(9.119)	(3.193)	(29.642)
Reclassificação para imobilizado	-	(8.373)	-	(8.373)
Saldo em 31.12.2011	**17.869**	**112.341**	**10.996**	**141.206**

c) Riscos possíveis e remotos

A Companhia é parte em outros processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos não apresentam risco provável de desembolso futuro. Os valores relativos a esses processos não são provisionados, sendo apenas mencionados em notas explicativas, conforme abaixo:

	Controladora (BRGAAP)					
	31.12.2011			31.12.2010		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Tributárias	461.053	530.830	991.883	408.986	478.882	887.868
Cíveis	9.631	371	10.002	14.459	466	14.925
Trabalhistas	10.940	15.407	26.347	8.288	20.331	28.619
	481.624	**546.608**	**1.028.232**	**431.733**	**499.679**	**931.412**

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)					
	31.12.2011			31.12.2010		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Tributárias	499.551	530.830	1.030.381	435.710	478.882	914.592
Cíveis	12.237	1.351	13.588	17.205	485	17.690
Trabalhistas	10.940	15.407	26.347	8.288	20.331	28.619
	522.728	**547.588**	**1.070.316**	**461.203**	**499.698**	**960.901**

c.1) Riscos tributários avaliados como possíveis

Os principais riscos de natureza tributária avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como de risco possível são os seguintes:

Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)

Em 30.12.2010 a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração, sob a alegação de que a Companhia efetuou nos anos-calendários de 2005, 2006 e 2007, exclusões não autorizadas na apuração de imposto de renda e contribuição social, referentes a valores de RIC.

O Decreto-Lei nº 1.506/1976, de 23.12.1976, instituiu importante benefício fiscal ao setor elétrico brasileiro, isentando a RIC da incidência do imposto de renda.

Assim, sobre as imobilizações em curso realizadas com capital próprio ou empréstimos passaram a incidir juros de até 10% a.a., acrescidos ao ativo diferido vinculado às respectivas obras em andamento, cuja contrapartida era registrada no resultado do período e constituía receita isenta de imposto de renda.

Em 12.12.1985 o então Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) expediu a Portaria nº 250/1985, alterou a contabilização até então adotada e a remuneração das imobilizações em curso (juros de até 10% a.a.), objeto de benefício da isenção do imposto de renda, por força do Decreto-lei nº 1.506/1976, até então registrada no resultado, passou a receber duas classificações contábeis distintas: a) a parcela referente às obras realizada com capital próprio passou a ser lançada no patrimônio líquido e, portanto, sem efeito no resultado do período; e b) a parcela referente às obras realizadas com empréstimos passou a ser lançada a crédito do ativo diferido para posterior amortização no resultado, concomitantemente com os valores contratuais lançados a débito, também, do ativo diferido. Com esse procedimento a parcela da receita isenta decorrente de obras realizadas com empréstimos, que anteriormente era contabilizada no resultado no momento de sua apuração, passou a ser reconhecida no resultado, com exclusão para fins de apuração do lucro real, somente quando: i) o ativo em construção que lhe dera origem entrasse em operação ou (ii) ocorresse a baixa do respectivo bem.

Este novo procedimento contábil permaneceu até 31.12.1995, sendo alterado pela Portaria nº 526, de 22.11.1995, do DNAEE, que, entre outras providências, determinou a transferência dos saldos existentes no ativo diferido, relativamente à remuneração das imobilizações em curso, para o imobilizado e extinguiu o cálculo e contabilização da RIC correspondente à parcela das obras realizada com capital de terceiros, permanecendo apenas a remuneração sobre a parcela das obras realizada com capital próprio.

A isenção garantida pelo mencionado Decreto-Lei foi revogada pela Lei nº 9.718, de 27.11.1998, o que levou a Companhia a suspender seu cálculo e sua contabilização a partir de 01.01.1999.

Dessa forma, os valores de RIC que estão sendo glosados pela autoridade fiscal referem-se a receitas anteriormente diferidas, calculadas ao amparo do referido Decreto-Lei e, portanto, beneficiados pela isenção do imposto de renda, que estão sendo reconhecidas no resultado durante a operação das usinas que lhe deram origem.

A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que os argumentos utilizados para impugnar o lançamento do crédito fiscal propiciam uma expectativa otimista de êxito ao final da demanda. O montante atualizado dessa autuação em 31.12.2011 é de R$ 350.919 (R$ 322.652 em 31.12.2010).

Denúncia espontânea

A Companhia fez compensações de débitos de imposto de renda e contribuição social, em denúncia espontânea, através do Pedido de Ressarcimento ou Restituição via Declaração de Compensação

(PER/DCOMP), sem a incidência de multas. Dessa forma, a Receita Federal do Brasil homologou parcialmente os pedidos de compensação e a Companhia apresentou manifestações de inconformidade, as quais se encontram pendentes de julgamento. A Companhia defende que não se cogita que a administração tributária possa impetrar multa contra a Companhia que possuía créditos fiscais a compensar e que declarou os seus débitos através de denúncia espontânea. O montante da notificação atualizado em 31.12.2011 é de R$ 52.809 (R$ 47.946 em 31.12.2010).

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte (ICMS)

A Companhia e sua controlada Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC) foram autuadas pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sob a alegação de que as notas fiscais de venda de energia elétrica a consumidores livres são emitidas no mês seguinte ao fato gerador.
Pelo entendimento do fisco, essa prática posterga em um mês o recolhimento do imposto devido ao Estado.

A medição da energia utilizada pelo cliente é realizada pela distribuidora à qual o mesmo está conectado. Posteriormente, a distribuidora remete as informações para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), entidade responsável pelos ajustes dessa medição, a fim de possibilitar a contabilização da energia comercializada pelo agente.

O procedimento de medição é concluído até o oitavo dia do mês seguinte ao fornecimento, portanto, somente a partir dessa data é possível faturar a energia consumida pelo cliente.

Em relação aos processos atribuídos à controlada TBLC foi apresentado recurso ao Tribunal de Impostos e Taxas (TIT) que reduziu o montante e a multa em um dos processos e manteve os valores originalmente atribuídos ao outro.

Existem dois processos aplicados à Tractebel Energia, sendo que em um deles houve redução do valor e da multa, porém a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ingressou com recurso contra esta redução e, em outro processo, ainda não houve julgamento.

Apesar do êxito parcial das defesas apresentadas pela Companhia, a Administração e seus consultores entendem que a totalidade dos lançamentos está comprometida por erro de apuração e embasamento legal, onde a possibilidade de ganho supera o risco de perda.

Os referidos autos de infração estão sendo contestados pela Companhia juntamente com seus advogados.
O montante atualizado desses autos em 31.12.2011 é de R$ 13.628 (R$ 9.210 em 31.12.2010), na controladora, e de R$ 51.694 (R$ 35.720 em 31.12.2010), no consolidado.

Ainda que eventualmente se mantenham os autos de infração, a Administração da Companhia e seus advogados entendem que o valor efetivamente devido seria inferior a 10% do lançado pela fiscalização, que adotou critérios de apuração sem embasamento legal, o que reduziria substancialmente o valor acima informado.

Compensação de base negativa na sucessão e dispensa de multa em denúncia espontânea

Em junho de 2008 a Companhia obteve decisão favorável da Delegacia de Julgamento em Florianópolis (SC), relativamente à parte do auto de infração emitido pela Receita Federal do Brasil, em virtude da utilização de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) no ano-calendário de 2003, originada de operação de incorporação. Nesse auto, o fisco também exigiu o pagamento de tributos quitados em atraso pela Companhia sem a incidência de multa, através de compensação com créditos tributários existentes, com fundamento no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do Código Tributário Nacional (CTN).

Os valores referentes à base negativa de CSLL são provenientes de incorporação de empresa, ocorrida em 29.04.1998, e foram utilizados em data posterior à modificação introduzida na legislação tributária através da Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, de 2001, que vedou a utilização de bases negativas decorrentes de incorporação, fusão ou cisão de empresas.

Como a incorporação se deu muito antes da vedação imposta pela referida MP, quando ainda era possível aproveitar a base negativa de CSLL da sucedida, a Companhia entende que a nova regra não alcança a incorporação levada a efeito. Os valores foram integrados ao seu patrimônio, na qualidade de sucessora, o que lhe garante o direito de utilizá-los. Tais argumentos foram acatados pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

No que respeita à quitação de tributos vencidos sem a incidência de multa e com a utilização de créditos tributários, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, a Companhia entende que tal situação se enquadra no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN. Contudo, tal entendimento não foi acatado pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

O processo encontra-se em tramitação no 1ª Conselho da 7ª Câmara com Recurso de Ofício ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), por parte da Receita Federal do Brasil, e com recurso voluntário da Companhia versando exclusivamente acerca da questão da não incidência da multa de mora. O montante atualizado dessa autuação em 31.12.2011 é de R$ 28.524 (R$ 23.928 em 31.12.2010).

c.2) Riscos tributários avaliados como remotos

Os principais riscos de natureza tributária avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como de risco remoto são os que seguem:

PIS e Cofins – Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal 658/2006

A Companhia, em julho de 2005, impetrou Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal, por entender que a Instrução Normativa SRF nº 468/2004 (IN 468/2004) invadiu a competência do Poder Legislativo ao dar novo conceito ao termo "preço predeterminado", previsto no artigo 10 da Lei nº 10.833/2003.

Posteriormente, a Lei nº 11.196/2005, em seu artigo 109, autorizou a manutenção da condição de preço predeterminado para os contratos com cláusulas de reajuste de preço que reflitam o custo de produção ou o custo dos insumos utilizados.

Em face do advento da referida lei, em julho de 2006 foi publicada a Instrução Normativa SRF nº 658/2006 (IN 658/2006), que substituiu e expressamente revogou a IN 468/2004, incorporando a ideia de que a existência de cláusula de reajuste de preço com base em índices que reflitam o custo de produção ou o custo dos insumos utilizados não altera a predeterminação do preço dos contratos.

Em outubro de 2006 foi emitido acórdão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, assegurando à Companhia o direito de recolher as contribuições do PIS e da Cofins segundo o regime de tributação cumulativa, tal como previsto pelo artigo 10, XI, b da Lei nº 10.833/2003, e sem as restrições ilegais e inconstitucionais da IN 468/2004.

Diante das alterações trazidas pela Lei nº 11.196/2005 e pela IN 658/2006, e tendo em vista que elas não foram consideradas pelo acórdão do TRF da 4ª Região, a Companhia apresentou embargo de declaração, com o objetivo de que o Tribunal considerasse essa nova legislação como norma superveniente, mas, sob o argumento de que não seria possível aplicar ao processo a nova legislação, já que ela não era vigente na época da propositura do mandado de segurança, o Tribunal não acatou o embargo.

Exclusivamente em razão dessa decisão, a Companhia apresentou recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A União Federal, por sua vez, interpôs recurso especial em face do acórdão, pleiteando sua reforma no tocante ao reconhecimento da ilegalidade da IN 468/2004 pelo TRF da 4ª Região. O recurso especial da União Federal não foi admitido, motivo pelo qual, em abril de 2010, foi certificado formalmente o trânsito em julgado do acórdão proferido pelo TRF.

Assim, pende de decisão no STJ apenas o recurso especial interposto pela Companhia que tem o único propósito de afastar a norma superveniente contida na IN 658/2006, não havendo, de parte dos tribunais, discussões sobre a ilegalidade da IN 468/2004.

Em julho de 2010, foi deferido o pedido de expedição de alvará para levantamento dos depósitos judiciais realizados sob a vigência da IN 468/04, isto é, os depósitos efetuados até o mês de julho de 2006, no valor de R$ 108.578.

Inconformada com a expedição do referido alvará, a Fazenda Nacional interpôs Agravo Regimental[26], o qual teve seu provimento negado pelo STJ.

Apesar de todos os fatos citados, a Receita Federal do Brasil continua insistindo que o trânsito em julgado formal do mandado de segurança ainda não ocorreu e, em consequência, indeferiu o pedido de habilitação do crédito decorrente dos valores recolhidos indevidamente no período de novembro de 2004 a maio de 2005, razão pela qual, a Companhia requereu, nos Autos do Mandado de Segurança, o deferimento da habilitação do referido crédito cujo montante atualizado, em 31.12.2011, é de R$ 66.009 (R$ 62.802 em 31.12.2010).

O levantamento dos depósitos efetuados sob a égide da IN 658/2006, no valor de R$ 41.496 em 31.12.2011 (R$ 38.832 em 31.12.2010), depende do julgamento do recurso especial no STJ. O montante referente ao período de vigência da referida IN 658/2006 (a partir de agosto de 2006), cujo risco é considerado remoto, é de R$ 360.303 em 31.12.2011 (R$ 312.933 em 31.12.2010).

Em janeiro de 2012, o Juiz da 1ª Vara da Seção Judiciária de Florianópolis indeferiu o pedido de habilitação do crédito dos valores recolhidos indevidamente sob a égide da IN 468/2004, levando a Companhia a ingressar com recurso de agravo de instrumento perante o TRF da 4ª Região, a exemplo do que ocorrera com os depósitos judiciais já liberados.

Recuperação de PIS e Cofins

Em 1998 foi publicada a Lei nº 9.718/98 ampliando a base de cálculo do PIS e da Cofins que, até então, incidiam apenas sobre o faturamento das empresas.

A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da referida Lei, logrando êxito na demanda, o que lhe permitiu compensar as contribuições calculadas sobre as receitas diversas das decorrentes de faturamento, relativamente ao período de apuração de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, para o PIS, e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, para a Cofins.

A principal receita computada no cálculo do valor a compensar diz respeito à rubrica contábil denominada "Receita de Subvenção da Conta de Consumo de Combustível (CCC)" ("Subvenção CCC").

Em 2009, a Receita Federal do Brasil intimou a Companhia a recolher o valor de R$ 135.982 referente ao período de abril de 2004 a janeiro de 2007, já incluídos os juros e multas, alegando que a "subvenção CCC" representa faturamento e, portanto, era devida a sua inclusão na base de cálculo do PIS e da Cofins no período mencionado.

Na avaliação da Administração e dos consultores jurídicos da Companhia, os argumentos da Receita Federal do Brasil não procedem e podem ser facilmente contestados, porquanto o conceito atribuído à sistemática da "Subvenção da CCC", para fins de contabilização de combustíveis fósseis consumidos pelos agentes geradores de energia elétrica não era compatível com a natureza jurídica de receita. Dessa forma, a Companhia efetuou a manifestação de inconformidade com a intimação na esfera administrativa e, se necessário, efetuará na esfera judicial. Mesmo que a "Subvenção CCC" tivesse a natureza de receita, que não tem, não representaria "faturamento" que era a única receita passível de tributação pelo PIS e pela Cofins.

De fato, até 2005 o combustível adquirido com recursos da "Subvenção CCC" e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) era contabilizado por ocasião de seu consumo nas usinas como "custo de operação" em contrapartida com uma receita de "Subvenção".

A Aneel alterou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica para modificar o conceito que vinha sendo utilizado inadequadamente e, a partir de 2006, o lançamento contábil passou a ser "custo de operação" em contrapartida de uma conta retificadora para neutralizar o resultado. Essa alteração está fortemente fundamentada em Notas Técnicas emitidas por aquela Agência.

Em face da síntese acima apresentada, é entendimento da Administração que o risco de perda no processo é remoto. O processo encontra-se aguardando o julgamento da Delegacia de Julgamento de Florianópolis, na 4ª Turma.
O montante atualizado em 31.12.2011 é de R$ 163.273 (R$ 157.529 em 31.12.2010).

d) Riscos cíveis avaliados como possíveis

As ações cíveis, avaliadas como de risco possível, correspondem, basicamente, a ações de desapropriações e indenizações impetradas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido afetadas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas da Companhia.

e) Riscos trabalhistas avaliados como possíveis

Os riscos trabalhistas referem-se, principalmente, a ações movidas por ex-empregados ou por trabalhadores de empresas terceirizadas, cujos objetos correspondem, principalmente, a pedidos, de vínculo empregatício, de responsabilidade solidária ou subsidiária por verbas trabalhistas de terceiros, de complementação de benefício na previdência complementar, de indenizações diversas, entre outros.

26. Agravo Regimental é aquele interposto para impugnar decisões tomadas individualmente pelo relator de outro recurso.

24. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia, através da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar, concede aos seus empregados planos de benefícios de previdência complementar. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras empresas estabelecidas no Brasil que fazem parte do grupo International Power GDF SUEZ. Os planos de benefícios administrados pela PREVIG são de Contribuição Definida (CD) e Benefício Definido (BD), este último fechado para novas adesões.

A Companhia patrocina ainda o plano BD da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), também fechado para novas adesões. Anteriormente à constituição da PREVIG, o plano BD era administrado exclusivamente pela Fundação ELOS e patrocinado pela Tractebel Energia e Eletrosul, sem solidariedade entre as patrocinadoras. Em outubro de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou a rescisão do Convênio de Adesão com a ELOS e a total transferência de gerenciamento do plano de benefícios para a PREVIG. Apesar da citada rescisão, face liminares obtidas por entidades sindicais e pela Associação dos Aposentados da Eletrosul, os participantes que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da Eletrosul, bem como os participantes que optaram pelo benefício proporcional diferido até aquela data, permaneceram no plano de benefícios ELOS sob a responsabilidade da Tractebel Energia. Em maio de 2007 a Companhia celebrou acordo com a ELOS, a Eletrosul, a PREVIG e a Associação de Aposentados da Eletrosul visando o restabelecimento da adesão da Tractebel Energia à ELOS, permitindo aos beneficiários optarem por permanecer na ELOS ou transferir-se para a PREVIG, em ambas as opções tendo a Companhia como patrocinadora do Plano.

Em 31.12.2011 a PREVIG tinha 452 e a ELOS 2.182 (em 31.12.2010, 429 e 2.182, respectivamente) aposentados e pensionistas em gozo de benefícios.

As principais características dos planos administrados pela Companhia são:

a) Plano de Benefício Definido (BD)

O plano BD tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios. O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados. Os benefícios previstos no plano BD são os seguintes:

- Complementação de aposentadoria por tempo de serviço, por invalidez e por idade;
- Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente;
- Complementação de pensão;
- Complementação de auxílio reclusão; e
- Auxílio funeral.

Atualmente, na PREVIG, esse plano possui 75 participantes (264 em 31.12.2010), dos quais 15 (30 em 31.12.2010) estão no BD e 60 (234 em 31.12.2010) no Plano BSPS (a seguir especificado). Já na ELOS o número de participantes se manteve, ou seja, 6 participantes do plano BD em 2011 e 2010.

As despesas administrativas da ELOS são rateadas proporcionalmente ao patrimônio dos participantes de responsabilidade de cada patrocinadora. No ano de 2011, 49,64% (50,7% em 2010) das despesas administrativas foram pagas pela Tractebel Energia e o restante pela Eletrosul. O valor de responsabilidade da Companhia em 2011 foi de R$ 2.108 (R$ 1.711 em 2010).

A Companhia é responsável, também, por 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG vinculadas ao plano BD, as quais são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais. O valor dessas despesas no exercício de 2011 foi de R$ 1.660 (R$ 1.686 em 2010).

Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado ("BSPS")

Ao final de 2004, a Tractebel Energia recebeu autorização de autoridades competentes para criar um plano de contribuição definida (CD) na PREVIG. Este novo plano é chamado "Prevflex" e tem sido oferecido a todos os novos contratados desde 01.01.2005.

Aos empregados da Tractebel Energia foi permitido escolher, entre permanecer no plano de benefícios definidos (BD) ou ser transferido para o "Prevflex" (CD). Entretanto, para os participantes que contribuíram para o INSS por, pelo menos, 20 anos, houve a opção de manter as reservas existentes até aquela data, no plano BD e, daí em diante, efetuar as contribuições diretamente no plano CD. Essa opção também foi data para os empregados da empresa com, pelo menos, 10 anos de cargos de coordenação e gerência, porém, caso optassem por transferir suas reservas diretamente para o Plano CD, teriam direito a uma contribuição especial, o que foi aceito por 94% dos participantes. A opção "BSPS", que se caracteriza por uma combinação dos Planos BD e CD, foi fechada para novas adesões em agosto de 2005.

a.1) Premissas atuariais

As premissas atuariais e hipóteses econômicas utilizadas na avaliação dos benefícios pós-emprego foram as descritas a seguir:

Premissas	31.12.2011	31.12.2010
Taxa de desconto (a.a.)		
- Planos de benefícios BD (ELOS) e BD (PREVIG)	10,50%	10,50%
- Planos de benefícios CD (BSPS)	9,75%	10,50%
Taxa de retorno esperado dos ativos (a.a.)		
- Planos de benefícios BD (ELOS) e BD (PREVIG)	10,50%	11,34%
- Planos de benefícios CD (BSPS)	12,00%	11,34%
Rentabilidade prevista	11,00%	10,50%
Crescimento salarial futuro do participante ativo e auto patrocinado (a.a.)	4,50%	4,50%
Crescimento dos benefícios do Plano patrocinado pela Companhia (a.a.)	4,50%	4,50%
Inflação	4,50%	4,50%
Fator de capacidade (Salários e Benefícios)	100%	100%

Hipóteses	31.12.2011 e 31.12.2010
Tábua de Mortalidade (ativos)	AT 2000 (por sexo)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 *Disabled*
Tábua de Entrada em Invalidez	Watson Wyatt 1985 *Disability Class 1*
Tábua de Rotatividade	T-1 *Service Table*
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	90
Idade de Aposentadoria	Primeira data em que completam todas as carências
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que os maridos
Fator de conversão do SB-40	140%
Participantes com direito à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40), que optaram pela conversão	100%

a.2) Demonstrativo dos benefícios pós-emprego por plano, líquidos

					Classificação no balanço patrimonial	
	Plano BD	Plano BSPS	GC	Total	Circulante	Não circulante
31.12.2010						
Valor presente das obrigações	1.195.993	50.957	2.206	1.249.156		
Valor justo dos ativos	(1.019.909)	(36.477)	-	(1.056.386)		
Passivo calculado	**176.084**	**14.480**	**2.206**	**192.770**		
Ganhos (perdas) não reconhecidos	231.914	11.398	(691)	242.621		
Passivo registrado em 31.12.2010	**407.998**	**25.878**	**1.515**	**435.391**	**25.939**	**409.452**
31.12.2011						
Valor presente das obrigações	1.263.196	45.775	2.217	1.311.188		
Valor justo dos ativos	(1.094.637)	(45.171)		(1.139.808)		
Passivo calculado	**168.559**	**604**	**2.217**	**171.380**		
Ganhos (perdas) não reconhecidos	144.340	22.012	(723)	165.629		
Passivo registrado em 31.12.2011	**312.899**	**22.616**	**1.494**	**337.009**	**36.045**	**300.964**

De acordo com as práticas contábeis brasileiras anteriores à adoção dos IFRS e CPC, previstas na Instrução CVM 371/00, as perdas atuariais acumuladas que se situavam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos ("corredor") não eram reconhecidas no resultado da Companhia. As perdas excedentes ao limite do corredor eram registradas no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do plano de benefício. Esse procedimento permaneceu como opção na adoção das novas práticas contábeis estabelecidas pelo IFRS 19 e CPC 33 – Benefícios a empregados.

A Companhia, no seu balanço relativo à primeira adoção, em 01.01.2009, conforme isenção prevista no CPC 37 R1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, reconheceu como complemento do seu passivo "Benefício pós-emprego", as perdas atuariais que não vinham sendo registradas por estarem situadas dentro dos limites do "corredor". Conforme procedimentos relativos à primeira adoção dos IFRS e CPC, a contrapartida do complemento do passivo foi a conta de lucros acumulados, no patrimônio líquido. A Companhia, a partir da data da primeira adoção, em 01.01.2009, optou por manter a abordagem do corredor acima mencionada para o reconhecimento no seu resultado dos ganhos e perdas atuariais.

A composição dos benefícios pós-emprego da Companhia em suas demonstrações contábeis está apresentada na tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado (BRGAAP e IFRS)					
	31.12.2011			31.12.2010		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações contratadas						
Contrato de confissão de dívidas passadas	18.646	111.870	130.516	20.111	111.981	132.092
Déficit não contratado						
Contribuições correntes e Cobertura de custos	3.575	1.642	5.217	2.185	2.607	4.792
Déficit não contratado e GC	13.824	21.823	35.647	3.643	52.243	55.886
Avaliação atuarial	**36.045**	**135.335**	**171.380**	**25.939**	**166.831**	**192.770**
Ganhos atuariais diferidos	-	165.629	165.629	-	242.621	242.621
Passivo atuarial registrado	**36.045**	**300.964**	**337.009**	**25.939**	**409.452**	**435.391**

O passivo atuarial reconhecido no balanço patrimonial está parcialmente coberto por obrigações contratadas e/ou reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as respectivas Fundações.

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e sobre as mesmas incidem juros de 6% a.a. A expectativa de realização dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é a seguinte:

	ELOS	PREVIG	Total
2013	2.335	17.029	19.364
2014	1.894	18.073	19.967
2015	1.710	3.288	4.998
2016	1.812	3.486	5.298
2017	1.921	3.694	5.615
2018 a 2023	11.405	27.319	38.724
2024 a 2027	156	12.131	12.287
2028 a 2029	-	5.617	5.617
	21.233	**90.637**	**111.870**

A movimentação dos benefícios pós-emprego por plano está resumida a seguir:

	Plano BD	Plano BSPS	GC	Total
Passivo em 31.12.2009	**490.648**	**25.080**	**1.407**	**517.135**
Efeitos no resultado de 2010:				
Custo do serviço corrente	70	-	55	125
Custo dos juros	114.598	4.880	253	119.731
Rendimento esperado dos ativos	(91.758)	(2.976)	-	(94.734)
Amortização dos ganhos atuariais	(74.609)	(615)	(80)	(75.304)
Ganho líquido	**(51.699)**	**1.289**	**228**	**(50.182)**
Contribuições	(2.700)	(182)	(120)	(3.002)
Pagamentos de obrigações contratadas	(28.251)	(309)	-	(28.560)
Passivo registrado em 31.12.2010	**407.998**	**25.878**	**1.515**	**435.391**
Efeitos no resultado de 2011:				
Custo do serviço corrente	79	-	67	146
Custo dos juros	120.651	3.852	191	124.694
Rendimento esperado dos ativos	(103.844)	(2.685)	-	(106.529)
Amortização dos ganhos atuariais	(80.998)	(924)	40	(81.882)
Ganho líquido	**(64.112)**	**243**	**298**	**(63.571)**
Contribuições	(3.052)	(3.174)	(319)	(6.545)
Pagamentos de obrigações contratadas	(27.936)	(330)	-	(28.266)
Passivo registrado em 31.12.2011	**312.898**	**22.617**	**1.494**	**337.009**

A despesa líquida a ser reconhecida mensalmente no resultado ao longo do ano de 2012, relativamente ao plano de benefícios definidos e à gratificação de confidencialidade, é composta como segue.

	Plano BD	Plano BSPS	GC	Total
Custo do serviço corrente	(43)	-	(64)	(107)
Custo dos juros	(127.347)	(3.391)	(190)	(130.928)
Rendimento esperado dos ativos do plano	116.654	3.961	-	120.615
Amortização de ganhos atuariais	4.513	3.479	(43)	7.949
Despesa líquida	**(6.223)**	**4.049**	**(297)**	**(2.471)**

A composição dos ativos do plano por natureza de investimentos é a seguinte.

	ELOS	PREVIG
Renda fixa	87,36%	89,91%
Renda variável	7,71%	3,52%
Empréstimos	2,52%	6,32%
Imóveis	1,95%	-
Outros	0,46%	0,25%
	100,00%	**100,00%**
Rentabilidade auferida no ano de 2011	14,65%	15,71%
Rentabilidade prevista para o ano de 2012	11,00%	11,00%

Os ativos de renda fixa são compostos predominantemente por Títulos Públicos Federais.

a.3) Benefício de gratificação de confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração ao empregado da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

b) Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do plano de benefício definido, a PREVIG administra o plano tipo contribuição definida, onde o custeio dos benefícios é constituído por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição básica da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados.

As despesas administrativas de responsabilidade da Companhia no exercício de 2011 foram de R$ 2.613 (R$ 2.474 em 2010).

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS PASSIVOS

Controladora (BRGAAP)

	31.12.2011				31.12.2010
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Valor justo do ativo imobilizado	1.031.839	257.960	92.866	350.826	382.571
Provisão para venda de energia	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Valor justo de concessão a pagar	50.166	12.541	4.515	17.056	15.739
	1.189.461	**297.365**	**107.052**	**404.417**	**434.845**

Consolidado (BRGAAP e IFRS)

	31.12.2011				31.12.2010
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Valor justo do ativo imobilizado	1.031.839	257.960	92.866	350.826	382.571
Venda de energia	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Valor justo de concessão a pagar	50.166	12.541	4.515	17.056	15.739
Depreciação acelerada incentivada	53.771	13.443	4.839	18.282	10.846
	1.243.232	**310.808**	**111.891**	**422.699**	**445.691**

Valor justo do ativo imobilizado - corresponde à diferença entre o valor de livros e o valor justo reconhecido quando da primeira adoção dos pronunciamentos técnicos IAS 16 e CPC 27 - Ativo imobilizado.

Venda de energia - decorre das transações realizadas no âmbito do MAE (atualmente CCEE) no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. O valor da receita reconhecida nesse período está sendo contestado judicialmente por agentes que discordam da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, motivo pelo qual os valores devidos não foram pagos pelos agentes devedores. Não houve efeito de imposto de renda e contribuição social

sobre essa receita bem como sobre a provisão para devedores duvidosos sobre as correspondentes contas a receber pendentes de recebimento. De forma a melhor retratar ambos os efeitos tributários, a Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social passivo e ativo nos mesmos valores.

Valor justo de concessão a pagar - corresponde à diferença entre o valor de livros e o valor justo de concessões a pagar originado de uma combinação de negócios decorrente da aquisição de empresa.

Depreciação acelerada incentivada – decorre da utilização do benefício fiscal da aceleração da depreciação de determinados gastos na construção e aquisição de ativos imobilizados, conforme previsto na legislação fiscal.

A realização do passivo fiscal diferido foi estimada conforme abaixo:

	Controladora (BRGAAP)	Consolidado (BRGAAP e IFRS)
2012	30.972	30.972
2013	29.061	29.061
2014	22.833	22.833
2015	21.128	21.128
2016	20.103	20.103
2017 a 2021	143.107	143.107
2022 em diante	137.213	155.495
	404.417	**422.699**

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o regulamento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. A Companhia não possui ações em tesouraria.

b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 31.12.2011 e 31.12.2010, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação em reais, em 31.12.2011, é de R$ 8,35 (R$ 7,77 por ação em 31.12.2010).

O quadro societário da Companhia em 31.12.2011 e 31.12.2010 está assim constituído:

Acionistas	% do Capital
GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda.	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00
Outros acionistas	21,29
	100,00

Em 31.12.2010 e 31.12.2011 a quantidade de ações da Companhia em circulação eram 204.229.568 e 204.229.559, respectivamente. Nas mesmas datas os administradores da Companhia possuíam 139.589 e 134.775 ações, respectivamente.

c) Reserva de Capital

Refere-se, substancialmente, à remuneração do capital próprio aplicado em imobilizações em curso, calculada à taxa de 10% a.a. durante o período de 01.01.1986 a 31.12.1998, conforme legislação específica do setor elétrico. Esta reserva poderá ser utilizada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, e para incorporação ao capital social.

d) Reservas de lucros

- Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. No exercício de 2011 a Companhia destinou o equivalente a 4,6% do seu lucro líquido para a reserva legal, atingindo, assim, o limite de 20% sobre o capital social integralizado permitido na Lei das Sociedades por Ações. A referida reserva somente pode ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

- Reservas de incentivos fiscais

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Esse benefício corresponde à redução de 75% no imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração das atividades desenvolvidas pela Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra.

- Reserva de retenção de lucros

A reserva foi constituída em exercícios anteriores, com base em orçamento de capital, com a finalidade de financiar a implantação da Usina Hidrelétrica Estreito, a manutenção do parque produtivo e a possível aquisição de participação na Usina Hidrelétrica Jirau.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Conforme previsto no IAS 16 e CPC 27 - Ativo imobilizado e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado, a Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPC (01.01.2009).
A contrapartida do referido ajuste, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. A realização desta reserva é registrada em contrapartida da conta de lucros acumulados, na medida em que a depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado da Companhia. Nos anos de 2011 e 2010 os valores da realização foram de R$ 59.827 e R$ 56.879, respectivamente.

f) Transação com acionista não controlador

Em 2011 a Companhia reconheceu a participação de 5% do acionista não controlador da controlada indireta Ibitiúva Bioenergética, no valor de R$ 2.065.

g) Dividendos adicionais propostos

Os dividendos adicionais propostos, no montante de R$ 517.342, serão submetidos à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária (AGO), permanecendo no patrimônio líquido até sua deliberação definitiva, conforme estabelecido no CPC 24 - Evento Subsequente e na interpretação técnica ICPC 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos.

27. DIVIDENDOS

	31.12.2011	31.12.2010
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	1.447.636	1.211.649
Constituição da reserva legal	(66.597)	(60.582)
Reserva de incentivos fiscais	(9.455)	-
Transação com acionista não controlador	(2.065)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	59.827	56.879
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**1.429.346**	**1.207.946**
Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos		
Dividendos intercalares pagos	658.014	286.100
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	217.340	188.011
Dividendos adicionais propostos	517.342	158.270
Subtotal	1.392.696	632.381
IRRF dos juros sobre o capital próprio	36.650	31.989
Total	**1.429.346**	**664.370**
Percentual do lucro líquido ajustado	**100%**	**55%**
Dividendos/juros sobre o capital próprio, antes da retenção do imposto de renda, por ação ordinária **(em R$ 1,00)**:	2,1897556102	1,0178134249

A política de dividendos da Tractebel Energia prevê um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei 6.404/76 e, além disso, estabelece a intenção de pagar em cada ano-calendário, dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em valor não inferior a 55% do lucro líquido ajustado, em distribuições semestrais.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em julho de 2011, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações financeiras levantadas em 30.06.2011, no valor de R$ 658.014, correspondentes a R$ 1,0080763921 por ação e a 100% do lucro líquido ajustado do primeiro semestre de 2011.

O pagamento dos dividendos se iniciou em 06.10.2011, com base nos dados cadastrais existentes no Itaú Unibanco.

Em novembro de 2011 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre o capital próprio relativos ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, no valor bruto de R$ 253.990, correspondente a R$ 0,3891122760 por ação. Este valor, líquido do imposto de renda retido na fonte, foi imputado aos dividendos referentes ao exercício de 2011. A data de início do pagamento dos referidos juros será em 10.02.2012.

Em 07.02.2012 o Conselho de Administração aprovou a proposta de pagamento de dividendos adicionais, no valor de R$ 517.342 (R$ 0,7925669420 por ação), referentes ao exercício de 2011. De acordo com as novas práticas contábeis estabelecidas na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, não aprovado em assembleia geral, deve ser apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, foram apresentados em conta do patrimônio líquido denominada "Dividendos adicionais propostos" até a sua aprovação em AGO.

28. DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Custos de produção de energia elétrica e dos serviços prestados

	Controladora (BRGAAP)				Consolidado (BRGAAP e IFRS)			
	31.12.2011		31.12.2010		31.12.2011		31.12.2010	
	Energia vendida	Serviços prestados	Energia vendida	Serviços prestados	Energia vendida	Serviços prestados	Energia vendida	Serviços prestados
Pessoal	131.649	15.027	123.535	12.383	133.789	15.027	124.301	12.383
Material	19.122	666	20.468	369	22.314	666	24.093	369
Serviço de terceiro	84.596	5.299	70.082	4.141	108.687	5.299	95.592	4.141
Combustível para geração	100.375	-	50.263	-	108.799	-	61.062	-
Royalties [27]	136.479	-	111.268	-	159.209	-	133.548	-
Depreciação e amortização	358.974	-	307.529	-	486.663	-	447.213	-
Seguros	7.018	819	7.198	458	8.776	819	9.460	458
Taxa de fiscalização	10.295	-	9.379	-	11.947	-	11.250	-
Contribuições e doações	1.062	-	1.196	-	1.411	-	2.098	-
Aluguéis	7.106	786	4.919	290	9.191	786	7.244	290
Outros	5.119	50	4.007	72	6.075	50	5.284	72
	861.795	**22.647**	**709.844**	**17.713**	**1.056.861**	**22.647**	**921.145**	**17.713**

Custos com pessoal

As despesas com pessoal incluem, além dos salários e encargos sociais, os benefícios de auxílio à recuperação da saúde, seguro de vida em grupo, auxílio creche às empregadas, vale alimentação e transporte, previdência privada, entre outros. A Companhia oferece ainda cursos e treinamentos aos seus empregados.

Pagamento baseado em ações

A Tractebel Energia não tem nenhum programa específico de pagamento baseado em suas ações. Entretanto, a sua controladora indireta GDF SUEZ, sediada na França, mantém os seguintes programas de ações para seus principais executivos e empregados: (i) opção de compra de ações na Bolsa de Valores de Paris (França), estabelecido com base nas principais responsabilidades desenvolvidas pelos beneficiários; (ii) prêmio em ações por desempenho ou bonificação; e (iii) ações gratuitas para todos os empregados.

Os programas de opções de compras de ações e de ações por desempenho tem vigência de quatro ou cinco anos e seus valores estão vinculadas ao atingimento de determinados índices financeiros da GDF SUEZ. Por conta da conjuntura econômica mundial, tem-se verificado ao longo dos anos uma deterioração dos valores de mercado dessas opções de compra e das ações por desempenho, o que possivelmente influenciará o exercício das opções e a obtenção do benefício das ações por desempenho nos seus vencimentos.

27. Compensação pela utilização de recursos hídricos (Royalties)

Os custos envolvidos com estes programas são integralmente pagos pela GDF SUEZ, não cabendo a Tractebel Energia nenhum desembolso relativo aos mesmos.

Em 31.12.2011 os valores de mercado dos referidos programas são os seguintes:

	Programas até 2010	Programa 2011	Total
Opções de compra de ações	272	107	379
Ações por desempenho	619	803	1.422
Ações gratuitas	629	460	1.089
	1.520	1.370	2.890

O valor de mercado das opções de compras de ações foram calculados por consultoria externa especializada utilizando o modelo "Bjerksund e Stensland (2002)" para as opções em que a data de aquisição *(vesting date)* já tenha se iniciado e o modelo "Rubinstein (1990)" para as opções que a data de aquisição ainda não se iniciou.

Despesas com vendas e gerais e administrativas:

	Controladora (BRGAAP)				Consolidado (BRGAAP e IFRS)			
	31.12.2011		31.12.2010		31.12.2011		31.12.2010	
	Com vendas	Gerais e Administrativas	Com vendas	Gerais e Administrativas	Com vendas	Gerais e Administrativas	Com vendas	Gerais e Administrativas
Pessoal	9.160	46.257	9.323	44.132	9.160	47.893	9.323	45.159
Administradores	-	15.019	-	15.288	-	15.794	-	16.001
Material	63	3.363	53	1.249	63	3.407	53	1.276
Serviço de terceiro	3.891	34.956	3.796	36.747	5.731	37.611	4.028	39.359
Depreciação e amortização	-	9.356	-	6.665	-	14.436	-	14.112
Seguros	-	422	-	367	-	422	-	367
Contribuições e doações	-	3.861	-	12.037	-	3.863	-	12.074
Contribuições setoriais	-	4.186	-	3.240	932	4.575	732	2.925
Aluguéis	214	4.872	215	4.072	236	5.500	222	4.226
Indenizações	-	7.766	-	4.728	-	7.766	-	4.728
Contribuição PREVIG	-	3.206	-	2.030	-	3.206	-	2.030
Outros	2	12.234	3	11.168	704	12.587	5	17.678
	13.330	**145.498**	**13.390**	**141.723**	**16.826**	**157.060**	**14.363**	**159.935**

29. REVERSÃO (CONSTITUIÇÃO) DE PROVISÕES OPERACIONAIS

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Benefícios pós-emprego	89.470	77.901	89.470	77.901
Riscos tributários	14.391	(1.652)	14.391	(3.967)
Riscos cíveis	2.994	28	(3.834)	(11.812)
Riscos trabalhistas	2.583	2.476	2.583	2.476
Devedores duvidosos	(6.043)	-	(6.180)	-
Outras	683	1.921	605	1.921
	104.078	**80.674**	**97.035**	**66.519**

A reversão apresentada na rubrica "Benefícios pós-emprego", corresponde, substancialmente ao reconhecimento da amortização dos ganhos atuariais diferidos que se encontravam acima do limite permitido de 10% ("corredor"), conforme regras estabelecidas no IAS 19 e CPC 33 - Benefícios pós-emprego.

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	62.176	66.024	89.436	92.056
Juros sobre valores a receber	22.654	8.682	23.917	10.768
Variação monetária sobre depósitos judiciais	9.982	13.364	9.996	13.364
Variação monetária sobre outros valores a receber	9.107	13.079	10.323	14.439
	103.919	**101.149**	**133.672**	**130.627**
Despesas financeiras				
Juros sobre dívidas	122.389	176.727	238.687	278.405
Juros sobre concessões a pagar	66.543	31.414	104.899	92.220
Juros sobre passivo atuarial líquido	18.165	24.623	18.165	24.623
Juros sobre tributos	1.477	20.656	1.747	21.082
Variação monetária sobre dívidas	33.640	39.381	34.727	42.729
Variação monetária sobre concessões a pagar	43.333	34.884	66.795	87.669
Variação monetária outras	340	12.023	346	12.023
Variação cambial sobre dívidas	17.942	(15.330)	17.942	(15.330)
Outras despesas financeiras	20.938	13.397	24.174	16.048
	324.767	**337.775**	**507.482**	**559.469**
Despesas financeiras, líquidas	**220.848**	**236.626**	**373.810**	**428.842**

31. GANHOS EM AÇÕES JUDICIAIS

No ano de 2010 a Companhia reconheceu receita não recorrente de R$ 45.803, em razão do trânsito em julgado favorável à Companhia em ação judicial que pleiteava o direito de incidir o PIS e Cofins, pelo regime cumulativo, sobre as receitas decorrentes de contratos assinados anteriormente à alteração da legislação para o regime não cumulativo. Em 2011 foi reconhecido o complemento do ganho judicial acima mencionado, no valor de R$ 8.812.

32. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora (BRGAAP)			
	31.12.2011		31.12.2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	1.929.930	1.929.930	1.709.507	1.709.507
Diferenças permanentes				
Amortização de ágio/direito de concessão	1.843	1.843	2.411	2.411
Gratificação e 13º de dirigentes	2.831	-	5.025	-
Doações indedutíveis	250	250	8.489	8.489
Equivalência patrimonial	(186.690)	(186.690)	22.483	22.483
Juros sobre o capital próprio	(253.990)	(253.990)	(220.000)	(220.000)
Ágio amortizado na incorporação	-	-	(41.931)	(41.931)
Ganho de capital tributado na controlada	(11.212)	(11.212)	-	-
Outras diferenças permanentes	420	420	4.810	4.440
Base de cálculo	**1.483.382**	**1.480.551**	**1.490.794**	**1.485.399**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(370.846)**	**(133.250)**	**(372.699)**	**(133.686)**
Incentivos fiscais	10.856	-	8.529	-
Outros	10.545	401	(470)	468
Total no resultado	**(349.445)**	**(132.849)**	**(364.640)**	**(133.218)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(336.430)	(126.814)	(368.764)	(136.054)
Diferido	(13.015)	(6.035)	4.124	2.836
	(349.445)	**(132.849)**	**(364.640)**	**(133.218)**

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)			
	31.12.2011		31.12.2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**2.034.788**	**2.034.788**	**1.721.310**	**1.721.310**
Diferenças permanentes				
Amortização de ágio/direito de concessão	12.632	12.632	29.530	29.530
Gratificação e 13º de dirigentes	2.831	-	5.136	-
Doações indedutíveis	305	305	8.489	8.489
Juros sobre o capital próprio	(253.990)	(253.990)	(220.000)	(220.000)
Ágio amortizado na incorporação	-	-	(41.931)	(41.931)
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	(14.074)	(9.874)	(3.591)	(1.137)
Outras diferenças permanentes	214	(136)	2.425	5.935
Base de cálculo	**1.782.706**	**1.783.725**	**1.501.368**	**1.502.196**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(445.677)**	**(160.535)**	**(375.342)**	**(135.198)**
Incentivos fiscais	10.856	-	11.315	-
Outros	9.349	(675)	(6.777)	(3.659)
Total no resultado	**(425.472)**	**(161.210)**	**(370.804)**	**(138.857)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(409.566)	(153.559)	(386.507)	(145.677)
Diferido	(15.906)	(7.651)	15.703	6.820
	(425.472)	**(161.210)**	**(370.804)**	**(138.857)**

O incentivo fiscal corresponde, substancialmente, à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração da operação da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra Esse benefício fiscal foi concedido em função da usina estar instalada na área da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e a sua vigência inicial é de 10 anos, contados a partir de 2006.

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Ativos financeiros				
Mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	566.159	794.407	776.534	1.073.698
Recebíveis e empréstimos				
Caixa e depósitos bancários a vista	960	1.710	5.274	8.882
Clientes	410.903	446.165	542.149	531.106
Cauções e depósitos vinculados	32.159	69.665	129.490	132.797
Alienação de ativo	86.886	86.886	86.886	86.886
Depósitos judiciais	104.059	131.315	105.832	133.464
Créditos com controladas	14.927	13.290	-	-
Ativo disponível para venda	-	23.856	-	23.057
	1.216.053	**1.567.294**	**1.646.165**	**1.989.890**
Passivos financeiros				
Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado:				
Fornecedores	219.640	174.086	234.336	268.851
Empréstimos e financiamentos	671.045	262.994	3.157.806	2.756.559
Debêntures	491.394	1.661.142	491.394	1.687.361
Concessões a pagar	828.373	721.025	1.265.952	1.134.947
	2.210.452	**2.819.247**	**5.149.488**	**5.847.718**

b) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos financeiros foram determinados com base nos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente a taxas de juros de mercado julgadas adequadas para operações com características semelhantes às existentes na Companhia.

Foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os seus valores justos somente nos empréstimos e financiamentos, debêntures e concessões a pagar. Essas diferenças ocorreram principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

Os valores contábeis e justos dos referidos instrumentos financeiros são os seguintes:

	Controladora (BRGAAP)			
	31.12.2011		31.12.2010	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos				
- Em moeda nacional	458.839	457.188	49.414	49.135
- Em moeda estrangeira	212.206	239.702	213.580	211.784
Debêntures	491.394	493.908	1.661.142	1.557.388
Concessões a pagar	828.373	1.227.435	721.025	1.024.567
	1.990.812	**2.418.233**	**2.645.161**	**2.842.874**

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)			
	31.12.2011		31.12.2010	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos				
- Em moeda nacional	2.945.600	2.947.085	2.542.979	2.546.069
- Em moeda estrangeira	212.206	239.702	213.580	211.784
Debêntures	491.394	493.908	1.687.361	1.583.608
Concessões a pagar	1.265.952	1.811.391	1.134.947	1.558.491
	4.915.152	**5.492.086**	**5.578.867**	**5.899.952**

Mensuração do valor justo

As práticas contábeis definem o valor justo como o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. Para o cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros a Companhia utilizou as cotações de ativos ou de taxas de juros para o cálculo do valor presente no mercado ativo que, segundo as práticas contábeis, é definido como avaliação de Nível I.

c) Gestão de risco

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos dos seus negócios, a Companhia mantém o Comitê de Gerenciamento de Riscos, a quem cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

c.1) Risco de mercado

A Companhia possui um comitê que gerencia esse risco, composto por um representante designado por cada uma das seguintes áreas: planejamento financeiro, regulação e mercado, planejamento da oferta de energia, finanças, comercialização, auditoria, implantação de projetos e produção de energia. A coordenação desse comitê é atribuição do Diretor de Planejamento e Controle.

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia e suas controladas, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Estes riscos são monitorados pelo Comitê Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõem estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo em derivativos ou em quaisquer outros instrumentos de risco.

Conforme mencionado na Nota 18 – Empréstimos e financiamentos, em junho de 2011, a Companhia contratou uma operação de *swap* para se proteger integralmente do risco cambial e de fluxo de caixa de um empréstimo contratado em dólar norte americano. Essa operação foi considerada e apresentada como um único instrumento financeiro sintético.

Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na administração e mensuração desses riscos no exercício social atual.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são os seguintes:

- Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos, formalizada e informada ao mercado pelo *site* da Companhia no documento "Política de Investimentos e Derivativos". As aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas obedecem à alocação de no mínimo 90% dos recursos em Títulos Públicos Federais - na modalidade de compra final e/ou operações compromissadas - e no máximo 10% dos recursos em Títulos Privados - aquisições de CDBs de bancos elegíveis e ainda operações compromissadas com lastro em debêntures emitidas por empresas de *leasing* controladas por bancos elegíveis.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard &Poors (S&P) para identificar os bancos elegíveis de recebimento dos recursos.
Os mesmos atendem aos dois seguintes parâmetros: (i) Patrimônio Líquido de no mínimo R$ 1 bilhão; e (ii) *rating* no mínimo equivalente a AA- (S&P e Fitch) ou Aa3 (Moody's), em escala nacional.

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2011 esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do governo brasileiro, todos com liquidez diária e pós-fixados, atrelados à variação da Selic.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos em decorrência de uma eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

A "Política de Investimentos e Derivativos" impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos, e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo. A operação de *swap* anteriormente mencionada foi realizada com o objetivo único e exclusivo de proteção contra o risco cambial de fluxo de caixa do empréstimo. A Companhia não tem outras operações contratadas com derivativos.

- Risco relacionado às dívidas com taxa de juros e índices flutuantes

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da TJLP, taxa DI, *Libor, Euribor*, IGP-M e IPCA.

No que diz respeito ao risco de taxas de juros flutuantes, a maior parte das dívidas da Companhia está vinculada à TJLP, e essa taxa, apesar de ser considerada uma taxa "flutuante", vem sendo mantida no patamar de 6% há vários anos, caracterizando-a com uma taxa de caráter *quasi*-fixo.

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, cabe considerar que a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor tem cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação do IGP-M ou IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e obrigações indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária, no caso as dívidas vinculadas ao CDI.

O empréstimo junto ao Bank Of America Merrill Lynch denominado em dólar norte americano, com *swap* integral para o CDI, é considerado como dívida atrelada ao CDI.

- Risco relacionado às dívidas denominadas em moeda estrangeira

O risco cambial está associado à possibilidade de variação nas taxas de câmbio, afetando o resultado financeiro e o saldo dos passivos indexados à moeda estrangeira.
A política de proteção de risco cambial da Companhia busca um baixo nível de exposição cambial dos seus passivos em moeda estrangeira, a qual é permanentemente monitorada pelo Comitê Financeiro da Companhia.

Como pode ser observado a seguir, o nível de exposição cambial da Companhia se mantém em níveis muito baixos em relação ao endividamento total da Companhia. A parcela dos empréstimos atrelados à moeda externa, sem instrumento de proteção, no montante de R$ 212.206, em 31.12.2011, corresponde a 5,8% do endividamento consolidado da Companhia, dos quais 3,1% são denominados em dólar norte americano e 2,7% em euro.
Os vencimentos dessas dívidas estão distribuídos no longo prazo, com concentrações em 2015 e 2024. Tendo em vista que o efeito decorrente do vencimento desse endividamento é mínimo no curto prazo e, devido à impossibilidade de fazer uma operação de proteção *(hedge)* eficiente de balanço em função da inexistência de uma curva de juros *(forward)* de longo prazo, a Companhia não detém nenhum instrumento derivativo para proteção cambial para essas dívidas.

Conforme mencionado na Nota 18 – Empréstimos e financiamentos, o empréstimo contratado com o Bank Of America Merrill Lynch, denominado em dólar norte americano, está totalmente protegido através de uma operação de *swap*, eliminando qualquer exposição da Companhia à variação da moeda em relação ao Real.

- Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira

A Companhia, para fins de referência, e em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, preparou uma análise de sensibilidade sobre seus empréstimos e financiamentos, debêntures e concessões a pagar expostos a riscos de variação de taxas de juros e índices flutuantes e de variação de variação de cotação de moeda estrangeira.

O cenário-base provável para 2012 foi definido através de premissas disponíveis no mercado (fonte: Focus Banco Central do Brasil) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e índices do cenário previsto para 2012 e as vigentes em 2011. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre as taxas de juros, índices flutuantes e variações cambiais consideradas no cenário provável. Os impactos no resultado financeiro da Companhia, estimados para 2012, decorrentes dessas variações estão demonstrados a seguir.

Risco de variação de juros e índices flutuantes:	Saldo 31.12.2011	Cenário provável	Cenário Δ 25%	Cenário Δ 50%
Empréstimos e financiamentos				
- TJLP	2.449.427	-	35.412	71.297
- CDI	438.801	(7.605)	9.618	19.114
- Dólar norte americano	111.737	(4.343)	22.505	49.354
- Euro	100.469	(4.570)	19.404	43.379
		(16.518)	**86.939**	**183.144**
Debêntures				
- TJLP	24.988	-	361	727
- IPCA	466.406	(3.682)	4.155	8.308
		(3.682)	**4.516**	**9.035**
Concessões a pagar				
- IGP-M	864.820	(150)	11.725	22.385
- IPCA	401.132	(4.611)	5.378	10.445
		(4.761)	**17.103**	**32.830**

	Variação 2011	Cenário provável	Cenário Δ 25%	Cenário Δ 50%
Variação dos índices:				
- TJLP	6,00%	6,00%	1,50 p.p.	3,00 p.p.
- CDI	11,60%	9,69%	2,42 p.p. p.p%	4,85 p.p.
- IPCA	6,50%	5,32%	1,33 p.p.	2,66 p.p.
- IGP-M	5,10%	5,08%	1,27 p.p.	2,54 p.p.
Variação das cotações cambiais:				
- Dólar norte americano	1,86	1,79	2,23	2,68
- Euro	2,43	2,32	2,90	3,48

As variações das taxas flutuantes *Libor* e *Euribor*, em 31.12.2011, foram de 0,35 p.p. e 0,44 p.p., respectivamente, e os saldos dos empréstimos vinculados a estas taxas de juros na mesma data são de R$ 68.803 e R$ 100.469, respectivamente. Eventuais variações dessas taxas não resultariam em impactos significativos no resultado financeiro da Companhia, motivo pelo qual os seus efeitos não foram apresentados na análise de sensibilidade acima.

c.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do caixa e do equivalente de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social, as reservas e os lucros acumulados incorporados às reservas de lucros.

A Tractebel Energia e suas controladas detêm dívidas que estipulam limites máximos de endividamento bruto, calculado com base no EBITDA, sendo a mais restritiva atualmente a que limita em 2,5 x o EBITDA. Em virtude da nova realidade de liquidez do mercado e a melhor percepção de risco do setor em geral e da Companhia em específico, para os novos contratos de dívidas recentemente firmados, esses limitadores têm sido negociados no patamar de 3,5 x o EBITDA. A Administração da Companhia, através da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, acompanha permanentemente o nível de endividamento da Companhia, o qual deve se situar em torno de 2 x o EBITDA, podendo, porém, variar para mais ou para menos dada à política de aquisição de novas usinas pela Companhia.

c.3) Risco de crédito

Nos contratos de longo prazo firmados com distribuidoras, inclusive os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), a Companhia minimiza o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Para minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras, e geradoras, assim como para os antigos contratos bilaterais com distribuidoras, a Companhia exige como garantia padrão a fiança bancária e o CDB caucionado. Para aquelas contrapartes que queiram apresentar outra modalidade de garantia, a Companhia, através de sua área de crédito, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua Política de Análise de Crédito, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes. Adicionalmente a Companhia revisa anualmente a análise de crédito de todos os seus clientes e avalia periodicamente sua exposição aos diversos setores da economia, buscando diversificar sua carteira e diminuir essa exposição ao risco específico setorial.

Nas operações de aplicações no mercado financeiro, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras, que é revisada periodicamente pelo Comitê Financeiro, com base em critérios internos e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia mantém aplicações financeiras em Fundo de Investimentos Exclusivo de Renda Fixa. O montante das aplicações por instituição financeira está dentro dos limites definidos pela Companhia em sua política de investimentos e derivativos para instituições financeiras.

A Companhia é avalista em diversos contratos com suas controladas com o objetivo de assegurar financiamentos e não detém nenhuma garantia para proteção contra esses riscos.

c.4) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez da Companhia é de responsabilidade do Comitê Financeiro, que gerencia as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo, através do monitoramento permanente dos fluxos de caixa previstos e realizados. A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente nas reuniões do Comitê. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

O demonstrativo a seguir apresenta os passivos financeiros por período previsto de liquidação. Os valores foram determinados de acordo com os fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e de pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Controladora (BRGAAP)					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos a taxas de juros:						
- pós-fixadas						
Empréstimos e financiamentos	10.304	2.948	55.829	606.571	362	676.014
Debêntures	-	-	198.591	339.675	-	538.266
- pré-fixadas						
Empréstimos e financiamentos	-	17	15.244	41.562	129.178	186.001
Concessões a pagar	221	441	2.004	10.952	3.250.775	3.264.393
Total do fluxo	**10.525**	**3.406**	**271.668**	**998.760**	**3.380.315**	**4.664.674**

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos a taxas de juros:						
- pós-fixadas						
Empréstimos e financiamentos	39.614	59.417	327.866	1.893.422	2.338.666	4.658.985
Debêntures	-	-	198.591	339.675	-	538.266
- pré-fixadas						
Empréstimos e financiamentos	953	1.906	23.663	76.106	152.328	254.956
Concessões a pagar	3.964	7.927	36.095	195.015	4.192.801	4.435.802
Total do fluxo	**44.531**	**69.250**	**586.215**	**2.504.218**	**6.683.795**	**9.888.009**

A liquidação de parte substancial do saldo de fornecedores que, em 31.12.2011, corresponde a R$ 219.640 na controladora e R$ 234.336 no consolidado, está prevista para ocorrer em até (três) meses após o encerramento do exercício social e não há a previsão de incidência de juros até a data do pagamento.

34. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado:

	Ativo				Passivo			
31.12.2011	Contas a receber	Dividendos	Mútuo	Total	Fornecedores	Dividendos e JCP	Outros	Total
Itasa	2.237	6.318	-	8.555	6.093	-	132	6.225
CEE	18.259	-	-	18.259	42.833	-	-	42.833
Lages	1.719	-	-	1.719	-	-	-	-
TBLC	92.327	-	-	92.327	164	-	-	164
CESS	157	1.628	-	1.785	-	-	-	-
Ceste	1.475	-	-	1.475	-	-	-	-
Ibitiúva	4	-	6.981	6.985	-	-	-	-
GSELA	4	-	-	4	-	148.344	-	148.344
Outras	159	-	-	159	434	-	-	434
TOTAL	**116.341**	**7.946**	**6.981**	**131.268**	**49.524**	**148.344**	**132**	**198.000**
31.12.2010	**87.167**	**6.525**	**6.765**	**100.457**	**11.719**	**129.186**	**31**	**140.936**

	Resultado								
	Receita operacional				Receita	Custo	Despesas		
	Receita de serviços								
31.12.2011	Suprimento de energia	Operação e manutenção	Administração	Total	Financeira	Compra de energia e combustível	Gerais e administrativas	Total	Resultado de participações societárias
Itasa	-	13.204	-	13.204	-	133.389	-	133.389	26.280
CEE	30.369	-	-	30.369	-	171.778	-	171.778	46.899
Lages	15.840	1.864	197	17.901	-	-	-	-	3.005
TBLC	1.053.051	-	393	1.053.444	-	-	-	-	102.823
CESS	5.975	1.078	216	7.269	-	3.403	-	3.403	9.042
Ceste	-	13.561	-	13.561	-	-	-	-	-
TBLP	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.359)
Outras	-	-	888	888	721	-	1.119	1.119	-
TOTAL	**1.105.235**	**29,707**	**1.694**	**1.136.636**	**721**	**308.570**	**1.119**	**309.689**	**186.690**
31.12.2010	**328.252**	**19.249**	**1.650**	**349.151**	**6.322**	**136.155**	**4.676**	**140.831**	**(26.491)**

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia compreendem basicamente: (i) contratos de compra e venda de energia; (ii) serviços de operação e manutenção de usinas; (iii) prestação de serviços administrativos; e (iv) garantias concedidas a terceiros. Os detalhes das transações mais relevantes estão a seguir demonstrados:

b) Compra e venda de energia

Controlada	MW médios	Vencimento	Índice de atualização anual	Compromisso Futuro (Base 31.12.2011)
Compra:				
Itasa	167	16.10.2030	IGP-M	2.268.001
Itasa	61	16.10.2030	Variação do dólar + Inflação dos EUA	499.041
Venda:				
TBLC	150	31.12.2015	IPCA	403.046
TBLC	190	31.12.2016	IPCA	638.240
TBLC	778	31.12.2012	IGPM	789.021
Lages	16	31.03.2017	Revisão anual de preço	83.596
CESS	5	22.04.2037	IPCA	153.756

De acordo com a política comercial da Companhia as vendas para consumidores livres são realizadas, principalmente, através da controlada TBLC, que compra energia da Companhia para atender os seus compromissos contratuais.

c) Operação e manutenção

Parte relacionada	Vigência	Índice de atualização anual	Compromisso futuro (base 31.12.2011)
Itasa	16.10.2030	IGP-M	209.472
Ceste	01.05.2025	INPC (80%) e IPCA (20%)	207.572
CESS	15.10.2023	IGP-M	11.893
Lages	31.03.2012	Reajuste salarial	464

A estratégia da Companhia é concentrar na Tractebel Energia as atividades de operação e manutenção das usinas de suas controladas, sempre que as mesmas não tiverem esses serviços contratados de terceiros. Os preços praticados têm como base os custos do pessoal da Tractebel Energia envolvido diretamente no desempenho dessas atividades.

d) Serviços administrativos

Os serviços necessários às atividades administrativas das controladas diretas e indiretas são prestados pela Tractebel Energia. Os contratos têm prazo indeterminado e os valores contratados são reajustados anualmente pelo INPC. Os valores contratados tem como base em um percentual sobre a receita real ou prevista, esta para as empresas em fase pré-operacional. A receita anual pela prestação dos referidos serviços foi de R$ 1.816.

e) Garantias

A Companhia é interveniente de contratos de financiamentos firmados por suas controladas diretas e indiretas com o BNDES, Bancos (Repasse BNDES) e outros agentes financeiros. As principais garantias são as demonstradas a seguir:

Banco	Tipo de garantia	Valor da dívida em 31.12.2011
BNDES e Bancos (Repasse BNDES)	Caução da totalidade das ações de emissão das seguintes controladas diretas e indiretas: Itasa, CESS, CEE, Beberibe, Pedra do Sal, Areia Branca e Ibitiúva	2.548.899
Banco do Brasil	Caução da totalidade das ações de emissão da controlada indireta Hidropower, de propriedade de sua controlada integral TBLP.	23.290
BRDE	Caução das quotas de participação na controlada Lages	4.572

f) Avais e fianças

A Companhia é avalista e fiadora de determinadas controladas em operações de compra de energia no valor total de R$ 30.795 e R$ 70.451, respectivamente. Todas as garantias vencem no ano de 2012.

g) Mútuo - Créditos com controladas

A Companhia possui um mútuo ativo com a controlada indireta Ibitiúva concedido para aplicação na construção da UTE Ibitiúva Bioenergética no período em que a controlada aguardava a liberação dos recursos pelo BNDES. Os valores vêm sendo recebidos à medida que o BNDES repassa os recursos para essa controlada.
A remuneração do mútuo corresponde a 100% da taxa Selic. O saldo remanescente em 31.12.2011 é de R$ 6.981 (R$ 6.260 em 31.12.2010).

h) Consultoria

SUEZ-Tractebel S.A. (Controladora Indireta)

A Companhia mantém contrato com a SUEZ-Tractebel S.A., sua controladora indireta, cujo objeto é a prestação de serviços de consultoria nas áreas gerencial, operacional, financeira, contábil, jurídica, de marketing e de desenvolvimento de projetos conforme a necessidade da Companhia. O valor dos honorários está limitado ao montante anual de 1.500.000,00 euros. Nos exercícios de 2010 e 2011 não houve cobrança pela execução desse contrato, motivo pelo qual não há qualquer obrigação registrada na Companhia.

i) Outras transações

GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA)

A Companhia possui valor a pagar para a sua controladora de R$ 148.344, referente aos juros sobre o capital próprio creditados em 31.12.2011.

j) Remuneração das pessoas chaves da Administração

A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados às pessoas chaves da Administração estão apresentados a seguir. O único benefício de longo prazo concedido pela Companhia é o de aposentadoria (pós-emprego). Os administradores não possuem remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Honorários e benefícios de curto prazo	9.594	7.752	10.239	8.346
Bônus dos Administradores e encargos	2.657	4.824	2.657	4.824
Benefícios pós-emprego	627	602	627	602
Encargos sociais	2.141	2.110	2.271	2.229
	15.019	**15.288**	**15.794**	**16.001**

35. SEGUROS

A Companhia possui, em 31.12.2011, apólices de seguros abrangentes de riscos operacionais com valor declarado para danos materiais de R$ 9.567.408 na controladora e de R$ 13.409.114 no consolidado, e para lucro cessante de R$ 628.339 na controladora e de R$ 821.446 no consolidado. O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes na controladora é de R$ 553.000, por evento.

Além desses seguros, a Companhia possui apólices de responsabilidade civil com cobertura no valor de R$ 87.215.

No ciclo 2011/2012, a Companhia decidiu aderir à apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios - *Property Damaged Business Interruption* (PDBI) - do programa de seguros da GDF SUEZ por entender que as condições comerciais e de cobertura se mostravam mais favoráveis que as disponíveis no mercado local.

O Consórcio Estreito Energia possui seguro de risco de engenharia para as unidades que ainda não entraram em operação comercial com valores declarados para danos materiais de R$ 3.236.120 e perda de lucros esperados de R$ 591.204.
A participação da Companhia nessas coberturas corresponde à R$ 1.296.713 e R$ 236.895, respectivamente, equivalente à sua participação no Consórcio.

A Companhia possui ainda seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivos às suas controladas, bem como seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

36. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes principais compromissos de longo prazo:

a) Contrato de conexão

A Companhia mantém contrato de conexão com a Eletrosul e Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), com vigência até a data de extinção das concessões das unidades geradoras da Companhia. Para a Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, a Companhia possui contrato com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte). Em relação às controladas, os contratos de uso de conexão são os seguintes:

- Eólica Beberibe S.A.: Companhia Energética do Ceará (Coelce).

- Eólica Pedra do Sal S.A.: Companhia Energética do Piauí (Cepisa).

Em 31.12.2011 o valor dos compromissos futuros decorrentes dos contratos de conexão é de R$ 248.242 (R$ 249.324 em 31.12.2010).

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (CUST e CUSD)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia e suas controladas CESS, CEE e Itasa mantém contratos com o ONS. Para as usinas que não estão conectadas diretamente à rede básica, as empresas mantêm contratos de uso da distribuição com as distribuidoras de energia das regiões onde as usinas estão instaladas.

Os contratos, em sua grande maioria, têm vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Companhia. Em 31.12.2011 o valor dos compromissos futuros decorrentes destes contratos totaliza R$ 7.039.804 (R$ 5.802.137 em 31.12.2010).

c) Contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica

De acordo com os dados acerca da energia assegurada e contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia mostra que a atual capacidade está com os seguintes níveis de contratação nos próximos seis anos:

	MW médios [28]					
Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Recursos próprios	3.575	3.658	3.681	3.681	3.681	3.681
Compras para revenda	599	404	316	215	205	200
Disponibilidade total	4.174	4.062	3.997	3.896	3.886	3.881
Disponibilidade contratada	4.103	4.031	3.716	3.375	2.787	2.238
% Contratados	98,30%	99,24%	92,97%	86,63%	71,72%	57,67%

A receita líquida de vendas consolidada da Companhia, em 31.12.2011, composta por natureza de clientes, é a seguinte:

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)			
	31.12.2011		31.12.2010	
	Valor	%	Valor	%
Distribuidoras	2.463.320	56,93	2.425.442	59,15
Comercializadoras	477.798	11,04	554.657	13,53
Consumidores livres	1.126.955	26,05	816.717	19,92
CCEE	88.042	2,03	259.903	6,34
Exportação de energia	153.060	3,54	30.074	0,73
Outras	17.776	0,41	13.588	0,33
	4.326.951	**100,00**	**4.100.381**	**100,00**

Os clientes que em 31.12.2011 participavam em percentual superior a 5% na receita líquida da Companhia são os seguintes: Celesc, Cemig Distribuição S.A., Rio Grande Energia S.A. (RGE), CPFL Comercialização Brasil S.A. e Companhia Paulista de Força e Luz.

28. As informações de MW médio não são revisadas pelos auditores independentes.

d) Compra de energia elétrica da Argentina

Em maio de 1998 a Tractebel Energia e a Cien firmaram Contrato pelo qual a Cien comprometeu-se a fornecer à Tractebel Energia 300 MW de potência firme com energia associada, por um prazo de 20 anos, contados a partir do início da operação comercial do sistema de transmissão entre o Brasil e a Argentina, em 21.06.2000.

No ano de 2006 constatou-se que a Cien não tinha possibilidade de disponibilizar a quantidade de energia contratada, fato que levou a Aneel a publicar Resolução Normativa, reduzindo para "zero" os valores de garantia física atribuídos à Cien para o atendimento do contrato com a Tractebel Energia. A redução para "zero" valeria até que a Cien comprovasse a existência de disponibilidade, o que não veio a ocorrer.

Diante da necessidade de resolver tal imbróglio, que se arrasta desde longa data, sem perspectiva concreta de solução, a Tractebel Energia, tendo em vista o inadimplemento total da Cien, recorreu ao poder judiciário solicitando principalmente a rescisão do contrato, com o pagamento da devida multa, e o ressarcimento dos prejuízos causados pelo não recebimento da energia contratada. No presente momento não é praticável se fazer qualquer estimativa quanto ao valor envolvido na referida ação. Todas as medidas necessárias para o cumprimento das operações comerciais da Tractebel Energia, bem como para o restabelecimento do equilíbrio de seu portfólio, já foram tomadas previamente ao longo dos últimos anos.

A ação está seguindo em curso normal, tendo a Tractebel Energia, em outubro de 2011, se manifestado sobre as considerações apresentadas pela Cien. Atualmente o processo encontra-se com o Juiz no aguardo de uma sentença.

e) Compra de gás natural

A Companhia celebrou contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul (MSGÁS), com vigência de cinco anos, a partir de 2001, início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona (UTE William Arjona), renováveis por mais cinco anos.

Com o vencimento do prazo do contrato, em 22.05.2006, a Companhia manifestou interesse em renovar o acordo, porém a MSGÁS comunicou que a renovação dependeria de reajuste no preço do produto, conforme determinação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), vendedora do gás para a MSGÁS e anuente no contrato.

A Petrobras interpôs recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde, em Medida Cautelar, obteve efeito suspensivo que lhe autorizou, a partir de novembro de 2007, a suspensão do fornecimento. Em razão desta decisão, a Companhia vinha comprando energia na CCEE para suprir o lastro da energia vendida da UTE William Arjona. Quando conveniente e necessário, a usina tem operado com óleo diesel como combustível, uma vez que a mesma possui essa flexibilidade.

Como consequência do ajuizamento da Medida Cautelar Preparatória, a Companhia ajuizou Ação Ordinária, que foi julgada procedente para o fim de determinar que os contratos de compra e venda de gás natural firmados entre a Companhia e MSGÁS e entre esta e Petrobras, e seus respectivos aditivos, sejam renovados pelo período de cinco anos, iniciando-se em 23.05.2006. O período em que houve a interrupção do fornecimento de gás em decorrência deste litígio, até novembro de 2009, deverá ser acrescido ao final do contrato, que terá o seu encerramento proporcionalmente prorrogado. O preço e a quantidade de gás deverão ser aqueles contratados e reajustados conforme os parâmetros estabelecidos no Programa Prioritário de Termelétricas (PPT).

Recentemente, o STJ extinguiu a Medida Cautelar e o Recurso Especial da Petrobras por perda do objeto. Em consequência, na Medida Cautelar Preparatória foi proferido despacho determinado à MSGÁS e à Petrobras continuarem fornecendo gás para a UTE William Arjona, a partir de 26.11.2009.

A Petrobras interpôs Recurso de Aplicação em face da sentença prolatada nos autos da ação ordinária, sendo que esse recurso não prejudicou o fornecimento de gás, que permanece regular. Em recente decisão o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (MS) negou provimento a apelação da Petrobras e manteve a sentença de 1º grau.

Considerando-se as decisões judiciais vigentes nesta data e o prazo que a Petrobras ficou sem fornecer gás para a UTE William Arjona, o Contrato está prorrogado até o dia 12.06.2013.

f) Contratos de arrendamentos

Os contratos de arrendamento abaixo foram classificados como operacionais em razão de não haver a possibilidade da transferência da propriedade do ativo para o arrendatário no final do prazo do contrato, nem da opção de compra do ativo, além de não satisfazer as demais condições descritas no IAS 17 e CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil para classificação como arrendamento mercantil financeiro.

- Sede da Companhia

A Companhia assinou contrato para a utilização do imóvel em que foi instalada a sua nova sede social. O prazo estabelecido é de dez anos, com possibilidade de renovação. Os valores contratados são atualizados anualmente pela variação anual do IPCA e o montante acordado está sujeito a revisões periódicas. Em 31.12.2011 o valor nominal histórico dos compromissos futuros é de R$ 37.368.

- Eólicas Beberibe, Pedra do Sal e Projeto Trairí

A Eólica Beberibe possui quatro contratos de arrendamento de terrenos utilizados na instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas. O vencimento dos contratos ocorrerá entre maio de 2027 a setembro 2032 e os valores são compostos por parcela fixa e variável, esta correspondente a um percentual sobre a receita bruta da controlada. As parcelas fixas são reajustadas pelo IGP-M, pela variação do dólar e pelo índice de inflação dos Estados Unidos da América, dependendo de cada contrato.

Na Pedra do Sal o contrato de arrendamento do terreno onde está localizado o parque gerador da Eólica Pedra do Sal tem prazo de vencimento em 2029. O valor mensal pago corresponde a um percentual sobre a receita operacional bruta.

As empresas pertencentes ao Projeto Trairí possuem oito contratos de arrendamento de terrenos utilizados para a instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas. Os vencimentos dos contratos ocorrerão entre 2032 e 2042 e os pagamentos são compostos por parcelas fixas e variáveis, estas últimas devidas somente a partir da entrada em operação de cada um dos projetos.

Em 2011 as despesas com os arrendamentos operacionais nas referidas empresas foi de R$ 1.691 (R$ 1.609 em 2010). Os pagamentos mínimos futuros estimados são como segue:

Ano	Valor
2012	1.658
2013 a 2016	8.941
2017 em diante	33.220
	43.819

g) Contrato de venda de créditos de carbono – *Certified Emission Reductions* (CER)

A controlada Lages possui contrato de venda créditos de carbono ao *Prototype Carbon Fund* (PCF), cujo volume representa cerca de 40% do total estimado de CER a serem gerados até 2014. A quantidade de CER a ser transferida anualmente ao PCF é de 88.000 até 2013 e de 134.000 em 2014. O saldo remanescente em 31.12.2011 é 486.000 CER, equivalente a R$ 9.137 em 31.12.2011.

h) Contratos para construção em andamento

- UTE Ibitiúva Bioenergética

A Controlada indireta Ibitiúva, assinou contrato com a Areva Koblitz S.A. para a prestação de serviços de engenharia, aquisição de equipamentos e construção da UTE Ibitiúva Bioenergética, cujo montante, em 31.12.2011, relativo aos compromissos futuros é de R$ 873 (R$ 3.373 em 31.12.2010).

- Usina Hidrelétrica São Salvador

A controlada CESS possui contrato com o Consórcio São Salvador para a prestação de serviços de engenharia, aquisição de equipamentos e construção da Usina Hidrelétrica São Salvador. Em 31.12.2011 os compromissos futuros relativos ao contrato são de R$ 10.581.

- Usina Hidrelétrica Estreito

O Consórcio Estreito Energia, do qual a controlada CEE participa com 40,07%, possui contratos vinculados à implantação da Usina Hidrelétrica Estreito, cujos compromissos futuros, na data base de 31.12.2011, são de R$ 176.406 (R$ 410.285 em 31.12.2010), dos quais R$ 70.686 (R$ 164.401) correspondem à participação de responsabilidade da CEE.

- Energias Eólicas do Nordeste (EEN)

A EEN e suas controladas mantêm contratos vinculados à implantação de parques eólicos nos estados do Piauí e Ceará, com vigência até 31.12.2012. Os compromissos futuros referentes aos referidos contratos, na data base de 31.12.2011, são de R$ 488.516.

i) Condicionantes das licenças ambientais

A Companhia tem o compromisso de cumprir determinadas condicionantes ambientais para manter as suas licenças de operação. O orçamento de gastos ambientais para o ano de 2012, de R$ 17.140 na controladora e de R$ 30.204 no consolidado, incluem tais condicionantes ambientais.

37. RISCOS HIDROLÓGICOS, AMBIENTAIS, SOCIAIS E TRABALHISTAS ESPECÍFICOS DA ATIVIDADE DE GERAÇÃO DE ENERGIA

- Riscos hidrológicos

De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada UHE, incluindo as UHE da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. A geração hidrelétrica representava aproximadamente 79,9% da capacidade instalada total das usinas da Companhia, o que equivale a 5.341,9 MW. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os seus resultados financeiros futuros.

- Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. A legislação federal também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, bem como responsabilidade pessoal dos administradores, para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como consequência, os sócios e administradores da empresa poluidora poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental. O pagamento de custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas e ter um efeito adverso para a Companhia.

A Política de Meio Ambiente da Companhia assegura o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

- Riscos sociais e trabalhistas

Buscando minimizar riscos trabalhistas presente em suas atividades, a Companhia conta com políticas e diretrizes de gestão de recursos humanos baseadas em três pilares que são: o reconhecimento e motivação, o desenvolvimento e a saúde e o bem estar. Essas diretrizes fundamentam a identificação e a manutenção de um bom clima organizacional e mitigam os riscos sociais e trabalhistas. Anualmente, são assinados acordos coletivos de trabalho em conformidade com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que abrangem todos os empregados da Tractebel Energia e incluem temas como benefícios trabalhistas, segurança e saúde, equipamentos de proteção, treinamento e educação aos socorristas e às Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA).

38. CONCILIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Em atendimento às exigências do CPC 30 - Receitas, a tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de vendas:

	Controlada (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Suprimento de energia elétrica	3.365.753	2.867.270	3.225.091	3.238.743
Fornecimento de energia elétrica	263.431	284.774	1.348.992	1.011.021
Transações no âmbito da CCEE	90.853	279.550	96.749	287.415
Exportação de energia elétrica	153.060	30.074	153.060	30.074
Outras receitas	35.195	25.991	24.588	18.880
	3.908.292	**3.487.659**	**4.848.480**	**4.586.133**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
PIS e Cofins	(300.896)	(263.558)	(389.511)	(358.410)
ICMS	(34.217)	(52.484)	(94.177)	(92.962)
ISS	(1.246)	(653)	(1.246)	(661)
Pesquisa e desenvolvimento	(31.790)	(29.796)	(36.595)	(33.719)
	(368.149)	**(346.491)**	**(521.529)**	**(485.752)**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**3.540.143**	**3.141.168**	**4.326.951**	**4.100.381**

39. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

Durante os exercícios de 2011 e de 2010 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Compensação de imposto de renda e contribuição social	3.312	-	8.928	6.535
Fornecedores de ativo imobilizado	1.900	-	13.331	32.061
Juros sobre financiamentos e concessões capitalizados	-	-	101.033	37.237
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio creditados	771.332	378.270	771.332	378.270
Dividendos propostos a receber de controladas	7.946	4.897	-	-
Registro de concessão a pagar	-	-	-	31.643

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 07 de fevereiro de 2012.

(A Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011 encontra-se na próxima página)

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011, da Tractebel Energia S.A.)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stolle Bähr
Presidente

Jan Franciscus María Flachet
Vice-Presidente

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro

Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos
Conselheiro

Dirk Achiel Marc Beeuwsaert
Conselheiro

Philip Gotsall Cox
Conselheiro

Luiz Antônio Barbosa
Conselheiro

José Pais Rangel
Conselheiro

Antonio Alberto Gouvêa Vieira
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e
Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RJ 072259/O-5 T-SC

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Pres. Wilson, 231
22º, 25º e 26º andares
20030-905 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Tel.: +55 (21) 3981-0500
Fax: +55 (21) 3981-0600
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis – SC

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Tractebel Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas membro.

© Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Tractebel Energia S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" SC

Paulo Roberto Marques Garrucho
Contador
CRC 1RJ 052.813/O-1 "S" SC

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Tractebel Energia S.A., Paulo de Resende Salgado, Carlos Guerreiro Pinto e Manoel Eduardo Lima Lopes, abaixo assinados, após examinarem o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis e a proposta da Administração sobre a Distribuição de Dividendos, relativos ao exercício de 2011, com base no relatório dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu, emitido em 07/02/2012, sobre essas demonstrações contábeis, declaram que os mesmos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, estando em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2012.

Paulo de Resende Salgado
Conselheiro Presidente

Carlos Guerreiro Pinto
Conselheiro

Manoel Eduardo Lima Lopes
Conselheiro